

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970):  
Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**

**Daniele Machado Vieira  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Dorfman**

**Porto Alegre  
Outono de 2017**

**Daniele Machado Vieira**

**TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970):  
Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em Geografia  
da Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul, como requisito parcial para obtenção  
do título de Mestre em Geografia.**

**Orientadora: Profª. Drª. Adriana Dorfman**

**Porto Alegre  
Outono de 2017**

CIP - Catalogação na Publicação

Vieira, Daniele Machado  
Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970):  
Geografia-histórica da presença negra no espaço urbano  
/ Daniele Machado Vieira. -- 2017.  
189 f.  
Orientadora: Adriana Dorfman.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências,  
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre,  
BR-RS, 2017.

1. territórios negros. 2. geografia histórica. 3.  
cartografia. 4. transformações urbanas. 5. Porto  
Alegre. I. Dorfman, Adriana, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Daniele Machado Vieira**

**TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE/RS (1800 – 1970):  
Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**

**Conceito final: Aprovada com Louvor.**

**Aprovado em 13 de julho de 2017.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Dorfman – POSGEA/UFRGS**

---

**Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – POSGEA/UFRGS**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Marques Strohaecker – POSGEA/UFRGS**

---

**Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa – UFRGS**

**(O original encontra-se assinado junto ao POSGEA/UFRGS)**



À fotógrafa Irene Santos pela incansável busca por registrar uma Porto Alegre negra, a partir do seu cuidadoso olhar negro.

Ao Seu Nilo Alberto Feijó, que partiu antes que eu conseguisse ouvir as suas muitas histórias dessa Porto Alegre Negra.

As Marias, aos Josés, as rainhas (gingas, do carnaval), aos irmãos do Rosário, ao Seu Pretinho, ao Seu Jayme, ao Seu Virgílio, a Tia Lili, a D. Carolina, a todas negras e negros que residiram, trabalharam e circularam por estes espaços, imprimindo neles a sua marca.

## **AGRADECIMENTOS**

### Agradeço

Ao meu filho Sebastian, hoje com um ano e três meses, gestado e nascido no meio desse processo, por alegrar todos os meus dias, deixando leve este momento, que tendia ser pesado.

À minha mãe, que agora também é uma aluna desta universidade, e aos meus irmãos por todo amor dispensado.

Às minhas avós, Alfrina Garcia Machado e Alzerina Verônica Vieira, por terem me ensinado desde muito cedo que eu não iria herdar a profissão de família – a faxina; eu iria estudar. Não há nenhum demérito em ser faxineira, o problema é quando este é o único lugar legado a nós, mulheres negras.

Ao Menegas, companheiro de algum tempo, por ter cuidado quase que sozinho do nosso filho nos últimos meses. E por todo o estímulo em seguir na vida acadêmica.

Aos meus alunos da rede municipal de ensino, por me ensinarem a ser professora, a ter paciência, por me fazerem ter vontade de continuar sendo professora, apesar dos pesares.

Ao Seu Sílvia Moreira Aquino, a D. Maria Ivone e a D. Eloá Vieira, antigos ou ainda moradores do Areal da Baronesa, por me cederem algumas horas da sua vivência sobre o Areal.

À historiadora Iris Graciela Germano que, apesar de não estar mais atuando na área, atendeu prontamente o meu chamado, emprestando as suas preciosas cópias das entrevistas sobre o carnaval de Porto Alegre, as quais eu não estava encontrando nos órgãos patrimoniais da cidade. Esse material é uma verdadeira relíquia com mais de 300 páginas de entrevistas sobre o carnaval da cidade. Como agradecimento, disponibilizei uma cópia em pdf no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

Às ilhas negras: Sopapo Poético e Atinukés pelos momentos de congregação. Ao Sopapo por saber que, pelo menos uma vez por mês, eu teria garantida a escuta de vozes, textos e tambores negros. Não foram poucas as vezes que eu fui aí para receber uma dose extra de energia para seguir.

Às Atinukés – grupo de estudos sobre o pensamento de mulheres negras, formado somente por mulheres negras, pela simples existência. Pensando em todas, agradeço as coordenadoras, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giane Vargas Escobar, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Oliveira e a mestranda Nina Fola, por nos propiciarem sábados de encontro conosco, com a nossa potência intelectual, com as nossas referências. Não encontro palavras para descrever os nossos encontros. É um misto de muitas coisas: carinho, reconhecimento, admiração (é muita potência intelectual!). Foi aí no África(namente), em divagações, em meio as nossas falas que criei coragem para dizer o que considero um território negro, que culminou com o encontro (ou uma leitura com outros olhos) da citação da prof. Petronilha.

Aos sambistas da antiga e da atualidade: suas vozes, composições e melodias embalsamaram a escrita desse trabalho. Orgulho-me de dizer que o primeiro mapa, o da Ilhota, foi feito ouvindo “Sala de Recepção” na voz da multiartista, sambista da nova geração, Pâmela Amaro, a qual tenho o privilégio de ser amiga.

À tod@s que cruzaram comigo em algum momento desta jornada e de alguma forma participaram desse período.

Ao DEDES (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social) por ser o núcleo negro da UFRGS, quando o NEAB ainda não existia. Em especial à Rita Camisolão, por nos representar; pela seriedade, comprometimento e zelo nas atividades ligadas a temática negra.

Ao Departamento de Geografia, pelos professores e estrutura. Ao LABES pelo espaço, equipamentos e programas, indispensáveis à realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia, pelo corpo docente e auxílios financeiros. Ao corpo de professores pelos debates e conhecimento compartilhado.

À minha orientadora, Professora Adriana Dorfman, pela orientação rigorosa e amorosa, pela paciência, provocações e conversas francas.

À banca de avaliação, formada pela Prof<sup>a</sup> Tânia Marques Strohaecker, pelo Prof. Paulo Roberto Rodrigues Soares e pelo Dr. Marcus Vinícius de Freitas Rosa, pelas necessárias críticas e valiosas contribuições. Foi uma baita tarde!

Ao público que compareceu à defesa: obrigado por estarem comigo, pelos abraços e olhos atentos. Vocês me acalmaram!

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão da bolsa de pesquisa, auxílio financeiro extremamente necessário.

## ENCONTREI MINHAS ORIGENS

Encontrei minhas origens  
em velhos arquivos  
livros  
encontrei  
em malditos objetos  
troncos e grilhetas  
encontrei minhas origens  
no leste  
no mar em imundos tumbeiros  
encontrei  
em doces palavras  
cantos  
em furiosos tambores  
ritos  
encontrei minhas origens  
na cor de minha pele  
nos lanhos de minha alma  
em mim  
em minha gente escura  
em meus heróis altivos  
encontrei  
encontrei-as enfim  
me encontrei.

## RESUMO

A presença da população negra é conhecida na cidade de Porto Alegre/RS desde o período colonial. Contudo, ela não compõe as narrativas oficiais sobre a evolução da cidade, acarretando a invisibilização e o esquecimento dos espaços outrora ocupados pela população negra. Areal da Baronesa, Colônia Africana, Ilhota, Parque da Redenção e Bacia do Mont'Serrat são alguns destes territórios negros. O território negro é aqui concebido como espaço físico e simbólico configurado a partir da função (de habitação, trabalho, lazer etc.) e/ou de práticas culturais (como o batuque, o carnaval, a religiosidade etc.) exercidas por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes. Além disso, a falta de uma representação visual, por meio de mapas, faz com estes territórios acabem ficando soltos no espaço imaginado da cidade, isso quando sua presença não é apagada da representação que se tem sobre este espaço. Com o objetivo de elaborar uma cartografia dos espaços ocupados pela população negra na cidade ao longo dos tempos recorreu-se à análise histórico-geográfica, a partir do cruzamento de fontes diversas (jornais, documentos históricos, fotografias, crônicas, narrativas), conforme metodologia proposta pelo geógrafo Maurício de Abreu. Inicialmente localizados na área Central, os territórios negros foram sofrendo, ao longo do tempo, um paulatino deslocamento para as bordas da cidade. Verificou-se que o desmantelamento e deslocamento destes territórios está relacionado a momentos de profundas transformações do espaço urbano: i) início da modernização do espaço central (virada do século XIX para o XX); ii) remodelação do Centro (1924-1937); iii) grandes obras no entorno do Centro: canalização do Arroio Dilúvio e aterro da Praia de Belas (1941-1970). A construção de uma cartografia implica na atualização da memória que se tem sobre espaços outrora característicos da presença negra.

**Palavras-chave:** territórios negros, geografia histórica, cartografia, transformações urbanas, Porto Alegre.

## ABSTRACT

BLACK TERRITORIES IN PORTO ALEGRE / RS (1800-1970): an historical geography of the black presence in urban space

Black population is present in the city of Porto Alegre / RS since the Colonial period. However, official narratives of the evolution of the city do not mention its black citizens, leading to the invisibility and oblivion of spaces which have been occupied by such population. Areal da Baronesa, Colônia Africana, Ilhota, Parque da Redenção and Bacia do Mont'Serrat are some of these black territories. Black territories are conceived in this dissertation as a physical and symbolic spaces with functions (of housing, work, leisure etc.) and / or with cultural practices (such as batuque, carnival, religion etc.) of black women and men, and whose meaning is built in relation to the presence or activities of black people. The lack of visual representation, especially maps, makes it difficult to place black territories in the imagined space of the city, to the point of complete erasure. In order to build the memory of black territories, this work draws a cartography of the spaces occupied by the black population in the city of Porto Alegre since the Colonial period until mid 20th Century. Historical-geographical analysis was used, combining different sources (newspapers, historical documents, photographs, chronicles, narratives), following the methodology proposed by the geographer Maurício de Abreu. In the outset of the urbanization of Porto Alegre, black territories were located in the Central area. They were repeatedly displaced towards the edges of the city. The dismantling and displacement of these territories is related to moments of deep transformations of the urban space of Porto Alegre, such as: i) the outset of the modernization of the Central area (in the turn from 19th to 20th Century); ii) the urban reform of the Central area (1924-1937); iii) major works in the edges of the Central area such as the rectification of Dilúvio rivulet and the landfill of Praia de Belas (1941-1970). Through cartography, it is possible to update and strengthen the memory of black population and its territories in Porto Alegre.

**Keywords:** black territories, historical geography, cartography, urban transformations, Porto Alegre.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa topográfico de Porto Alegre 1839.....	51
Figura 2: Mapa de Porto Alegre – 1833 .....	52
Figura 3: Mapa de Porto Alegre – 1844 .....	54
Figura 4: Local da antiga Fonte dos Pobres, na Rua do Arvoredo, em 1868.....	55
Figura 5: Paisagem da Rua Voluntários da Pátria, importante via comercial na década de 1890. Atentar para o calçamento da via e o esgoto correndo junto à calçada. ....	56
Figura 6: Mapa dos Becos de Porto Alegre – 1868. ....	57
Figura 7: Campos da Redenção – década de 1900 .....	58
Figura 8: Mapa de Porto Alegre - 1868 .....	59
Figura 9: Acendedores de lampiões 1875 - 1925.....	61
Figura 10: Mapa da Rede de Esgotos do Município de Porto Alegre – 1929 .....	65
Figura 11: Tabela com distribuição dos cortiços registrados por Distritos em Porto Alegre (1906 – 1914).....	68
Figura 12: Gráfico da evolução da quantidade de cortiços por Distrito, Porto Alegre (1906-1914).....	69
Figura 13: Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920.....	73
Figura 14: Demolição de casas no antigo Beco do Poço. ....	74
Figura 15: Mapa do Beco do Poço, Porto Alegre – 1888.....	75
Figura 16: Estudo de provável fotografia da Rua General Paranhos a partir da Rua Coronel Genuíno (origem não confirmada).....	76
Figura 17: Mapa Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre – 1932.....	77
Figura 18: a. Obras da Av. Borges de Medeiros déc. 1930; b. Av. Borges de Medeiros remodelada .....	78
Figura 19: Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas, 1958.	78
Figura 20: Arroio Dilúvio paralelo a antiga Rua da Margem (atual R. João Alfredo).....	80
Figura 21: Mapa do Arroio Dilúvio, Porto Alegre – 1916.....	81
Figura 22: Arroio Dilúvio nos fundos da Rua João Alfredo.....	82
Figura 23: Arroio Dilúvio nas proximidades da Ponte de Pedra .....	82
Figura 24: Canalização do Arroio Dilúvio – trecho inicial na Av. João Pessoa .....	83
Figura 25: Enseada da Praia de Belas antes e depois do aterro.....	86
Figura 26: Aterro da Praia de Belas, 30/10/1959. ....	86
Figura 27: Marcação da autora sobre fotografia aérea de José Abraham (1959) .....	87
Figura 28: Quitandeiras negras, Porto Alegre – 1901. ....	91
Figura 29: Realeza Negra da Irmandade do Rosário de Porto Alegre – 1828. ....	92
Figura 30: antiga Igreja do Rosário em Porto Alegre.....	93
Figura 31: Beco do Jacques (final da atual escadaria da Rua 24 de Maio no encontro com a Av. Des. André da Rocha) .....	96

Figura 32: Mãe Rita .....	97
Figura 33: Mapa das Territorialidades Negras em Porto Alegre/RS – século XIX .....	100
Figura 34: Mapa topográfico de Porto Alegre com os territórios negros – 1906.....	101
Figura 35: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1906.....	102
Figura 36: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1881.....	104
Figura 37: Mapa Toponímias Ruas 28 de Setembro e 13 de Maio no Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1888 .....	106
Figura 38: Anúncios comemorativos do 13 de maio de 1910 – Jornal “O Exemplo” .....	109
Figura 39: Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, no Desfile dos “Intocáveis” em 1977. ....	112
Figura 40: Mapa do Areal da Baronesa dividido pelo 1º e 2º Distritos, Porto Alegre – 1932 .....	115
Figura 41: “Avenida” no Areal da Baronesa .....	118
Figura 42: Frente de duas avenidas na Travessa Pesqueiro.....	118
Figura 43: Casas antigas Rua Miguel Teixeira, defronte a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto .	119
Figura 44: Ponte sobre o Arroio Dilúvio com a Ilhota ao fundo.....	120
Figura 45: Mapa da Ilhota .....	121
Figura 46: Recorte Mapa Porto Alegre 1906, com destaque para: Ilhota, traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio .....	123
Figura 47: Mapa Ilhota, Porto Alegre – 1916 .....	124
Figura 48: Paisagem interna da Ilhota .....	125
Figura 49: Desenho sobre foto aérea da Ilhota na década de 1940 .....	127
Figura 50: Ilhota (sinalizada) vista a partir da ponte da Av. Azenha, década de 1950. ....	128
Figura 51: Mapa da Colônia Africana, Porto Alegre – 1888 .....	130
Figura 52: Área aproximada da Colônia Africana.....	132
Figura 53: Vista da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) para a Av. Independência .....	133
Figura 54: Solicitação à Intendência de autorização para construção de um chalet na Colônia Africana - 1905.....	136
Figura 55: Carnaval no “Ruy”, sociedade de pretos, na Colônia Africana, em 1940 .....	143
Figura 56: Mapa da Bacia do Mont’Serrat, Porto Alegre – 1916.....	145
Figura 57: Limites da Bacia do Mont’Serrat .....	146
Figura 58: Casa de madeira na Rua Anita Garibaldi (Bairro Mont’Serrat), em 2015.....	148
Figura 59: Chalet na Colônia Africana em 1910.....	148
Figura 60: a. Rua Arthur Rocha – Mapa 1916 (colorido) e b. Rua Álvaro Chaves – Mapa 1916 (preto e branco).....	150
Figura 61: Dramaturgo negro Arthur Rodrigues da Rocha .....	151
Figura 62: Anúncio-convite para as comemorações do 28 de Setembro de 1904. ....	152
Figura 63: Bica d’água na Bacia do Mont’Serrat .....	154
Figura 64: Sociedade Espírita de Umbanda Jandira Mirim – Fundação 03/11/1953.....	157
Figura 65: Quadro com a síntese dos três momentos dos territórios negros no espaço urbano .....	161



<b>Figura 66: Síntese do Deslocamento dos Territórios Negros no Espaço Urbano de Porto Alegre – século XIX até 1970 .....</b>	<b>162</b>
<b>Figura 67: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre – 1888.....</b>	<b>164</b>
<b>Figura 68: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre – 1906.....</b>	<b>166</b>
<b>Figura 69: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre – 1916.....</b>	<b>167</b>
<b>Figura 70: Demolição do Beco do Rosário, final da década de 1920. ....</b>	<b>169</b>
<b>Figura 71: Mapa da área da cidade de Porto Alegre inundada pela enchente de 1941 .....</b>	<b>172</b>
<b>Figura 72: Imagem aérea Aterro da orla da Praia de Belas, Porto Alegre – 1966.....</b>	<b>173</b>
<b>Figura 73: Imagem aérea do Areal da Baronesa e da Ilhota, Porto Alegre – 1975.....</b>	<b>174</b>

## SUMÁRIO

<b>1. EM BUSCA DA PORTO ALEGRE NEGRA</b>	<b>15</b>
1.1. INTRODUÇÃO	15
1.2. GEOGRAFIA-HISTÓRICA: montando o quebra-cabeças da cidade negra	21
1.2.1. Encontrando as partes: escritos sobre o tema	23
1.2.2. Juntando as partes: reconstituição histórico-geográfica	27
1.3. TERRITÓRIOS NEGROS: espaço, poder e raça	34
1.3.1. Território, territórios: múltiplas forças	34
1.3.2. Territorialidades: o uso e as representações do espaço em disputa	38
1.3.3. Território e territorialidades negras: espaço, raça e poder	41
1.3.4. Agenciamento negro: perspectiva teórico-metodológica	47
<b>2. O ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE: fases e transformações</b>	<b>50</b>
2.1. CIDADE COLONIAL: o espaço central compartilhado (1772 – 1890)	50
2.2. ARRUMANDO A “SALA DE VISITAS”: modernização do Centro (1897-1937)	61
2.2.1. Inauguração da Modernidade Urbana (1897-1923)	63
2.2.2. Remodelação do Centro (1924-1937): “bota abaixo” e grandes avenidas	71
2.2.2.1. Do Beco do Poço à Av. Borges de Medeiros	72
2.3. EXPANSÃO DA MODERNIDADE: urbanização dos arraiais da margem sul (1940-1970)	79
2.3.1. Desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio	80
2.3.2. Aterro da Praia de Belas	85
<b>3. O PORTO ALEGRE NEGRO: territórios e territorialidades (1800 – 1970)</b>	<b>88</b>
3.1. A CIDADE NEGRA: territorialidades negras na cidade colonial (1800-1900)	88

3.1.1. Mercados – Largo da Quitanda e Praça Paraíso	89
3.1.2. Irmandade do Rosário	91
3.1.3. A Rua do Arvoredo	93
3.1.4. Beco do Poço	95
3.1.5. Batuques na Várzea	97
3.2. TERRITÓRIOS NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888-1970)	101
3.2.1. O Areal da Baronesa	102
3.2.1.1. Rua 28 de Setembro (antiga Rua dos Pretos Forros)	105
3.2.1.2. Rua 13 de Maio	108
3.2.1.3. O Carnaval na Areia	110
3.2.1.3.1. Um momo preto para o Areal	111
3.2.1.4. Avenidas: o modo simples de morar	117
3.2.2. Ilhota	120
3.2.3. Colônia Africana	128
3.2.3.1. Sociabilidades	135
3.2.3.2. Religiosidades	137
3.2.3.3. Carnaval	139
3.2.4. Bacia do Mont’Serrat	143
3.2.4.1. Rua Arthur Rocha	149
3.2.4.2. Sociabilidades	153
3.2.4.3. Religiosidades	155
3.2.4.4. Salões de Baile	157
<b>4. DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO</b>	<b>159</b>
4.1. 1º MOMENTO: TERRITORIALIDADES NEGRAS NO CENTRO	159
4.2. 2º MOMENTO: ARCO NEGRO AO REDOR DO CENTRO	165
4.3. 3º MOMENTO: DISPERSÃO PERIFÉRICA	170
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>181</b>

## 1. EM BUSCA DA PORTO ALEGRE NEGRA

### 1.1. INTRODUÇÃO

As cidades têm memória. Porém, nem todas as memórias estão presentes nas representações sobre a cidade. Não raro, memórias de grupos sociais vão com o tempo desaparecendo, sendo necessária a sua recuperação através de registros escritos, cartográficos, filmicos, fotográficos, monumentais, entre outros.

A presença negra é conhecida na cidade de Porto Alegre/RS desde o período colonial até a atualidade. As estatísticas populacionais, os relatos dos viajantes e cronistas, as pesquisas referentes aos séculos XVIII, XIX e XX demonstram que a população negra, tanto quantitativa quanto qualitativamente, sempre foi relevante. Seja pela residência, trabalho ou realização de práticas culturais, a presença negra foi sendo marcada no espaço físico e simbólico portoalegrense.

Surpreendeu-nos a existência de uma instituição negra coletiva – a Irmandade do Rosário – nascida ainda em 1786, cem anos antes da abolição, quando Porto Alegre não passava de 1500 habitantes. Esta instituição negra religiosa, de devoção católica, varou o século XIX, construindo sua própria Igreja e destacando-se no cenário religioso e social (MÜLLER, 2009). Distribuindo cartas de alforria entre seus membros, os irmãos do Rosário perseguiram seu principal objetivo que era trabalhar pela elevação das condições materiais e intelectuais da população negra, dentro de um espaço religioso, sem perder totalmente os vínculos com as raízes e práticas africanas.

Apesar dos negros estarem presentes nos mais diversos espaços, haviam espaços que eram característicos da população negra, seja pela concentração de negros residentes, pelo uso frequente para o trabalho ou para a realização de práticas culturais. Esses espaços acabaram marcados na memória da cidade como territórios negros, devido a concentração de negros e ao uso singular e frequente.

Na época colonial, os territórios negros estavam concentrados em sua maioria no Centro ou nos seus limites. No final do século XIX, com a abolição da escravatura (1888) e a instauração da República (1889) há uma intensa reorganização territorial na área central e a população empobrecida, na sua maioria negra, se desloca para

os arraiais ou arrabaldes, localizados no entorno. Estes espaços de características semi-rurais deram origem aos territórios negros foco deste trabalho – o Areal da Baronesa e a Ilhota, a Colônia Africana e a Bacia do Mont’Serrat. Estes espaços se consolidaram pela concentração de famílias negras e pelas práticas culturais aí desenvolvidas, nomeadamente o batuque e o carnaval, transformando-se em territórios negros.

Apesar disso, este grupo étnico não compõe as narrativas oficiais sobre a cidade, acarretando a invisibilização e o esquecimento dos espaços outrora ocupados, reconhecidos como territórios negros. Pesquisas acadêmicas já denunciaram este silenciamento (PESAVENTO, 1995; OLIVEN, 1996; KERSTING, 1998). Basta um olhar atento, para verificar que as representações (tanto imagéticas, quanto discursivas) veiculadas invisibilizam a presença negra na constituição não só da cidade de Porto Alegre, como do estado do Rio Grande do Sul como um todo.

Pode-se dizer que tal ocultamento – ou esquecimento consciente – deve-se, entre outros fatores, a alguns processos principais: i) ao paulatino deslocamento dos territórios negros para as bordas da cidade; ii) representações homogeneizadoras do espaço da cidade, que ao mesmo tempo escamoteia a presença negra e produz um espaço "alisado", aparentemente sem rugosidades (SANTOS RE, 2009, p. 14); iii) a adoção da figura mítica do gaúcho como representação oficial, que se sobrepõe aos demais grupos étnicos da constituição do Estado (OLIVEN, 1996, p. 25).

Soma-se a isso o fato de que a partir dos anos 1950, o poder público estadual adota como oficiais a imagem do “gaúcho” e os símbolos atrelados a ela (hino farroupilha, pilcha, Semana Farroupilha, chama crioula), fomentando o gauchismo como discurso oficial (SALAINI & GRAEFF, 2011, pp. 183-184). O destaque ao gauchismo como identidade oficial promove a secundarização e até invisibilização de outras narrativas culturais.

Situação semelhante ocorre com a construção da história de Porto Alegre. Ao analisar tal construção, Charles Monteiro identificou a preocupação com a criação de um “mito de fundação” da cidade, que elegeu como sujeitos desta história os açorianos e os estancieiros, sustentando a narrativa da colonização lusitana, não permitindo conceber a contribuição de outros grupos na constituição dessa sociedade e na edificação dessa cidade (2002, p. 31). É oportuno trazer o pensamento do autor com relação aos sujeitos na construção da história da cidade:

Produção historiográfica, que ao elaborar as experiências urbanas e a memória coletiva sobre o passado, minimizou, excluiu ou silenciou muitos “outros” sujeitos, como os ameríndios (guarani ou de outras etnias que viviam na região antes da chegada de portugueses e espanhóis), negros (africanos e afro-brasileiros, trabalhadores escravizados ou libertos) e imigrantes que chegaram, principalmente, entre a metade do século XIX e os anos 1930 (alemães, italianos, espanhóis, poloneses, russos e sírio-libaneses entre outros) (2006, p. 134).

Somam-se a isso as profundas transformações do espaço urbano ocorridas na cidade entre as décadas de 1920-1970, que tiveram como consequência “espaços de sociabilidade definitivamente apagados da paisagem e, mais tarde, da própria memória dos porto-alegrenses” (KRAWCZYK, 2002, p. 9). Uma das preocupações deste trabalho é trazer à tona a memória de alguns destes espaços de sociabilidade, tendo como fio condutor a presença negra.

Pesquisas recentes vêm se detendo em reconstituir e registrar parte da memória dos negros no espaço urbano de Porto Alegre. Porém, os trabalhos existentes referem-se: i) a um dos territórios negros de forma específica: Areal da Baronesa (MATTOS, 2000), Colônia Africana (KERSTING, 1998) ou ii) a uma temática relacionada que acaba por abordar também estes territórios: carnaval (SILVA, 1993; GERMANO, 1999), batuque (PÓLVORA, 1996), história fotográfica (SANTOS, 2005), canalização do Dilúvio (BURIN, 2008). Com relação a abordagem conjunta dos territórios negros, escopo deste trabalho, tem-se conhecimento apenas do livro de memórias *Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre* (SANTOS I, 2010a). Assim, o que se tem sobre o tema desta dissertação – o negro no espaço geográfico da cidade de Porto Alegre – são informações dispersas entre os diversos trabalhos até agora produzidos, além de muitas outras informações à espera de pesquisa, “perdidas” entre textos de jornais, relatos de cronistas, registros policiais, processos crimes, narrativas orais de descendentes dos antigos moradores.

O encontro com o tema ocorreu no segundo semestre de 2011, quando uma série de atividades despertaram em mim a necessidade de saber mais sobre essa outra Porto Alegre, até então desconhecida. Primeiramente, a saída de campo com o Ônibus “Territórios Negros: afro-brasileiros em Porto Alegre” – um ônibus temático com fins pedagógicos, que percorre com alunos e professores antigos territórios negros urbanos, o qual se tornou o tema do meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado “Percursos Negros em Porto Alegre: estratégias geográficas para educação” (VIEIRA, 2012). Depois, o encontro com a religiosidade negra do

Maçambique, em trabalho de campo na Festa do Maçambique no município de Osório/RS, proporcionado pela disciplina de Geografia Cultural. Este é um grupo afro-católico composto pela corte da Rainha Ginga e do Rei Congo, que realiza um cortejo, com música e dança em celebração à Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros no Brasil<sup>1</sup>. Por fim, a participação numa mesa do IV Colóquio do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações, na qual o professor Alex Ratts, um dos conferencistas, questiona “qual o lugar do negro na sua cidade?”.

A partir desta provocação surge esta pesquisa que teve início com o trabalho final da graduação e segue agora no Mestrado. Neste momento, a problemática se centra em responder “quais os espaços ocupados e os deslocamentos realizados pela população negra em Porto Alegre, nos diferentes momentos urbanos: período colonial, pós-abolição e remodelação urbana?”

Buscando responder a essa questão, por vezes, verificamos que alguns textos narravam mas não localizavam os territórios negros no espaço da cidade, tampouco espacializavam num mapa. Parecia que a localização de espaços como Areal da Baronesa, Ilhota e Colônia Africana eram evidentes. Assim, poucos são os trabalhos que tem cartografia espacializando estes territórios no espaço geográfico da cidade de Porto Alegre. Mesmo projetos como o Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre e o Ônibus Territórios Negros: Afro-brasileiros em Porto Alegre, que têm objetivos e potenciais didático-pedagógicos explícitos, ainda não contam com o auxílio de mapas para visualizar as espacialidades trabalhadas, instrumento fundamental para sua compreensão e desenvolvimento.

A falta de uma representação visual, por meio de mapas, faz com que tais territórios negros acabem ficando “soltos” no espaço imaginário da cidade, quando sua presença não é apagada da representação que se tem sobre este espaço. Não raro, suas áreas são reduzidas e suas localizações distorcidas, minimizando, consequentemente, também a sua importância no contexto de produção do espaço urbano. Diante da percepção da frequente minimização e paulatino esquecimento dos espaços ocupados outrora pela população negra e compartilhando da

---

<sup>1</sup> Para saber mais sobre o Maçambique de Osório acessar:

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldyr Carvalho. Maçambique de Osório – entre a devoção e o espetáculo: não se cala na batida do tambor e da maçaquaia. Tese (Doutorado em Antropologia Social), UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PRASS, Luciana. Maçambiques, Quicumbis e Ensaios de Promessa: um re-estudo etnomusicológico entre quilombolas do sul do Brasil. Tese (Doutorado em Música), UFRGS, Porto Alegre, 2009.

preocupação da comunidade negra em deixar um legado às gerações futuras, nasce este trabalho.

No contexto de carência de produção cartográfica que represente também a população negra no espaço urbano de Porto Alegre, a partir de seus símbolos e valores, esta pesquisa se propõe a registrar a memória espacial dos territórios negros, reconstituindo-a através da representação cartográfica. Localizar num mapa, marcar no espaço ou espacializar são termos semelhantes e tem num primeiro momento a função de registro visual, de rápida e fácil apreensão. Não será preciso ler todo o texto para saber onde se localizava a Ilhota; o mapa informará isso. Essa informação tem maior possibilidade de ficar registrada na nossa memória visual e de circular por diferentes grupos, para além do ambiente acadêmico. Neste contexto, o mapa não serve apenas para localizar, serve também para problematizar o espaço comum relegado ao negro – a periferia. Mont’Serrat, um bairro negro? Para alguém que nasceu na Porto Alegre dos anos 1980 em diante, a periferia é o espaço onde estão concentradas a maioria das pessoas negras, seu “lugar comum”. Porém nem sempre fora assim. E o mapa terá essa função, de registrar visualmente onde estávamos localizados nos diferentes momentos do urbano.

Assim, com o objetivo de elaborar uma cartografia dos espaços ocupados pela população negra na cidade ao longo do tempo, recorreu-se à análise histórico-geográfica, a partir do cruzamento de fontes diversas (jornais, documentos históricos, fotografias, narrativas), conforme metodologia proposta por Maurício de Abreu (2014). Para tanto buscou-se dar conta dos seguintes pontos: i) identificar os espaços ocupados pela população negra e as relações internas existentes, nos diferentes momentos de ocupação da cidade; ii) analisar os processos de deslocamento dos territórios negros no espaço urbano; iii) construir uma cartografia da memória negra em Porto Alegre, visando revelar sua presença no espaço da cidade e a dinâmica espacial ao longo dos tempos; iv) registrar a memória coletiva da presença negra no espaço da cidade de Porto Alegre.

A relevância desta pesquisa centra-se no fato de trazer à tona marcas espaciais apagadas, “rugosidades” presentes num espaço “alisado” na construção de um território funcional e homogêneo (SANTOS RE, 2009, p. 14), implicando numa releitura do espaço urbano. A recuperação destes espaços propõe a construção de referenciais (materiais e simbólicos) positivos do segmento negro para a memória coletiva da cidade, com potencial de ressignificação das



representações, muitas vezes restritas e depreciativas, sobre este grupo étnico-racial.

Neste sentido, ciente do poder – discurso e representação – transmitido pelos mapas, recompor a memória negra no espaço urbano de Porto Alegre através de cartografia; não só supre a carência de produção de conhecimento e de materiais no que se refere ao povo negro, como se constitui também numa forte política identitária (SANTOS RE, 2010, p. 143). Assim como diversas cartografias de grupos étnicos, esta visa ser um instrumento, tanto para uso didático em ambientes educativos, quanto para uso político na busca de reconhecimento e direitos por parte do grupo mapeado. Atende, por fim, as demandas de produção de conhecimento como subsídio à Educação Básica conforme disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

A organização desta dissertação se estende por quatro capítulos e uma conclusão. O primeiro capítulo traz a geografia histórica, metodologia utilizada; as bases teóricas dos conceitos de território e territorialidade, e uma formulação inicial da noção de territórios negros. O segundo capítulo se propõe a contextualizar a cidade de Porto Alegre em cada fase do espaço urbano, sendo dividido em períodos: 1º fase: cidade colonial (meados do séc. XVIII-final séc. XIX); 2ª fase: inauguração da modernidade urbana (1897-1923); 3ª fase: bota-abaixo e remodelação do Centro (1924-1937); 4ª fase: urbanização arrabaldes eixo sul (1941-1970). No terceiro capítulo são abordados os espaços da cidade conhecidos pela presença negra. Num primeiro momento é trazida a presença negra no espaço central, no período colonial. Em seguida são abordados os territórios negros formados no período da abolição da escravatura (entre o final do século XIX e início do século XX), localizados no entorno do Centro. O quarto e último capítulo retrata o deslocamento dos territórios negros no espaço urbano ao longo do tempo, com as localizações dos territórios negros em cada uma das fases do espaço urbano.

## 1.2. GEOGRAFIA HISTÓRICA: montando o quebra-cabeças da cidade negra

Para alcançar o objetivo principal – reconstituir parte da memória dos territórios negros na cidade de Porto Alegre – recorreremos à análise histórica e geográfica, atentando para a recuperação simultânea dos aspectos geo-históricos *no e do* lugar, tanto na perspectiva diacrônica quanto sincrônica, tentando recuperar o espaço no tempo (ABREU, 2014, p. 45). Tal reconstituição extrapola a materialidade das formas, propondo-se a relacioná-las com aqueles que as construíram, visando compreender a dinâmica socioespacial.

Rui Erthal, retomando Abreu, pontua que o estudo dos espaços pretéritos, num viés geográfico, requer atenção a algumas regras metodológicas, como: investir em levantamento bibliográfico referente ao tempo que se queira estudar (pesquisa indireta) e realizar incursões em instituições que guardam a memória dos acontecimentos (pesquisa direta) (2003, p. 30). Contudo, o autor adverte a existência de possíveis obstáculos com relação a manutenção e conservação dos documentos a serem consultados.

Cabe colocar aqui que este trabalho tenta recuperar não apenas a forma, mas também as relações ocorridas em determinado espaço, sendo a forma a dimensão material que muitas vezes hoje se traduz em rugosidade. Não há um desprezo pela materialidade, pois ela é parte do espaço e contribui para explicar as relações no espaço e entre os espaços. Empreende-se, contudo, uma busca que transcenda o imediato pelo conteúdo simbólico, pela a densidade de significados que caracterizavam os espaços estudados. Abreu contribui para essa visão, expondo que "o resgate da memória das cidades não pode se limitar à recuperação de formas materiais herdadas de outros tempos. Há que se tentar dar conta também daquilo que não deixou marcas na paisagem [...]" (2014, p. 38).

Neste sentido o autor argumenta que se não é possível recuperar a totalidade da memória das cidades, parte dela ainda pode ser recuperada através das memórias coletivas. Embora haja inúmeros desafios, esta é uma tarefa não só necessária como urgente.

É através da recuperação das memórias coletivas que sobraram do passado (estejam elas materializadas no espaço ou em documentos), e da preocupação constante em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano atual da cidade (muitas das quais certamente fadadas ao desaparecimento) que poderemos resgatar muito do passado, eternizar o

presente, e garantir às gerações futuras um lastro de memória importante para a sua identidade (ABREU, 2014, p. 40).

Para o autor, o caráter seletivo e subjetivo da memória, faz da história a opção para que se penetre no difícil campo da memória das cidades. A história, embora não seja neutra, é posta à prova continuamente e precisa dar conta do que foi esquecido; ao contrário da memória (ABREU, 2014, p. 40). Mesmo no campo da história são necessárias precauções: i. os vestígios do passado não são neutros; ii. as interpretações sobre o passado não devem ser tomadas como definitivas (idem, p. 41).

Porém ao buscar recuperar o passado de um lugar, não raro a história comete um grande equívoco: recupera o tempo, mas perde o lugar (ABREU, 2014, p. 43). Perde-se o gancho espacial que dá sentido à história (e à memória) dos lugares. Neste sentido o autor coloca que o resgate da memória de um lugar, de uma cidade, só é possível se pudermos trabalhar ao mesmo tempo em duas frentes de investigação, aliando história e geografia (idem, p. 44). Porém é preciso romper com barreiras, pois haveria uma espécie de ditadura do presente na geografia, sendo o estudo do passado legado à história. O passado só interessaria à Geografia se nele estivessem elementos para explicação do presente (ibidem, p. 47).

Por fim, de acordo com Raffestin os princípios de leitura do território devem buscar identificar: limites, escalas, uso interno, contexto histórico. Assim como na geografia histórica, não basta localizar no espaço, é preciso localizar também no tempo.

Assim, busco, identificar também: i) quando e como surgiram os territórios negros, seu auge e quando e porque deixaram de existir; ii) a área inicial ocupada; a área final ocupada e a evolução da área de abrangência. Desta forma, estaremos realizando a delimitação no tempo e no espaço. Questões como estas eram inquietações constantes, e a busca de respostas para elas culminou nesta pesquisa.

Além disso, buscamos identificar o contexto histórico-geográfico, onde as territorialidades se desenrolaram, pois o pleno entendimento destas só é possível se estiverem contextualizadas. A apreensão de significados só é possível a partir da devida contextualização, visto que as territorialidades e os usos do espaço estão relacionados a um contexto histórico (RAFFESTIN, 2011; SACK, 2011).

Na busca pela cidade negra serão adotadas as seguintes estratégias metodológicas: i) análise das produções que versem sobre os territórios e

territorialidades negras em Porto Alegre; ii) reconstrução histórico-geográfica, recorrendo a registros diversos: documentais, jornalísticos, fílmicos, imagéticos, narrativos, cartográfico, e outros pertinentes a pesquisa; iii) entrevistas e trabalhos de campo; iv) produção cartográfica; v) discussão dos resultados.

### **1.2.1. Encontrando as partes: escritos sobre o tema**

A revisão bibliográfica teve como foco as teorias da geografia histórica e escritos sobre os territórios negros em Porto Alegre. Visto que estes espaços são bastante ignorados pela historiografia tradicional, lançou-se mão de todos os registros disponíveis, que contribuíssem para a reconstituição destes espaços: crônicas, produções acadêmicas e livros de memórias.

No rol das pesquisas acadêmicas, foram encontrados trabalhos que tinham como tema algum dos territórios negros, de forma específica, e trabalhos que referiam-se a temas relacionados (carnaval, batuque, canalização do Arroio Dilúvio), mas que acabavam por trabalhar também os territórios negros. Neste sentido as produções acadêmicas, os livros de memória, as crônicas antigas, etc., são a base principal utilizada para a reconstrução dos nossos territórios negros. Esta revisão preencheu lacunas, apontou outras fontes, gerou questionamentos, etc.

Apesar do silêncio historiográfico sobre estes espaços, da década de 1990 para cá já existem pesquisas - ainda que escassas - sobre quase todos os territórios negros. O material levantado até o momento consiste em: sete dissertações, uma tese, três livros de memórias e um artigo. Contudo cabe salientar que no rol das pesquisas acadêmicas, das nove referências, sete foram produzidas até o ano 2000 e nos quinze anos seguintes surgiram apenas duas novas pesquisas, respectivamente nos anos de 2012 e 2014. Se num primeiro momento houve um interesse da academia por estes espaços, ele logo se esvaneceu, não havendo pesquisas suficientes para suprir a lacuna do vazio histórico e geográfico que havia – e permanece – até o momento.

A Colônia Africana e o Areal da Baronesa foram tema das dissertações de Eduardo Kersting (1998) e Jane Rocha de Mattos (2000). As demais referências são pesquisas que dedicaram-se a temas relacionados, como o carnaval e a

religiosidade negra, mas que acabaram por abordar os antigos territórios negros. O carnaval nos territórios negros foi abordado nas dissertações de Josiane Abrunhosa da Silva (1993), Iris Graciela Germano (1999) e Marcus Vinícius Freitas da Rosa (2008). A religiosidade negra relacionada aos territórios negros aqui abordados, foi alvo das pesquisas de mestrado de Jacqueline Britto Pólvora (1996) e de Tiago Bassani Rech (2012). Assim, a análise abarcou desde estudos que tratavam diretamente um dos territórios negros, até outros estudos que tinham os territórios negros como questão secundária.

Já os livros de memória “Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre” (2005) e “Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre” (2010a), organizados pela fotógrafa Irene Santos em conjunto com outras intelectuais, foram produzidos justamente visando registrar, enquanto ainda há tempo, uma parte da memória oral e fotográfica sobre a Porto Alegre negra. Há de se ressaltar o valor simbólico destas obras para a comunidade negra em geral, visto que é um dos raros registros em que nós somos representados como protagonistas da nossa história, como pertencentes a uma família, de forma positiva e não exotizada, estereotipada ou jocosa. Além disso, nossas práticas e manifestações culturais são abordadas como momentos de congregação e fortalecimento de vínculos. Assim, as múltiplas formas de ser negro e as múltiplas territorialidades delas decorrentes, dali emergem.

Em suas crônicas, Sanhudo (1961, 1975) se detém a rememorar os arraiais e espaços conhecidos da cidade. Incluem-se aí crônicas sobre o Areal da Baronesa, a Colônia Africana e a Bacia do Mont’Serrat. O autor faz uma descrição tendenciosa, carregada de julgamento moral e adjetivos desqualificadoras como “terrível”, “célebre”, “tenebroso”, “estripulias”, produzindo uma visão pejorativa destes espaços e de seus moradores. Em geral, relaciona a chegada de melhoramentos urbanos à melhoria “social” destes espaços. Contudo, diante da falta de outros registros, o autor nos traz informações significativas sobre estes espaços, como a localização, a origem temporal e explicações sobre a denominação.

Na crônica “Colônia Africana” descreve-a como um arraial que “fugiu à tradição”, por não ter a sua denominação derivada da capela local, mas sim relacionada ao grupo racial negro, predominante na região, que “mais habitada por pretos, foi ficando com o pitoresco e significativo nome de Colônia Africana” (SANHUDO, 1975, p. 113). No que se refere ao território negro no Mont’Serrat,

destaca a relação do termo “bacia” com o relevo local, explicando que “se notabilizou justamente pela depressão ao norte do cerro, popularizando-se como bacia do Mont’Serrat” (idem, p. 112). No que se refere ao Areal da Baronesa, ratifica a substituição do termo “arraial” por “areal” (que acabou popularizando-se) devido a farta quantidade de areia na região.

Outro registro importante neste sentido é o livro escrito pelo padre Mathias Wagner sobre a Paróquia Nossa Senhora da Piedade, que esteve sob sua regência nas primeiras décadas do século XX. Ao abordar a igreja (situada no alto da Rua Cabral), seus fiéis e a região – a Colônia Africana, Wagner acaba trazendo parte do contexto deste espaço à época. Ainda que a visão do padre também siga a linha de “melhorar a imagem da área”, traz à tona fatos importantes como a existência de batuques (embora, retratados de forma pejorativa), a presença de mães e pais de santo, inclusive relatando as reações negativas por parte dos negros adeptos dos cultos afro-brasileiros diante de suas tentativas de catequizá-los.

Se por um lado estas crônicas são extremamente desabonadoras, por outro lado, é possível extrair delas uma série de valiosas informações sobre o contexto daqueles espaços à época, que seriam de difícil acesso e confirmação na atualidade. Assim, ao fazer uso deste tipo de registro é necessário realizar uma contra-leitura, “pinçando” as informações relevantes, que sirvam para contar uma outra história destes espaços urbanos e de suas experiências.

Além das referências que fazem menção diretamente à temática deste trabalho, foram de grande contribuição dois guias – um histórico e um bibliográfico – sobre a cidade. Os verbetes presentes no Guia Histórico de Porto Alegre, coordenado por Franco (2006), fazem minuciosa construção histórica da formação dos logradouros, praças, bairros e outros espaços importantes de Porto Alegre até a década de 1920, trazendo valiosas informações e esclarecimentos. O guia bibliográfico comentado “O que ler para conhecer Porto Alegre” (FELIZARDO & VILLANOVA, 1991) além da indicação de fontes de pesquisa, tem relevância por apontar as bibliotecas onde estão depositados os materiais citados.

A leitura destes trabalhos permitiu esclarecer dúvidas (como a relação entre a Colônia Africana e a Bacia Mont’Serrat - Auxiliadora) e preencher lacunas (como a origem da Ilhota). Porém outros questionamentos surgiram e a Ilhota e a Bacia do Mont’Serrat continuam sendo grandes lacunas no que se refere aos estudos sobre os territórios negros em Porto Alegre.

Além dos territórios negros até aqui mencionados, existem hoje na cidade de Porto Alegre, pelo menos 4 comunidades quilombolas reconhecidas: Quilombo da Família Silva (Bairro Três Figueiras), Quilombo dos Alpes (divisa dos Bairros Teresópolis e Cascata), Quilombo da Família Fidélis (Bairro Azenha) e Quilombo do Areal (Bairro Menino Deus). Embora estes espaços também sejam considerados territórios negros não foram abordados nesta dissertação, visto que o foco desta pesquisa era delimitar e espacializar os espaços conhecidos como “antigos territórios negros”, formados no pós-abolição e localizados no entorno do Centro, trazendo sua relação com as transformações do espaço urbano.

São encontradas diversas pesquisas sobre os territórios quilombolas de Porto Alegre, sendo mencionadas aqui apenas algumas. A Família Silva teve o seu processo de titulação abordado pelo historiador Mario Roberto Weyne Correa (2010). O Quilombo dos Alpes foi tema das pesquisas das geógrafas Gisele Santos Laitano (2012) e Winnie Mathias Dobal (2015). O Quilombo da Família Fidélis foi trabalhado por diferentes perspectivas: antropológica por Alexandre Peres de Lima (2012), de regularização fundiária por Daniela Santos da Silva (2013) e da territorialidade por Taís de Medeiros Silva (2015). Já o Quilombo do Areal, também conhecido como Avenida Luiz Guaranha, foi tema exclusivo da dissertação de mestrado do antropólogo Olavo Ramalho Marques (2006). Em sua tese Marques (2013) trabalhou as comunidades quilombolas do Areal e da Família Fidélis, além de outros espaços de territorialidade negra de Porto Alegre e Caxias do Sul.

No âmbito da Geografia, diversos pesquisadores têm se debruçado sobre temas relacionados as questões raciais, abordando a questão negra a partir de diversas perspectivas: educação; formação de professores; produção de materiais didáticos; ações afirmativas; territórios, espacialidades e práticas culturais negras urbanas e rurais; produção de cartografias; patrimônio cultural, memória e identidade; territorialidades festivas e religiosas; segregação e migração intra e interurbana; trajetórias e intelectualidade negra. Uma relevante parcela destes pesquisadores também são negros, sendo citados aqui apenas alguns nomes.

O Prof. Alex Ratts coordena o Laboratório de estudos de gênero, étnico-raciais e espacialidades (LaGENTE–UFG) na Universidade Federal de Goiás, no qual tem sido desenvolvidas diversas pesquisas nesta área. Além das publicações no campo da Geografia, o Prof. Alex Ratts tem publicações sobre a obra de Beatriz

Nascimento e Lélia Gonzalez, duas importantes intelectuais negras ainda pouco conhecidas.

Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) tem-se conhecimento de dois núcleos de estudos relacionados a questão racial dentro da Geografia. O “NEGRAM – Núcleo de estudos e pesquisas em geografia, relações raciais e movimentos sociais” é coordenado pelo Prof. Renato Emerson dos Santos, que organizou duas importantes publicações relacionadas à geografia e questões raciais: *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil* (2009) e *Questões Urbanas e Racismo* (2012), sendo esta última uma publicação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Ainda na UERJ, existe o “Núcleo de estudos sociedade, espaço e raça”, coordenado pelo Prof. Andreilino de Oliveira Campos, autor do livro “Do quilombo à favela: a produção de ‘espaço’ criminalizado no Rio de Janeiro”.

Na Universidade de Brasília (UnB), o Prof. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos coordena, entre outros projetos, o Grupo de Pesquisa Geobaobás, possuindo reconhecida produção acadêmica na área de cartografia e questões raciais, sendo bastante conhecidas o *Atlas Geográfico África-Brasil*, o catálogo “O Brasil Africano, algumas referências dos séculos XVI – XXI: cartografia para a educação”. Felizmente, existem já muitos outros pesquisadores com contribuições relevantes à temática, sendo impossível listar todos aqui.

### **1.2.2. Juntando as partes: reconstituição histórico-geográfica**

Visando recompor, ainda que de forma incompleta, o “quebra-cabeças” da Porto Alegre negra, recorreremos a instrumentos diversos: documental, jornalísticos, fílmico, narrativo, cartográfico, imagético. As informações sobre a população negra, seus territórios e cotidiano se apresentam em fragmentos, dispersos entre os instrumentos citados. Por isso o uso do termo “quebra-cabeças”, pois para recompor essa memória faz-se necessário “encaixar” as diversas partes (fragmentos), obtidas com o cruzamento de fontes diversas.

Os trabalhos consultados, principalmente no campo da história, apontam uma infinidade de fontes disponíveis para a pesquisa sobre a população negra no espaço



urbano: jornais, crônicas, relatórios de governantes, correspondência da Câmara Municipal, processos-crimes, documentação policial, entre outros. Porém, este seria um longo e minucioso trabalho, que não estava no escopo, devido a grande gama de fontes já utilizada e ao longo período a ser abarcado nesta pesquisa. Assim, trabalhei com notícias de jornais já citadas em pesquisas anteriores. Em alguns casos recorri às fontes primárias – o jornal em si – para ter acesso ao texto por inteiro, visto que as citações eram parciais. Por vezes, ao consultar diretamente a fonte primária acabamos encontrando outras informações relevantes.

A imprensa escrita é uma fonte frequentemente utilizada nas pesquisas históricas sobre o espaço urbano, por diversos motivos: ser um registro acessível, trazer o contexto da época, pela descrição detalhada, pelos registros imagéticos e por apresentar, em geral, um acompanhamento sequencial de alguns fatos. Contudo, esta é uma fonte bastante tendenciosa. As representações pejorativas construídas e constantemente reforçadas pela imprensa sobre os espaços de moradia ou de sociabilidade das classes populares criam um “ambiente” para a incidência e repressão do poder público sobre estes espaços. No final do século XIX os alvos foram os becos, os cortiços, as tabernas e o jogo localizados no espaço central; em meados do século XX foi a vez da Ilhota.

Para seu estudo sobre a origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro, Mauricio de Almeida Abreu vale-se da imprensa por ser essa “a única fonte que acompanhou, ainda que de forma imperfeita, o processo de expansão da favela pela cidade” (ABREU, 2014, p. 424). O autor observa que “embora problemática em alguns aspectos, é, por outro lado, bastante rica e pouco explorada”, destacando que os registros orais seriam outra fonte de grande valia, mas estes “ou não foram feitos ou não são conhecidos” (idem).

Diante da escassez de registros, Kersting também recorreu aos jornais para recuperar informações pretéritas da Colônia Africana em Porto Alegre (1998). Apesar de desabonadores, estes registros permitiram traçar o provável início da Colônia Africana (meados década de 1880), seu ápice e sua descaracterização, pois a partir de 1920 as notícias já fazem referência ao bairro Rio Branco, acompanhado do termo Colônia Africana ou ex-Colônia Africana entre parênteses, indicando transição. Inclusive, serão dois registros da imprensa sobre o carnaval dos anos 1940 que nos permitirão questionar a descaracterização deste espaço como território negro nos anos 1920. Um dos registros faz menção “aos morenos que

desceram os morros, desembocaram da Colônia Africana [...] com seus tamborins” e outro narra a festa carnavalesca “no Ruy, a sociedade de pretos da Rua Esperança”. A antiga Rua Esperança, miolo da Colônia Africana, é a atual Rua Miguel Tostes, no bairro Rio Branco. Esses trechos nos permitem inferir que nesta época, muitos negros por lá ainda viviam e continuavam a desenvolver a sua vida cultural, a ponto da região continuar sendo referida como Colônia Africana, mais de 20 anos depois do bairro ter sido rebatizado de Rio Branco e do padre Mathias Wagner ter relatado em seus escritos que a Colônia Africana estava dando lugar ao bairro Rio Branco. Parece que tais expectativas demoraram a se concretizar.

Nas décadas de 1930/1940, as representações na imprensa oscilavam entre a crítica aos territórios negros e sua população e a exaltação à cultura produzida nestes espaços no período do carnaval (GERMANO, 1999, p. 210). Encarregada de legitimar a cultura popular como algo nacional, a imprensa guardou grande parte dos registros imagéticos sobre estes territórios, como as coberturas do carnaval feitas pela Revista do Globo e pelo jornal Correio do Povo. Existem outros registros, mas eles estão “guardados” nas caixinhas de lembranças das famílias, nem sempre disponíveis aos pesquisadores.

Abreu aponta que a recuperação da memória das cidades requer uma ancoragem objetiva; privilegiando, nesta perspectiva, a coleta de dados a partir de fontes históricas (2014, p. 35). Esse processo pode ser enriquecido com o uso das narrativas orais, pois a partir da memória individual pode-se enveredar pelas lembranças das pessoas e ter acesso a momentos urbanos que já passaram e formas espaciais que já desapareceram (idem).

Lindón corrobora com tal perspectiva, apontando que as narrativas de vida deixam emergir a espacialidade das experiências vividas pelos sujeitos, trazendo à tona também os aspectos materiais e subjetivos constituintes do espaço (s.d., p. 14). Nesta perspectiva, a experiência individual deixa transbordar também a dimensão social e coletiva, evidenciando a experiência compartilhada e revelando o contexto social no qual se deu o processo (idem).

Buscando adentrar o espaço experienciado pelos grupos negros, também foram utilizados registros orais, com entrevistas disponíveis em vídeo ou na forma escrita. Em forma de vídeo foram utilizados o documentário sobre o Mestre Borel (descrito a seguir) e entrevistas do Projeto Outros carnavais: memória do carnaval de rua de Porto Alegre – 1930/1969. Uma parte das entrevistas escritas utilizadas

foram extraídas da obra “Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre” (SANTOS, 2010a). As demais entrevistas utilizadas foram as realizadas pela Secretaria Municipal de Cultura do município de Porto Alegre no ano de 1991. São entrevistas feitas com antigos carnavalescos, entre eles Adão Alves de Oliveira, o rei momo negro e Dolzira Padilha, uma foliã. Os registros escritos destas entrevistas da Secretaria Municipal de Cultura foram gentilmente cedidos pela historiadora Iris Graciela Germano, visto que eu não estava conseguindo encontrá-los.

Ao falar das suas experiências de vida, os narradores vão trazendo as atividades e práticas desenvolvidas nestes espaços, nos ajudando a captar um pouco do simbolismo que compunha estes lugares. Para além disso suas memórias percorrem os lugares, trazem à tona a geografia destes espaços, sua paisagem e transformações.

No documentário “Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre”, Walter Calixto Ferreira, o Mestre Borel, que fez sua partida em 2011, reconstrói os territórios da Ilhota e do Areal da Baronesa. Mestre Borel é um antigo alabê (tamboreiro), figura muito respeitada na comunidade negra gaúcha e quiçá nacional, que morou boa parte da sua vida na região da Ilhota e do Areal da Baronesa, posteriormente indo residir no bairro Restinga, um bairro que caracteriza-se como território negro contemporâneo. Na sua narrativa, Mestre Borel nos insere numa Porto Alegre do passado, com o “Riachinho” (Arroio Dilúvio) ainda não canalizado, com os pontilhões de madeira dando passagem para a Ilhota pela Praça Garibaldi ou pelo Areal da Baronesa, com a Ponte de Pedra ainda em funcionamento e a Av. Borges de Medeiros não prolongada sobre o aterro do Guaíba na orla da Av. Praia de Belas. Ele explica que a Av. Borges de Medeiros vinha somente até o cinema Capitólio, depois já tinha que pegar a Rua João Alfredo para chegar a Cidade Baixa.

Em seu relato sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, Adão Alves de Oliveira, seu Lelé, além de narrar a épica chegada dele de barco, ao toque de clarins, na Ponte de Pedra para a abertura do carnaval de 1948, nos traz um pouco da paisagem do Areal da Baronesa. Era “um areião”, cheio de avenidas (pátio com peças individuais, contíguas, com banheiro e tanque coletivos, onde residiam várias famílias), todo enfeitado de bandeirinhas em época de carnaval. Por outro lado, a narrativa deixa escapar as diferenciações internas entre a parte “urbanizada” que tinha sido calçada (lado norte, até a R. Miguel Teixeira) e a parte de chão de areia,

ao sul da Av. Aureliano de Figueiredo Pinto. Era nesta parte que se localizava o coreto oficial, na Rua Barão do Gravataí. Nos faz imaginar todo o simbolismo que foi aquele homem negro, de pele escura, alto, forte, chegando como Rei Momo e abrindo o carnaval do Areal da Baronesa, território negro. Para súditos negros, um Rei Negro! É preciso dizer que nunca mais passei pelas ruas de Porto Alegre da mesma forma. Custo a lembrar o nome da Rua do Arvoredo, difícil passar pela João Alfredo sem imaginar o cortejo do Momo negro e sua realeza indo até o Areal da Baronesa. Sinto saudades e me encho de orgulho de algo que não vivi, mas que faz parte da minha memória de negra portoalegrense.

As narrativas citadas até o momento são de pessoas que já não estão mais entre nós, mas que tiveram suas memórias registradas por pesquisadores da temática negra. Estes relatos não falam apenas da memória negra, mas da memória de um espaço urbano que já não existe mais.

Nesta perspectiva, Abreu destaca a importância da recuperação e do registro das memórias daquelas pessoas que vivenciaram momentos pretéritos da cidade, visto que estas memórias são de grande importância para a identidade de um lugar (2014, p. 35). Argumenta que embora a memória tenha uma dimensão individual, muitos dos seus referentes são sociais, propiciando que tenhamos também uma memória compartilhada, coletiva (idem, p. 36). Para Halbwachs, a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo (1990 *apud* ABREU, 2014, p. 36). Nesta perspectiva ela refere-se a um espaço que foi compartilhado por uma coletividade por um certo tempo, seja a vizinhança, o bairro, a escola de samba, a casa de batuque.

Com relação a cartografia histórica da cidade foram utilizados os mapas históricos reunidos no CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e início do XX, sistematizado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (2005). Estes mapas nos permitiram visualizar a cidade em diferentes momentos, reconstituir seu traçado, verificar quais eram os limites da cidade e dos nossos territórios negros em cada momento do espaço urbano.

Outrossim, há de se levar em conta que ao longo do século XX a cidade de Porto Alegre vê seu espaço geográfico ser profundamente alterado, com grandes obras, verdadeiras cirurgias urbanas, que alteraram não só a paisagem, mas inclusive o mapa da cidade.

Diante disso, foi preciso recuar a um outro momento do espaço urbano, voltar a uma cidade existente antes dessas transformações para compreender o que estava sendo abordado. Assim, os mapas históricos propiciaram a visualização do traçado da antiga Porto Alegre. É preciso imaginar outro relevo, topografia e uma forma de cidade para a compreensão de algumas situações.

A maior parte das imagens antigas sobre a população negra de Porto Alegre são de acervos familiares e foram extraídas dos livros de memória organizados pela fotógrafa Irene Santos (2005, 2010). Já as imagens sobre os espaços urbanos e suas transformações fazem parte do acervo da Fototeca Sioma Breitman do Museu Joaquim José Felizardo.

A inspiração desta pesquisa vem, em grande parte, das já citadas obras *Negro em Preto e Branco* (2005) e *Colonos e Quilombolas* (2010), produzidas por Santos em conjunto com outras intelectuais. Estes livros têm como característica a presença negra de forma afirmativa, positiva e – principalmente – contada a partir de si, repletos de imagens dos negros de Porto Alegre e suas famílias.

As narrativas produzidas sobre espaços e pessoas também acabam por construir representações, ou seja, os modos como os leitores irão ver estes espaços e seus moradores. E os sentidos e significados construídos sobre espaços e pessoas influenciarão em sentimentos de maior ou menor empatia. Nesta perspectiva concordamos com Lindón de que os sujeitos não só constroem os espaços quando edificam casas e cidades, mas também quando falam delas e da forma como o fazem, enfatizando alguns aspectos (como o ócio, a criminalidade, a exclusão, a subjugação) e omitindo outros (como a organização coletiva, a ajuda mútua, a criação de clubes, de escolas noturnas, de jornais) (s.d., p. 18).

É com o explícito objetivo de construir uma imagem de protagonismo até então pouco divulgada sobre a população negra de Porto Alegre, seus espaços de moradia e de sociabilidade, que Irene Santos, por exemplo, expõe que a proposta do livro *Colonos e Quilombolas* (2010a), seguindo a linha do anterior *Negro em Preto e Branco* (SANTOS, 2005), privilegiará

apresentar e mostrar de forma afirmativa uma comunidade [negra] alegre, trabalhadora, atuante, organizada, solidária, participativa e com grande contribuição no cenário educacional, histórico, social, esportivo, cultural e musical de Porto Alegre (SANTOS I, 2010b, p. 2).

Uma grande parcela dos trabalhos sobre o negro no espaço urbano aborda o território negro a partir da desterritorialização, do deslocamento forçado, da

segregação. Importantes trabalhos de denúncia, de desmascaramento do mito da democracia racial, mas que na maioria das vezes não conseguem (ou não se propõem) trazer à tona as práticas, as sociabilidades, as articulações, os agenciamentos e protagonismos negros que acabaram por construir aquilo que nós estamos chamando de territórios negros, não apenas no plano material, mas também no plano simbólico. Ao meu ver, tal perspectiva de denúncia, pouco suscita a construção de uma memória negra coletiva afirmativa, que propicie o sentimento de identificação por parte dos negros e de reconhecimento e valorização por parte dos não-negros.

Assim, esta pesquisa priorizará o viés do protagonismo e agenciamento negro, buscando trazer à tona as práticas e sociabilidades desenvolvidas nestes espaços, que acabaram por transformá-los em territórios negros. Mesmo em situações adversas e dentro de contextos cerceadores, o grupo negro conseguiu elaborar estratégias de resistência e manutenção de suas raízes. É importante ressaltar que estas estratégias de luta nem sempre tiveram o embate direto. Como ressaltava Müller (2009, p. 264), as lutas muitas vezes foram realizadas em silêncio, apropriando-se das armas do opressor (como a escolarização, a polidez) para se erguer contra ele.

É nesse sentido que insistimos que os territórios negros – e porque não, as práticas negras e a cultura negra de forma ampla – sejam concebidos não apenas a partir de uma história de exclusão, mas como espaços de construção de singularidades e elaboração de um repertório comum de matriz africana (ROLNIK, 2009, p. 76).

Enquanto pesquisadores, precisamos nos questionar a partir de qual abordagem os grupos e espaços negros serão concebidos. A partir de que lente, nós, pesquisadores, iremos construir as representações sobre nós e eles? Sim, quando escrevemos estamos ajudando a construir representações – imagens e concepções – sobre os grupos abordados. No caso do grupo negro, podemos caminhar na linha da reprodução da imagem de subjugados, silenciados, segregados, ou do reposicionamento social, e neste caso, espacial.

Nesse sentido é interessante trazer aqui a pesquisa de mestrado de Liane Susan Müller (2013 [1999]) sobre a Irmandade do Rosário de Porto Alegre, instituição negra de caráter religioso fundada e gerida por homens negros (livres e escravizados) em 1786. O título do trabalho “As contas do meu rosário são balas de

artilharia” faz menção ao uso estratégico da fé como arma de ascensão social por parte dos irmãos do Rosário (MÜLLER, 2013, p. 19). A pesquisadora relata que este grupo de negros, sabiamente, apropriou-se do rígido e burocrático espaço religioso para, através dele, promover a ascensão social de seus membros. Ou seja, trilharam os caminhos possíveis e souberam fazer uso deles. Vejamos a colocação da autora na íntegra:

A grande experiência vivida por estes negros na Irmandade do Rosário de Porto Alegre deu-se na medida em que eles aprenderam a fazer uso de tais regras, propondo algumas **releituras que permitissem incorporar seus interesses**. A comunhão do mesmo espaço e das mesmas tarefas, a constante troca de informações, e a capacidade desenvolvida para, **em silêncio, estabelecer estratégias** visando a ascensão social de seus membros, foram responsáveis pela **transformação da Irmandade em um espaço de luta** (MÜLLER, 2009, p. 264, **grifo meu**).

### 1.3. TERRITÓRIOS NEGROS: espaço, poder e raça

#### 1.3.1. Território, territórios: múltiplas forças

Raffestin nos chama atenção para a necessária distinção entre os termos espaço e território, pois os mesmos não são equivalentes, embora por vezes sejam usados como tal (2011, p. 128). O espaço é aquilo que antecede o território; é o campo de possibilidades sobre o qual um ou mais atores projetarão as suas intencionalidades, constituindo um programa – projeto, ação, que se caracteriza por um conjunto de intenções a serem desenvolvidas. Um projeto pressupõe objetivos a serem alcançados, os quais requerem a realização de ações para a sua concretização. É neste sentido que o autor pontua que o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa composto por um conjunto de objetivos que pode ocorrer em qualquer nível (idem).

A apropriação do espaço pode se dar de forma concreta ou abstrata. Produzir uma representação do espaço, por exemplo, já é uma apropriação, uma forma de controle, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento (RAFFESTIN, 2011, p. 128). Atos aparentemente banais como nomear ou marcar espaços num mapa, ou o oposto – silenciá-los, suprimi-los – constituem poderosas (e por vezes

cruéis) formas de criar territórios. Entretanto, como argumenta Sack, circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, identifica lugares, áreas ou regiões, mas não cria um território (2011, p. 77). Tal delimitação só se torna território quando seus limites são utilizados para moldar, influenciar ou controlar acesso, comportamento e atividades.

Raffestin expõe que "qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, local de relações" (2011, p. 129). Esta projeção de imagem expressa o conjunto de intenções e objetivos pretendidos para aquele espaço que está prestes a se tornar o território destes atores. O autor então afirma que "à projeção de um espaço qualquer 'E' de um sistema 'a' é preciso fazer corresponder a projeção de um sistema de intenções de poder que se molda sobre o primeiro" (idem, p. 130).

Sobre o espaço recai um conjunto de relações de poder que acaba por moldá-lo, mesmo que parcialmente, segundo os seus interesses. O resultado dessas relações de poder se expressa na forma de territórios, passíveis de serem observados e cartografados. Mas Raffestin adverte que a única coisa que não é imediatamente possível mostrar é o sistema de axiomas dessas relações de poder (2011, p. 130). Os nexos, as ligações, as relações que sustentam o poder não são imediatamente apreensíveis, visíveis. E é nisso que consiste o trunfo, pois a maior parte das pessoas não concebem o espaço como um instrumento de poder; então ações através do espaço são vistas quase como instintivas e não como parte de um jogo de forças. Deste modo, não se percebe que, através do espaço, as pessoas constroem estratégias de intervenção e organização de acordo com os seus objetivos. Assim, estas intervenções ocorrem de forma dissimulada, sendo percebidas simplesmente como ações, não se evidenciando seu caráter estratégico e intencional.

A partir de uma representação com pontos, Raffestin demonstra um ator e seu campo de possibilidades de atuação (2011, p. 131). Neste espaço de possibilidades, o ator seleciona os pontos aos quais se ligará e os que serão deixados de lado, tendo como perspectiva os seus objetivos e a possibilidade de efetivação de suas intenções (p. 131). Assim, o ator pode construir vários tipos de tessituras, articulando pontos ou impedindo que certos pontos sejam ligados, assegurando a descontinuidade (p. 132). Nesta perspectiva, a representação - território projetado - é um conjunto definido em relação aos objetivos do ator (p.



131). Poderiam ser inscritas tantas "imagens territoriais" quantos objetivos intencionais diferentes houvessem (p. 132). Porém não existe somente um único ator, correspondendo o território real a um jogo multilateral dos múltiplos atores e seus projetos (p. 133).

A representação resulta de um trabalho: energia e esforços empreendidos na tentativa de construção de um território. Mas essa energia informada – território – não é estável; ela se modifica e finalmente se degrada (RAFFESTIN, 2011, p. 132). Tal perspectiva é ratificada por Sack, quando este pontua que um território precisa ser mantido, sendo necessários esforços constantes para reafirmá-lo e comunicá-lo ao outro, buscando a sua legitimação constante (2011, p. 77). Raffestin encerra este pensamento, expondo que só após a ação - território concretizado – se verifica o valor da energia informada [o quão estável, aceito, legitimado está o território], cristalizada na representação (2011, p. 132).

As "imagens" territoriais revelam relações de produção e as relações de poder que as constituíram. Do Estado ao indivíduo encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios", elaborando estratégias de produção que se chocam com outras estratégias (RAFFESTIN, 2011, p. 137).

Este choque/encontro entre múltiplos atores e suas relações com o espaço são aqui entendidas a partir da multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2008). Inicialmente, o autor coloca que o uso do território na contemporaneidade aparece, principalmente, a partir de duas acepções: i) para dominação, na qual o espaço representa posse, propriedade, possuindo valor de troca; ii) como apropriação simbólica, decorrente do vínculo construído pelo uso do espaço, adquirindo valor simbólico como "lar", "abrigo", segurança afetiva, memória coletiva, ancestralidade (HAESBAERT, 2008, p. 20). Haveriam então os territórios estatais e funcionais que diferenciam-se dos territórios culturais, carregados de simbolismo e frutos de apropriação pela densidade de experiências a qual remetem.

É neste sentido que Haesbaert nos chama a observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", o qual "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica" (2008, p. 20). Porém, cabe ressaltar, que os extremos do *continuum* não se distinguem

mecanicamente, pois entre eles movimentam-se uma multiplicidade de manifestações, que combinam de modos variantes, poderes, sujeitos e estratégias no exercício das territorialidades (REGO, 2008, p. 10).

Entretanto, a apropriação do espaço por diferentes sujeitos e práticas nem sempre ocorre de forma equilibrada e justaposta, ocasionando disputas e sobreposições. Assim, o uso do espaço aparece em acentuado conflito, fluindo entre as polaridades do *continuum*. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos "agentes" que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação, pois ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412 *apud* HAESBAERT, 2008, p. 20).

Por fim, é pertinente a contribuição de Heidrich de que todo território contém uma demarcação e uma definição de uso ou prática (2008, p. 241). Assim, todo território impõe-se por um limite e seu interior. O autor evidencia que a demarcação é resultado direto do poder e que embora possam haver distintas formas de poder, são estes que constituem a territorialidade. Exemplifica:

Pode ser um poder que se institui por uma posse e se expressa por superioridade física ou ação violenta; pode ser, por outro lado, um poder que se constitui associado a uma situação de soberania, pela exclusividade de estabelecer relações de ordenamento político; ou, ainda, pode ser o poder que se constrói pela simples manifestação, pela presença que intimida e se diferencia (HEIDRICH, 2008, p. 242).

Percebe-se então que independente do que esteja em jogo e das estratégias utilizadas, o poder (transitando entre os dois polos do *continuum*) é o cerne das relações sociais que, ao se imprimirem no espaço, construirão territórios. Embora seja conhecida a elaboração de Souza de que o território se constitui por e a partir de relações de poder (2012, p. 78), nos apoiaremos na metáfora, utilizada pelo autor, do território enquanto "campo de forças" (*idem*, p. 86). Esta concepção nos parece útil, no sentido que um campo de forças é gerado por energias: forças que promovem atração ou repulsão. Contribui ainda se pensarmos que quando não há energia (intencionalidades) em jogo, o objeto não produz nem atração, nem repulsão, constituindo-se num objeto neutro. Logo este objeto neutro é o que construímos até o presente momento como espaço – aquilo que antecede o território.

### 1.3.2. Territorialidades: o uso e as representações do espaço em disputa

Com relação à territorialidade, "parece-nos que o elemento essencial a reter é a relação com a alteridade" (RAFFESTIN, 2011, p. 143). A territorialidade não se faz sozinha, mas sim na relação com o outro por meio do espaço, que se tornará território. Deste modo, a territorialidade é aqui compreendida dentro da perspectiva de relação triangular (ator-território-ator) proposta por Raffestin, na medida em que a relação com território media(tiza) as relações com os homens, com os outros (idem). O autor coloca que tudo reside na relação concebida como processo de troca e ou de comunicação (ibidem, p. 145). Desta forma, a territorialidade aparece como constituída de relações mediatizadas, simétricas e dissimétricas com a exterioridade.

Sack destaca o caráter intencional das territorialidades humanas, pontuando territorialidade enquanto uma estratégia, que pode ser acionada ou não, relacionada aos objetivos do ator para o uso do espaço. Assim, a territorialidade constitui-se num conjunto de ações e comportamentos, empreendidos por parte de indivíduos ou grupos, na tentativa de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, através do controle do território (2011, p. 76). Visa estabelecer deste modo diferentes graus de acesso às coisas do espaço.

Tanto Sack (2011) quanto Raffestin (2011) destacam como características da territorialidade: i. manifesta-se em todas as escalas espaciais (da nano escala, a começar pelo próprio corpo, à macro escala estatal); ii) está relacionada a um contexto sócio-histórico e espaço-temporal; iii) sendo, portanto, dinâmica, visto que os elementos que compõem as territorialidades são suscetíveis a variações.

A territorialidade varia de acordo com a função e o uso que se pretende para o espaço. Para um determinado tipo de função, o espaço pode ser parcialmente interditado, para outro totalmente. Para o carnaval, o espaço não pode ser utilizado (tipo de uso não bem visto), então são utilizadas ações não territoriais – como reclamar do barulho – para inibir a prática territorial (a festa carnavalesca). Contudo outra atividade que também produz barulho, como uma procissão religiosa, é aceita sem problemas, pois este tipo de uso – o uso religioso do espaço – não é rechaçado, mesmo por aqueles que pertencem a um outro credo.

A partir disso, entendemos que a territorialidade está diretamente associada aos sentidos e significações que se deseja, ou que se rejeita, para determinado

espaço. A partir disso criam-se classificações (cor da pele, idade, gênero, função, classe, religiosidade, etc.) para o uso interno daquele espaço; definindo aqueles que terão livre acesso, acesso restrito parcial (ou condicionado; só pode acessar na condição de trabalhador, por exemplo) ou restrição total ao território. Os elementos que estruturam estas classificações não são fixos, podendo ser combinados de diversas formas de acordo com as intenções para o território num dado momento. Por exemplo, para espaços de elevado padrão de status social, pessoas que usam determinados símbolos (como bonés, associado a cor da pele e a uma estética jovem periférica) são vistas de forma distintiva, não sendo bem vistas, ou no mínimo, vistas como estranhas àquele espaço. A hipótese anterior referia-se a uma situação de uso do espaço de forma não hierárquica, como consumidor de um shopping ou frequentador de uma casa noturna, por exemplo. Porém, nestes mesmos espaços, pessoas com estas mesmas características são percebidas de forma naturalmente aceita, caso estejam na condição de trabalhadoras (a aceitação variando também de acordo com o status da função). Para usufruírem do espaço no mesmo patamar dos demais consumidores ou frequentadores, são vistas como externas e por vezes como um atentado ao uso pretendido, mas para trabalhar são naturalmente aceitas.

Para exemplificar, as múltiplas dimensões e facetas que a territorialidade pode assumir, tomamos como exemplo a discussão ocorrida há alguns anos sobre a saída do carnaval do entorno do Centro de Porto Alegre. Um grupo posicionava-se contra a continuidade da histórica presença do carnaval na área central, sob alegação de barulho e aglomerações que perturbavam os moradores das proximidades.

Neste caso, o controle do território está relacionado a tentativa de inibir uma prática, um tipo de uso: a festividade carnavalesca. A rejeição a esta prática cultural, que é também espacial, extrapola a questão material da ocupação do espaço nos dias de festa, estando a sua restrição também relacionada às representações simbólicas que esta prática confere ao espaço. No Brasil, o carnaval está relacionado à cultura negra, à população periférica, a um ritmo musical específico (o samba), ao caráter espontâneo e popular da festa e, infelizmente, à erotização do corpo feminino. Tais representações, por vezes, são concebidas como negativas, havendo um julgamento moral da festa e de seus signos. O verso "essa moça tá diferente [...], essa moça tá decidida a se supermodernizar, ela só samba escondida que é pra ninguém reparar [...]" (BUARQUE, 1970) retrata o samba como um

empecilho à modernização da moça. Seu comportamento é modelado, levando-a a esconder (e em alguns casos abrir mão) a sua prática cultural, para ser vista como uma moça moderna.

Os elementos e as representações simbólicas que compõem um espaço podem gerar identificação ou distanciamento, dependendo da forma como as pessoas se percebem culturalmente em relação aos signos presentes. Nesta perspectiva, a demarcação dos limites físicos do território está diretamente relacionada à delimitação simbólica: das representações que se deseja para aquele espaço. Planejando construir um território que não esteja atrelado ao carnaval nem às suas representações sociais, são instituídos limites territoriais, que internamente moldam comportamentos e atividades a serem desenvolvidos naquele território. Evidencia-se uma disputa não apenas pelo uso do território, mas também pelas representações sociais relacionadas a este. Popular ou erudito? Selvagem ou civilizado? Profano ou sagrado? Tais representações estão atreladas a ideais de civilidade – resquício da colonialidade – e à necessidade de diferenciação entre o civilizado e o não civilizado, entre o erudito e o popular. Reivindica-se a fragmentação e hierarquização do território, a fim de distinguir os territórios pertencentes a nós, "eruditos", dos territórios atribuídos a eles, "populares".

Desta forma, a restrição à territorialidade carnavalesca, possivelmente, também esteja relacionada a elementos como: a forma de uso (coletiva, espontânea), o público (popular, periférico, majoritariamente negro), o caráter popular da festa (para diversão, para exacerbação da alegria, não para ostentação), a representação moral da festa (profano). Contudo, a articulação destes elementos, enquanto argumentos para negação ou permissão de uma prática espacial, ocorre de forma complexa. Ora alguns elementos são destacados, ora são esmaecidos, dependendo da prática a ser realizada e de suas representações simbólicas. Cabe explorar estes apontamentos.

O indivíduo, na condição de participante de um bloco ou clube de carnaval, ou seja, de um coletivo, pode ter seu acesso a área central, para exercício de uma prática cultural específica – a festa, negado. Porém, o mesmo indivíduo, em outro momento, no exercício de uma prática funcional (trabalho, estudo, consumo, serviços), provavelmente não encontrará dificuldades para percorrer o mesmo espaço que lhe fora negado; podendo acessar, de forma individual, na segunda-feira, o espaço que, no domingo, lhe fora restringido enquanto participante do

coletivo carnavalesco. Neste caso, há uma diferenciação entre as possibilidades de uso do espaço, sendo a forma individual (normatizada estética e performaticamente) permitida, enquanto a forma coletiva é restringida.

Porém, o uso coletivo do espaço público da área central para realização de uma procissão como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes ou para um concerto ao ar livre da Orquestra Municipal dificilmente será concebido como problemático. Neste caso, a forma de uso coletiva/individual não é um fator de extrema relevância, sendo destacado o caráter sagrado e carregado de devoção no que concerne a atividade religiosa; já no caso da música clássica, será destacado o viés erudito, com um público "educado" para apenas assistir e contemplar. Para diferentes manifestações culturais poderão haver distintas reações, que podem ir desde a rejeição até a participação. Ratifica-se então a ideia de territorialidade enquanto estratégia, consciente e intencional, que pode ser acionada ou não, para interferir no uso do espaço geográfico (SACK, 2011, p. 85).

A conflitualidade entre estes usos, ou seja, entre as múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2008) pode resultar na desterritorialização de uma ou mais práticas. Para além do processo de segregação urbana, de perda de território físico, a desterritorialização é entendida como um processo decorrente da perda de vínculos simbólicos com o espaço. Seus efeitos podem levar ao enfraquecimento de laços de pertencimento e consequente perda de referenciais espaciais e culturais por parte dos grupos desterritorializados. A inibição de uma territorialidade, mesmo que não haja deslocamento do grupo para fora da área restringida, poderá resultar, no decorrer de algumas gerações, no esquecimento da prática cultural vinculada àquele espaço. Acarreta, desta forma, prejuízo à memória coletiva do grupo e do local.

### **1.3.3. Território e territorialidades negras: espaço, raça e poder**

A intenção aqui é delinear o entendimento da noção de território negro empregada nesta pesquisa, caminhando na construção de uma concepção genérica de território e territorialidade negra que possa ser utilizada em escalas e contextos variáveis, como já proposto pela antropóloga Ilka Boaventura Leite (1991, p. 40).

E eu que cheguei ao final dessa dissertação sabendo o que entendia como um território negro, mas sem conseguir explicar, me deparo com a exata noção dele, num pensamento da Prof<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva na abertura do livro *Colonos e Quilombolas* (2010). O detalhe é que esta era, no mínimo, a quinta vez que eu relia este livro.

No texto de abertura do livro “*Colonos e Quilombolas: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre*”, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, mulher negra portoalegrense, nascida na Colônia Africana, onde sua família possui residência desde pelo menos o início do século XX, expressa que

Não há noite fria de inverno, nem suadas tardes de verão que façam adormecer nossa alma africana. [...] nossa identidade de negros, fecundada e recriada pela energia provinda dos Ancestrais, assegura nosso pertencimento ao **Mundo Africano – espaço simbólico e físico habitado e significado por mulheres e homens negros** do Continente [Africano] e da Diáspora (2010, p. 12, **grifo meu**).

A noção de “mundo africano” explicitada por Petronilha, articulando espaço físico e simbólico e sua significação a partir da efetiva presença negra é a chave para concepção de território negro que estou tentando construir. Nesta perspectiva é imprescindível a vinculação entre espaço físico e sua significação a partir da presença de pessoas negras e/ou de práticas realizadas por elas. O que quero dizer é que para ser concebido como um território negro, os significados atribuídos a este espaço devem estar relacionados não apenas as práticas consideradas negras (capoeira; batuque, umbanda e suas variações; samba; maracatu e suas variações), mas, antes disso, a efetiva presença de pessoas negras neste espaço.

Seguindo a nossa construção de território negro destacamos a necessária vinculação entre espaço físico e espaço simbólico. A elaboração do simbólico – significados e sentidos construídos – sobre o espaço material (físico) e as práticas ali desenvolvidas é o que promove a construção do sentimento de identificação, pertencimento e a criação de vínculos com tal espaço.

Assim, os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes, a uma ancestralidade negra, a uma memória negra, a um modo de ser e estar negro.

Para além de espaço físico e apenas funcional – de moradia, de trabalho – estes espaços ganham significados a partir das relações que neles se estabelecem.

Conformam-se assim, também, enquanto espaços simbólicos. As mulheres e homens negros que os habitam, imprimem neles práticas e relações, sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, escolas, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está relacionado aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes espaços.

Assim, território negro será aqui concebido enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes.

O que estamos concebendo como territórios negros nem sempre são espaços exclusivamente negros, mas nos quais a presença negra é uma questão central. No contexto urbano, os espaços concebidos como territórios negros não foram exclusivamente de negros, pois desde os tempos da escravidão eram habitados também pelos pobres e excluídos da sociedade (ROLNIK, 2009, p. 10). A urbanista Raquel Rolnik, no entanto, destaca que “isso não quer dizer que historicamente não tenham existido, nessas cidades, comunidades afro-brasileiras fortemente estruturadas e circunscritas a territórios particulares” (idem). É nesta perspectiva que insistimos na existência de uma comunidade negra, que inserida num determinado espaço acaba por conformar um território negro.

Verifica-se que a tendência ao agrupamento entre os da mesma raça<sup>2</sup> e a existência de uma forma diferenciada de inserção destes grupos negros no espaço não ocorre somente no âmbito residencial, mas também para o lazer, a prática religiosa e em outras circunstâncias. O reconhecimento da conformação de territórios negros para além de locais de moradia, implica trabalhar, como já identificado por Leite, a construção de uma noção genérica de território e territorialidade negra, sendo “possível, a partir daí, identificá-lo com todos os lugares onde estão os negros” (1991, p. 40). A autora traz como exemplo a concentração de negros em dois espaços do município de Blumenau/SC: uma repartição pública e um bairro, destacando que embora na cidade este grupo seja uma minoria numérica

---

<sup>2</sup> A existência de uma raça negra aqui está sendo entendida no sentido social e não no sentido biológico, no qual a existência de raças já fora descartada.



e de poder, sua presença nestes dois espaços ganha destaque. Assim, bairro e local de trabalho, apesar de diferentes dimensões do espaço, poderiam ser compreendidos como territórios negros (idem). Considero ser totalmente plausível chamar bairro e local de trabalho de território negro, embora em diferentes escalas e contextos, visto que ambos espaços: i) têm concentração de pessoas negras; ii) sendo essa uma característica em destaque, que ganha evidência; iii) esse grupo constrói um projeto; iv) singulariza aquele espaço e o diferencia dos demais; v) fazendo com que seja visto de forma diferenciada perante a sociedade mais ampla.

A autora lista alguns pontos comuns para pensar a noção genérica de territórios e territorialidades negras, observando que:

Ao se instalarem num espaço determinado, indivíduos e grupos, parentes ou não, [1] singularizam-se e elaboram uma **experiência compartilhada, diferenciada das demais**. Em ambos os casos, a [2] **dimensão espacial inclui uma base geográfica e um universo simbólico**. Surgem no [3] **contexto de alteridade** mais amplo (LEITE, 1991, pp. 43, **grifo meu**).

Os pontos comuns elencados pela pesquisadora para pensar territórios negros são: [1] experiência singular, compartilhada, diferenciada das demais; [2] dimensão espacial que inclui uma base geográfica e um universo simbólico, ou seja, interação entre espaço físico e simbólico, já identificado por mim; [3] emergência num contexto de alteridade, ou seja, numa situação de contrastividade.

Citando Sodré, Leite compreende a territorialidade negra como um tipo de relação que “só é inteligível como um princípio de coexistência na diversidade” (1991, p. 43). Ressalta que o autor refere-se a espaço enquanto lugar marcado, fazendo menção a idéia de emergência do território negro na demarcação de um espaço na diferença com os outros (idem).

Esse espaço enquanto lugar marcado, nós lemos como território – marcado por e a partir de relações de poder. Esse “lugar marcado” pode ser “marcado” tanto (i) pela auto-atribuição quanto (ii) pelo olhar do outro. No que se refere a auto-atribuição, marca-se um espaço para identifica-lo como de uso de um grupo, atribuindo a ele determinadas características que visam relacioná-lo a esse grupo. Com relação a marcação do espaço pelo “olhar do outro” ocorre da mesma forma, atribuindo a esse espaço determinadas características que o relacionam a um grupo. A diferença é que a marcação pelo olhar do outro raras vezes é positiva. Em uma grande parcela das vezes esse espaço é marcado por uma série de características desabonadoras, que fazem menção, na realidade, ao grupo que o ocupa. Assim, as

características do grupo são atribuídas ao espaço, para marca-lo, tanto pejorativamente quanto positivamente. É neste sentido que Leite afirma com relação ao grupo negro: “[...] juntos enfatizam certos critérios de distintividade, geralmente forjados no contexto de alteridade, estereótipos negativos que atuam como estigmas, como barreiras sociais, como selecionadores” (1991, p. 41). O que ela quer dizer é que quando juntos, quando numa coletividade, despertam no outro, não-negro, um olhar que os diferencia do contexto mais amplo. Historicamente este olhar tem sido jocoso, estigmatizador, menosprezador, exotizador. Um olhar que, em qualquer uma dessas dimensões, tem sido depreciativo.

Assim, segundo Leite, território negro tem sido definido como “um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma [...] construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade” (1991, pp. 40-41). Nessa proposição teórica, há de se destacar: (i) o caráter contextual da construção do território negro e, (ii) principalmente, a questão da igualdade na alteridade. Ou seja, os negros que dele fazem parte estão numa situação de pressuposta igualdade, por estarem entre os da mesma raça, visto que um dos principais problemas enfrentados por este grupo seria a discriminação racial. A questão da igualdade “na alteridade” advém do fato de que os territórios negros não estão alheios à sociedade mais ampla, então seriam espécies de “ilhas negras” em meio a uma sociedade, que embora bastante miscigenada, concebe-se como branca e tem como pressuposto de normalidade a brancura. Esse pressuposto da brancura como o padrão, a norma, ocorre em quase todos os lugares, principalmente em espaços de poder, de intelectualidade e de riqueza. E é justamente pelo fato da sociedade mais ampla ter como padrão a brancura, que o território é contextual, ou seja, ele está relacionado a um contexto, emerge num determinado contexto, que em boa medida é um contexto de contrastividade.

A autora identifica dois tipos de ocupações para classificar territórios negros: uma residencial, fixa, material, demarcada geograficamente, cuja função principal é a habitação; outra interacional, que se caracteriza principalmente pela interação, por “serem locais de encontro e troca, nem sempre fixos, permeados por códigos simbólicos de pertencimento, que os diferenciam dos demais” (LEITE, 1991, p. 42). Esses territórios estão relacionados a “certos tipos de práticas: o comércio em mercados, praças e esquinas; o lazer em bares, galerias, praças, esquinas e clubes;

a religião em igrejas, centros e terreiras; a política em livrarias especializadas, reuniões em locais diversos” (idem).

O jogo de permanência, ocupação e utilização de um espaço físico, embora circunstancial [demarcado na diferença com o outro] talvez seja o aspecto mais relevante e que tem inspirado uma utilização genérica, quando se trata de identificar territórios negros (LEITE, 1991, p. 44). Talvez a autora tenha apontado esses critérios – permanência, ocupação e utilização – como relevantes justamente por serem estes pontos constantemente postos em cheque na relação com o outro, na contrastividade. Por isso Leite considera importante pensar as formas de ocupação e as diferentes estratégias de constituição e manutenção destes territórios, visto que a noção genérica de territórios negros não esclarece a complexidade das formas de apropriação do espaço por esses grupos (1991, p. 40). Nesta perspectiva a autora sinaliza o território negro como elemento de visibilidade a ser retomado, destacando que as múltiplas estratégias utilizadas pelos negros na construção e manutenção de seus espaços físicos e simbólicos – territórios negros – não podem mais ser desconsideradas (LEITE, 1996, p. 50).

A partir das diversas proposições feitas pela pesquisadora Ilka Leite no artigo “Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões”, somadas aos apontamentos feitos no início deste tópico, elencamos pontos para pensar um conceito genérico de território negro, sendo possível identificá-lo com todos os espaços onde estão os negros, embora em escalas e contextos variáveis: (i) demarcado por limites, nem sempre fixos; (ii) reconhecido e significado pela coletividade que o conforma: mulheres e homens negros; (iii) articulação entre espaço físico e simbólico; (iv) construído contextualmente, muitas vezes numa situação de contrastividade, promovendo a demarcação da diferença; (iv) espaço referenciado como expressão e extensão do grupo, concretizando-se um território negro.

Alguns apontamentos de ordem geral, feitos por Leite, que são relevantes a esse tema. Com relação a mestiçagem e uma “suposta” dificuldade de “distinguir” a presença negra, a autora expõe o que na prática é notório “a população de origem africana, ainda que bastante miscigenada, tem permanecido como categoria distinguível” (LEITE, 1991, p. 41). Se não se sabe quem são os negros devido a mestiçagem, uma coisa se sabe: quem são os brancos. É só entrarmos em espaços de poder, em espaços de riqueza, em espaços de intelectualidade, e vamos verificar

que os brancos quando não são a totalidade, são a maioria. Nestes e em quaisquer outros locais, este grupo nunca será confundidos com funções da manutenção ou com funções de menor hierarquia (como atendente, motoristas, seguranças, auxiliares), enquanto os negros e os mestiços serão. Assim, na prática, se não se sabe quem é negro, sabe-se quem é branco e a eles são destinados os espaços mais altos nas relações de poder intelectual, financeiro, político, cultural.

#### **1.3.4. Agenciamento negro: perspectiva teórico-metodológica**

Tanto teórica, quanto metodologicamente, o território negro será concebido pelo viés do agenciamento, como um espaço de construção de singularidades e elaboração de um repertório comum, buscando romper com a noção de território negro enquanto uma história de exclusão (ROLNIK, 2009, p. 2). A abordagem do território negro pela perspectiva do protagonismo, concebendo o grupo negro na condição de agente, resitua o “lugar do negro” não só no espaço, mas nas representações sociais. A perspectiva de Rolnik se alinha com a nossa concepção de território negro, visto que, apesar das opressões e subjugações, compreende o grupo negro como formador de territórios através das suas ações no espaço.

É neste sentido que a autora expõe que “mesmo a senzala” – “espaço de confinamento”, controle, submissão e brutalidade – “acabou por se configurar como território negro”, pois “não eram só o olhar vigilante do senhor e a violência do trabalho escravo que estruturavam o cotidiano dos habitantes da senzala” (ROLNIK, 2009, p. 2). A autora expõe, ainda, que “foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras”, ressaltando que mesmo “o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade” (idem).

A construção que se propõe a ter como elemento central o grupo negro, mas que se pauta e se constrói somente através das múltiplas violências impostas pelo outro-opressor é também uma forma de invisibilização, visto que mantém perante o senso comum a imagem de um negro subjugado, segregado, excluído. Tal

abordagem reposiciona o negro no imaginário social e no papel desempenhado por este na construção da sociedade? Essa perspectiva não contribui, por exemplo, para a auto-identificação (construção de referenciais) por parte de outros negros, nem por uma mudança de olhar por parte dos não-negros.

Assim, conceber o negro apenas a partir do viés da exclusão é uma forma de manter viva esta representação: o negro excluído! A abordagem, a forma de concepção, terá como resultado a construção de uma representação de negro, que pode reforçar o “lugar” que vem sendo relegado – o de inferiorizado – ou trazer uma perspectiva já trabalhada por alguns pesquisadores, mas nem sempre predominante, que é a do negro agente – protagonista. A perspectiva de negro inferiorizado não está apenas nas cabeças das pessoas leigas, no senso comum, está também no interior de trabalhos, que mesmo bem intencionados, acabam por construir uma narrativa que aprisiona, que imobiliza. Ao analisar a invisibilidade do negro em Santa Catarina, a pesquisadora Ilka Leite identifica que a ideia de brancura e da consequente inexpressividade da população negra neste estado foi reforçada, mesmo que indiretamente, através de muitos textos científicos, inclusive por alguns que se propuseram a mostrar a “realidade” dos negros do Sul. A autora, então, constata que

Os mitos da superioridade irão resistir no interior dos métodos de pesquisa adotados, através dos tipos de questões que serão elaboradas, nas comparações e nos pressupostos teóricos gerais, através dos quais os autores irão inserir “o caso de Santa Catarina (LEITE, 1996, pp. 39-40).

Embora a afirmação refira-se ao caso de Santa Catarina ela é perceptível em uma série de pesquisas que trazem em seu bojo a questão do negro. Assim, a autora conclui

[...] que também aí, *na literatura científica*, o negro é invisibilizado, seja porque **não intencionam revelar a efetiva contribuição** destes, seja porque os **textos vão se deter na sua ausência**, na reafirmação da suposta inexpressividade (LEITE, 1996, p. 40, *grifo da autora, grifo meu*).

Não são raros os trabalhos que se prendem mais em retratar as subjugações, os impedimentos sofridos, a exclusão, a segregação, sem trazer à tona as contribuições destes homens e mulheres para a sociedade. Os retratam como se não tivessem construído mecanismos de defesa (como o silêncio perante opressões e subjugações) e estratégias de sobrevivência (solicitar licenças, autorizações para “brincadeiras”, batuques, de forma resignada), que permitiram a manutenção do

grupo negro e de sua cultura. Muitas vezes os negros foram construindo suas estratégias nas brechas, nos interstícios, trilhando os caminhos possíveis.

## **2. O ESPAÇO URBANO DE PORTO ALEGRE: fases e transformações**

Ao longo do tempo a cidade de Porto Alegre passou por diversas transformações. A partir de 1920 ocorrem profundas transformações que acabam por alterar de forma significativa o espaço urbano, principalmente o espaço central.

Assim, este capítulo se propõe a contextualizar a cidade de Porto Alegre em cada fase do espaço urbano. A necessidade de periodização ocorre porque em cada período, o espaço urbano está relacionado a um contexto político, social e espacial, que singulariza esta fase do espaço urbano e a diferencia significativamente de outras fases. Outrossim, a desestruturação ou o deslocamento dos territórios negros estão relacionados a momentos de profundas transformações do espaço urbano. Assim, para compreender as transformações dos territórios negros é preciso entender as transformações que estas áreas estavam passando no conjunto da cidade.

Os períodos abordados serão os seguintes: 1º fase: cidade colonial (meados do século XVIII – final século XIX); 2ª fase: inauguração da modernidade urbana (1897-1923); 3ª fase: bota-abixo e remodelação do Centro (1924-1937); 4ª fase: urbanização dos arrabaldes do eixo sul (1941-1970).

O longo período de tempo abordado faz com que, inevitavelmente, ocorram generalizações, pois não se consegue analisar os diversos espaços nem cada uma das fases do urbano a fundo. Porém, se consegue perceber situações que o tempo curto não permite, como a existência de territórios e territorialidades negras no espaço central, além da condição de trabalhadores escravizados, desde as primeiras décadas de 1800; a localização dos territórios negros em cada fase do espaço urbano e seu deslocamento.

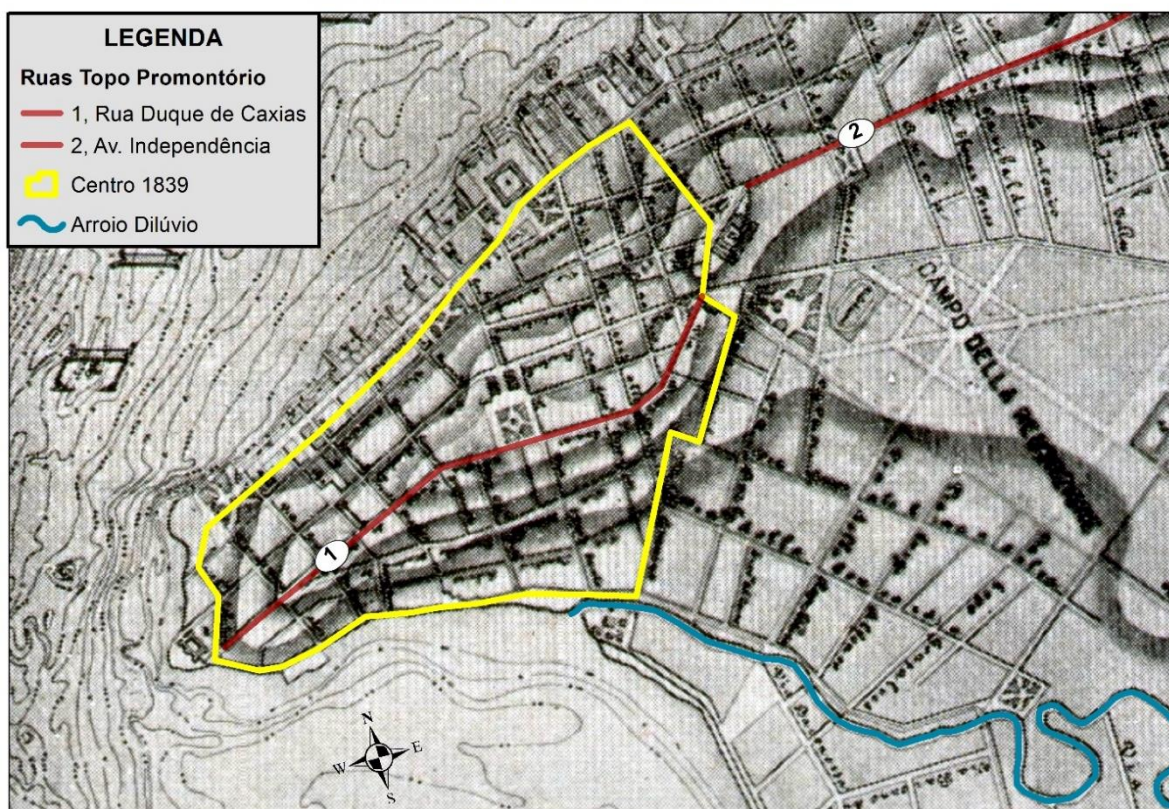
### **2.1. A CIDADE COLONIAL: o espaço central compartilhado (1772 – 1890)**

A narrativa de povoamento de Porto Alegre normalmente inicia com a chegada de casais açorianos ao Porto de Viamão, nomenclatura da cidade em 1752. Mas antes disso, na década de 1740, a região já era dividida em sesmarias, como a

de Jerônimo de Ornelas. Isso sem falar da presença indígena que já antecedia essa ocupação. A criação da freguesia do Porto de São Francisco dos Casais em 1772, com a demarcação da área do povoado e traçado das primeiras ruas, é considerada o marco de fundação da futura Porto Alegre. Tem-se registros da presença negra já nessa época. No ano seguinte, antes mesmo de ser vila, a freguesia é elevada a capital, denominando-se a partir daí Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Em 1808, ano da vinda da família real portuguesa para o Brasil, torna-se vila. Recebe foro de cidade em 1822.

No período colonial, o núcleo urbano da cidade de Porto Alegre ocupava a área que hoje chamamos de Centro – um ancoradouro natural formado por um promontório (elevação onde hoje estão as Avenidas Duque de Caxias e Independência) que avança sobre o Lago Guaíba, popularmente chamado de Rio Guaíba (DORFMAN, 2015, p. 23). Para nos referirmos ao Lago Guaíba, aqui utilizaremos apenas o nomenclatura Guaíba. As condições do sítio favoráveis à instalação de um porto, com águas profundas e relevo que protegia as embarcações dos fortes ventos de sudoeste levaram a eleição da face norte como de ocupação preferencial (idem).

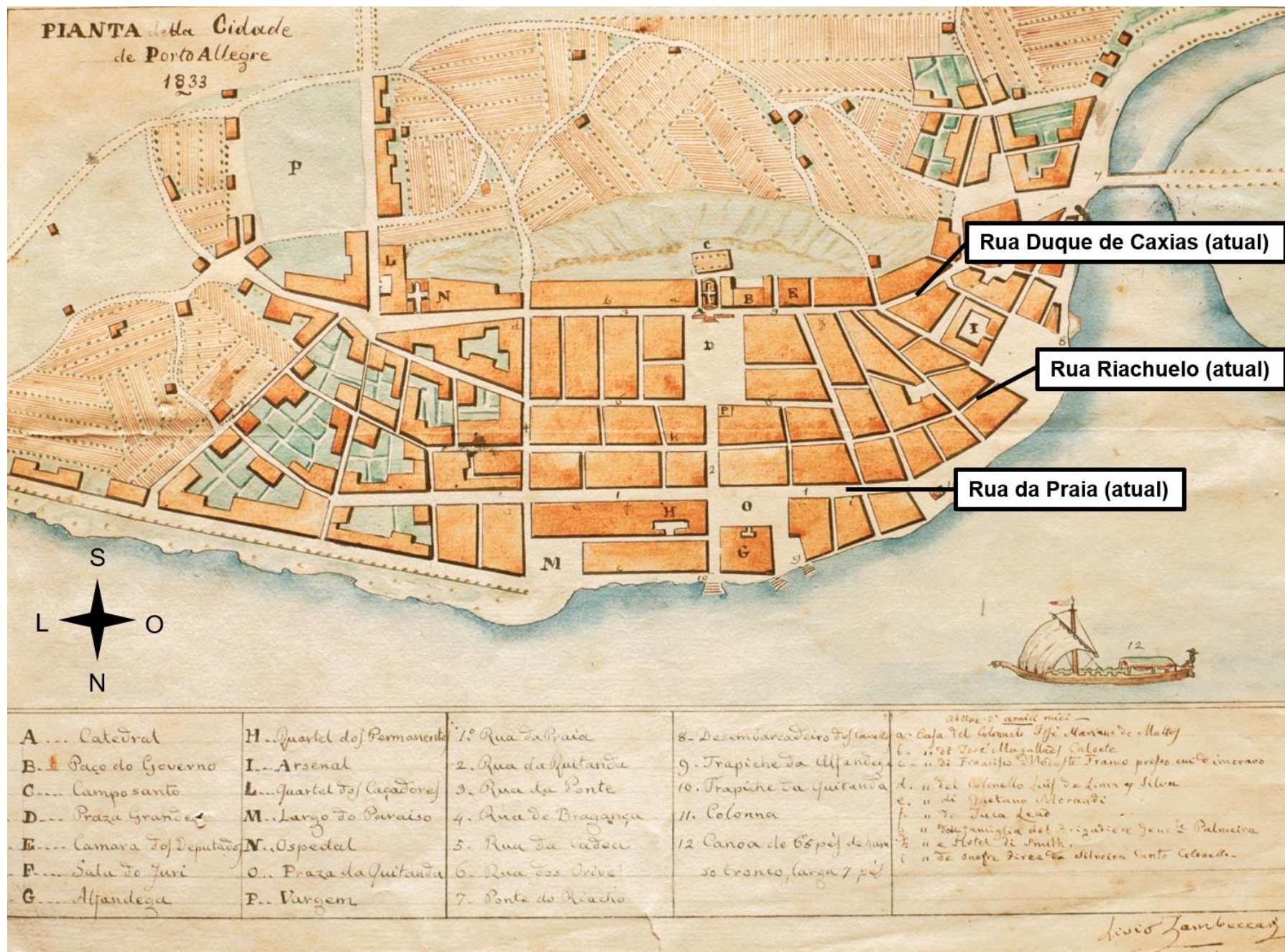
MAPA TOPOGRÁFICO PORTO ALEGRE - 1839



**Figura 1: Mapa topográfico de Porto Alegre 1839**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa Topográfico de Porto Alegre – 1906 (IHGRGS, 2005)





**Figura 2: Mapa de Porto Alegre – 1833**

Fonte: Marcação de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre – 1833 (IHGRGS, 2005)

O primeiro mapa da cidade, de 1833, retrata a ocupação inicial do espaço. Nele a cidade está construída apenas do lado norte (da Rua Duque de Caxias em direção ao Guaíba); para o lado sul (da Rua do Arvoredo em direção à Cidade Baixa) constam plantações, indicando a presença de chácaras, com raras construções. A leste notam-se poucas construções com a cor verde nos fundos, indicando, provavelmente, a presença de quintais para subsistência. O Largo da Quitanda (1º mercado), o Largo Paraíso (local do 2º mercado), o Alto da Praia (Praça da Matriz) e a Várzea (Parque da Redenção) já aparecem representados, respectivamente pelas letras O, M, D e P.

O núcleo citadino era dividido em duas zonas: a face norte e a face sul que, delimitadas pelo topo do promontório (atual Rua Duque de Caxias), estendiam-se “ladeira a baixo” em direção ao Guaíba, por ambos os lados. Na face norte ficava a cidade propriamente dita. Iniciando no Alto da Praia (atual Praça da Matriz) onde estavam centralizados os poderes (político, jurídico e religioso), seguia em direção à Rua da Praia, núcleo comercial localizado junto ao Guaíba. O lado sul ia da Rua do Arvoredo (atual Rua Cel. Fernando Machado) em direção à Praia do Riacho (atual Rua Washington Luiz). Nesta época, com a cidade ainda sem aterros, estes eram os limites do núcleo urbano, conforme pode ser observado no mapa de 1844.

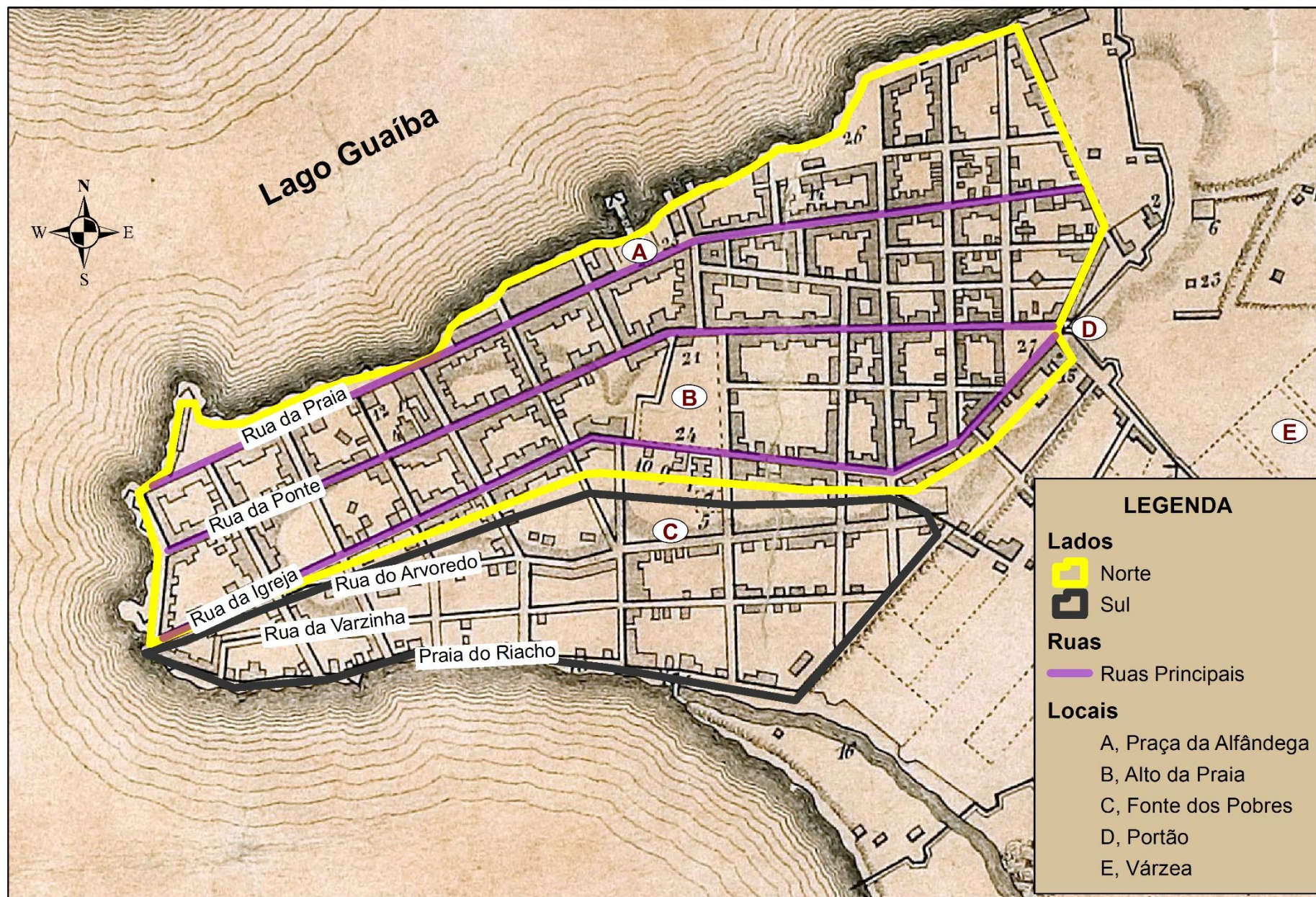
A malha urbana era composta por três ruas principais: a Rua da Praia, a Rua da Ponte (atual Rua Riachuelo) e a Rua da Igreja (atual Rua Duque de Caxias). Partindo da ponta do promontório (mais ou menos onde é a Usina do Gasômetro hoje) estas vias se estendiam na direção oeste-leste para se encontrarem nas proximidades do Portão (atual Praça Argentina). No final do século XVIII, havia um portão neste local que limitava o núcleo urbano do entorno (CORUJA, 1983, p. 26).

A Rua da Praia foi a primeira e principal rua da cidade. Localizada junto ao Porto, despontou como núcleo comercial. Local de embarque e desembarque de mercadorias, o porto deu origem ao Largo da Quitanda – primeiro mercado para comércio de gêneros alimentícios. Esse mercado era uma feira ao ar livre, com barracas e vendedores ambulantes espalhados pela atual Praça da Alfândega.

Para as bordas do núcleo, a ocupação já começava a ficar rarefeita. Essas áreas eram como periferias dentro da área central (KERSTING, 1998, p. 60). No limite ocidental da cidade ficava a Praia do Arsenal (atual R. Gen. Salustiano), onde “só havia uma, duas ou três casinhas de capim que serviam de moradia à gente pobre” (CORUJA, 1983, p. 109).



# MAPA PORTO ALEGRE 1844



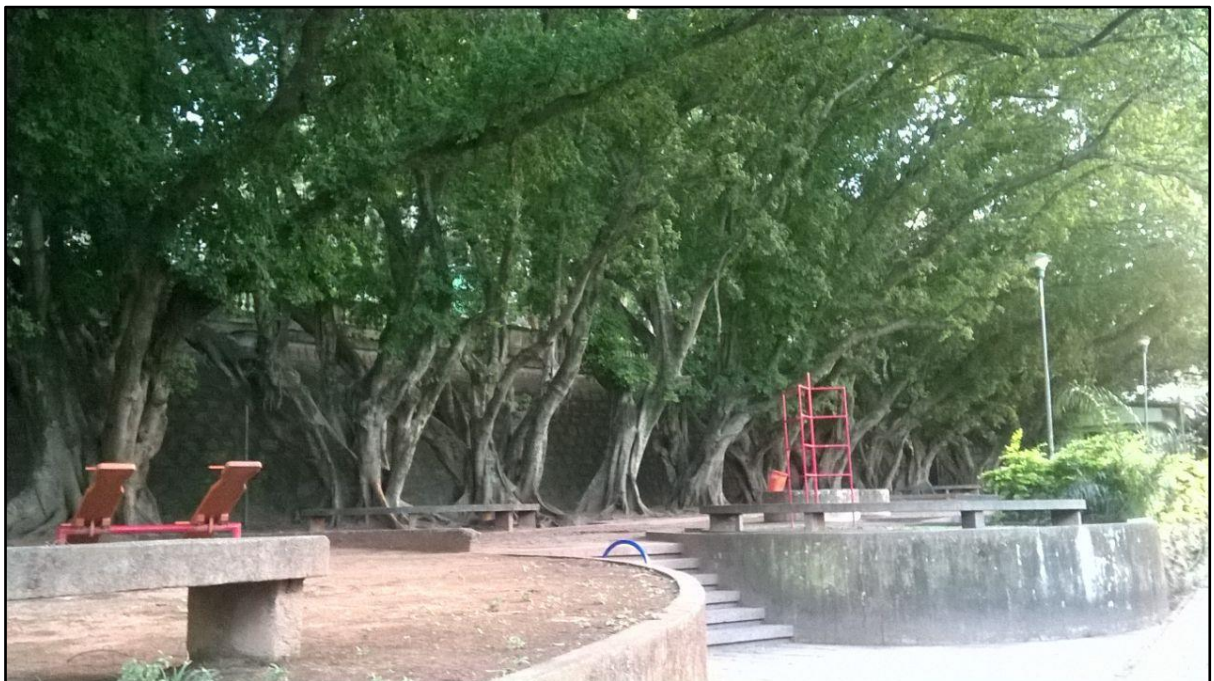
**Figura 3: Mapa de Porto Alegre – 1844**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre – 1844 (IHGRGS, 2005)



Do lado sul da cidade a ocupação também era esparsa. O mapa de 1844 nos permite observar essa diferenciação na ocupação: as quadras do lado norte já estão quase todas preenchidas com construções, enquanto que o lado sul tem uma quantidade significativamente menor de construções. Na face norte da Rua do Arvoredo inexistem construções, provavelmente devido ao acentuado declínio do relevo. Na Rua da Varzinha (atual Rua Demétrio Ribeiro) e nas ruas transversais (do lado sul) são raras as construções, existindo quadras com enormes vazios. Ambas as margens, tanto a norte quanto a sul, ainda apresentam um traçado irregular, indicando a inexistência de aterros ou sua pouca expressividade.

Coruja é taxativo ao observar que a Rua do Arvoredo (atual R. Cel. Fernando Machado) “bem merecia este nome, porque até certo tempo só havia nela árvores e casas de capim, contando-se as de telha por unidade [...]” (1983, pp. 101-102). Uma ideia da condição financeira dos moradores deste lado da cidade é dada pela existência da “Fonte dos Pobres” na Rua do Arvoredo, conforme o mapa de 1868. Segundo o mapa, esta fonte estava localizada nos fundos do Palácio do Governo e da Catedral, entre as atuais ruas Espírito Santo e General Auto. A imagem abaixo refere-se a atual Praça Padre Gregório de Nadal, local onde estava localizada a Fonte dos Pobres na década de 1860.



**Figura 4: Local da antiga Fonte dos Pobres, na Rua do Arvoredo, em 1868.**  
Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo em 28/04/2017.

As ruas transversais cruzavam o núcleo citadino no sentido norte-sul, conforme pode ser observado na figura 6. Estas eram pequenas travessas, estreitas, chamadas de becos. É o caso do mítico Beco dos Pecados Mortais (atual Rua Gen. Bento Martins) ou do épico Beco do Poço (que irá dar lugar a Av. Borges de Medeiros). Segundo Monteiro

Os becos tinham um percurso acidentado, estreito e curto através das ladeiras que subiam a colina no centro da península. Não tinham a mesma infra-estrutura das ruas principais, onde se localizavam os sobrados de pedra e cal. Ao contrário, os becos caracterizavam-se pelos casebres modestos de taipa e palha onde morava a população pobre composta de mascates, taverneiros, artesãos, marinheiros, carregadores, prostitutas e libertos (1995, p. 25).

A maioria das ruas eram de chão batido ou com calçamento irregular, constituindo-se algumas em verdadeiras picadas, com a sarjeta (esgotos) correndo a céu aberto. As toponímias<sup>3</sup> em geral estavam relacionadas a questões geográficas: ao relevo (Rua da Praia, Rua da Ladeira, Rua do Arroio, Rua da Varzinha); às atividades desenvolvidas (Beco do Leite, Rua dos Sete Pecados) ou à funcionalidade (Praça do Portão).



**Figura 5: Paisagem da Rua Voluntários da Pátria, importante via comercial na década de 1890. Atentar para o calçamento da via e o esgoto correndo junto à calçada.**

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

<sup>3</sup> Toponímia quer dizer nome do local.



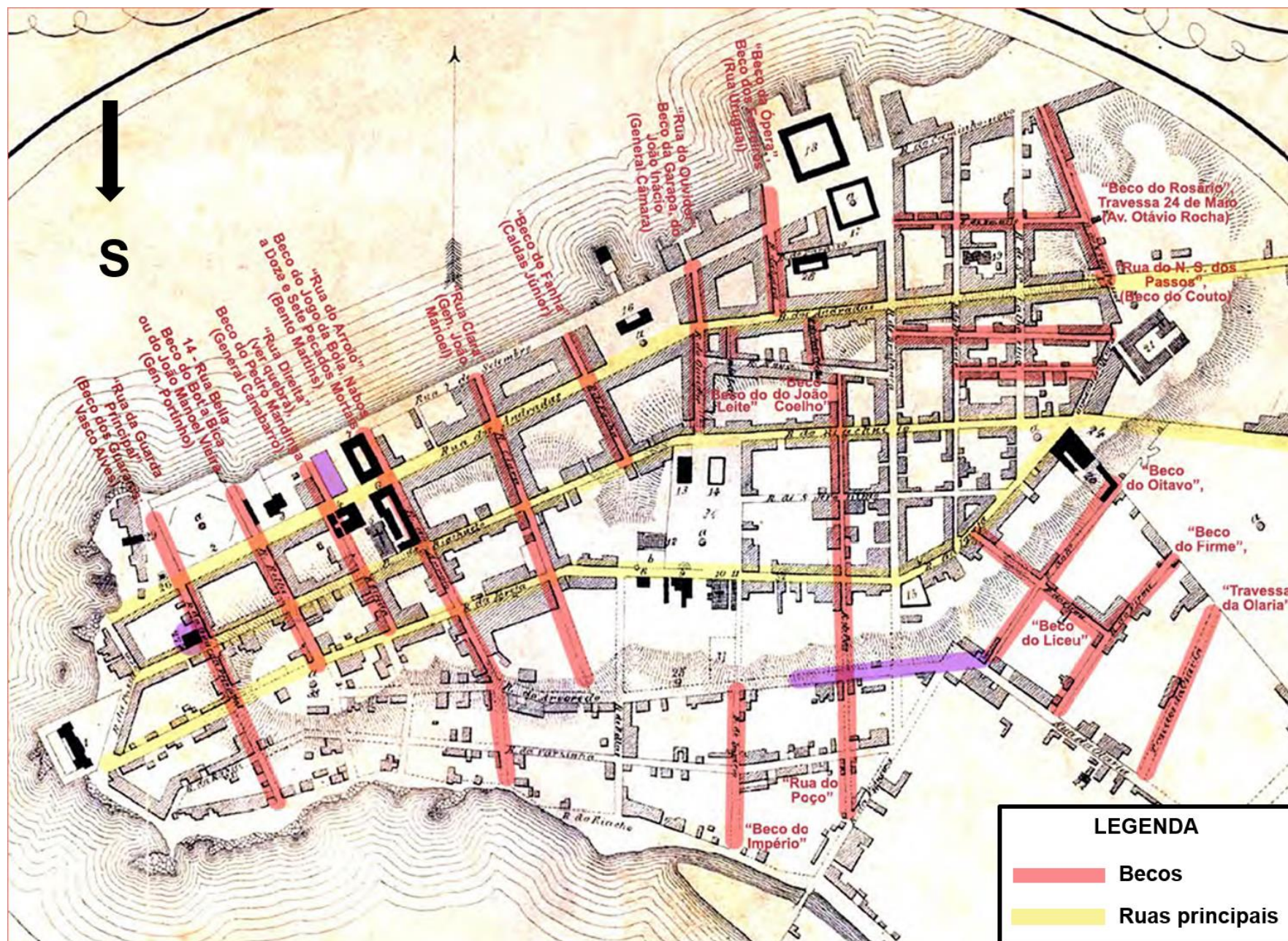


Figura 6: Mapa dos Becos de Porto Alegre – 1868.  
Fonte: KOEHLER (2015, p. 109)



No entorno imediato do núcleo urbano estavam os Campos da Várzea (atual Parque da Redenção) e a Cidade Baixa, zona de chácaras que foi se urbanizando ao longo do século XIX. As chácaras eram responsáveis pela produção de alimentos e abastecimento da zona urbana (MONTEIRO, 1995, p. 24). A Várzea era um amplo terreno descampado, baixo e alagadiço, caminho de passagem para Viamão.



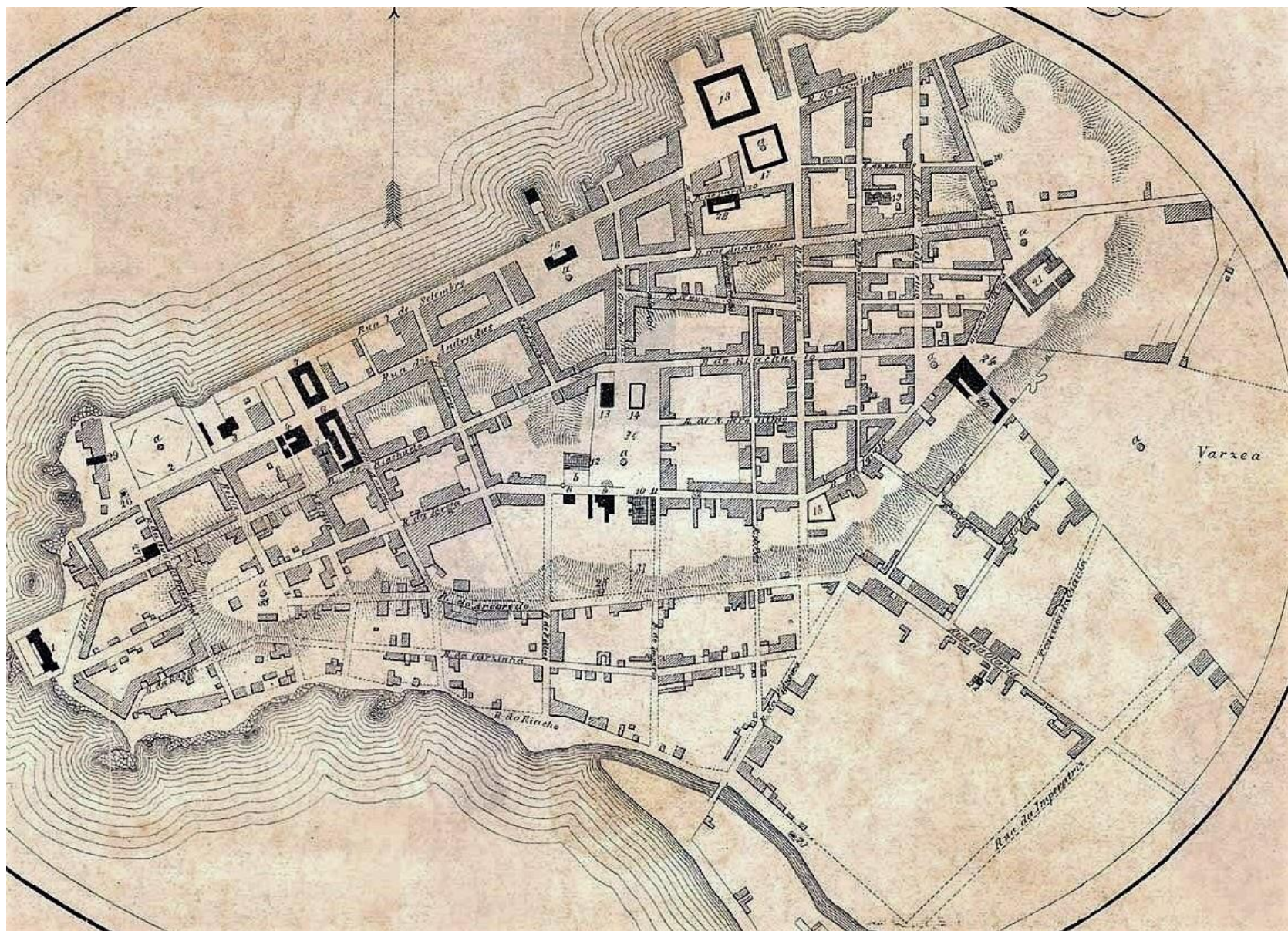
**Figura 7: Campos da Redenção – década de 1900**

Fonte: Iova (atribuído). Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

Do entorno do Portão partiam os caminhos de ligação com o interior. A Estrada do Moinhos de Ventos (atual Av. Independência) era o caminho para a Aldeia dos Anjos (atual município de Gravataí). Pelas laterais da Várzea estavam as saídas para Viamão: o Caminho do Meio (atuais avenidas Osvaldo Aranha e Protásio Alves) e o Caminho da Azenha (Av. João Pessoa) ligando à Estrada do Mato Grosso (Av. Bento Gonçalves).

A partir de 1850, a face norte começa a receber melhoramentos, como o Teatro São Pedro (1858), o prédio do Mercado Público (1868), a arborização da Praça da Harmonia (atual Praça Brigadeiro Sampaio), a Biblioteca Pública e aterros na área do Porto. No mapa de 1868 já é possível observar a mudança do traçado da margem norte, que, com os aterros, passa a ser retilíneo. Nos terrenos conquistados sobre o Guaíba, a cidade também ganha uma nova via: a Rua Sete de Setembro. A face sul permanece com traçado irregular.





**Figura 8: Mapa de Porto Alegre - 1868**  
Fonte: IHGRGS (2005)



Até a década de 1850, o abastecimento de água da cidade era feito através de algumas poucas fontes e poços públicos ou vendida de porta em porta pelos aguadeiros (pipeiros). As vertentes das chácaras suburbanas eram os principais pontos de captação de água de boa qualidade. A oferta de água potável era um problema devido às péssimas condições sanitárias das águas do Guaíba, que tinha suas margens utilizadas como local de descarte de lixo e despejo de dejetos (FRANCO, 2006, p. 16). Só em 1860 são instaladas as primeiras “penas domiciliares”<sup>4</sup> pela Companhia Hidráulica Porto-alegrense, que também constrói outros chafarizes e um Reservatório na Praça da Matriz. Em meados da década de 1860, a cidade contava com os chafarizes das Praças do Portão (Praça Argentina), da Alfândega, Paraíso (Praça XV), Caridade (Santa Casa), da Harmonia (Praça Brigadeiro Sampaio); da Várzea (Parque da Redenção), do Alto da Bronze (Praça Gen. Osório), da Rua do Arvoredo (Rua Cel. Fernando Machado) e uma bica na Praça Pedro II (Praça da Matriz). No final do século XIX, o abastecimento d’água era realizado pelas Companhias Hidráulicas Porto-alegrense e Guaibense (1891), apresentando problemas como a falta de equipamentos para tratamento e filtragem da água e dificuldade de expansão da rede para áreas fora do perímetro central (FRANCO, 2006, pp. 17-18).

Os esgotos domésticos eram despejados diretamente no Guaíba, em locais designados pela Câmara, sem qualquer tipo de tratamento. Inicialmente eram os escravizados das residências que faziam o serviço de despejo. O serviço público de remoção de matérias fecais, através de fossas móveis – os cubos ou “cabungos”<sup>5</sup>, com substituição domiciliar semanal começou em 1878, adentrando o século XX (FRANCO, 2006, p. 42). No início, a ponte dos despejos ficava na desembocadura da Rua da Conceição (imediações da atual Estação Rodoviária). Com o crescimento da cidade, em 1899, o local de despejos foi deslocado para a Ponta do Melo, na zona sul (idem, pp. 41-42).

As primeiras ações com relação à iluminação pública datam da década de 1830, quando foram instalados cerca de 200 lampiões, acesos a óleo de baleia, que em 1864 passariam a funcionar a óleo querosene. Em 1874 o Gasômetro entra em atividade, promovendo substancial melhora na iluminação das ruas centrais, agora a gás hidrogênio. Na zona suburbana, fora da área central, permaneciam os lampiões

---

<sup>4</sup> Pena d’água: ligação de água. Pode ser o registro ou simplesmente o cano.

<sup>5</sup> Recipiente (caixas ou tonéis) de madeira para recolher fezes.

a querosene, acesos diariamente pelos acendedores de lampiões (FRANCO, 2006, pp. 208-211). A energia elétrica só chegou a cidade em fins do século XIX, com a constituição da Cia. Fiat Lux na década de 1890 (idem, p. 147).

É neste contexto que Porto Alegre chega ao final do século XIX: na expectativa dos novos tempos trazidos pela República, mas vivendo com os precários e arcaicos serviços de uma vila.



**Figura 9: Acendedores de lampiões 1875 - 1925**

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

## 2.2. ARRUMANDO A “SALA DE VISITAS”: modernização do Centro (1897-1937)

A abolição da escravidão (1888) e a instauração da República (1889), promoveram alterações não só na ordem política, mas também nas relações sociais. Estas transformações políticas e sociais se imprimiram também no espaço, provocando uma intensa reorganização territorial. Com relação a este período, Monteiro expõe que

Por volta de 1890, inicia-se uma nova fase do fenômeno urbano, caracterizada pela crescente complexidade da organização dos grupos sociais no espaço urbano decorrente das transformações das estruturas política, social e econômica da sociedade brasileira. As alterações da ordem

social são decorrentes da abolição da escravidão, da instalação da ordem republicana, do crescimento das camadas médias urbanas (ligadas à expansão da burocracia estatal) e da imigração maciça de trabalhadores livres que deveriam atender a demanda de braços na agricultura e na indústria nascente (1995, pp. 33-34).

Em Porto Alegre, essa nova fase do urbano vai se caracterizar pelo desejo de modernidade e o início de uma série de medidas que inauguram a modernidade urbana. É neste momento que ocorre a formação dos territórios negros – Areal da Baronesa e Colônia Africana – no entorno do núcleo central, formando uma espécie de “arco negro” ao redor do Centro.

As alterações no espaço urbano não estão restritas a formação destes territórios, mas decorrem também de medidas como a alteração da nomenclatura de alguns espaços e reformas nos serviços básicos da cidade.

Menos de um mês após a Proclamação da República, verifica-se a alteração dos nomes de diversas ruas e praças da cidade, principalmente daquelas cujas denominações estivessem relacionadas à monarquia. Assim, a Sessão da Câmara de 11/12/1889 substitui os antigos nomes por nomenclaturas ligadas ao regime republicano.

[...] sob propostas dos Srs. vereadores Felicíssimo, Bibiano e Costa, resolveu a Câmara substituir os nomes das seguintes praças e ruas pelas denominações que se seguem: Praça Pedro II para Praça Marechal Deodoro, Praça e Rua Conde D’Eu para Praça e Rua 15 de Novembro, Rua da Imperatriz para Rua Venâncio Aires, Rua Dona Isabel para Rua Demétrio Ribeiro, Rua do Imperador para Rua da República, Rua Imperial para Rua Benjamim Constant<sup>6</sup> (KERSTING, 1998, p. 158).

Essa pressa em abandonar os símbolos do período monárquico está relacionada a necessidade de legitimação do novo regime político. Além disso, junto com a República nasce o desejo de modernidade, que implicava o banimento de tudo que lembrasse o passado colonial.

É neste contexto de aburguesamento do modo de vida urbano que a capital passa a ser vista como a “sala de visitas” do estado, demandando a modernização e o embelezamento da cidade, à semelhança de grandes centros urbanos (BAKOS, 1994, p. 144). Para tanto serão empreendidos inúmeros esforços, iniciando com a modernização dos serviços básicos pelo intendente José Montaury de Aguiar Leitão (1897-1924), seguidos por uma intensa remodelação do espaço central na gestão de

---

<sup>6</sup> Anais da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre de janeiro a dezembro de 1889. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1889, p. 39 (KERSTING, 1998, p. 158).

Otávio Rocha (1924-1928), com obras que terão prosseguimento no mandato de Alberto Bins (1928-1937).

### **2.2.1. Inauguração da Modernidade Urbana (1897-1923)**

Com a República, Porto Alegre acorda “sonhando-se” moderna (KERSTING, 1998, p. 32). Porém a cidade não possui, satisfatoriamente, nem os serviços básicos de água, iluminação, esgotos, limpeza urbana e transportes, sendo caracterizada por Borges de Medeiros (presidente do Estado à época) em 1897 como uma “cidade aldeia” (BAKOS, 1996, p. 81).

Neste contexto, o recém-eleito Intendente José Montauray iniciará uma série de esforços para modernizar os serviços essenciais da cidade, começando pela municipalização destes serviços.

A implantação de uma rede de esgotos subterrânea talvez fosse o mais urgente dos serviços a ser realizado, devido a insalubre e degradante forma de remoção, até este momento, “portátil” (BAKOS, 1994, p. 148). Os dejetos eram depositados em fossas móveis e recolhidos uma vez por semana, para serem lançados no seu destino público: o Guaíba. Em 1899, Montauray apresenta um projeto para canalização da rede de esgotos, com proposta de atender a 7000 imóveis. Iniciada em 1907, a construção do sistema de esgotos ganha impulso com o empréstimo realizado pela Intendência em 1909 (BAKOS, 1996, p. 90). A primeira parte da obra será inaugurada somente em 1912, com apenas 600 ligações de esgotos realizadas, contemplando menos de 10% da proposta inicial. Porém, dois anos depois, mais de 4000 imóveis já usufruíam do sistema de esgotos canalizado. O relatório final da gestão de Montauray, em 1924, aponta 9331 prédios servidos por ligações de esgotos (FRANCO, 2006, pp. 152-153). No entanto, estas instalações estavam circunscritas ao perímetro central. Nos arraiais, a coleta continuava sendo realizada através de cubos móveis, serviço obsoleto e anti-higiênico. A Planta de Esgotos de 1929 (figura 10) aponta a lenta expansão da rede de esgotos, visto que trechos do Centro e seu entorno imediato ainda estão recebendo canalização. Ademais, fora do perímetro central, as ruas a serem beneficiadas restringem-se a poucas vias principais: Rua da República, Av. 13 de Maio, Rua Santana, Caminho

do Meio. O uso de fossas móveis para remoção dos esgotos domiciliares irá persistir até 1962, denunciando o atraso na expansão dos serviços básicos ao conjunto da cidade.

Em 1904 o município adquire a Hidráulica Guaibense, responsável por parte do abastecimento de água da cidade, construindo uma nova Usina na Rua Voluntários da Pátria e reservatórios no bairro Moinhos de Vento (FRANCO, 2006, p. 18). O novo sistema de água, inaugurado em 1907, já nascera obsoleto, pois limitava-se a servir somente a zona mais antiga da cidade, enquanto o núcleo urbano estava em franca expansão. Neste momento, o entorno do Centro já estava todo ocupado. Em seguida, surgem necessidades de melhorias técnicas diante do aumento da demanda (decorrente do crescimento populacional), além da necessidade de ampliação para outras áreas (BAKOS, 1996, pp. 85-86). O fornecimento de água só vai receber melhorias significativas na gestão de Otávio Rocha, que municipaliza também a Hidráulica Porto Alegrense (1926) e realiza a instalação de equipamentos para tratamento e filtragem da água (1928) (FRANCO, 2006, p. 19).

O serviço de iluminação pública, realizado a gás hidrogênio na zona urbana e a querosene na zona suburbana, era outro problema a ser solucionado. Quando Montaury assume, mais da metade das ruas da cidade não contavam com este serviço. A Usina Elétrica Municipal, concluída em 1908, passa a realizar a iluminação da zona suburbana. No perímetro central, a iluminação era de concessão da Usina do Gasômetro (FRANCO, 2006, p. 211). Diante da baixa capacidade da Usina Municipal, outras companhias privadas continuam a fornecer energia para cidade: a Fiat Lux (1891) com produção elétrica para fins domiciliares e comerciais e a Força e Luz (1908) responsável pelos bondes elétricos e mais tarde pelo fornecimento de energia às indústrias (idem, pp. 147-148). Na década de 1920, a cidade enfrentava sérios problemas com o fornecimento de energia elétrica devido a incapacidade das empresas em acompanharem o aumento da demanda. Em 1928, a Cia Brasileira de Força Elétrica assume a concessão dos serviços elétricos na cidade, dobrando em pouco tempo a capacidade de geração de energia (ibidem, pp. 148-149).



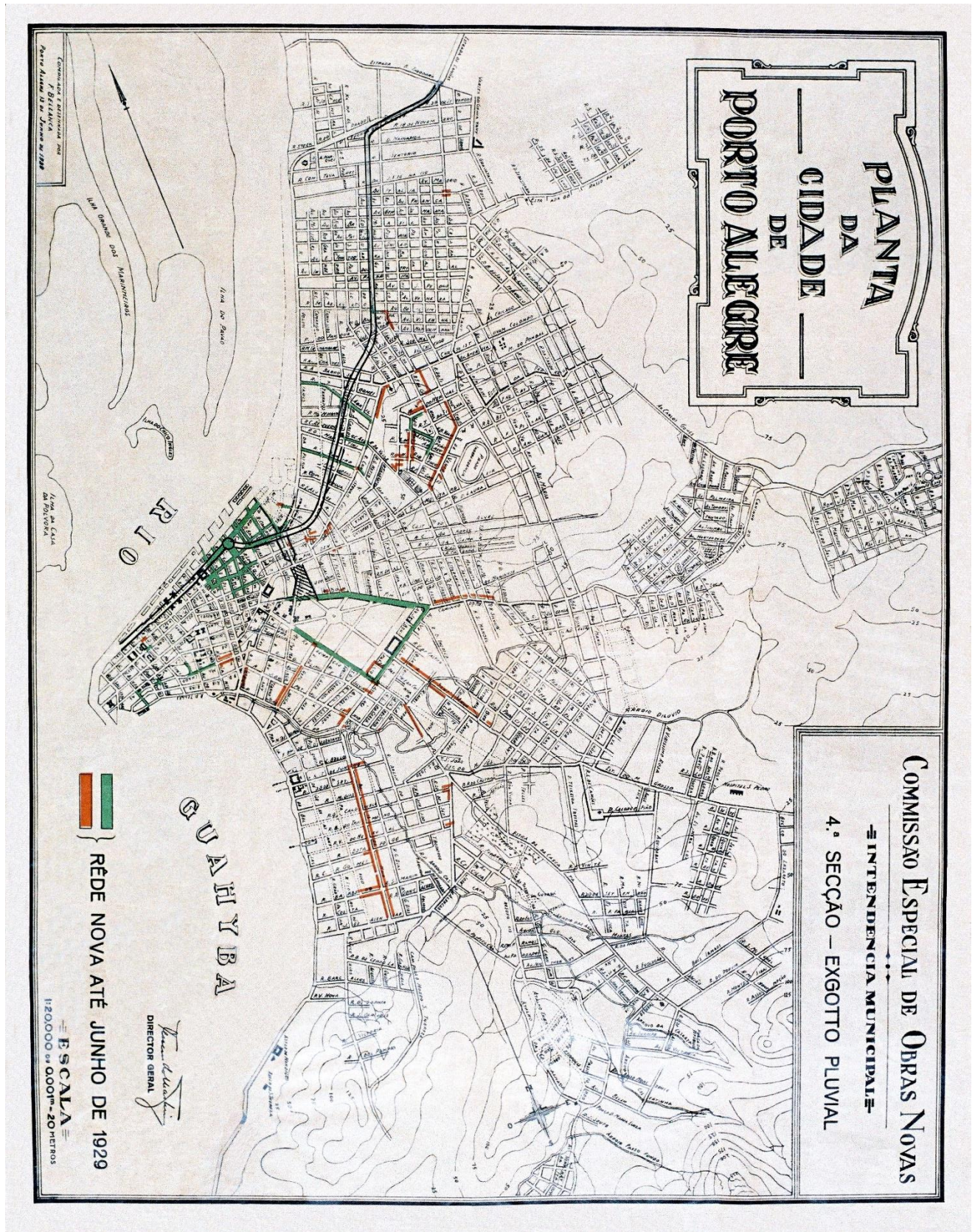


Figura 10: Mapa da Rede de Esgotos do Município de Porto Alegre – 1929  
Fonte: IHGRGS (2005)



Até 1908, o transporte coletivo era realizado por bondes de tração animal, as famosas maxobombas. Neste ano, a Cia. Força e Luz introduz o serviço de bondes elétricos, facilitando o deslocamento para os arrabaldes. Os bondes são alvos de reclamações frequentes, devido às altas tarifas e a sobrelotação nos horários de deslocamento do trabalhador (BAKOS, 1996, pp. 86 - 88).

Na perspectiva de reformar a cidade, como estava ocorrendo em outras capitais, é elaborado o Plano Geral de Melhoramentos (1914) de autoria do engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel. Apesar deste plano não ter saído do papel, ele orientou as reformas executadas nas gestões de Otávio Rocha e Alberto Bins.

Neste primeiro momento, a tão sonhada modernização da cidade se limita às melhorias nos serviços básicos, em geral restritos à zona urbana, coincidentemente o perímetro central. Embora os melhoramentos não tenham chegado a todos moradores, os custos de tais obras recairão sobre todos contribuintes, diante do contínuo aumento de impostos. Além disso, a Intendência recorre a empréstimos em 1909 e 1922, acarretando num processo de endividamento da cidade (BAKOS, 1996, pp. 89, 94).

Apesar da falta de verbas ter sido um empecilho para a expansão dos melhoramentos para outras áreas, havia também a manifesta priorização do núcleo central como alvo do projeto de modernidade. A intenção de dotar e “isolar” o Centro da cidade para desfrute da classe abastada era explícita. Um trecho da edição de 03/03/1896 do jornal Gazetinha publiciza tal pensamento: “Os arrabaldes estão aí e devem ser habitados pelos proletários. Na cidade propriamente dita só devem residir os que podem se sujeitar às regras e preceitos da burguesia” (MONTEIRO, 1995, p. 34).

Na esteira desse desejo de modernidade burguesa estava a concepção da cidade enquanto “sala de visitas”, que requer a transformação estética do espaço urbano. Segundo a concepção vigente na época, modernizar significava “livrar-se” do seu passado colonial e de tudo que remetia a ele: modo de vida e padrão arquitetônico. Nas transformações rumo à cidade ideal, existia uma série de questões a serem superadas: eram antigas ordens – ou desordens – a serem rearranjadas ou dissolvidas (KERSTING, 1998, p. 38). Dentre as questões a serem superadas estavam modos de vida, hábitos e costumes populares, como o jogo, as tabernas, as habitações coletivas, que não condiziam com a nova ideologia urbana.

Neste contexto, empreende-se uma campanha de saneamento não só dos espaços, mas também das pessoas, relacionando precariedade material à degradação moral. Desordem e imoralidade tornam-se temas frequentes nas páginas dos jornais, engajados em uma campanha de "saneamento moral" da capital (MAUCH, 1994, p. 9). Becos e cortiços passam a ser identificados como o "mal da urbe", focos de doenças e degradação, sendo substituídos por novas ruas nas décadas seguintes (PESAVENTO, 1995, p. 81). A resolução do problema se fazia tanto mais urgente devido à sua contiguidade com as grandes casas comerciais, cafés e sobrados frequentados por gente importante.

Na condição de moradias coletivas destinadas à população de baixa renda, os cortiços passam a ser considerados viveiros do crime, focos de epidemias e, principalmente, ameaças à saúde pública. Um jornalista da época observa que acabar com estas habitações populares resolveria dois problemas: a questão da segurança e da saúde pública, e a falta de empregados domésticos em tempo integral. Argumenta que no dia em que a criada não tiver mais, por cinco mil réis, o lugar onde por uma cama, ela dormirá na casa de patrões, que é o que todos querem (KERSTING, 1998, p. 92). Assim, a sobretaxação dos cortiços, que chegou a 50% em 1922, enquanto as demais edificações continuavam a pagar 10%, tinha como objetivo o fechamento destes locais.

Já em 1892 são encontrados registros da política de eliminação dos cortiços do espaço central, através da taxação incidente sobre estas moradas. A utilização dos impostos como mecanismo regulador da ocupação do espaço urbano, fica explícita num pronunciamento do Intendente Alfredo Augusto de Azevedo ao Conselho Municipal<sup>7</sup> neste ano:

[...] sobre o **imposto de cortiços**, devo patentear aos senhores Conselheiros que ele **não preenche os fins para que foi decretado**, isto é, **promover a extinção dessas moradas**; agrava somente o estado da pobreza com aumento do aluguel imposto pelos respectivos proprietários. Prefiro, pois, dispensar o imposto e decretar brevemente a proibição de habitar-se em casas que não preencham as condições de higiene. Desse modo ficará mais acautelada a saúde do pobre e do rico e resultará a exterminação dos cortiços (KERSTING, 1998, p. 123, **grifo meu**).

Nesta perspectiva, há uma intensa campanha pela eliminação dos cortiços e outras formas de moradias coletivas localizadas na área central, que conta com a criminalização da imprensa a estes espaços. Mas o que de fato promove a eliminação destas habitações coletivas da área central é o progressivo aumento de

---

<sup>7</sup> Órgão da época com função semelhante à Câmara de Vereadores.



impostos que recai sobre elas: 1898 (20%), 1912 (25%), 1917 (30%) e 1922 (50%) (KERSTING, 1998, p. 123). Porém, isso não faz com que estas moradias populares sejam eliminadas, mas sim deslocadas para outras regiões.

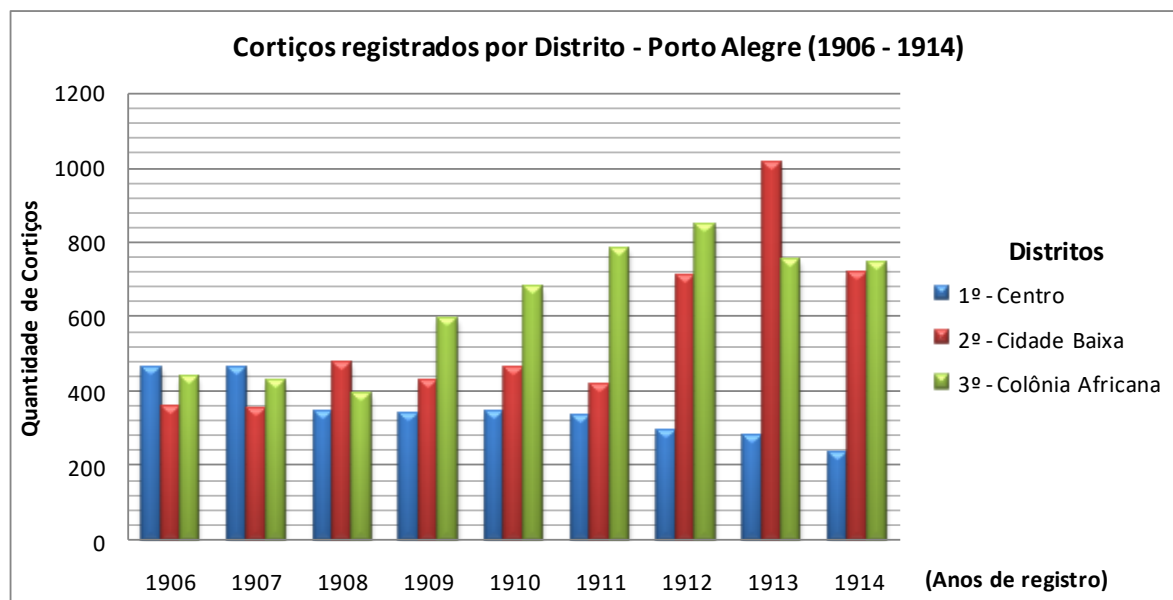
Com base nos dados publicados nos relatórios do Intendente, Kersting identifica a migração dos cortiços para o 2º e 3º distritos, localizados nas proximidades do Centro, mas fora do perímetro de sobretaxação das habitações coletivas. O 2º Distrito compreendia a Cidade Baixa e o 3º Distrito abarcava uma parte da Colônia Africana.

Quantidade de cortiços registrado por distritos (1906 - 1914)									
Distritos/Anos	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914
1º - Centro	463	463	341	339	342	332	295	278	235
2º - Cidade Baixa	356	352	475	428	460	415	706	1015	717
3º - Colônia Africana	437	429	394	593	678	780	846	754	742
Total	1256	1244	1210	1360	1480	1527	1847	2047	1694
Diferença em relação ao ano anterior	6	-12	-34	150	120	47	320	200	-353

**Figura 11: Tabela com distribuição dos cortiços registrados por Distritos em Porto Alegre (1906 – 1914)**

Fonte: Elaboração de Kersting com base nos Relatórios e projetos de orçamento do Intendente José Montauray, de 1907 a 1915 (1998, p. 207).

O gráfico de barras nos ajuda a visualizar esta diminuição de cortiços no 1º distrito e seu concomitante aumento nos outros dois distritos. Se inicialmente os três distritos têm uma distribuição equivalente, a partir de 1909 fica visível a diferenciação da quantidade de habitações coletivas entre as três zonas, com aumento nos distritos adjacentes à área central (figura 11). Em 1912 os distritos onde estão localizados a Cidade Baixa e a Colônia Africana têm quase o dobro de cortiços que tinham em 1906. Assim, entre 1906 e 1914 a quantidade de cortiços cai quase pela metade no Centro e praticamente dobra nos 2º e 3º distritos (figura 10).



**Figura 12: Gráfico da evolução da quantidade de cortiços por Distrito, Porto Alegre (1906-1914)**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira com base nos dados sobre cortiços levantados por Kersting (1998, p. 207)

Nesta conjuntura, a legislação é um dos mecanismos utilizados para promover o massivo deslocamento da população de menor renda do espaço central em direção às zonas periféricas. A manipulação tributária e as novas normas presentes no Regulamento Geral de Construções (1913) têm influência no direcionamento da classe que irá habitar o núcleo central e as zonas servidas pelos melhoramentos urbanos. Neste contexto, Bakos pondera que

Se a legislação, de uma parte, estimula a melhoria das habitações, de outra afasta o proletário do centro da cidade, onde a tributação torna-se mais alta. Assim, se o Governo municipal obriga o capitalista a remodelar ou construir prédios novos no centro, dificulta, sob o pretexto de higiene, a permanência de cortiços, estalagens e porões na área que será servida pela rede de esgotos. Trata-se de um momento importante do processo de privatização da ocupação do solo, sob os auspícios do Poder Público (1996, p. 131).

Assim, o poder público, ao mesmo tempo que promove o banimento dos cortiços e de outras formas de moradia coletiva do Centro, produz a instituição de um novo padrão de construção nesta região. É ilustrativa desta política a proposição do Intendente José Montauray de que sejam vedadas a construção de cortiços, estalagens e casas de madeira nas proximidades do centro da cidade (BAKOS, 1996, p. 132).

Visando pressionar a saída das pessoas que residiam nos diversos becos existentes no espaço central, em 1912 é apresentado um projeto de lei que determina um aumento de 25% de imposto (sobre o já pago) para moradias

localizadas em becos, passando também a ser proibida a construção de prédios sem frente de terreno (BAKOS, 1996, p. 131).

Esses sucessivos atos de normatização estética das construções culminam com aprovação do Regulamento Geral de Construções em 1913<sup>8</sup>, que estabelece as diretrizes básicas de estética e higiene para as futuras edificações. A proibição definitiva de novas construções de madeira nas zonas servidas pela rede de esgotos é uma das determinações mais importantes (BAKOS, 1996, p. 135). Por um lado, o poder público, ao proibir construções de madeira, afastava das áreas dotadas de melhoramentos urbanos aqueles que não podiam arcar com os custos de uma residência de tijolos. Por outro lado, a municipalidade fomentava a ocupação destes mesmos espaços concedendo descontos de impostos para prédios com mais de quatro andares. Assim, a Intendência se posicionava como agente de “modernização” do espaço urbano, através da transformação do perfil das edificações do Centro da cidade, fazendo uso da legislação.

Essa não é uma mudança apenas na forma da cidade – de cortiços para prédios, mas uma alteração no padrão de ocupação do solo urbano. Os moradores dos cortiços se veem obrigados a deslocarem-se para outras regiões, enquanto que grupos de maior poder aquisitivo irão ocupar os novos prédios construídos no lugar das antigas habitações, sob o estímulo financeiro do poder público. Assim, tais normatizações determinaram a instituição não apenas de um novo padrão de construções, mas também de um novo padrão de moradores para os espaços servidos pelos melhoramentos urbanos.

O aumento de imposto sobre as áreas que receberam melhorias é um dos principais mecanismos de deslocamento da população de baixa renda para áreas periféricas. É nesta perspectiva que Kersting expõe que a expansão da zona urbana até a Rua Mariante, com consequente aumento de imposto de 5% para 10%, acaba por empurrar aqueles que não podem arcar com estes custos para zonas mais afastadas, neste caso, deslocando parte da Colônia Africana.

É durante a longa gestão de Montaury que ocorre a 1ª periferização, com intenso deslocamento do Centro para os arraiais, parte deles localizados no entorno imediato.

---

<sup>8</sup> ATO nº 96, de 11/06/1913. Regulamento Geral de Construções. In: Atos, decretos, leis e resoluções. Porto Alegre. A Federação, 1914.

Em 27 anos no poder, José Montaury não conseguiu transformar a cidade na tão sonhada “sala de visitas”, tampouco implantar a modernização proposta pelo Plano Geral de Melhoramentos de 1914. Contudo, as ações – melhorias nos serviços básicos, banimento dos cortiços do Centro, novas normas de construções – realizadas por Montaury, permitiriam que seu sucessor, Otávio Rocha, pudesse se dedicar à remodelação do espaço central (MONTEIRO, 1995, p. 38).

### **2.2.2. Remodelação do Centro (1924-1937): “bota abaixo” e grandes avenidas**

Em 1924, quando Otávio Rocha assume, coloca-se disposto a remodelar a cidade, explicitando a continuidade da proposta da gestão de José Montaury (BAKOS, 1996, pp. 97-98). Buscando mostrar desenvolvimento e recuperar o prestígio perdido pelo PRR (Partido Republicano Rio-grandense) com a crise de 1923, o novo Intendente investe pesado em obras de remodelação do espaço central (idem, p. 145). Os recursos financeiros para custear tão ambicioso projeto virão de sucessivos empréstimos (realizados nos anos de 1926, 1927 e 1928) e do aumento de impostos, que encarece ainda mais o custo de vida da população. O imposto predial era a principal fonte de renda do município. Além de fonte de renda, em alguns casos, este imposto tinha função reguladora do padrão de edificações que se pretendia para determinado espaço.

Com base no Plano Geral de Melhoramentos, o novo Intendente inicia a remodelação da cidade com grandes e vultuosas obras, direcionadas principalmente para o alargamento de avenidas. Uma grande parte destas obras serão construídas sobre um tecido urbano pré-existente: os becos. As obras de remodelação iniciadas por Otávio Rocha (1924-1928) que terão continuidade na gestão de seu sucessor, Alberto Bins (1928-1937), se concentram na abertura de grandes avenidas e no ajardinamento de praças, estando a maior parte destas intervenções restritas ao espaço central.

A Intendência se coloca como agente remodelador da cidade não apenas na execução de grandes obras, mas também das normativas de construções. Em 1926, o novo Regulamento de Construções substitui o de 1913. Impõem-se taxações cada vez mais pesadas para construções de madeira, mistas e térreas, que não se

encaixem no padrão que vem paulatinamente sendo estabelecido (BAKOS, 1996, pp. 157, 159). Ao mesmo tempo, uma série de estímulos fomentam a verticalização da cidade. Além de vantagens tributárias para prédios com mais de 6 andares, “símbolos do progresso”, é criado um prêmio para a melhor fachada, evidenciando a crescente preocupação com a estética da “sala de visitas” (idem, p. 161).

As grandes obras de remodelação urbana (anos 1920/1930) iniciadas na gestão de Otávio Rocha completam a desfiguração do Centro como antiga cidade colonial e terminam de deslocar a população pobre e negra que ainda residia neste espaço.

A abertura e o alargamento de avenidas, em grande parte dos casos, incidiu sobre um tecido pré-existente, pondo abaixo parte da cidade antiga. No espaço central, os becos foram os principais atingidos pela reforma urbana, aliando modernização estética e a resolução de antigas questões políticas e morais. No período de 1924 a 1928, durante a gestão de Otávio Rocha, foram abertas as avenidas Júlio de Castilhos, a própria Av. Otávio Rocha e a Av. Borges de Medeiros.

Outra proposta do Plano Geral de Melhoramentos, levada a cabo por Otávio Rocha, foi o ajardinamento de praças. É nesta época que os Campos da Redenção (antiga Várzea) começam a ser ajardinados. O Parque da Redenção era uma área baixa e úmida, que em épocas de chuva se transformava num lodaçal, implicando investimentos de drenagem antes de ser destinada a outros fins (BAKOS, 1996, p. 132).

#### 2.2.2.1. Do Beco do Poço à Av. Borges de Medeiros

A Av. Borges de Medeiros tem a sua origem na antiga Rua General Paranhos, “estreito beco que subia desde a Rua Gen. Andrade Neves até a Rua Duque de Caxias e dali descia em outra fortíssima ladeira até a Rua Coronel Genuíno”, no lado sul do núcleo central (FRANCO, 2006, p. 77). Existente desde pelo menos o primeiro quartel do século XIX, esta via era popularmente chamada de Beco do Poço (CORUJA, 1983, p. 17) devido a existência de uma fonte d’água na altura da atual Rua Jerônimo Coelho.



**Figura 13: Vista aérea colorizada da Rua General Paranhos (atual Avenida Borges de Medeiros) em torno de 1920.**

Fonte: Desenho de Ana Luiza Goulart Koehler (2015, p. 260)

O alargamento e a urbanização da Rua General Paranhos estavam entre os principais objetivos do Plano Geral de Melhoramentos de 1914. As primeiras ações datam da década de 1920, ainda durante a gestão de José Montaury. Mas foi no mandato de Otávio Rocha que ocorreu a completa remodelação desta via, com o prolongamento até o Porto, abertura do maciço central para rebaixamento do nível topográfico e ampliação da largura. Assim, o morro por onde passava a Rua General Paranhos foi aberto e rebaixado 13 metros no ponto mais alto, sob a Rua Duque de Caxias, para dar lugar à “monumental” Avenida Borges de Medeiros. O rebaixamento do morro visava amenizar a íngreme subida, reduzindo o trajeto realizado pelos bondes e outros transportes. A abertura desta avenida visava também ligar o Centro ao sul da cidade. O plano para as respectivas reformas pode ser observado no relatório de 1925 do intendente Otávio Rocha:

As rampas de acesso à rua Duque de Caxias, que atualmente tem 9% e 12%, ficarão reduzidas, respectivamente, para 1% e 5%, para o que se vai fazer o **rebaixamento de 13 metros no ponto culminante**. Aí será construído um viaduto de cimento armado, em arco abatido, por onde se fará a passagem da rua Duque de Caxias. [...] Nessa avenida, que terá **21 metros de largura e 1.050 metros de extensão** vai correr uma linha dupla

de bondes em comunicação com a Avenida do Porto [...]. É uma obra de viação de grande relevo, porque **vai encurtar o trajeto** para todas as linhas de comunicação dos arrabaldes Menino Deus, Glória, Teresópolis e Partenon (FRANCO, 2006, p. 79, **grifo meu**)

O desaparecimento da Rua General Paranhos começa em 1926, com a demolição do casario, conforme pode ser observado na imagem abaixo. Em 1927, no trecho entre as Ruas Riachuelo e Cel. Genuíno, já haviam sido demolidos 81 prédios (FRANCO, 2006, p. 79). Em seguida iniciariam as escavações do maciço que ligaria a margem norte à margem sul da área central da cidade, facilitando o trânsito de bondes e automóveis.



**Figura 14: Demolição de casas no antigo Beco do Poço.**

Fonte: Revista Máscara, 06/02/1925 (KOEHLER, 2015, p. 155)

A ideologia do progresso pode ser observada na legenda da imagem, a qual destaca aspectos dos trabalhos de demolição e alargamento do antigo Beco do Poço, que “transformarão a antiga viela na grande avenida General Paranhos”.

No mapa de 1888 é possível observar a estreiteza do Beco do Poço em relação as demais vias transversais do espaço central. Ao sul, encerra-se na Rua Cel. Genuíno e ao norte finda bem antes do Mercado Público.

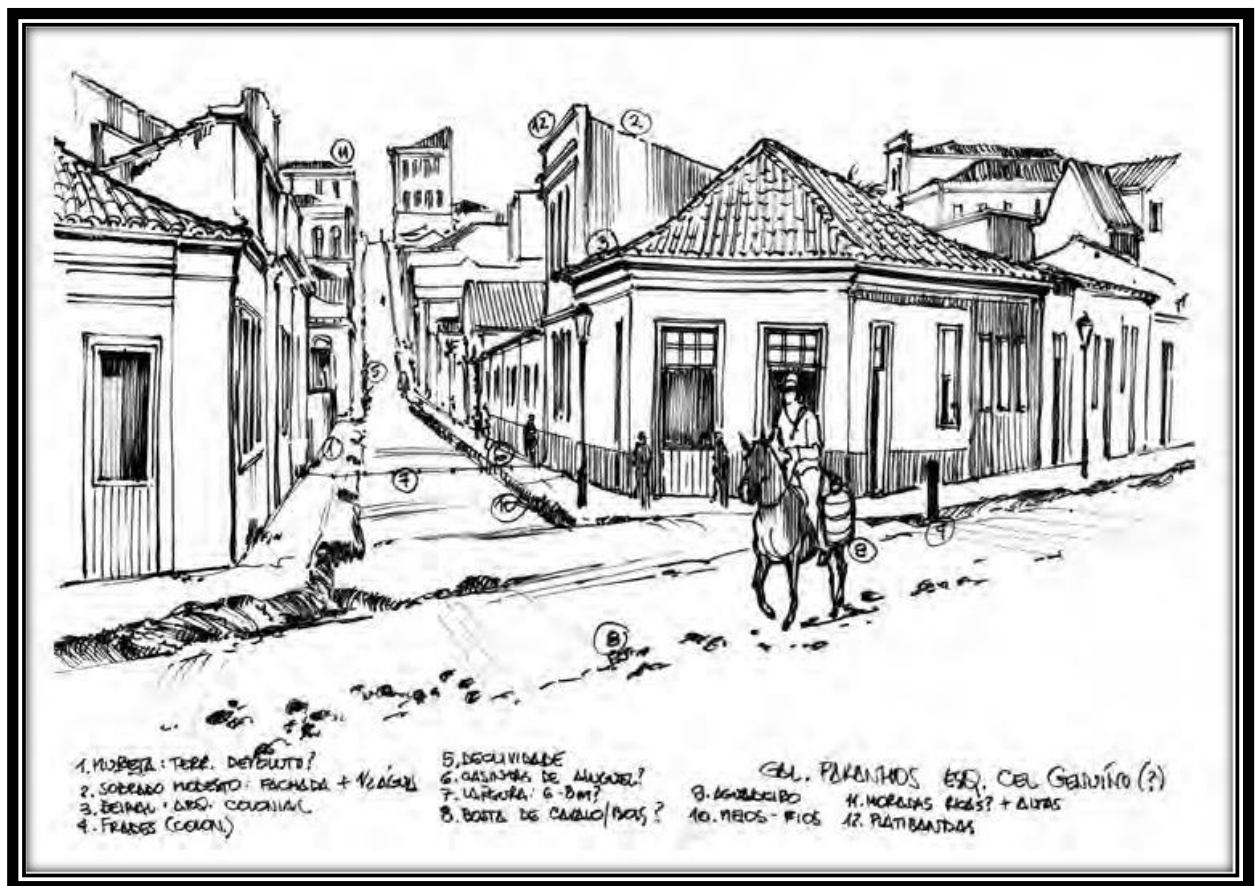






Pode-se dizer que a abertura da Av. Borges de Medeiros, além de facilitar a comunicação do Centro com a região sul da cidade, também resolveu um antigo “problema” estético e moral: o Beco do Poço e suas sociabilidades. A pesquisadora Ana Luiza Koehler em seu trabalho de reconstituição dos becos da Porto Alegre antiga, relata a existência de diversas estigmatizações associadas ao Beco do Poço, tanto por parte da imprensa quanto por parte de cronistas, que irão persistir até o fim da década de 1920, quando o Beco do Poço cede lugar à moderna Av. Borges de Medeiros (KOEHLER, 2015, p. 158).

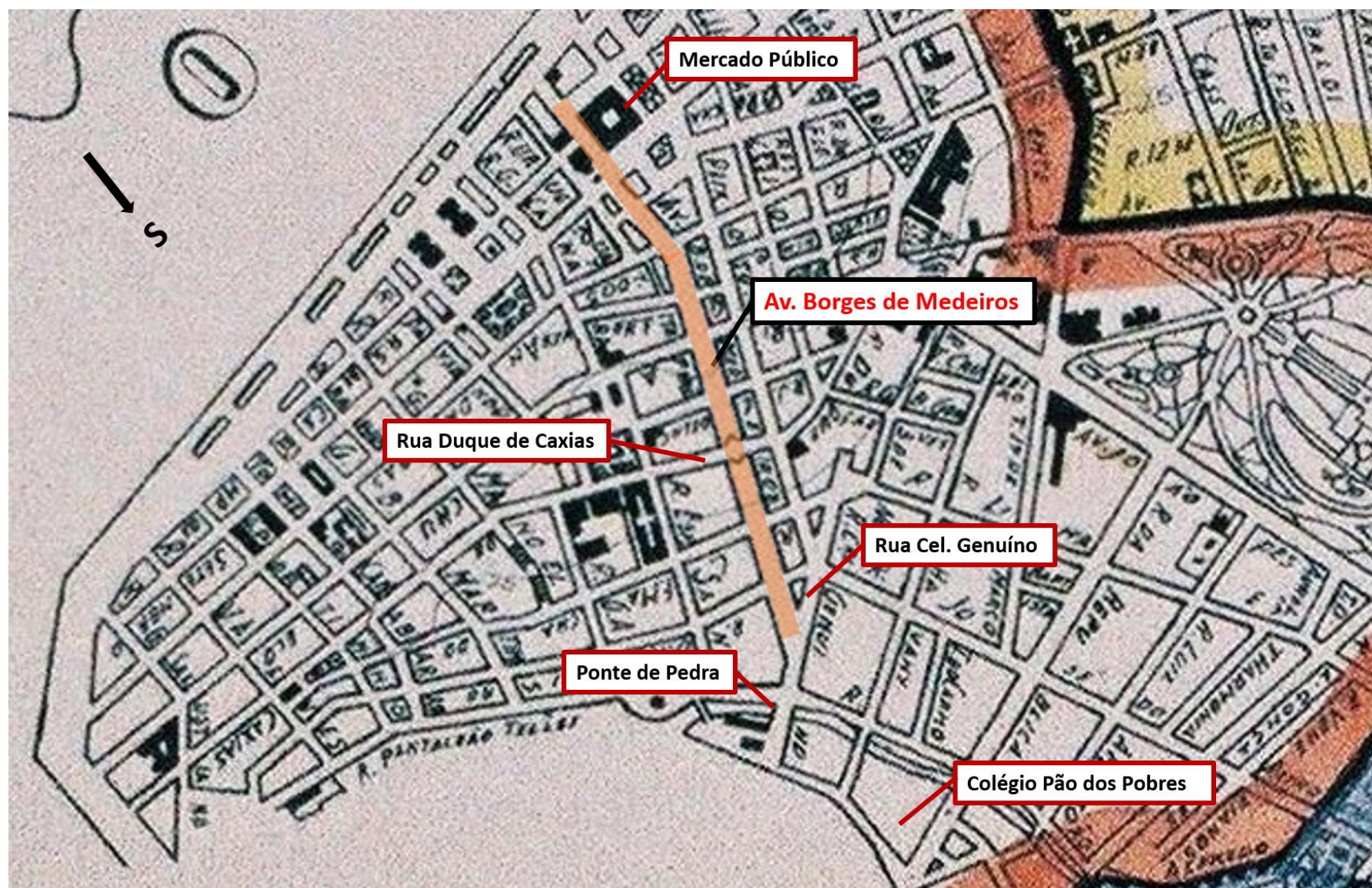
O desenho de Koehler nos ajuda a ter uma ideia de como era este espaço.



**Figura 16: Estudo de provável fotografia da Rua General Paranhos a partir da Rua Coronel Genuíno (origem não confirmada).**

Fonte: Desenho de Ana Luiza Koehler (2015, p. 221)

Esta grande obra arrastou-se por quase 10 anos, sendo concluída apenas em 1935, na gestão de Alberto Bins, quando foi finalizado o trecho entre a Rua dos Andradas e a Praça Montevideu (FRANCO, 2006, p. 79). O mapa de 1932 já retrata a grandiosa Av. Borges de Medeiros, que aparece bem mais larga e já chegando até o Mercado Público.



**Figura 17: Mapa Av. Borges de Medeiros, Porto Alegre – 1932**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa dos Distritos de Porto Alegre – 1932 (IHGRGS, 2005)



Abaixo, a Av. Borges de Medeiros sendo aberta nos anos 1930 e já remodelada nos anos 1940. As laterais do viaduto Otávio Rocha mostram os resquícios do maciço (morro) que fora cortado para a abertura da nova avenida.



**Figura 18:** a. Obras da Av. Borges de Medeiros déc. 1930; b. Av. Borges de Medeiros remodelada

Até a década de 1950 a Av. Borges de Medeiros estava restrita a área central, indo apenas até a Rua Coronel Genuíno. Note-se que na imagem 18 b, o Guaíba ainda não está aterrado, não permitindo a continuidade da avenida em direção à zona sul, tal qual é na atualidade.

O prolongamento da Av. Borges de Medeiros em direção à zona sul só foi possível após o aterro da orla da Av. Praia de Belas. Na imagem abaixo (figura 19) de 1958, é possível observar a Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas. Note-se que ela está pronta somente até a Fundação Pão dos Pobres.



**Figura 19:** Av. Borges de Medeiros sendo prolongada sobre o aterro da Praia de Belas, 1958  
Fonte: Prati Fotos Antigas

A gestão de Alberto Bins encerra o “fenômeno continuísta” – ciclo de 40 anos de perpetuação do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) à frente da administração do município de Porto Alegre (BAKOS, 1996, p. 12). Durante este período, a cidade fora administrada por apenas 3 Intendentes: José Montauray de Aguiar Leitão (1897–1923), Otávio Rocha (1924–1928) e Alberto Bins (1928–1937), todos pertencentes ao PRR. Estas quatro décadas foram um período que a cidade sofreu profundas transformações, a ponto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul preocupar-se em escrever o seu passado na década de 1940.

Nesta fase o contexto, o processo de ruptura se dá devido a decretação de Loureiro da Silva para a Prefeitura, em 1937, diante da instalação do Estado Novo e o início da urbanização do entorno da área central, onde estavam localizados os territórios negros. A obras de urbanização do eixo sul são: i. desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio e ii. aterro da orla da Av. Praia de Belas.

### 2.3. EXPANSÃO DA MODERNIDADE: urbanização dos arraiais da margem sul (1940-1970)

Na margem sul as obras de modernização da cidade serão direcionadas: i. ao saneamento das áreas do entorno do leito do Arroio Dilúvio e posterior incorporação destes espaços à cidade urbanizada; ii. ao aterro da orla da Praia de Belas, como uma tentativa de integrar este espaço à cidade consolidada (BOHRER, 2001, p. 66).

As pesquisas de Bohrer (2001) e Burin (2008) indicam que a margem sul permaneceu escanteada dos melhoramentos urbanos até pelo menos a década de 1940, quando teve início o desvio do curso e a canalização do Arroio Dilúvio. Neste sentido, Bohrer expõe que

[...] até meados da década de [19]20, o tímido desenvolvimento da margem sul era completamente desvinculado dos modernos procedimentos urbanos efetuados na margem norte. A sua ocupação ficou restrita à construção de alguns equipamentos públicos próximos da ponta da península, da linha férrea que partia da Ponte de Pedra e das chácaras e lotes do menino Deus que tinham frente para a enseada (BOHRER, 2001, p. 64).

Para a autora, o processo de aproximação das duas margens inicia após a abertura da Av. Borges de Medeiros – eixo de ligação do Centro com a zona Sul da cidade (BOHRER, 2001, p. 64).

### 2.3.1. Desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio

O Arroio Dilúvio é um curso d'água que nasce nas proximidades do município de Viamão e cruza a cidade de Porto Alegre no sentido leste-oeste até desaguar no Guaíba. No seu trecho final, depois de encontrar com o Arroio Cascatinha (na altura da atual Rua Érico Veríssimo), o Arroio Dilúvio circundava a Ilhota e adentrava o bairro Cidade Baixa. Seguia paralelo a Rua da Margem (atual Rua João Alfredo), passando pela Ponte de Pedra, para desaguar no Guaíba, conforme pode ser observado no mapa a seguir (figura 21). Ao longo de seu curso, o Arroio Dilúvio possuía várias nomenclaturas. No trecho final era chamado de Riacho ou de Riachinho.

A imagem abaixo retrata o Arroio Dilúvio no seu trecho final, já dentro do bairro Cidade Baixa, pouco antes de chegar a Ponte de Pedra. Note-se que ele cruza a Rua da República e segue paralelo a Rua João Alfredo, que antigamente chamava-se Rua da Margem por margear o Riacho. A Rua Baronesa do Gravataí está a esquerda do Arroio Dilúvio, pois este curso d'água separava o Areal da Baronesa da Cidade Baixa. A imagem está demarcada no mapa (figura 21) pelos pontos 3 e 4, respectivamente, a Ponte da Rua República e o Colégio Pão dos Pobres.

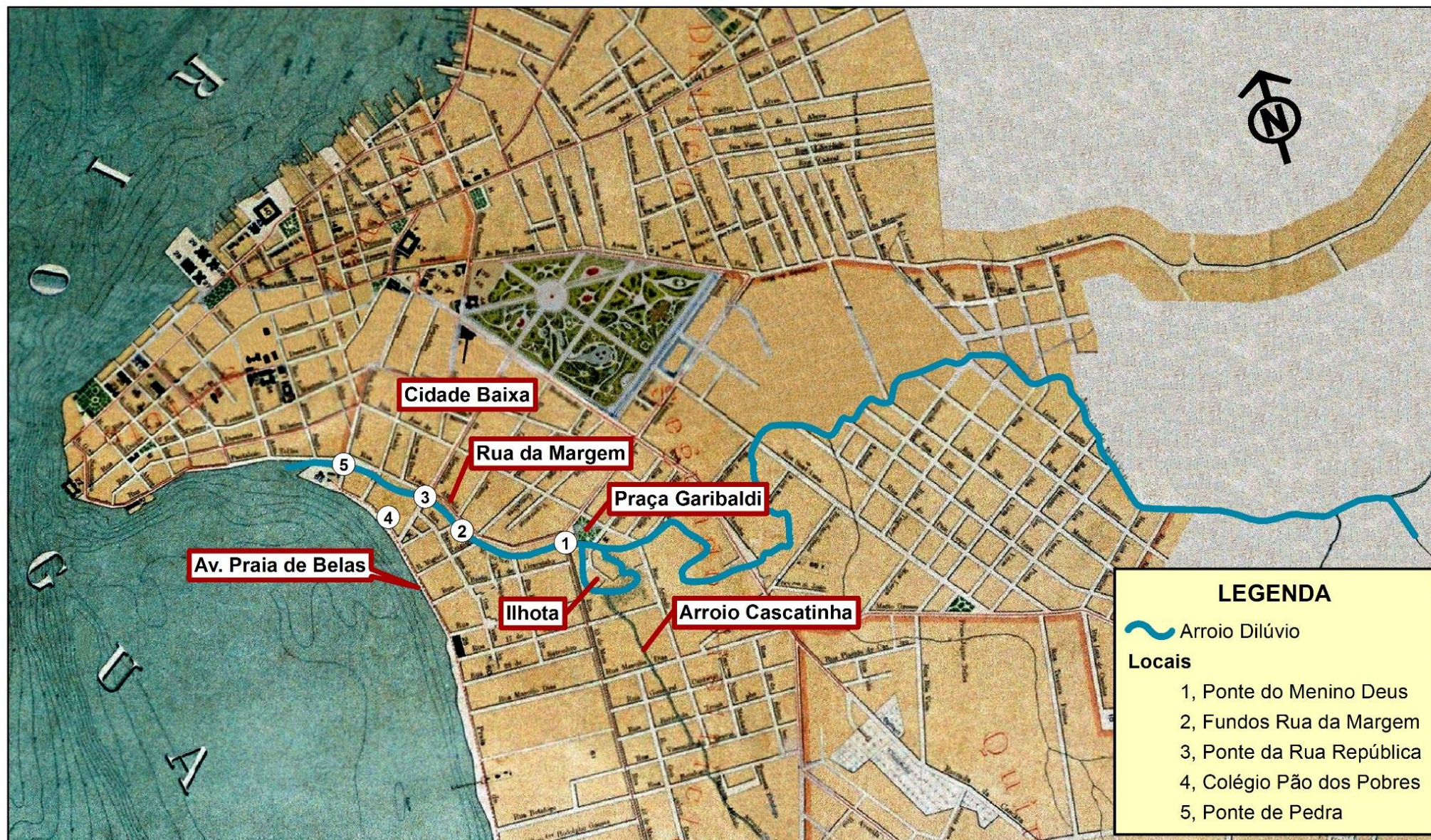


**Figura 20: Arroio Dilúvio paralelo a antiga Rua da Margem (atual R. João Alfredo)**

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo



## MAPA DO ARROIO DILÚVIO, PORTO ALEGRE/RS - 1916



**Figura 21: Mapa do Arroio Dilúvio, Porto Alegre – 1916**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre – 1916 (IHGRGS, 2005)



As imagens abaixo retratam outros dois pontos do trecho final do Riachinho, como era carinhosamente chamado pelos moradores das suas margens. A figura 22 refere-se ao Riacho nos fundos da Rua João Alfredo, marcado pelo ponto 2 no mapa. A figura 23 já o retrata nos seus últimos metros, nas proximidades da Ponte de Pedra (ponto 5 no mapa), pouco antes de atingir o Guaíba.



**Figura 22: Arroio Dilúvio nos fundos da Rua João Alfredo**

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo



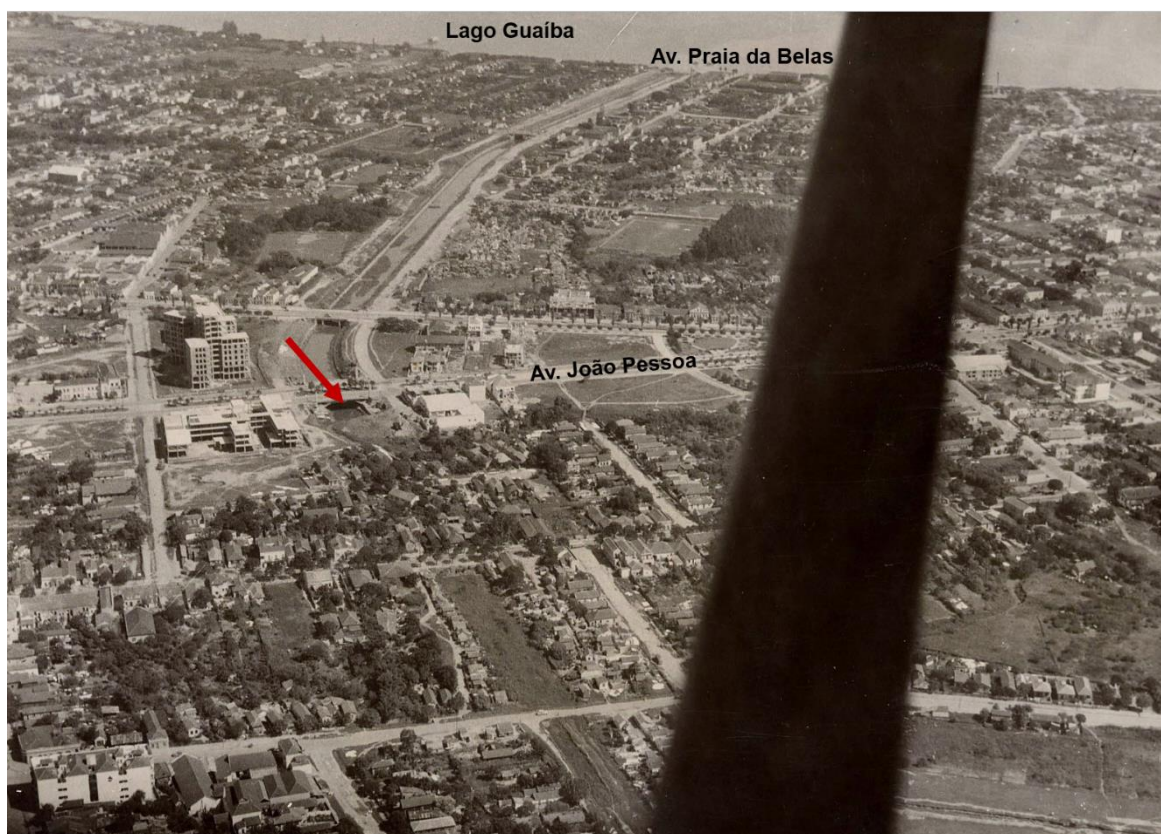
**Figura 23: Arroio Dilúvio nas proximidades da Ponte de Pedra**

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

A preocupação com as cheias do Riacho remonta ao século XIX quando sucessivas enchentes castigaram a cidade. Mas a primeira tentativa de contenção das águas do Riacho ocorreu apenas no início do século XX, com o fechamento do meandro que deu origem a Ilhota em 1905. O Plano Geral de Melhoramentos (1914) foi o primeiro a apresentar uma proposta para a canalização do Riacho. A ele sucederam-se diversos outros projetos com alternativas para este curso d'água: Schneider (1925), Carlos Medáglio (1930) e Ary de Abreu Lima (1935). Porém, nenhum deles saiu do papel.

As obras de retificação do curso e canalização do Arroio Dilúvio só vão ser iniciadas após a enchente de 1941, na administração de José Loureiro da Silva (1937-1943), sob a coordenação do arquiteto Gladosch. Esta enchente assolou a cidade, apressando o início das obras.

Iniciado em 1941, o longo processo de retificação do curso e canalização do Arroio Dilúvio estendeu-se por quase 4 décadas, passando por várias administrações. Só na década de 1980 é que a canalização do arroio chega a Av. Antônio de Carvalho, seu trecho final.



**Figura 24: Canalização do Arroio Dilúvio – trecho inicial na Av. João Pessoa**  
Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo



Esta extensa obra foi sendo realizada por trechos. O primeiro trecho foi executado entre 1941 e 1943, iniciando nas proximidades da Av. João Pessoa indo em direção à foz, no Guaíba. Na figura 24 é possível observar o ponto inicial da canalização, indicado com a seta vermelha. O restante da obra se arrastou pelos próximos 40 anos. Da Av. João Pessoa em diante, a obra foi realizada no sentido contrário, em direção à nascente do Arroio Dilúvio. O segundo trecho, entre a Rua Santana e a Av. Cristiano Fischer foi o mais demorado, durando 3 décadas (1943-1974). O terceiro e último trecho, até a Av. Antônio de Carvalho só ficou pronto nos anos 1980 (BURIN, 2008, pp. 13-14).

O aterramento do antigo leito foi sendo feito concomitante à canalização. A obra de canalização do Arroio Dilúvio foi sendo realizada sem que se levasse em conta o tratamento urbanístico dos locais impactados (BURIN, 2008, p. 15). Os territórios da Ilhota e do Areal da Baronesa foram profundamente impactados pela retificação do curso do Arroio Dilúvio, visto que a partir disso este espaço estava apto a ser urbanizado, implicando a valorização dos terrenos e o consequente encarecimento do valor dos aluguéis. Contudo, a falta de recursos do poder público, aliada a troca de gestões municipais fez com que esta região começasse a ser urbanizada só na década de 1970, embora a canalização tivesse sido concluída há quase trinta anos, ainda nos anos 1940.

Paradoxalmente, o processo que saneou a área para realizar o tratamento urbanístico e incorporá-la ao tecido urbano, foi o mesmo que removeu os antigos habitantes, que tanto sofreram com a falta de urbanização e com os constantes transbordamentos do Arroio Dilúvio. Os moradores da Ilhota, a ilha circundada pelo Riacho, foram removidos para outra região talvez mais carente de infraestrutura: o bairro Restinga.

### 2.3.2. Aterro da Praia de Belas

Até a década de 1950, a Av. Praia de Belas era o limite oeste da cidade (figuras 21 e 25). Nesta época, esta parte da orla do Guaíba começa a ser aterrada<sup>9</sup>. Este segmento do litoral do Guaíba, que iniciava na desembocadura do Riacho (nas proximidades da atual Ponte de Pedra) em direção ao sul (figura 21), foi chamado desde o princípio por Praia de Belas ou Caminho de Belas (FRANCO, 2006, p. 328). Uma peculiaridade da antiga orla da Praia de Belas eram os salso-chorões nela existente, que conferiam a este espaço um tom bucólico e que permeiam a memória daqueles que, quando crianças, dependuravam-se nos chorões para lançarem-se ao Guaíba.

Idealizado da década de 1930, mas efetivado somente entre os anos 1950 e 1970, o aterro da Praia de Belas foi concebido para implantação de um bairro residencial modernista (BOHRER, 2001, pp. 1, 6). A autora expõe que o processo de concepção e implantação do aterro foi acompanhado por contradições e indefinições, tanto que pensado para alocar um bairro residencial, hoje é ocupado majoritariamente por prédios públicos. O aterramento provocou um afastamento da população do convívio da orla. Como consequência do aterro, a Av. Praia de Belas ficou afastada do rio, perdendo completamente suas características originais (FRANCO, 2006, p. 329).

Até o início do aterro, em 1956, foram pensados diversos projetos para a orla da Praia de Belas. A breve cronologia a seguir é apresentada com base em Bohrer (2001, p. 211). O Plano Geral de Melhoramentos de 1914 previa uma área de ajardinamento ao longo de uma faixa da orla. Em 1936, um grande aterro, contando com uma zona residencial, é proposto por Edvaldo Pereira Paiva e Ubatuba de Farias. O projeto que dará início à transformação da orla da Praia de Belas é aprovado em 1955, sob o título de “Projeto Definitivo para a urbanização da Praia de Belas” (Lei nº 1487/55). Porém, este ainda não será o plano definitivo, visto que nas décadas seguintes ainda sofrerá mudanças. No ano seguinte, em 1956, são

---

<sup>9</sup> Este não é primeiro aterro do Guaíba (figura 13). Trechos da margem norte já haviam sido aterrados ainda no século XIX para maior espaço físico e no século XX para construção do Cais Mauá (1911-1922) e do Cais Navegantes (1940-1955) (BOHRER, 2001, p. 62).

iniciadas as obras do grande aterro (figura 26) que acabaria com a enseada<sup>10</sup> da Praia de Belas (figura 25). O projeto aprovado em 1955 é implantado apenas parcialmente, pois em 1961 o Novo Projeto da Praia de Belas (Lei nº 2330/61) reduz o tamanho e modifica a forma do aterro (BOHRER, 2001, p. 101).



**Figura 25: Enseada da Praia de Belas antes e depois do aterro.**

Fonte: Prati Fotos antigas

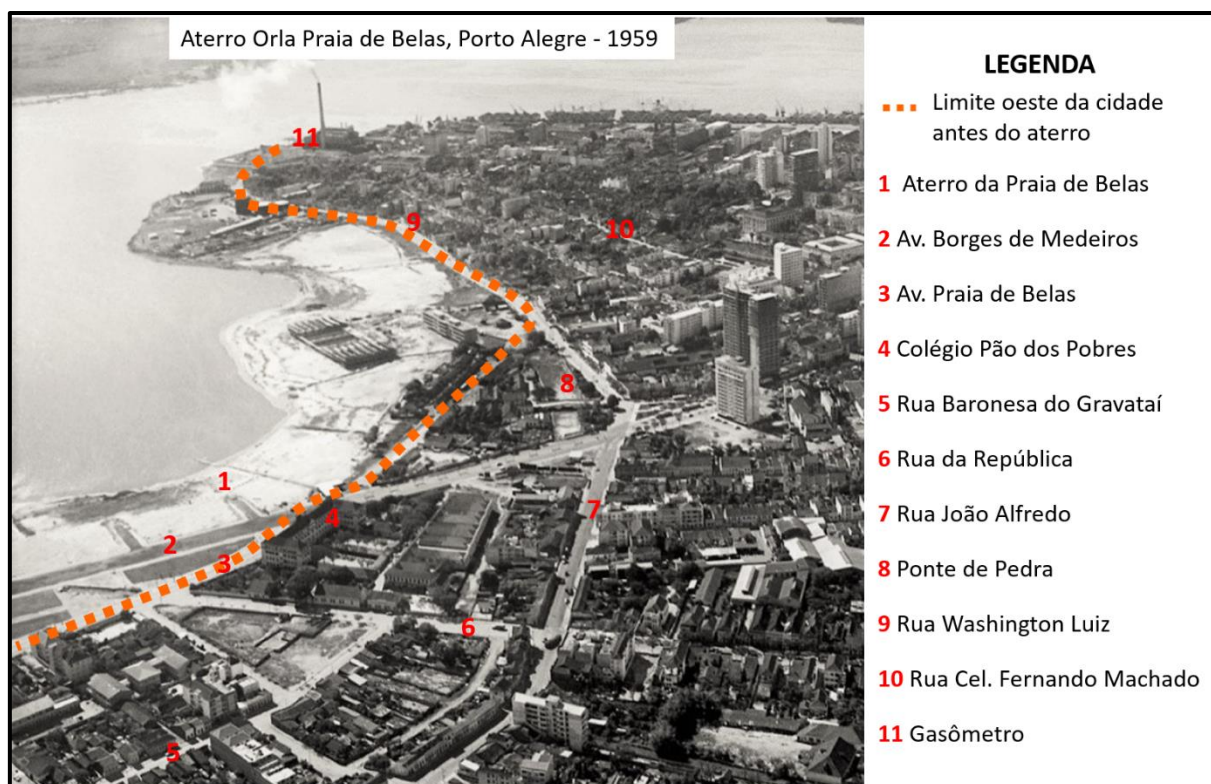


**Figura 26: Aterro da Praia de Belas, 30/10/1959.**

Fonte: Stumvoll, Menezes (2007, p. 17)

<sup>10</sup> Reentrância litorânea aberta em direção ao mar [rio ou lago], limitada por dois promontórios (SUERTEGARAY, 2008, p. 184)

Em 1963 é determinada a criação de um Parque Público, que passa a se chamar Marinha do Brasil em 1967. Em 1970, a Lei nº 3414 revoga as leis anteriores determinando que a parte remanescente do aterro só poderia ser utilizada para a implantação do Centro Esportivo Internacional ou de parques urbanos (BOHRER, 2001, p. 103).



**Figura 27: Marcação da autora sobre fotografia aérea de José Abraham (1959)**

Fonte: Acervo José Abraham. Prati Fotos Antigas

### **3. O PORTO ALEGRE NEGRO: territórios e territorialidades (1800 – 1970)**

Este capítulo abordará espaços da cidade conhecidos pela presença negra. Num primeiro momento trará a presença negra no espaço central, núcleo urbano principal no período colonial. Em seguida abordará os territórios negros formados no período entorno da abolição da escravidão (entre o final do século XIX e início do século XX), localizados no entorno do Centro.

Os territórios negros aqui abordados são espaços de concentração de moradia de famílias negras, que se caracterizaram também pelas sociabilidades e práticas culturais exercidas por este grupo.

O objetivo deste capítulo é localizar no espaço e no tempo, datando e espacializando, mesmo que aproximadamente, os espaços conhecidos na cidade de Porto Alegre como antigos territórios negros. Localizados no entorno do Centro, estes espaços eram o Areal da Baronesa, a Ilhota, a Colônia Africana e a Bacia do Mont'Serrat. Propõe-se também trazer à tona as sociabilidades existentes nestes espaços.

#### **3.1. A CIDADE NEGRA: territorialidades negras na cidade colonial (1800-1900)**

No período colonial, os territórios negros estavam concentrados no núcleo central ou nas suas bordas. Ao longo do século XIX, a presença negra é identificada em diversas faces da vida urbana.

Os levantamentos populacionais revelam que, em 1780, os pretos compunham cerca de 1/3 da população (PICCOLO, 1991, p. 41). Esse número cresce e em 1814 quase metade dos habitantes da cidade eram negros. Em 1858, esse grupo representa 30% do conjunto da população, ou seja, para cada dois brancos havia um negro.

A historiadora Helga Piccolo ressalta que a presença negra não era relevante somente em densidade populacional, mas também pelas funções desempenhadas “na cidade que necessita, para seu desenvolvimento e para seu cotidiano, de mão-de-obra” (1991, p. 42). É ilustrativa a variada gama de ofícios desenvolvidos pela

população negra encontrados pela autora nos anúncios de jornais referentes ao período de 1847-1864:

São oferecidos para a venda ou para o aluguel: carpinteiros, marinho/remadores, calafetes, campeiros, alfaiates, serventes, pedreiros, quitandeiras (os), charqueadores, domadores, sapateiros, chacareiros, pintores, roceiros, padeiros, marceneiros, corrieiros, amas de leite, domésticas (os), babás, falquejadores, barbeiros, seleiros, ouvires, bolieiros, oleiros, costureiras, cozinheiras (os), carroceiros, ferreiros, litógrafos, serradores, capatazes (PICCOLO, 1991, p. 42).

### **3.1.1. Mercados – Largo da Quitanda e Praça Paraíso**

O viajante e naturalista francês Auguste de Saint Hilaire esteve no Rio Grande do Sul entre 1820 e 1821. Ele descreve a Rua da Praia como a única via comercial da cidade, com grande circulação de pessoas e lojas bem instaladas e sortidas. Ali estava localizado o primeiro mercado da cidade, conhecido como Largo da Quitanda devido ao comércio de gêneros alimentícios diversos. Localizado na atual Praça da Alfândega, este antigo mercado era o que hoje concebemos como feira: um espaço de comércio ao ar livre, composto por barracas e vendedores ambulantes. Saint Hilaire retrata o Largo da Quitanda:

É na Rua da Praia, próximo ao cais, que fica o mercado. Nele vendem-se laranjas, amendoim, carne seca, molhos de lenha e de hortaliças, principalmente couve. Como no Rio de Janeiro, os vendedores são negros. Muitos comerciam acorados junto à mercadoria à venda, outros possuem barracas, dispostas desordenadamente no pátio do mercado (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 46).

Só em meados do século XIX é que fora construído um prédio para abrigar o Mercado Público, bem próximo do atual que é de 1869. Este primeiro mercado edificado ficava localizado na Praça Paraíso (atual Praça XV de Novembro), quase defronte onde hoje é o Chalé da Praça XV. O cronista Achylles Porto Alegre localiza-o para nós: "[...] 1841-1842, erguia-se na então Praça do Paraíso, quase na esquina da Rua de Bragança, fronteiro ao Beco do Rosário, o nosso primeiro mercado público – construído por uma associação" (1994, p. 28). A Rua Bragança é a atual Rua Marechal Floriano Peixoto e o antigo Beco do Rosário é hoje a Av. Otávio Rocha.

Assim como os vendedores (ou as vendedoras) do Largo da Quitanda, descritos por Saint Hilaire, as vendedoras deste espaço, descritas por Achylles também são negras. Isso leva-nos a inferir que o comércio de quitandas – gêneros alimentícios diversos, da Porto Alegre antiga, era feito majoritariamente por negras e negros.

Achylles relata a presença de pretas minas<sup>11</sup> comercializando uma variada gama de gêneros alimentícios: frutas, doces, canjica, mocotó, verduras, amendoim torrado, pés de moleque, farinha de cachorro. Acrescenta ainda que este comércio era realizado em diversos pontos da cidade, indicando a forte presença negra feminina no setor alimentício. Essas mulheres, certamente exímias quituteiras, ofertavam sua mercadoria no mercado, em frente as suas residências, na porta das tabernas ou pelas ruas, de casa em casa, abastecendo a cidade, como descreve o autor:

Hoje já não se encontram em nossas ruas as “minas” ou os “minas”, estes interessantes tipos africanos, que na sua meia língua nos eram tão prestantes. [...]. Entregavam-se então a sua quitanda, e **atravessavam as ruas da cidade**, com colares e pulseiras de miçanga, e **tabuleiros rasos de frutas** ou **caixas envidraçadas de doces à cabeça**. Alguns conduziam nessas ocasiões os filhos de peito esgarranchados nas ancas, onde os amarravam com faixas até as axilas. Outras iam aboletar-se com os seus tabuleiros **nas portas das tabernas** de esquina – onde, aos domingos, algumas se estabeleciam **com os seus caldeirões de canjica ou mocotó**, a vintém e a tostão o prato. Pela manhã iam sentar-se **no mercado**. Isto feito, como não havia naquele tempo, nas ruas, carroças de verduras, as “minas” é que **andavam de casa em casa fornecendo à freguesia**. Muitas, porém, não perambulavam. Expunham os seus tabuleiros às **portas das suas casas**, e ali faziam o seu negócio (PORTO ALEGRE, 1994, p. 100, grifo meu).

---

<sup>11</sup> O grupo mina fazia referência aos africanos oriundos da região da Costa da mina, que aqui foram englobados sob uma única etnia - os minas.





**Figura 28: Quitandeiras negras, Porto Alegre – 1901.**  
 Fonte: Prati Fotos antigas

### 3.1.2. Irmandade do Rosário

Ainda em 1786 – cem anos antes da abolição da escravidão – um grupo de negros, livres e escravizados, formou a Irmandade do Rosário, confraria de homens leigos, que souberam fazer uso do espaço burocrático da Igreja para se articular em prol dos seus interesses, entre eles a elevação das condições de vida do homem negro (MÜLLER, 2009).

Localizada inicialmente dentro da Igreja Nossa Senhora da Madre de Deus (hoje a Catedral Metropolitana), em 1818 a irmandade inicia a construção da sua própria Igreja, para que pudesse ter mais liberdade nas suas ações. A prática das tradições de origem africana, como danças e cantos, pelos membros da Irmandade do Rosário, não era vista com bons olhos pelos mais conservadores. Segundo o



cronista Coruja, a realização dos quicumbis foi um dos motivos da saída da Irmandade do Rosário da Igreja da Madre de Deus. As congadas, quicumbis ou maçambiques são rituais religiosos afro-católicos que congregam dança, música e percussão.

Nesse candombe [da Mãe Rita] também se ensaiavam os cocumbis que pelo Natal nas festas da Senhora do Rosário, levando à frente o Rei e a Rainha vestidos a caráter, com a juíza do ramallete e a competente aristocracia negra, iam dançar ou antes sapatear no corpo da igreja com guizos nos tornozelos, enquanto dali os não expulsou o falecido vigário José Inácio dos Santos Pereira, padrinho do nosso conhecido vigário José Inácio, de saudosa memória.

Esta expulsão ou proibição deu causa a que o tesoureiro da irmandade Francisco José Furtado promovesse a ereção da atual Igreja do Rosário, mas quando anos depois se concluía, já não dançavam aí mais os pretinhos; porque os tempos já eram outros, e só em Viamão se via um arremedo de cacumbis, em que o rei e a rainha se caracterizavam com as colchas das sinhás-moças (CORUJA, 1983, p. 27).

A imagem abaixo, registrada por Jean-Baptiste Debret (pintor oficial da corte portuguesa), em 1828, retrata a coleta de esmolas (fundos) para a manutenção da Igreja do Rosário.

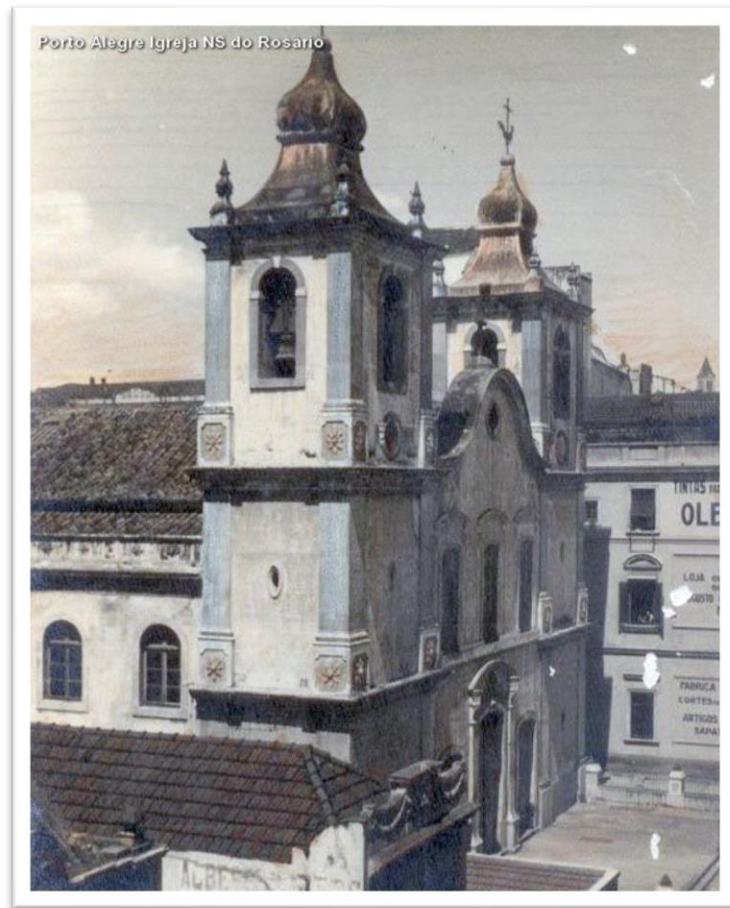


**Figura 29: Realeza Negra da Irmandade do Rosário de Porto Alegre – 1828.**

Fonte: Acervo de Jean-Baptiste Debret. Disponível: <https://docs.ufpr.br/~lgeraldo/upoimagens3.html>

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário, gerida pela Irmandade do Rosário, ficava localizada na Rua do Rosário (atual Rua Vigário José Inácio), assim denominada em função da Igreja. Esse templo erguido em 1818 durou até as primeiras décadas do século XX, quando fora demolido para a construção do prédio

atual, que permanece sendo Igreja do Rosário, mas não mais gerido pela Irmandade do Rosário, que perdeu força na virada do século XX.



**Figura 30: antiga Igreja do Rosário em Porto Alegre**

Fonte: Prati Fotos antigas

### 3.1.3. A Rua do Arvoredo

No espaço central, a Rua do Rosário e a Rua do Arvoredo são locais constantemente referidos como de moradia da população pobre e negra. Ao narrar a Rua do Arvoredo, Coruja cita que

[...] entre as casas de capim, distinguia-se pela sua humildade a em que morava o preto velho José Cabelos, andador da irmandade do Rosário, que nos dias festivos se apresentava de casaca, colete bordado, calções, meias e botas [...] (CORUJA, 1983, pp. 101-102).

Maria José, preta forra, Rainha Ginga da Irmandade do Rosário na década de 1850, também se declara moradora da Rua o Arvoredo. Entre os anos de 1850 e 1856, a referida senhora enviou, anualmente, requerimentos às autoridades policiais

solicitando licença para os negros "brincarem" – realizarem seus batuques – nos Domingos e Dias Santos (DIAS, 2008, p. 30).

No primeiro requerimento, em 1850, ela solicita que os negros possam brincar na Rua de Santa Catarina (atual Rua Dr. Flores), localizada nos fundos da Igreja do Rosário, alegando que estes "inocentes passatempos" eram costumes feitos há tempo e serviam para recolherem esmolas para suas festas e enterros.

Ilmo. Sr. Dr. Chefe de Polícia

Diz Maria José, preta forra, **moradora na Rua do Arvoredo, casa nº 64**, que tendo obtido licença do respectivo Sr. Subdelegado de Polícia, como mostra com o inconcluso documento, para que os pretos de nação Angola e os das outras nações pudessem brincar nos Domingos e Dias Santos de Guarda, como tem sido sempre de estilo, resultando desses **inocentes passatempos, a vantagem de recolherem esmolas para as suas festas, enterros e socorros mútuos em casos de enfermidades**, e que tudo é muito público e notório. Acontece que neste corrente ano de 1850 ainda não puderam brincar, por esse motivo que a suplicante por si e pelas mais pessoas que concorrem e tomam parte nesses brinquedos, vem pedir à V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. se sirva conceder-lhes **licença para que** nos Domingos e Dias de Santa Guarda **possam brincar na Rua de Santa Catarina, na casa nº 32**, precedendo conhecimento das respectivas autoridades policiais do Distrito, assegurando a suplicante a V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. serem tais brinquedos inocentes ao modo por que o fazem cada uma das Nações e de não haverem desordens.

Portanto,

Pede a V<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup>. se sirva assim deferir

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 1850 (DIAS, 2008, p. 30, **grifo meu**).

A solicitação de autorização de forma resignada, argumentando que estes eram "brinquedos inocentes" e estes "inocentes passatempos" serviam para "recolherem esmolas para as suas festas, enterros e socorros mútuos", é uma estratégia não territorial para o exercício de uma prática territorial, no caso, a prática do quicumbi. Demonstra que os negros foram construindo suas estratégias nos interstícios e que sabiam muito bem a hora do enfrentamento, como partir para construção da sua própria igreja para terem mais liberdade; como sabiam também os momentos do não embate para atingirem objetivos maiores, como a licença para a realização dos quicumbis.

Na licença concedida em abril de 1850, a autoridade policial explicita a Várzea como local frequentemente designado para a realização dos batuques e danças de negros, devido a sua localização fora dos limites urbanos. Assim

despacha o subdelegado, com relação a solicitação de Maria José para o ano de 1850:

[...] nenhuma dúvida há em conceder a licença que ela requer [...] **se for na Várzea** ou na Rua da Olaria e outras iguais **fora do Centro da Cidade**, será melhor por causa das queixas que costumam fazer os vizinhos em virtude do barulho que fazem nos seus batuques (DIAS, 2008, p. 33, **grifo meu**).

Seu Sílvio Moreira Aquino, um dos nossos entrevistados, ratifica a territorialidade negra batuqueira na Rua do Arvoredo. Ele narra que no final do século XIX, era ali, na Rua do Arvoredo, que se localizava a terreira de Seu Virgílio, seu avô materno, que mais tarde passaria a residir no Areal da Baronesa. O terreno de Seu Virgílio no Areal da Baronesa permanece ocupado pelos seus descendentes.

A partir destas narrativas verificamos que os batuques inicialmente eram realizados nas residências, que tendiam estar localizadas em ruas não centrais do núcleo urbano (atual Centro), como a Rua do Rosário, a Rua de Santa Catarina e a Rua do Arvoredo, sendo necessária licença da autoridade policial para a sua realização. Com o tempo, pelas reclamações de vizinhos, as autoridades policiais passam a ser mais rigorosas com relação as licenças, apontando a Várzea – localizada fora dos limites urbanos, mas no entorno imediato (figura 33) – como local apropriado a realização destas práticas.

Em 1856, o batuque passa a ser proibido pelo Código de Posturas, inclusive em locais fora da cidade. Assim o Art. 122 do capítulo 12º das novas disposições estabelece que “ficam proibidos os candomblés ou batuques, e danças de pretos na Várzea, chácaras ou outro lugar” (PICCOLO, 1991, p. 43). Apesar disso, os batuques não cessaram completamente, pois Achylles Porto Alegre narra a existência de batuques posteriores a essa data.

#### 3.1.4. Beco do Poço

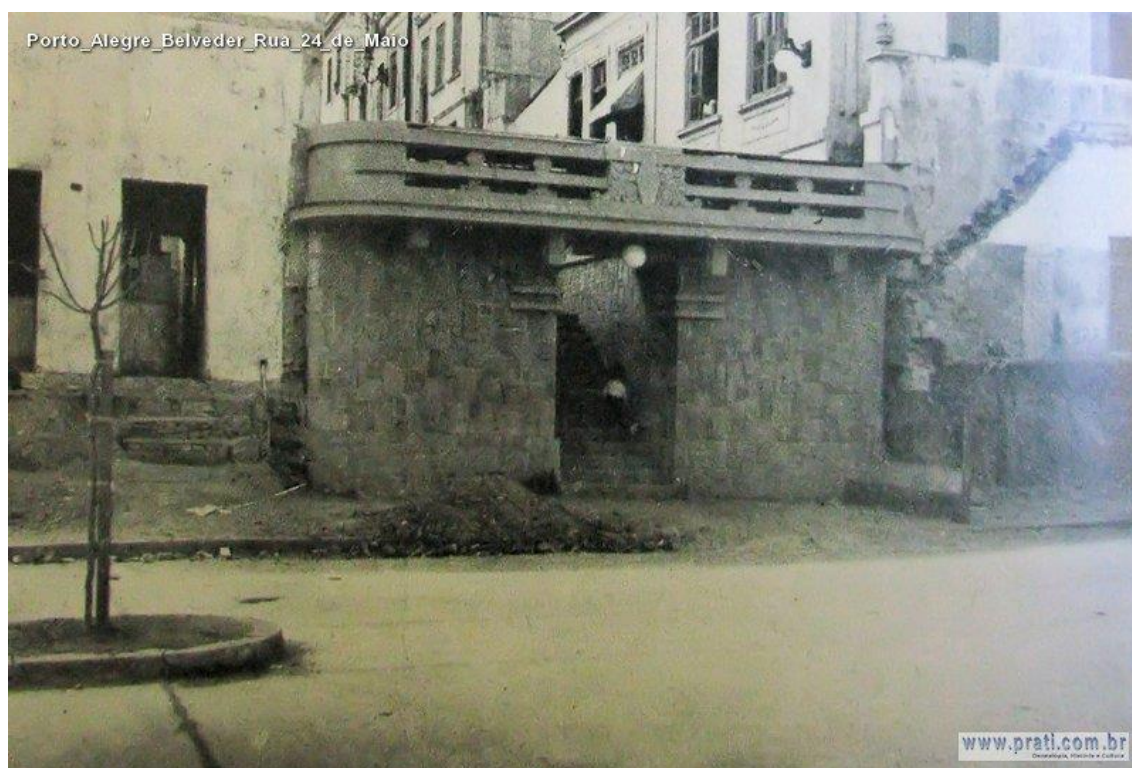
O antigo Beco do Poço, transformado na atual Av. Borges de Medeiros na década de 1920, era mais um dos redutos negros da Porto Alegre antiga. Achylles Porto Alegre faz menção a este espaço como um dos locais eleitos para a prática frequente do batuque.

**Havia pontos da cidade onde aos domingos o “batuque” era infalível. O Beco do Poço, o do Jacques e a Rua da Floresta eram sítios de**



eleição para o “batuque”. Nos dias de “Folia”, já de longe se ouviam a melopeia monótona do canto africano e o som cavo de seu originalíssimo tambor (PORTO ALEGRE, 1994, p. 101, **grifo meu**).

Note-se que os demais locais apontados estão localizados ou fora do perímetro central, como a Rua da Floresta (atual Av. Cristóvão Colombo); ou nas “bordas” do espaço central, como o Beco do Jacques (atual Rua 24 de Maio). Crê-se que o batuque na Rua da Floresta poderia ser no local identificado por Coruja como Beco da Marcela, localizado no encontro da Av. Cristóvão Colombo (antiga Rua da Floresta) com a Rua Ramiro Barcelos (1983, p. 21). Já o Beco do Jaques, outro ponto de realização de batuques, iniciava na Rua Duque de Caxias seguindo até a Rua Avaí (nas proximidades da Av. João Pessoa), local onde Coruja localizara o Candombe da Mãe Rita. A atual Rua 24 de Maio, antigo Beco do Jacques, tem uma curta extensão, o que nos permite inferir que o batuque mencionado por Porto Alegre é o Candombe da Mãe Rita ou uma sucessão deste batuque.



**Figura 31: Beco do Jacques (final da atual escadaria da Rua 24 de Maio no encontro com a Av. Des. André da Rocha)**

Fonte: Prati Fotos Antigas

### 3.1.5. Batuques na Várzea

Coruja nos relata a existência, em meados do século XIX, de um batuque intitulado Candombe<sup>12</sup> da Mãe Rita, realizado na Várzea, nas imediações da Cidade Baixa.

O Candombe da Mãe Rita era na Várzea defronte da casa e curral do antigo matadouro, mais ou menos no terreno então baldio e depois ocupado pelas casas do Firmo e olaria do Juca [..].

Aí se reuniam nos domingos à tarde pretos de diversas nações, que com seus tambores, canzás urucungus e marimbas, cantavam e dançavam esquecendo as mágoas da escravidão, sem que causassem maiores cuidados à polícia [...] (CORUJA, 1983, pp. 26-27).

Este batuque estaria localizado nas imediações da esquina da atual Rua do Avaí com a Av. João Pessoa. Achylles colabora na localização informando que a Rua Avaí

[...] foi o beco do Firmo ou rua do Valo. Alguns escrevem Firmo, mas é erro, porque recorda um nome – o de Antônio Francisco Firmo. Tais terrenos, antes do arruamento e quando de todo abertos, serviam para a realização de festejos dos negros africanos, que ali realizavam seus ruidosos candomblés (PORTO ALEGRE, 1994, p. 16).



**Figura 32: Mãe Rita**

Fonte: Coleção Virgílio Calegari. Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

<sup>12</sup> As expressões candombe, candomblé e batuque fazem referência aos cultos religiosos de matriz africana. No Rio Grande do Sul o termo mais utilizado é batuque, candombe é bastante utilizado no Uruguai e candomblé em outras partes do Brasil.



Não se sabe exatamente em que época Mãe Rita viveu em Porto Alegre, mas sabe-se que foi durante o século XIX, provavelmente na metade deste século. As poucas informações que se tem sobre esta mãe de santo são o relato de Coruja e o retrato acima, feito pelo fotógrafo Virgílio Calegari.

Achylles Porto Alegre também narra os batuques na Várzea, ratificando a existência de uma territorialidade negra frequente neste local. O autor dizia que "o batuque tinha alguma coisa de dança, tanto de diversão quanto de cerimônia religiosa ou fúnebre". Estes batuques localizavam-se no outro lado da Várzea, defronte a Capelinha do Bom Fim, no Caminho do Meio (atual Av. Osvaldo Aranha).

Havia também os "batuques" ao ar livre.  
Nestes tomava parte quem queria, e creio que havia um "maioral" [...].  
Um dos mais populares era o do Campo do Bom Fim, em frente à capelinha então em construção.  
Cada domingo que Deus dava era certo um "batuque" ali, e o interessante é que muita gente se abalava da cidade para ir ver a dança dos negros (PORTO ALEGRE, 1994, p. 101).

É interessante observar que o autor localiza estes batuques também no tempo, quando nos relata que a capelinha do Bom Fim estava em construção. Esta capela teve sua pedra fundamental lançada em 1867, mas só fora concluída em 1883. Assim sabemos que Achylles Porto Alegre refere-se a batuques realizados neste período. É relevante também o fato de Achylles pontuar que "muita gente se abalava da cidade" para assistir os batuques, ratificando a informação de que este espaço era considerado fora dos limites urbanos.

Mãe Rita não era a única mulher negra a residir no entorno da Várzea. Coruja também faz menção a parteira negra Ana Maria de S. José que, por montar um presépio na época do Natal, era conhecida como Baiana do Presépio.

[...] do meio da Várzea para diante, caminho da Azenha, morava a Baiana do Presépio, que todos os anos pelo Natal abria ao público ilustrado e não ilustrado o seu Presépio da Baiana, muito freqüentado pelos janotas de todas as cores, sexos e condições. Ana Maria de S. José, que assim se chamava ela, ainda sustentou o seu presépio por algum tempo, enquanto se julgava herdeira presuntiva e Antônio Rego Chaves, dono da chácara; mas depois que por direito jurídico passou a herança a mãos poderosas, a pobre mulata velha passou a ser parteira, e assim morreu (CORUJA, 1983, pp. 18-19).

A presença de batuques na Várzea (atual Parque da Redenção) é identificada por vários autores. A histórica relação do grupo negro com este espaço da cidade é tão marcante que o nome pelo qual continua a ser popularmente chamado – Parque da Redenção ou simplesmente Redenção – advém desta relação e resiste ao tempo. Em 07/09/1884, para celebrar a libertação dos escravizados em Porto

Alegre, a Câmara de Vereadores decidiu alterar o nome do Campo do Bom Fim (antiga Várzea) para Campo da Redenção (ZUBARAN, 2009, p. 3). A partir daí aquele espaço que já era conhecido pela frequente presença negra passou a ter seu nome vinculado a essa presença. Embora a nomenclatura oficial do parque tenha sido alterada para Parque Farroupilha em 1935 (nas comemorações do centenário Farroupilha), este espaço continua sendo chamado de Redenção, rememorando a presença negra que ali conseguiu manter seus batuques.

A partir destas constatações podemos afirmar que desde a época da Freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus (1773) este era, e ainda é, um núcleo urbano no qual os negros não só trabalhavam, como desenvolviam, dentro dos limites impostos e de suas brechas, as suas práticas culturais, como o batuque<sup>13</sup> e o quicumbi<sup>14</sup>. É nesse sentido que a pesquisadora Helga Piccolo reitera que Porto Alegre em meados do século XIX era “uma cidade onde havia não só espaço físico para pessoas negras, mas espaço para que estas pessoas de cor praticassem suas crenças, seus costumes que puderam, assim, preservar” (1991, p. 46). Tendo como base de pesquisa os relatórios de presidentes da província, jornais, correspondências da Câmara Municipal, processos-crime e documentação policial, a autora destaca que “a documentação comprova [essa presença negra] farta e até minuciosamente” (idem).

---

<sup>13</sup> Religião de matriz africana de culto aos orixás praticada no Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> Ritual afro-católico de encenação da coroação de um rei e uma rainha, com dança e canto em frente ou dentro da Igreja, realizado nas comemorações da padroeira da Igreja.



**Figura 33: Mapa das Territorialidades Negras em Porto Alegre/RS – século XIX**

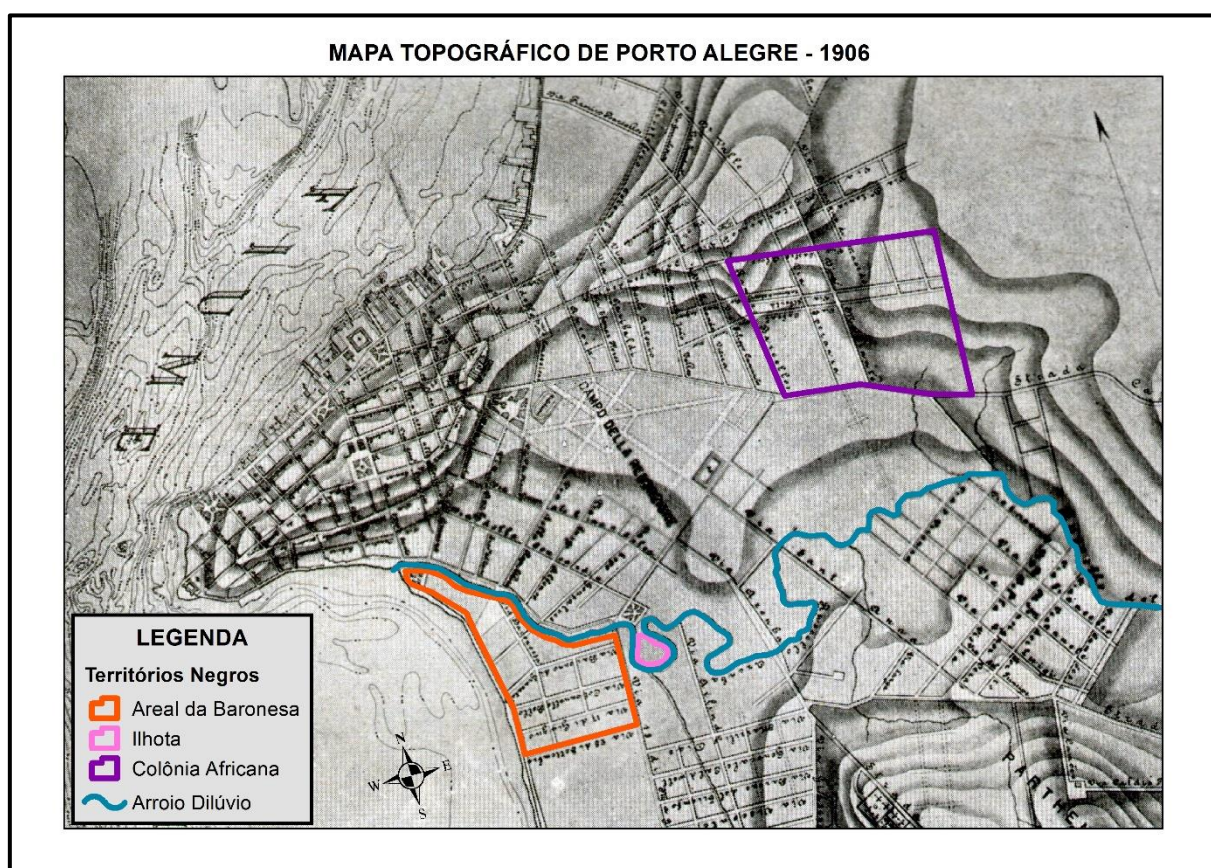
Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre, 1868 (IHGRGS, 2005)



### 3.2. TERRITÓRIOS NEGROS NO PÓS-ABOLIÇÃO (1888 -1970)

Os territórios negros abordados a seguir foram formados entre o final do século XIX e início do século XX, período conhecido como pós abolição, localizando-se no entorno do espaço central. Estes territórios desenvolveram-se a partir de dois eixos de expansão do espaço central: o eixo sul e o eixo leste.

O eixo sul era uma área baixa, parte da planície de alagamento do Arroio Dilúvio. Nele localizavam-se o Areal da Baronesa e a Ilhota, que sofriam constantemente com as cheias do Arroio Dilúvio. O eixo leste tinha uma topografia íngreme, sobre a qual se desenvolveram a Colônia Africana e, posteriormente, a Bacia do Mont' Serrat, conforme pode ser observado no mapa topográfico de 1906.



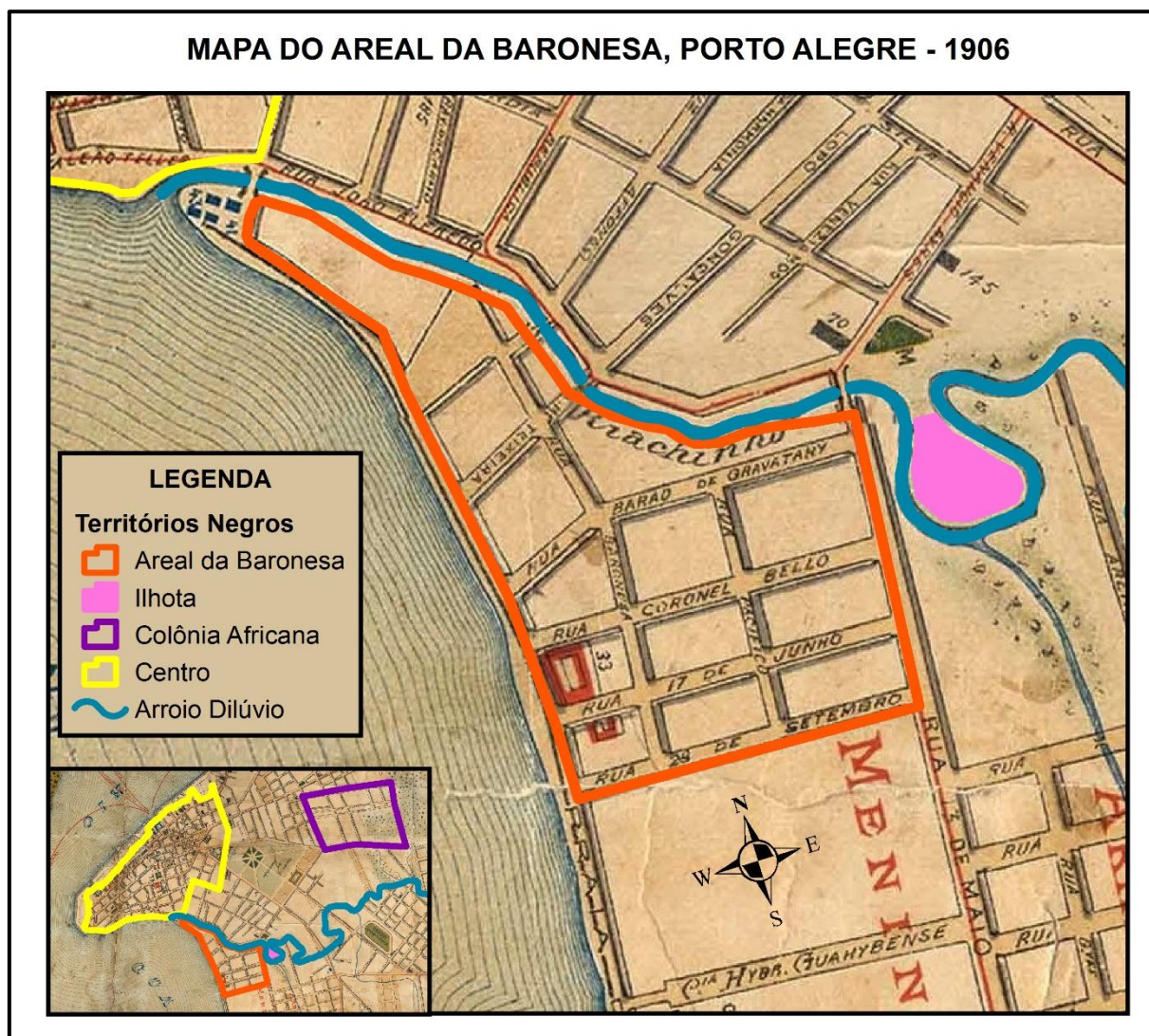
**Figura 34: Mapa topográfico de Porto Alegre com os territórios negros – 1906**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa Topográfico de Porto Alegre/RS – 1906 (IHGRS, 2005)



### 3.2.1. O Areal da Baronesa

O Areal da Baronesa era uma "nesga de terra arenosa" (SANHUDO, 1961, p. 186) delimitada pelo Guaíba (a oeste) e margeado pelo Riachinho (trecho final do Arroio Dilúvio) a leste. O Areal compreendia, além da Praça Cônego Marcelino, as ruas Baronesa do Gravataí, Barão do Gravataí, Cel. André Belo, Miguel Teixeira e algumas transversais menores (FRANCO, 2006, p. 58). Tinha como limites a Av. Praia de Belas (a oeste), a Rua Treze de Maio (atual Av. Getúlio Vargas) e o Riachinho (a leste), a Rua Vinte e Oito de Setembro (ao sul) e a Ponte de Pedra (ao norte). Na atualidade a área abarcada pelo outrora Areal da Baronesa faz parte dos bairros Cidade Baixa e Menino Deus.



**Figura 35: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1906**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre – 1906 (IHGRGS, 2005)

Sua origem está relacionada ao loteamento da chácara de Maria Emília da Silva Pereira, a Baronesa do Gravataí, no ano de 1879 (MATTOS, 2000, p. 39). Atendendo ao pedido efetuado pela Baronesa, em fevereiro de 1879 a Câmara Municipal aprovou o parcelamento da chácara:

Presente o requerimento da Exma. Baronesa do Gravathay, apresentado um mapa de sua chácara à margem do Guaíba, dividida em terrenos urbanos, e oferecendo uma praça e novas ruas; resolve a Câmara aceitar este oferecimento, aprovando a aludida sem ônus algum para seus cofres (Ata da Câmara, 12/02/1879 *apud* MATTOS, 2000, p. 39).

A fama de benevolente adquirida pela Baronesa do Gravataí devido a libertação espontânea dos seus escravizados é contestada pela documentação mapeada pela pesquisadora Jane Rocha de Mattos (2000, p. 38). Tal documentação demonstra que os escravos da Baronesa compraram as suas alforrias, contrariando a libertação espontânea por parte da Baronesa.

Também é bastante divulgada a informação de que a Baronesa teria decidido parcelar e vender a chácara depois de um incêndio no seu palacete, uma suntuosa edificação localizada onde hoje fica a Fundação Pão dos Pobres (FRANCO, 2006, p. 58). Porém o incêndio do referido prédio é noticiado pelo Jornal "A Federação" apenas em 09/janeiro/1899, contradizendo o sinistro antes do parcelamento da área, visto que na época da notícia inclusive já faziam 11 anos do falecimento da Baronesa (MATTOS, 2000, p. 77).

Com o loteamento da chácara, a zona passou a ser conhecida como "Arraial da Baronesa". Porém, a grande quantidade de areia existente na região acabou por consagrar o lugar como "Areal da Baronesa" (SANHUDO, 1961, p. 186). A presença abundante de areia vermelha na região é destacada pelos antigos moradores, em diversos momentos.

Seria um equívoco afirmar que a ocupação da região por pessoas negras está relacionada ao loteamento da chácara da Baronesa ou à libertação dos escravizados, ocorrida em Porto Alegre no ano de 1884. A presença de moradores negros na região pode ser constatada já no ano de 1870, conforme apontado pelos processos crimes investigados por Mattos (2000, p. 41). O processo nº 1209 relata a existência de diversos negros residentes na área.

Entre as testemunhas arroladas estava Luiza Helena Correia, **preta**, 60 anos, livre e lavadeira, natural do RJ/Corte, disse ter visto alguém em um cavalo branco agredir a vítima, mas não sabia quem era. A outra testemunha, Maria Emília, **parda**, 25 anos, costureira, solteira, que na hora do acontecido estava lavrando no "**campo de Bellas**", e viu o réu

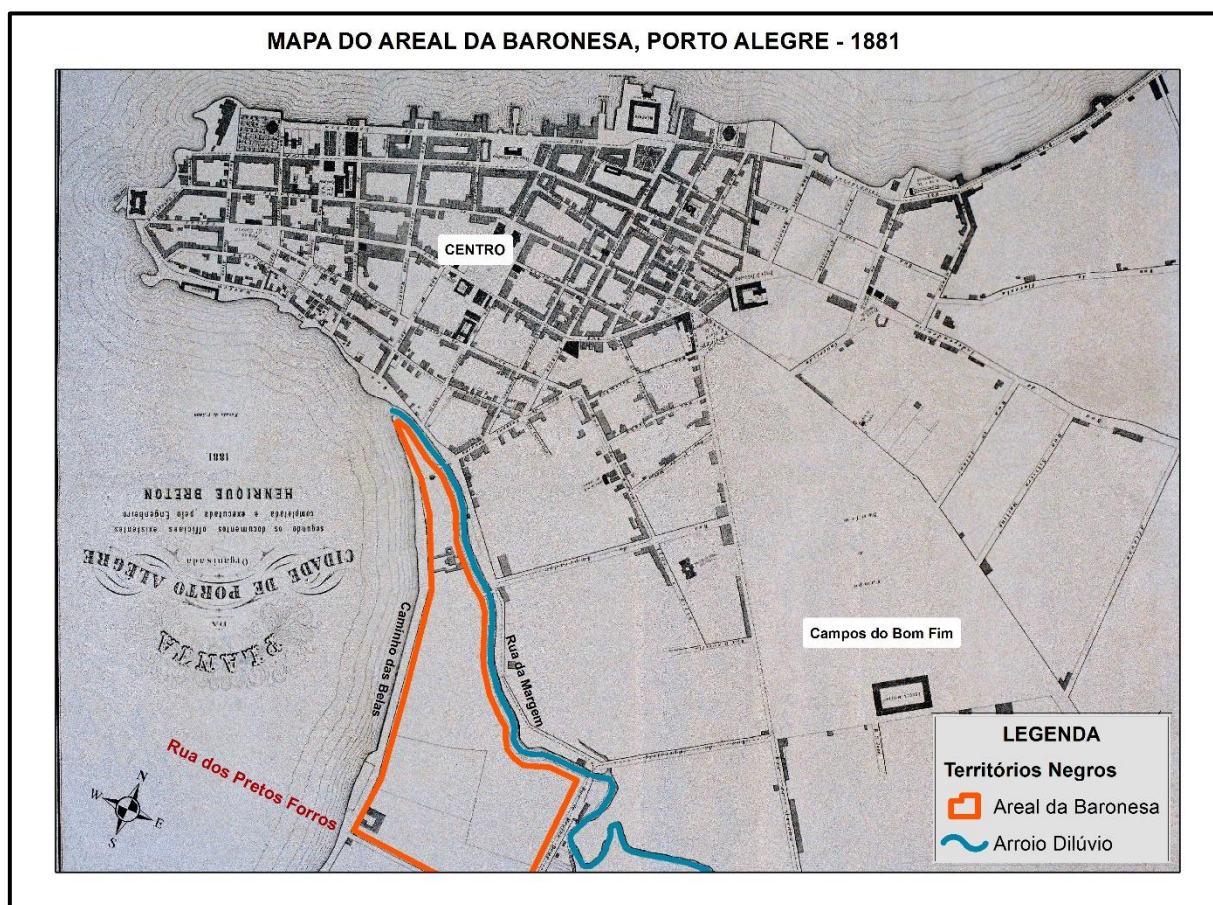


espancando um “**preto velho**”, que era Pedro Luiz França (Processo nº 1209, Agosto de 1870, APERS *apud* MATTOS, 2000, p. 42, **grifo meu**).

Outro processo de 1877 tinha como réu, Lourenço, escravizado, 25 anos, que residia na casa de seu senhor na Av. Praia de Belas (MATTOS, 2000, p. 42). Tais fontes apontam que negros, tanto livres quanto escravizados, já habitavam a região antes do loteamento da área. Nos dois processos a Av. Praia de Belas é citada como endereço das partes envolvidas, provavelmente porque sendo ainda área de chácaras, o lado frontal ficava para a Av. Praia de Belas.

O fato da área ter sido retratada em diversas crônicas, como nas de Achylles Porto Alegre, como abrigo para negros em fuga, também aponta que a presença negra na região antecede o loteamento da área e a abolição da escravatura.

O mapa abaixo, de 1881, retrata pela primeira vez o espaço do Areal da Baronesa num mapa. Até este momento os mapas da cidade englobavam somente o espaço central e seu entorno imediato, como a Cidade Baixa e a Várzea.



**Figura 36: Mapa do Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1881.**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre/RS – 1881 (IHGRGS, 2005)

### 3.2.1.1. Rua 28 de Setembro (antiga Rua dos Pretos Forros)

A Rua 28 de Setembro, limite sul do Areal da Baronesa, compreendia parte do que hoje conhecemos como Av. Ipiranga. Mais precisamente, o trecho localizado entre a Av. Praia de Belas e a Rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas), conforme destacado na figura 37. A data de 28 de setembro faz menção a Lei do Ventre Livre<sup>15</sup> instituída em 28 de setembro de 1871, que passou a declarar livres os filhos de mulher escrava que nascessem a partir daquela data. É emblemático que o limite sul do território do Areal da Baronesa fosse um logradouro que fazia referência a um marco para a população negra. A constatação da histórica presença negra neste espaço, através das toponímias, se torna mais evidente se levarmos em conta que a denominação anterior da Rua 28 de Setembro era Rua dos Pretos Forros.

Segundo Franco, a abertura da Rua dos Pretos Forros remete ao ano de 1870:

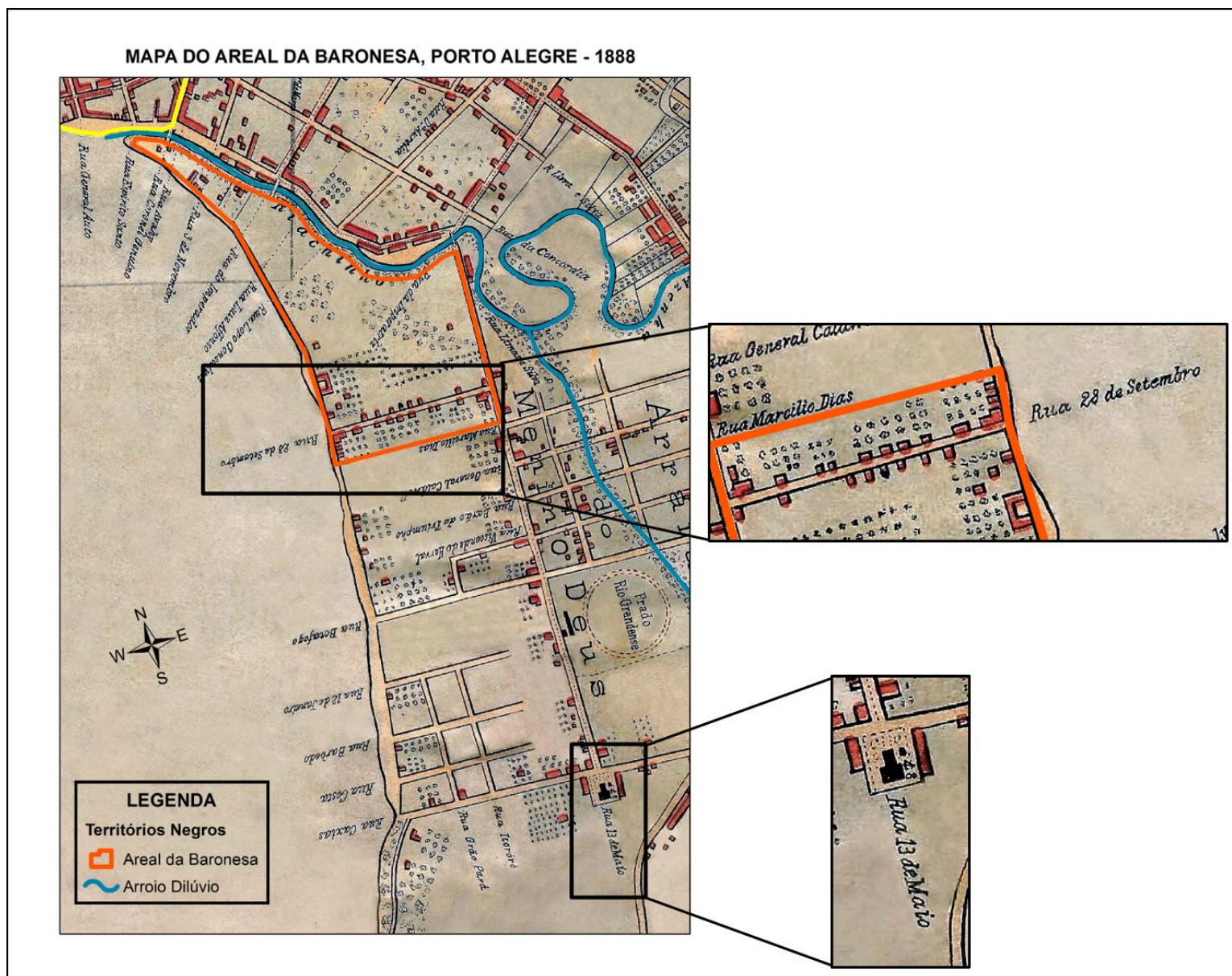
Já em 27/abr/1870, a Câmara ficou inteirada de que vários moradores de chácaras em terrenos comprados a Manoel Henrique da Silva Fróes haviam feito doação dos palmos faltantes para que fosse aberta no local uma rua com 80 palmos de largura, conforme as posturas municipais. Parece ter sido aí o nascimento da *Rua dos Pretos Forros*, que, na planta de 1888, já surge denominada como 28 de Setembro (FRANCO, 2006, p. 425).

Documentos evidenciam que 1874 essa rua já existia. A existência da Rua dos Pretos Forros ainda no ano de 1874 (antes do parcelamento da área) é confirmada pela sua citação como endereço de Rafael, homem pardo, de profissão carpinteiro, parte no processo crime nº 1249 levantado por Mattos (2000, p. 47). No mapa de 1881 (figura 36) esta via já aparece traçada, mas não está nomeada.

No mapa de 1888 (figura 37) essa via já aparece nomeada como Rua 28 de Setembro e assim vai se conservar até a década de 1940, quando cede lugar à Av. Ipiranga e ao canal do Arroio Dilúvio, que começa a ser canalizado. A Estatística Predial de 1892 aponta a existência de 46 casas térreas, 2 sobrados e assobradados neste logradouro, considerado por Franco como populoso (2006, p. 425). Essa elevada densidade populacional pode ser observada já no mapa de 1888, no qual a Rua 28 de Setembro está repleta de construções, enquanto ruas do arraial vizinho, o Menino Deus, não apresentam ocupação semelhante.

<sup>15</sup>Lei do Ventre Livre. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm). Acesso: 15/08/2015.





**Figura 37: Mapa Toponímias Ruas 28 de Setembro e 13 de Maio no Areal da Baronesa, Porto Alegre – 1888**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre, 1888 (IHGRGS, 2005)

Em 08 de agosto de 1897 a Rua 28 de Setembro aparece no jornal *A Gazetinha* sendo mencionada como “Rua 28 de Setembro antiga Pretos Forros”. Na ocasião, moradores da área relatam os problemas causados pela chuva, solicitando providências à intendência municipal, através do jornal.

Amigo Sr. Redator. [...] chame a atenção do Sr. Intendente municipal para que ele verifique ou mande ver a Rua 28 de Setembro antiga Pretos Forros, no arraial do Menino Deus.

Com as últimas chuvas ficou aquela rua que é a mais transitada talvez, em um estado de horror. Existe três verdadeiros precipícios que são capazes de engolir carros, cavalos, cocheiro e passageiros. Diversos veículos têm ficado sepultados com os eixos partidos. Ainda ontem vimos uma carroça de cerveja enterrada, e na ocasião passava os cavalos do piquete do comando do distrito que enterraram-se até as ancas. Ora é duro pagar-se impostos de negócio, décimas de propriedades sem se ter ao menos o trânsito livre (*A Gazetinha*. Porto Alegre, 08/08/1897, AHPAMV).

A Rua dos Pretos Forros ficou imortalizada no poema de mesmo nome de Athos Damasceno Ferreira (1944, pp. 107-110), que traz o peso da escravidão na metáfora das “grossas, pesadas e rudes correntes”, o temor das mulheres negras ao saberem que os filhos carregados em seus ventres virariam escravos. Aliás, é por isso que a lei se denomina “ventre livre”, pois, embora as mães permanecessem escravizadas, seus ventres gerariam filhos livres. Por fim o autor traz elementos da religiosidade e cultura negra como o batuque, o cucumbi (já visto aqui como quicumbi); bem como instrumentos musicais que dão ritmo a tais manifestações: congos, ganzás, xequeres e agogôs.

#### **Rua dos Pretos Forros**

Não é o barulho das grossas, pesadas e rudes correntes  
que acorda o silêncio na boca da noite: – É O VENTO.  
[...]

As mães caminharam, chorando e escondendo no ventre  
os abortos que eram promessas de braços  
às eiras, aos campos e às tristes senzalas...  
[...]

Aqueles, que um dia sofreram,  
encolhem o vulto, ajoelham na terra,  
e roçam a face no chão que regaram de suor e de pranto...

Há uma grande saudade chamando na luz das estrelas.

E rompe o batuque,  
começa o cucumbe,  
e as vozes procuram, envolvem o mundo perdido,  
ao bárbaro ruído noturno,  
dos congos,  
ganzás,  
xequerés e agogôs...

### 3.2.1.2. Rua 13 de Maio

O limite leste do Areal da Baronesa também remete a uma data significativa para a comunidade negra à época: 13 de maio, data da abolição formal da escravidão negra no Brasil, instituída pela assinatura da Lei Áurea em 13/05/1888.

A Rua 13 de Maio (atual Av. Getúlio Vargas) fora assim denominada em 1º/06/1888:

Como homenagem à abolição da escravatura, resolução de 1º/06/1888 mudou o nome da Rua do Menino Deus para Rua 13 de Maio. Com essa denominação, a artéria conheceu talvez os seus melhores momentos em termos de importância. [...] Entre 1906 e 1909, fizera-se o calçamento da avenida e excelentes casas de moradia foram edificadas em toda a extensão da artéria, tornando-a uma das ruas mais nobres da cidade, durante um ciclo de trinta ou quarenta anos (FRANCO, 2006, p. 193).

Em 1935, numa homenagem ao presidente da época, a Rua 13 de Maio tem seu nome modificado para Av. Getúlio Vargas. Segundo Franco “em 24/11/1935, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas ao Estado, o Prefeito Alberto Bins baixou decreto, mudando o nome de 13 de Maio para Av. Getúlio Vargas, que até hoje conserva” (2006, p. 193). Essa mudança de nomenclatura apaga da memória urbana a relação da cidade com seus habitantes negros, apaga as marcas negras presentes no espaço urbano.

No período pós-abolição, o 13 de maio era uma data amplamente saudada pela comunidade negra. Isso pode ser observado nos artigos “Emancipação dos escravos”, “Salve 13 de maio!”, “A magna data”, “13 de maio” aluzivos a data, os quais circularam na primeira página do jornal “O Exemplo” no ano de 1910.

Entre o final do século XIX e início do século XX, o 28 de setembro e o 13 de maio eram datas amplamente comemoradas pela comunidade negra de Porto Alegre. As “comemorações da liberdade” eram festejadas com diversas atividades, entre elas a encenação das peças “O Filho Bastardo” e “A filha da escrava” do dramaturgo negro Arthur Rocha na Sociedade Floresta Aurora (ZUBARAN, 2008, p. 176). Estes marcos da emancipação negra também eram celebrados nas páginas do Jornal “O Exemplo” – a voz do homem de cor preta. Na interpretação da historiadora Maria Angélica Zubaran “as comemorações do 28 de setembro e do 13 de maio foram utilizadas pelas lideranças negras para a reescrita e a reinvenção da história

negra, para narrar e dar significado às memórias comuns da escravidão e da abolição” (ZUBARAN, 2008).



Figura 38: Anúncios comemorativos do 13 de maio de 1910 – Jornal “O Exemplo”.

Fonte: Acervo on-line coleções jornal “O Exemplo” - <http://afro.culturadigital.br/>

Para além de celebrar a liberdade, estes homens aproveitaram estes momentos relacionados a um passado de privação da liberdade para reivindicar direitos, denunciar os preconceitos ainda sofridos e rejeitar os estereótipos racistas que recaiam sobre eles. No 13 de maio de 1893, Esperidião Calisto, redator do “O Exemplo”, denunciava que a abolição destruíra o cativo mas mantivera o preconceito racial, “instituído não nas leis, mas nos costumes”. Prosseguia, destacando a referida data como o início das reivindicações negras: “Devemos festejar efusivamente a data luminosa de 13 de maio como o início da reivindicação de nossos direitos de cidadãos brasileiros. Salve 13 de maio!” (ZUBARAN, 2008, p. 168). Em 1904, o 28 de setembro fora um momento de crítica à Independência do Brasil (proclamada em 1822), retratada como incompleta, pois este solo “independente” ainda gerava seres cativos (idem, 174).



### 3.2.1.3. O Carnaval na Areia

O carnaval do Areal da Baronesa era popularmente conhecido como o “carnaval na areia”, pois as ruas eram de chão batido, um verdadeiro “areião”. A partir de alguns depoimentos, a historiadora Iris Germano nos relata que “as rodas de samba do Areal levantavam muita poeira e, à medida que a batucada e as danças iam *“esquentando”*, as pessoas ficavam com as roupas e os cabelos empoeirados” (1999, p. 174). Este inclusive foi o título de uma notícia sobre o carnaval de 1948 do Areal da Baronesa:

#### O Carnaval na Areia

O carnaval do corrente ano na Rua Barão de Gravataí foi um dos mais animados da cidade. No Coreto oficial, instalado a Rua Barão de Gravataí, defronte à Travessa Pesqueiro, atuou quase permanentemente uma animada banda de música que animou os folguedos. Terça-feira última, em obediência ao programa oficial, a Comissão julgadora efetivou o concurso geral. Dentre os 27 cordões, grupos, etc. foram classificados os seguintes, que estão convidados para receberem os prêmios a que fizeram jus, a partir das 19 horas de Domingo próximo: [...] (Correio do Povo, 13/02/1948, p. 6 *apud* GERMANO, 1999, p. 174).

O fato deste carnaval ser empoeirado pelo visto não era um empecilho, pois a notícia relata que este foi um dos carnavais mais animados da cidade, sendo que a folia contou com uma banda de música em tempo quase integral.

A animação do carnaval do Areal da Baronesa era tamanha que frequentemente ganhava destaque nas páginas dos jornais e revistas. Composto por uma grande quantidade de blocos e cordões, este é classificado como um bairro 100% carnavalesco.

O Arraial da Baronesa, a esta altura do ano, é o bairro porto-alegrense cem por cento carnavalesco. À noite, a batucada das dezenas de blocos e ranchos que lá tem sua sede, se confundem numa só. E se prolonga pela noite adentro, pois creio que na Baronesa ninguém acredita em dormir às vésperas do Carnaval. Nos fundos de uma churrascaria da rua Baronesa de Gravataí há um quintal que alguém pretendeu transformar em cancha de voleibol ou coisa que o valha. A gente das cercanias, porém, não é muito do esporte. De sorte que logo encontrou outra utilidade para o quintal: aquilo servia na medida para um terreiro de samba [...] (Revista do Globo, n. 477, 19/02/1949, p. 32, *apud* GERMANO, 1999, p. 187).

### 3.2.1.3.1. Um momo preto para o Areal

Nos anos 1940, o rei Momo oficial da cidade era o Vicente Rao, um antigo folião. Em 1948, um grupo teve a idéia de criar um Rei Momo para o Areal da Baronesa. Mas para que a ideia tivesse êxito, o rei Momo havia de ser negro. Podemos inferir que a expectativa de sucesso do rei momo do Areal está relacionada ao fato dele ser negro, representando efetivamente o Areal da Baronesa, uma área que se caracterizava por uma população de maioria negra. Assim, a identificação e o sucesso não estavam relacionados apenas ao fato de ser uma pessoa do local, mas à sua representatividade racial. Era significativo que o Areal da Baronesa, área da cidade reconhecida como um território negro, tivesse como seu representante um rei momo negro, nascido e criado no Areal.

Adão Alves de Oliveira, popularmente conhecido como Seu Lelé, narra como se tornou o primeiro Rei Momo Negro do Areal da Baronesa:

E de repente eu recebi um convite de um cidadão chamado Arlindo Rosa. [...] [que pensou em] criar um novo invento: carnaval do Areal da Baronesa. [...] Mas, para que esse carnaval venha a ter assim, penso eu, um êxito – isso o Arlindo Rosa dizendo – você seria uma das figuras principais [...] como Rei Momo [...] o rei Momo Preto. [...] não vá pensar que sou só eu. Já consultei com outras pessoas e amigos seus e eles aprovaram a ideia. Aí eu terminei aceitando. Então fomos para a primeira experiência. Rei Momo preto no Areal da Baronesa (OLIVEIRA, 1991, p. 5).

Seu Lelé descreve a festa carnavalesca de 1948 – a primeira vez que o Areal da Baronesa e a cidade tiveram um Rei Momo Negro. Houve toda uma teatralização, com Seu Lelé saindo do Areal, vindo de caíque pelo Guaíba e desembarcando na Ponte de Pedra para abrir o carnaval. A chegada de Sua Majestade – o Momo Negro – é anunciada com toque de clarins.

A Praia de Belas, ainda naquele tempo, vinha até aqui a beirada. Ali então tinha um caíque já a minha espera. E contrataram um cidadão que era muito antigo pescador, aquela coisa, pra me levar. Eu fiquei louco de medo, me benzendo, essas coisas, pra descer na Ponte de Pedra. Então quando chegou na Ponte de Pedra no primeiro ano, aí alguém já avisou para os blocos que tava lá já em fila indiana de que o Rei Momo estava chegando naquele momento. [...] E aí já começou os clarins a tocar. [...] tocando alto e bem forte. Jogaram uns três ou quatro foguetes. Ali iniciava-se o primeiro carnaval do Areal da Baronesa com o Rei Momo preto (OLIVEIRA, 1991, p. 7).

Após a majestosa chegada, os foliões e os diversos cordões que o aguardavam seguiram em comitiva pela Rua João Alfredo (antiga Rua da Margem)

até o seu coreto, localizado na esquina da Rua Baronesa do Gravataí com a Rua Barão do Gravataí.

E ali então os cordões já saíram. E ali, então, pra tornar mais característica a coisa, [...] para mim arranjaram um tal de petição, aqueles [cavalo] menor. [...] Eu quase que arrastava os pés no chão. Então eu na frente, e tomando a frente ali na João Alfredo e os cordões em fila indiana vinham atrás. Então seguimos pela João Alfredo até chegar na Barão do Gravataí. Daí entramos. Aí já tava aquelas pessoas da rua, da comunidade ali, nas janelas, aquela coisa, tudo pra colaborar, incentivar. **E naquele tempo o Areal da Baronesa era aquela areia vermelha, aquela poeira danada.**[...] Mas foi um sucesso, foi uma coisa maravilhosa. As ruas tudo decoraram, aqueles que podiam, alguns trechos com bandeirinha, aquela coisa. Até chegar na esquina da Baronesa. Quando cheguei ali, tinha um coreto (OLIVEIRA, 1991, p. 7, **grifo meu**).

Ao chegar no seu coreto, Lelé toma posse como primeiro Rei Momo do Areal da Baronesa, discursando para os foliões:

[...] Povo do meu reinado, é com grande satisfação, não medindo esforço, nem energia para vir lá da minha Etiópia para abrir o carnaval aqui no Brasil. E aqui, até então, vai os meus decretos para que vocês possam curtir e se divertir esses três dias. Todos aqueles que tiverem contas a pagar, seja no armazém, seja no açougue, seja lá no botequim, não paguem. Deixem que eu assumo essas responsabilidades. Deixem que eu assino um cheque, um cheque bem carnavalesco. [...] o resto tudo é festa, até o ultimo dia de carnaval [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 8).



**Figura 39: Adão Alves de Oliveira, Seu Lelé, no Desfile dos “Intocáveis” em 1977.**

Fonte: SANTOS (2005, p. 145)

Assim, Adão Alves de Oliveira, seu Lelé, reinou como momo do Areal da Baronesa por durante quatro anos, de 1948 a 1951. Seu coreto ficava localizado na esquina da Rua Baronesa do Gravataí com a Rua Barão do Gravataí. O trajeto descrito por Seu Lelé foi realizado durante os quatro anos em que foi Rei Momo do Areal da Baronesa:

O qual na minha época de Rei Momo, as quatro vezes eu vim pela Praia de Belas, eu chegava ali na Ponte de Pedra. Ali me aguardavam. Então eu pegava a [Rua] João Alfredo, fora a fora, entrava ali na Av. Getúlio Vargas, esquina com a [Rua] Barão do Gravataí, e entrava na [Rua] Barão do Gravataí. Pra depois ir para o meu coreto lá com a esquina da Baronesa do Gravataí [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 4).

A abertura do carnaval na Ponte de Pedra era feita também pelo outro rei momo, como declarado por seu Lelé: “e tinha também por parte do Vicente Rao, a chegada do Rei Momo. [...] o Rao fazia, às vezes, uma chegada pelo Riacho que não existe mais, que tinha a tal famosa Ponte de Pedra” (OLIVEIRA, 1991, p. 3). Note-se que ele marca o desaparecimento do Riacho, ocorrido com a canalização do Arroio Dilúvio.

A presença de um Rei Momo Negro ficou marcada na história dos carnavais de rua do Areal da Baronesa e da cidade. O Rei Momo Negro do Areal da Baronesa é praticamente um mito entre uma parcela dos negros de Porto Alegre, principalmente àqueles ligados ao carnaval. Isso porque Seu Lelé foi o primeiro e único Rei Momo Negro existente na cidade de Porto Alegre. Nesta perspectiva, a pesquisadora Josiane Abrunhosa da Silva faz a seguinte consideração sobre a eleição de um Momo Negro para o Areal:

Neste carnaval, a criação de um Rei Momo preto é significativa, tanto pela simbologia do soberano como da cor, que no contexto adquire uma conotação positiva e contrasta como o Rei Momo oficial do carnaval que era branco. [...] E ao proclamarem um Rei Momo Preto os moradores do Areal demarcam a existência de um território definido pela contrastividade que este tinha em relação a outros, pois ali reinava um rei *preto* (1993, p. 176).

No vídeo do Projeto Outros Carnavais, o advogado e pesquisador Osvaldo Ferreira dos Reis pondera sobre a simbologia e a imortalização daquele momento na memória do carnaval de Porto Alegre:

Agora, o que ficou marcado foi a grande presença do Rei Momo Lelé como Rei Momo Negro e depois toda a teatralização que foi feita. Porque ele desce na Ponte de Pedra e vai [...] carregado por pessoas e chega e toma posse como Rei Momo [...] (REIS, 2014).

No ano seguinte à criação do carnaval com o Rei Momo Negro no Areal da Baronesa, os moradores da Rua Miguel Teixeira decidiram criar o seu próprio coreto, a menos de 100 metros do coreto oficial da Rua Baronesa do Gravataí. Elegeram Alfredo Raimundo Macalé como rei momo, ficando este conhecido como o rei momo branco do Areal.

[...] no ano seguinte, aí já existia dois carnaval no Areal da Baronesa. Aí então tava criado assim um problema. Aquela coisa que era o carnaval da Miguel Teixeira. Aonde então surgia o Rei Momo, aí o Rei Momo branco no Areal da Baronesa. Que era dois Rei Momo no mesmo bairro. Não mais um só. Que era o Rei Momo Macalé. Que hoje é capitão reformado da Brigada, e que é o presidente das Entidades Carnavalescas aqui de Porto Alegre e Rio Grande do Sul. Aí era o carnaval do Areal da Baronesa, propriamente dito, e o carnaval da Miguel Teixeira (OLIVEIRA, 1991, p. 8).

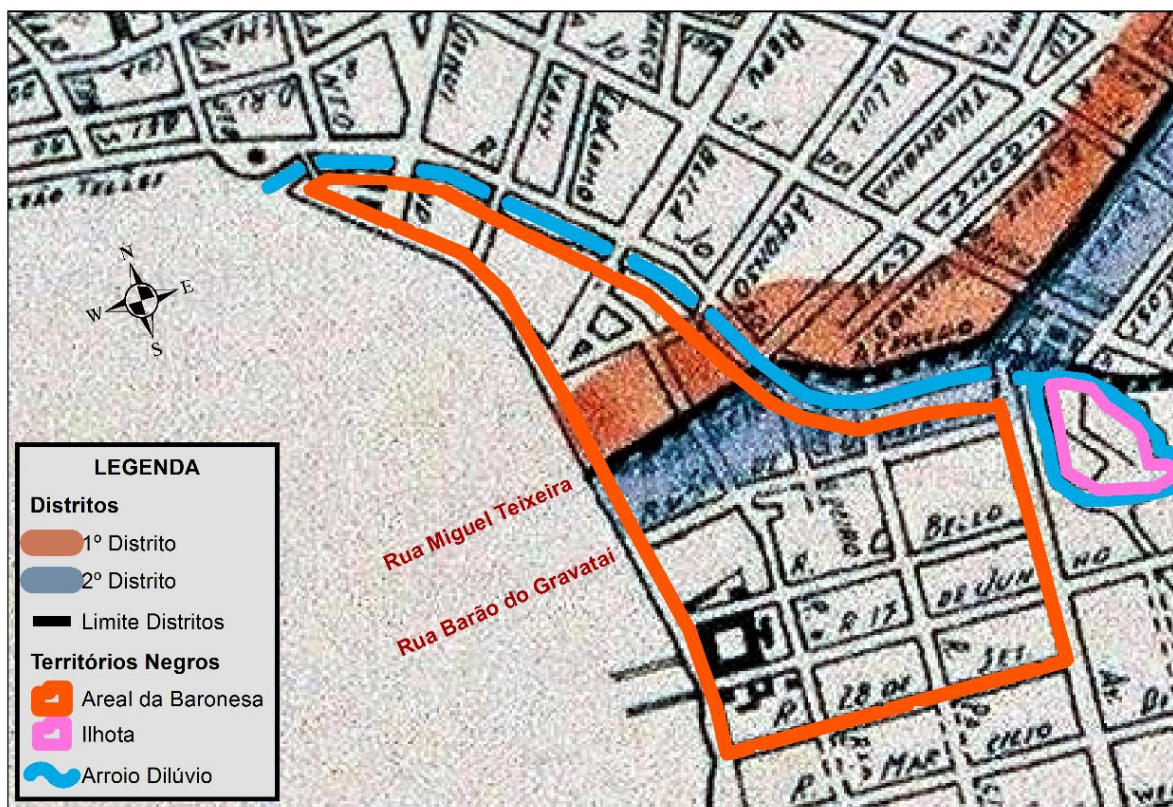
Segundo Macalé, que foi também um dos fundadores do coreto da Rua Miguel Teixeira, eles decidiram criar seu próprio coreto porque o carnaval da Rua Baronesa tinha pouca infraestrutura, era um areião. Nas palavras dele: "A Baronesa não era nem calçada, era areião. Pessoal assistia o carnaval, podia chegar e tomar um banho para deitar, porque a cabeça tava de areia que era uma coisa de louco, de poeira" (MACALÉ, 1991, p. 3).

Podemos perceber a diferenciação pela infraestrutura (ou pela falta dela) do espaço tanto na fala de Lelé, quanto na fala de Macalé. Em outro momento Seu Lelé fala "mas o nosso evento foi criado primeiro no Areal da Baronesa, na poeira. A Miguel Teixeira era calçadinha e tudo. Mas o nosso não" (OLIVEIRA, 1991, p. 9). Verifica-se que a Rua Miguel Teixeira usufruía de calçamento, enquanto que a Rua Baronesa do Gravataí, localizada a menos de cem metros ainda tinha ruas de terra.

O mapa dos Distritos de Porto Alegre, de 1932, evidencia uma possível explicação para esta diferenciação de infraestrutura urbana. No recorte do mapa, abaixo, é possível ver que o Areal da Baronesa está dividido pelo 1º e 2º distritos. A Rua Miguel Teixeira é justamente, o limite entre ambos os distritos, ficando localizada no 1º distrito. Já a Rua Baronesa do Gravataí, paralela a Rua Miguel Teixeira está dentro do 2º distrito. As melhorias urbanas estavam limitadas ao 1º distrito, que abarcava o espaço central, a Redenção e a Cidade Baixa até a Avenida Venâncio Aires. O restante das áreas estavam no 2º ou no 3º distrito. Assim, a Rua Miguel Teixeira estava no espaço contemplado pelas melhorias urbanas, o 1º distrito, conforme pode ser observado no mapa. Já a Rua Baronesa do Gravataí, embora nas proximidades, estava na face sul do Areal da Baronesa, ainda não contemplado pelos projetos de modernização de infraestrutura urbana.



MAPA DO AREAL DA BARONESA DIVIDIDO PELO 1º E 2º DISTRITOS, PORTO ALEGRE - 1932



**Figura 40: Mapa do Areal da Baronesa dividido pelo 1º e 2º Distritos, Porto Alegre – 1932**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa dos Distritos de Porto Alegre/RS – 1932 (IHGRGS, 2005)

Diferentemente dos demais cordões carnavalescos e blocos que circulavam pela cidade, relacionando-se com outros coretos, o carnaval da Rua Miguel Teixeira “não saía” era fixo.

[...] o pessoal da Miguel Teixeira não saía. Os moradores mesmo dali, ficavam ali, aquela beleza, aquela maravilha. Nem precisavam sair de casa. E o outro pessoal, da [Rua] Baronesa [do Gravataí], não. Eles tinham a Barão. Vinham fora a fora pela [Rua] Barão [do Gravataí] e entravam pela [Rua] Baronesa [do Gravataí] (OLIVEIRA, 1991, p. 9).

Os blocos e cordões de carnaval das diferentes partes da cidade tinham por costume se deslocar pela cidade: indo à Rua da Praia (para serem vistos) ou para participar da festa em outros coretos. Havia assim uma grande circulação pelos diversos territórios carnavalescos. Os percursos incluíam diferentes territórios no interior da cidade, atravessados na maioria das vezes a pé até o local da festa, onde eram aguardados (GERMANO, 1999, p. 191).

Os fundos para a festa eram angariados junto à comunidade: armazéns, botecos, comerciantes, complementado com rifas, muambas, etc. Em uma entrevista o rei Momo Lelé relata que, inclusive a roupa de Momo dele foi fruto de arrecadação

no entorno. A Praça Garibaldi era um dos principais pontos de realização de muambas. As muambas são uma espécie de pré-carnaval, servindo à época para chamar os foliões para os dias de carnaval e também para arrecadar fundos para a festa.

[...] Tinha as tais de muambas que saía um grupo de 60, 70. Nós íamos para o Centro da cidade angariar fundos. Passava ali pela Rua dos Andradas, chegava no Café Colombo ou no Majestic Hotel. Tudo assim. Ali a gente parava nas redações de jornal. A gente chegava, então eles tocavam, ou vinha lá, descia um jornalista, ou coisa parecida, vinha conversar com agente. Saber os problemas, aquela coisa, aquela expectativa para os dias oficiais. Como é que iam sair e tudo, as fantasias, essas coisas [...] (OLIVEIRA, 1991, p. 31).

A reportagem abaixo descreve o pré-carnaval de 1946, no qual, dois meses antes, os grupos já estavam nas ruas arrecadando fundos para os dias de folia oficial.

A onda começou muito cedo, dois meses atrás, surgidas das bandas da antiga Ilhota e da Praça Garibaldi, via rua João Alfredo, ou do Monte Serrat, numa longa e penosa peregrinação. As latinhas saltitavam de margem a margem da rua da Praia, recolhendo níqueis. As porta-estandartes estridulando os sambas e marchas na direção dos jornais. E, por alguns minutos, a cidade entristecida se animava ao som das cuícas e tamborins [...] (Revista do Globo, n. 406, 09/03/1946, p. 35 *apud* GERMANO, 1999, pp. 188-189).

Os blocos e cordões do Areal da Baronesa e da Ilhota saíam pela Rua João Alfredo ou pela Av. Praia de Belas, indo até a Ponta da Cadeia (atual Usina do Gasômetro) para entrar na Rua da Praia. Ali passavam pelo Hotel Majestic (atual Casa de Cultura Mário Quintana), depois paravam no Jornal Correio do Povo, para serem fotografados. Havia vezes em que blocos pertencentes a diversos bairros se reuniam para fazer este trajeto e chamar o público para o carnaval.

[...] Por exemplo, os meus aqui da Baronesa, Ideal, pra usar essa coisa, a gente já sabia o itinerário. Saía da Barão ou saía pela Praia de Belas. Ou senão saía pela Getúlio Vargas. Entrava na João Alfredo, fora a fora. Às vezes a gente caminhava um pouco bastante. Fazia a volta lá pra... a Volta da Cadeia [...] Aí vinha, e depois pegava a Rua da Praia lá embaixo. Aí chegava e entrava no Majestic [...] Na Rua da Praia que eles começavam mesmo, que eles saíam tocando às vezes ou, só na cadência, como eles diziam, só na cadência, pá, pá, pá. Aí quando chegava lá na Rua da Praia [...] ali já começava a meter música. [...] Quando chegava ali no Mário Quintana, Casa Mário Quintana. Ali era o Majestic. Entrava ali. [...] E ali caía aquelas moeda [...] Mas o pessoal colaborava. E saía cada um de um lado, numa calçada com umas latinhas, bonitinha, fechadinha [...] Então saía do Majestic cordão ia, vinha embora [...] aí nós chegava no Correio do Povo, na redação. Aí fazia aquela apresentação no Correio do Povo. Até o cara vir com a máquina e bater a fotografia. Eles batiam a fotografia, a gente já sabia. E ia embora [...] (OLIVEIRA, 1991, pp. 31, 32 e 33).

Diversos eram os trajetos realizados pelos blocos dentro da cidade. A maior parte dos blocos incluía nos seus trajetos ruas do Bairro Cidade Baixa (principalmente a atual Rua João Alfredo, antiga Rua da Margem e a Av. Venâncio Aires), a Av. Osvaldo Aranha (no Bairro Bom Fim) e a Rua da Praia (atual Rua dos Andradas), no Centro. Alguns deles passavam também pela Av. Independência e pela Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), uma das principais ruas da Colônia Africana à época.

Boa parte dos relatos das sociabilidades e territorialidades presentes no Areal da Baronesa, assim como nos outros territórios negros carnavalescos foram extraídas das entrevistas com antigos carnavalescos. Os carnavais também tinham cobertura jornalística frequente. Cabe, porém, ressaltar que os anos 1930 e 1940 correspondem ao período em que o carnaval é apropriado como "símbolo nacional", passando a ser retratado pelos principais meios de comunicação, os quais tinham como função ao mesmo tempo contribuir para a "construção de uma nacionalidade" e disciplinar os festejos.

#### 3.2.1.4. Avenidas: o modo simples de morar

Não há como não tomar emprestado o subtítulo "O modo simples de morar" utilizado pela fotógrafa e historiadora Irene Santos num dos trechos sobre o Areal da Baronesa no livro de memórias *Colonos e Quilombolas*. Porque, ainda hoje, fazendo trabalho de campo pelas ruas do Areal da Baronesa encontramos "o modo simples de morar" materializado nas casas antigas, nas relações de vizinhança, na resistente presença de "avenidas" e travessas, que são resquícios daquele Areal da Baronesa que a princípio já não existiria mais.

Segundo o relato de antigos moradores, o Areal era cheio de "avenidas". Ao falar do carnaval, seu Lelé menciona a presença de muitas avenidas na área: "muita avenida, tinha mais ou menos umas 9 ou 10 avenidas ali, não é? Tudo morava ali" (OLIVEIRA, 1991, p. 10).

As avenidas eram moradias coletivas de aluguel, com diversas casinhas de madeira ou peças contíguas, paralelas a um pátio ou corredor. Os banheiros e



tanques eram coletivos e ficavam localizados no pátio. Segue a descrição da paisagem de uma das avenidas do Areal da Baronesa:

[...] rua calçada com paralelepípedos, ladeada de pequeníssimas casas de madeira. Nesta época, essas casas eram chamadas de *peças* porque normalmente eram compostas de um quarto e sala que também servia de cozinha. Havia pia, tanque, chuveiro e banheiros comuns. Esta *rua* era cheia de varais para secar roupas e lá viviam pessoas sozinhas e famílias com quatro a cinco membros (SANTOS I, 2010a, p. 43).



**Figura 41: “Avenida” no Areal da Baronesa**

Fonte: acervo Dorvalina Fialho (SANTOS I, 2010a, p. 43)



**Figura 42: Frente de duas avenidas na Travessa Pesqueiro.**

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo, 02/12/2016.

As figuras 41 e 42 representam dois momentos das avenidas no Areal da Baronesa. A figura 41, extraída do livro *Colonos e Quilombolas*, retrata as avenidas antigas, descritas na citação que antecede a figura 41. Já a figura 42, tem ao seu centro a imagem de dois remanescentes destas antigas avenidas. São dois terrenos de uma mesma família, com diversas residências de cada pequeno núcleo familiar. São cerca de quatro residências em cada terreno. As casas são construídas da frente para os fundos do terreno, com um pequeno corredor na lateral, que dá acesso a todas as residências. Os corredores dos dois pátios estão de frente um para o outro, separados pelo baixo muro branco situado bem no centro da imagem.

Além das “avenidas” existem diversas travessas na área, como a Av. Luís Guaranha, onde se localiza o Quilombo do Areal, comunidade que se reconhece como legatária do Areal da Baronesa (MARQUES, 2013, p. 159).



**Figura 43: Casas antigas Rua Miguel Teixeira, defronte a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto**  
Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo, 02/12/2016.

As casas acima ficam localizadas no trecho da Rua Miguel Teixeira que faz limite com a Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, uma via muito movimentada, que além das pistas de carro tem um corredor de ônibus. A paisagem ao redor conta que estas construções pertencem a uma outra época, pois o entorno é composto por prédios residenciais modernos, de escritórios ou de repartições públicas, como o prédio do IBAMA (de vidros escuros à direita).







A origem da Ilhota remonta ao ano de 1905, quando o Arroio Dilúvio ainda não era canalizado e passava por dentro do bairro Cidade Baixa até desembocar na Ponte de Pedra. Nesta época, o Arroio Dilúvio nascia em Viamão e vinha “serpenteando”, paralelo ao que hoje conhecemos como Av. Ipiranga, cruzando a cidade de leste a oeste. Quando chegava na altura da antiga Rua Arlindo (atual Av. Érico Veríssimo) ele formava um grande meandro<sup>16</sup>, com uma curva tão acentuada que quase se fechava nas proximidades da Praça Garibaldi, conforme pode ser visto na planta de 1906. Por determinação do intendente José Montaury, em 1905, os dois extremos deste meandro foram unidos, acarretando a formação de uma pequena ilha em seu interior (FRANCO, 2006, p. 208), que passaria a ser chamada de Ilhota. Após essa “volta”, o Arroio seguia paralelo a Rua da Margem (atual Rua João Alfredo) até desembocar na Ponte de Pedra. O relato memorial do cronista Sanhudo retrata o percurso do Arroio e sua relação com a Ilhota:

Naquele tempo, ele, malgrado o grande número de voltas, vinha, de modo geral, na direção leste-oeste, cruzava a ponte da Azenha, **fazia um enorme saco aí pelas proximidades da rua Arlindo – era a famigerada Ilhota** –, acercava-se da praça Garibaldi e, de lá, depois de passar pelos arcos da ponte do Menino Deus, seguia no sentido noroeste, mais ou menos paralelo à rua da Margem, tomando aí o nome pitoresco de Riachinho até chegar na famosa e poética Ponte de Pedra, que, em tempos mais remotos ainda, era o coração de um bosque que muita recordação dava aos nossos avós... (SANHUDO, 1975, p. 87, **grifo meu**).

Embora a Ilhota tenha sido formada em 1905, na planta de 1906 (figura 46) ela ainda aparece “aberta”, com a Praça Garibaldi ao norte, indicada pela letra M. Neste mapa as ruas limítrofes: Arlindo (L), 13 de maio (O), 17 de junho (S) e 28 de setembro (futura Av. Ipiranga) estão todas traçadas. É possível visualizar que as face leste da Ilhota (em direção à Av. Azenha), e sul (em direção a Rua Marcílio Dias) ainda não estão urbanizados, por fazerem parte da área de abrangência do Arroio Dilúvio.

---

<sup>16</sup> Curva acentuada de um rio.



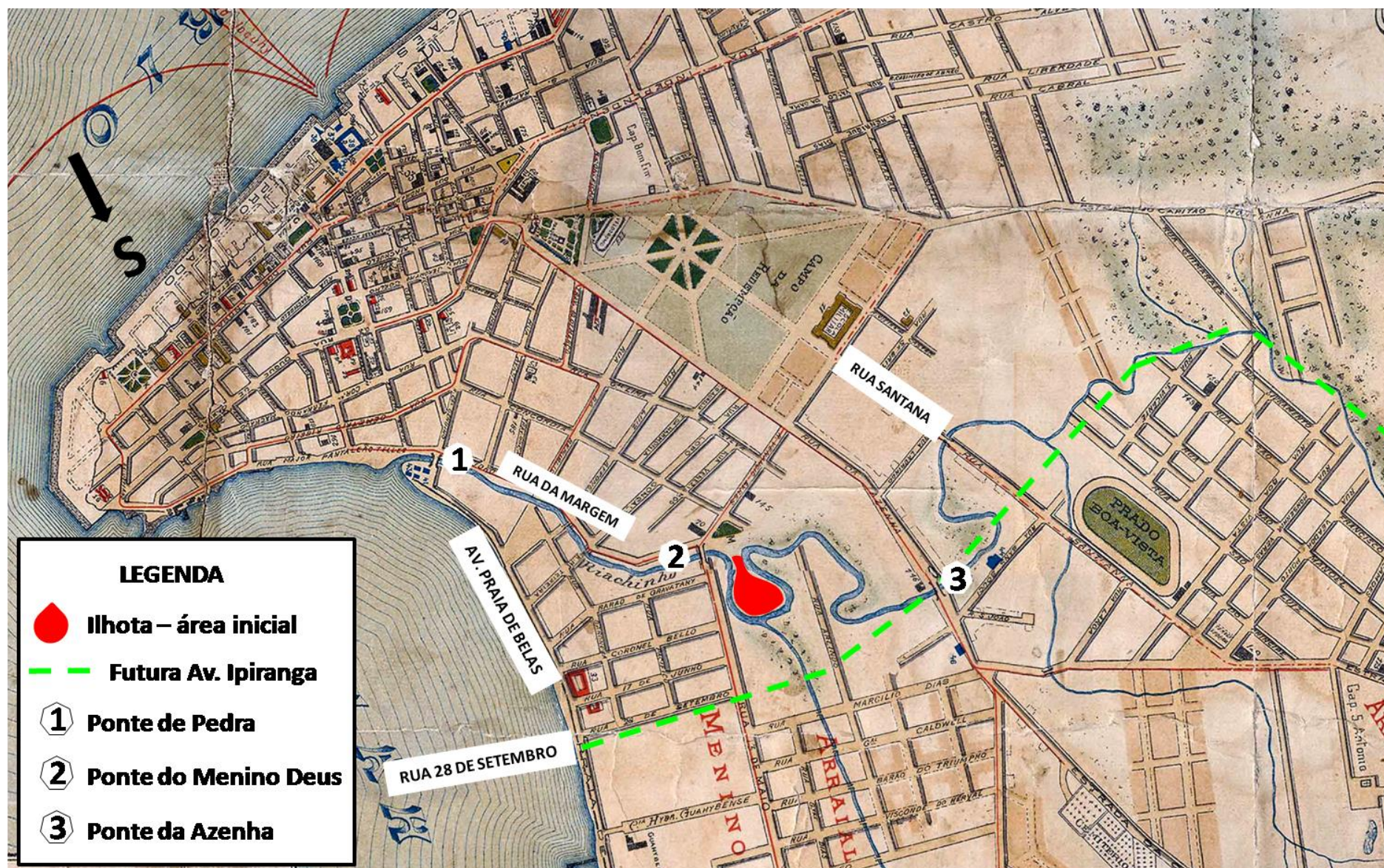


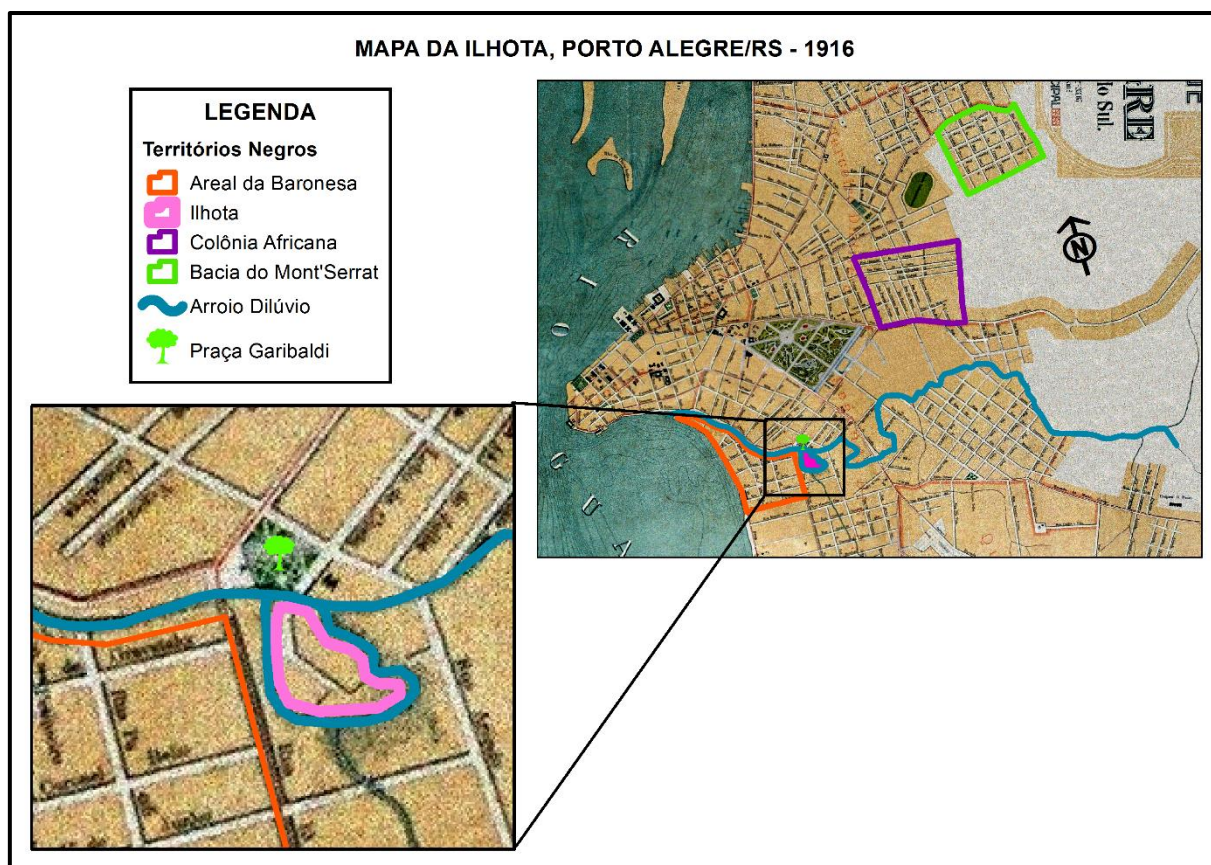
Figura 46: Recorte Mapa Porto Alegre 1906, com destaque para: Ilhota, traçado Av. Ipiranga e pontes sobre Arroio Dilúvio

Fonte: CD Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e Início do XX (IHGRGS, 2005)

Elaboração: Daniele Machado Vieira



Dez anos depois, no mapa de 1916, a Ilhota já apresenta a configuração física com a qual se consagrou: uma ilha dentro da cidade. Já aparecem traçadas uma via principal e duas vias menores. Em ambas as imagens é possível visualizar o caminho feito pelo arroio Dilúvio ao redor da Ilhota, seguindo paralelo à Rua da Margem e desembocando no Guaíba logo após passar pela Ponte de Pedra.



**Figura 47: Mapa Ilhota, Porto Alegre – 1916**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre 1916 (IHGRGS, 2005)

A área da Ilhota era uma zona baixa, parte da planície de alagamento do Arroio Dilúvio e por isso sujeita a frequentes inundações. A descrição do sinuoso percurso do Arroio Dilúvio pela cidade nos ajuda a visualizar a paisagem formada por este curso d'água:

O Arroio do Sabão [...] vinha fazendo mais volta do que cobra corrida ao longo das suas duas léguas bem medidas.

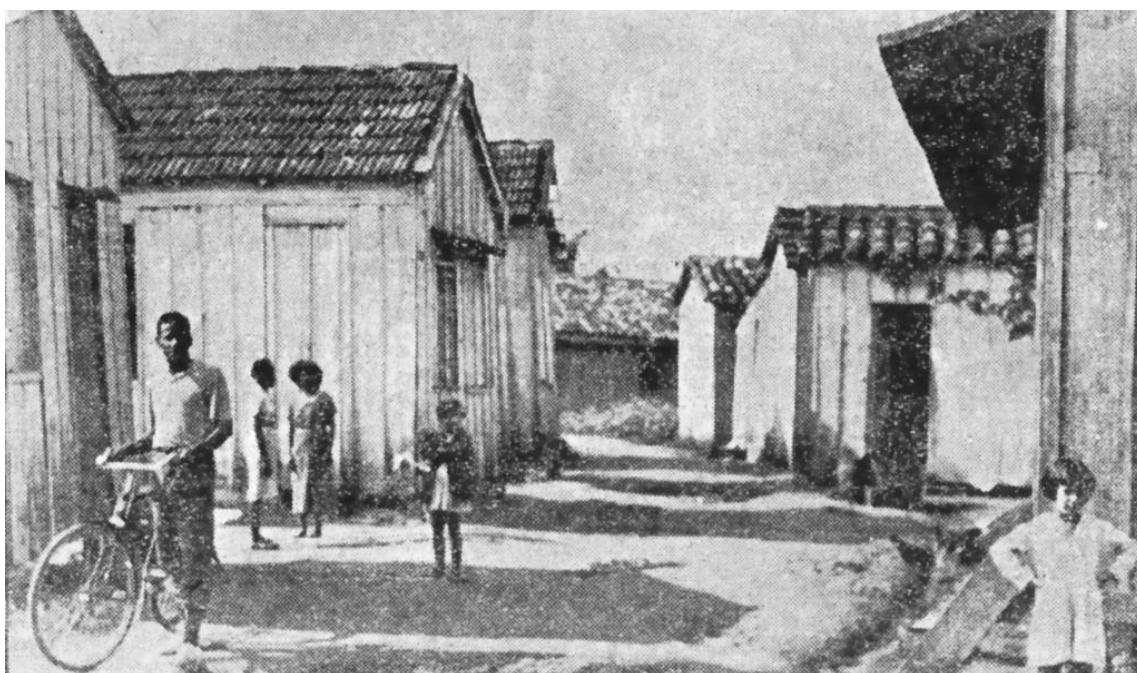
Ainda há pouco menos de trinta anos<sup>17</sup>, este tenebroso e diluviano Arroio Sabão, engrossado pelas águas do Arroio Cascata, chicoteado pelas chuvas e, por vezes, rebojado pelo vento sul, provocava tais e tão terríveis inundações nessa zona baixa da Ilhota, Arraial da Baronesa, Santana, [...] que só quem viu pode imaginar! (SANHUDO, 1975, pp. 84-85).

<sup>17</sup> Provavelmente até 1940-1945



Formada em sua grande maioria por becos, a Ilhota tinha como vias principais a Rua Ilhota e a Travessa Batista, onde residia a família do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues (FRANCO, 2006, p. 208).

Podemos visualizar um pouco da paisagem interna da Ilhota na fala de Dona Isaura, com 85 anos à época da entrevista. Nascida na Colônia Africana e moradora da Ilhota nos anos 1940, ela relata como era este núcleo: “A Ilhota que eu conheci era um correr de casas, ou seja, uma casa do lado da outra. A mais bonita pertencia a família do Lupicínio Rodrigues [...]” (SANTOS I, 2010a, pp. 36-37).



**Figura 48: Paisagem interna da Ilhota**  
Fonte: Marcello Campos (Arquivo pessoal)

Dona Isaura era cozinheira e lavadeira, assim como diversas mulheres destes núcleos habitacionais de famílias de baixa renda. Muitas das atividades de trabalho desenvolvidas pelas mulheres e homens destes espaços estavam relacionadas a prestação de serviços; para as mulheres em geral os serviços domésticos, incluindo o cozinhar e a lavagem de roupas para fora.

Seu Sílvio Moreira Aquino, antigo morador do Areal da Baronesa, relata que sua avó também era lavadeira, que lavava roupas para famílias da área central. Conta que as mulheres lavavam roupa na beira do Guaíba, as margens da Av. Praia de Belas.

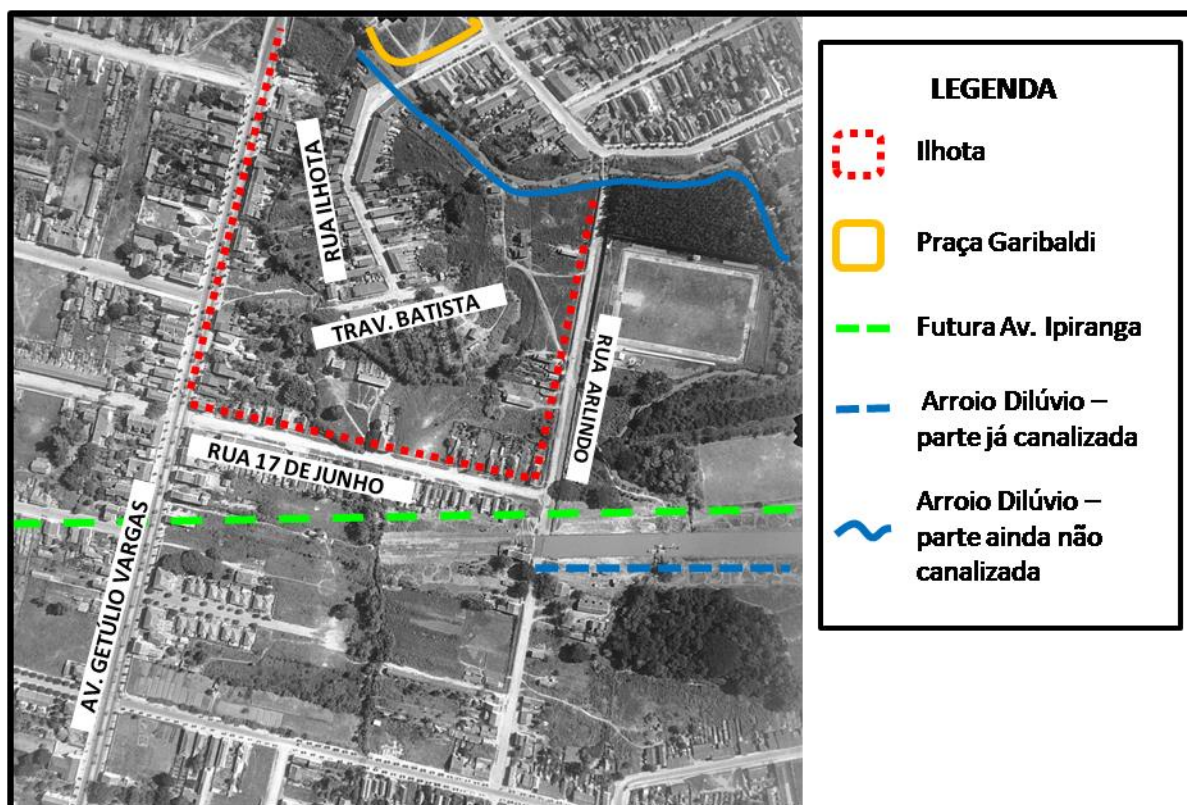
A solidariedade entre a vizinhança é uma marca retratada com frequência. Enquanto algumas mulheres saíam para trabalhar fora, as que ficavam por casa cuidavam das crianças de outras famílias. Uma antiga moradora lembra:

A gente se ajudava mutuamente, principalmente as mulheres. Cuidávamos dos lavados enquanto uma ou outra lavadeira saía para fazer as entregas ou busca de roupas. Controlávamos as crianças para que não ficassem soltas na rua e, por vezes, cedíamos alimentos para aquelas famílias que se apertavam por falta de dinheiro, principalmente no final do mês (SANTOS I, 2010a, p. 45).

Embora os constantes alagamentos do Arroio Dilúvio já fossem motivo de preocupação desde o final do século XIX, a canalização deste curso d'água só saiu do papel após a grande enchente de 1941, que assolou a cidade. A canalização do Arroio Dilúvio foi o ponto inicial para o desaparecimento da Ilhota. A obra de retificação do canal do Arroio Dilúvio correndo alinhado pela Av. Ipiranga, fez desaparecer o Arroio que circundava a Ilhota. Essa mudança na fisionomia abriu caminho para a urbanização da área, o que foi acompanhado da remoção dos seus moradores.

Na tomada aérea abaixo, referente a década de 1940, o Arroio Dilúvio está em fase de canalização (figura 49). Notemos que uma parte dele já está canalizado (marcado pelo pontilhado azul), chegando até a Rua Arlindo, que seria na atualidade o cruzamento das Avenidas Érico Veríssimo e Ipiranga. Porém, no canto superior da imagem é possível identificar uma parte do Riachinho ainda não canalizada, ao norte da Ilhota (linha azul contínua).

No ano de 1946, o Decreto Municipal nº 333 listou os imóveis a serem demolidos para as obras de canalização do Arroio Dilúvio assim como para o saneamento e urbanização da zona da Ilhota (FRANCO, 2006, p. 208). Segundo o autor foram catalogados 62 prédios na Rua Ilhota, principal via da área, e 15 prédios na Travessa Batista.

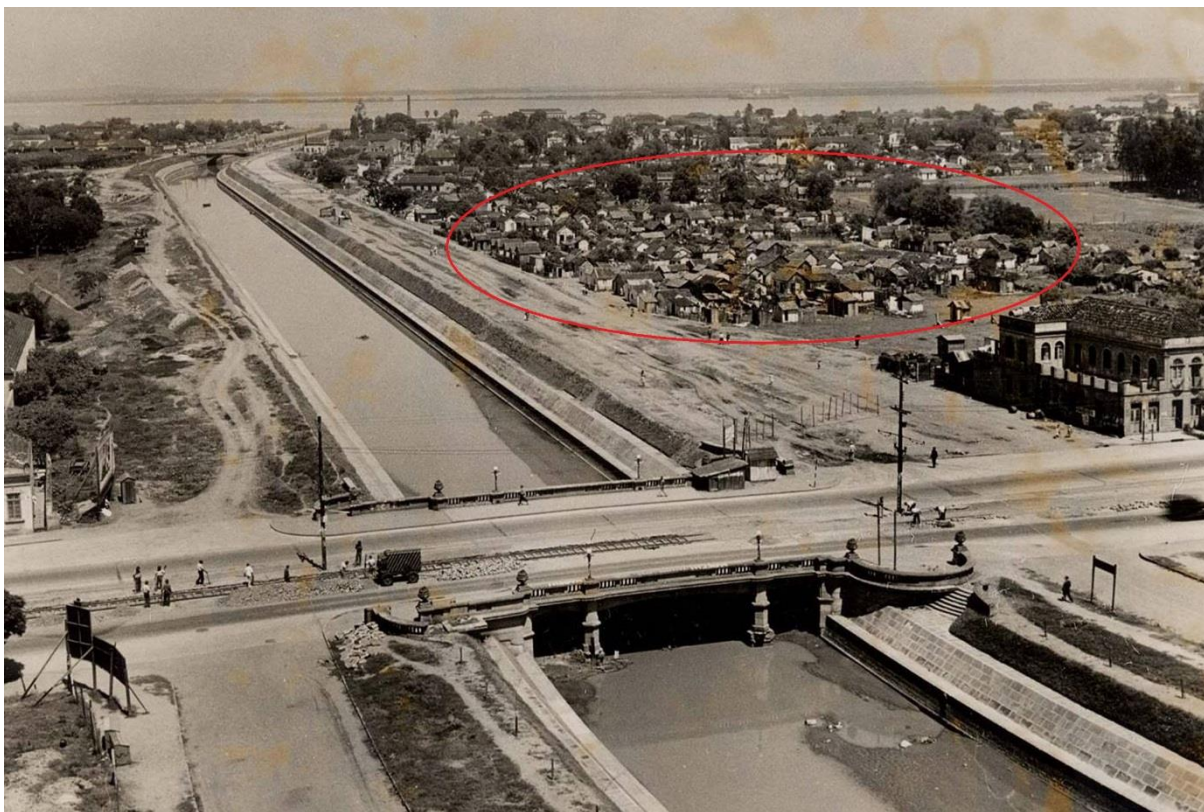


**Figura 49: Desenho sobre foto aérea da Ilhota na década de 1940**

Elaboração: Desenho de Daniele Machado Vieira sobre imagem de Marcello Campos.

Com a canalização do Arroio Dilúvio, a Ilhota se expandiu para leste na direção da Av. Azenha, ocupando a parte sul da Rua Dr. Sebastião Leão até as imediações da Rua Lima e Silva. Na imagem abaixo podemos observar que num dado momento a Ilhota já havia se estendido até as imediações da Rua Lima e Silva, podendo ser observada próxima à Ponte da Av. Azenha. Notemos que o campo de futebol contíguo à Rua Arlindo na imagem aérea da década de 1940 (figura 49) aparece cercado por vegetação. Já na imagem abaixo (figura 50), com o trecho do Dilúvio ao redor da Ilhota já canalizado, o mesmo campo de futebol tem o seu entorno já densamente ocupado por moradias.

No final da década de 1960 a Ilhota deixou de existir, sendo grande parte de seus moradores removidos para o bairro Restinga, localizado no extremo sul da cidade, distante cerca de 26 km do Centro. Sem nenhuma infraestrutura à época, a Restinga foi o local escolhido para “acolher” as populações residentes em núcleos habitacionais de baixa renda, removidas de diversos pontos da cidade (GAMALHO, 2009). As remoções iniciaram em 1967; de 1969 a 1974 foram aproximadamente 11 mil moradias removidas, sendo 10% para a Restinga (idem, p. 49).



**Figura 50: Ilhota (sinalizada) vista a partir da ponte da Av. Azenha, década de 1950.**

Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

### 3.2.3. Colônia Africana

A Colônia Africana foi um arraial caracterizado pela grande presença de famílias negras, existente na cidade de Porto Alegre por pelo menos 5 décadas: da segunda metade de 1880 até pelo menos 1940. Na atualidade ela corresponderia a área do Bairro Rio Branco, sem coincidir exatamente com os limites deste. Assim como o Areal da Baronesa, a Colônia Africana tem sua ocupação inicial relacionada a famílias negras que ali se instalaram por volta da época da abolição da escravidão, perdurando até pelo menos os anos 40 do século XX.

De acordo com seu Jayme, morador da Colônia Africana durante toda a vida, falecido em 2014 aos 98 anos, “a Colônia Africana era povoada por escravos libertos e pelos seus descendentes. Filhos, netos e bisnetos e assim por diante. Mais alemães e italianos que ali se estabeleceram” (SILVA, 2005, p. 19).

Não se sabe exatamente quando a Colônia Africana surgiu. Relatos apontam que tenha sido em torno da época da abolição da escravidão, quando os negros



libertos teriam se instalado nas bordas dos casarões do que hoje conhecemos por Av. Independência e chácaras existentes nas imediações do atual bairro Rio Branco.

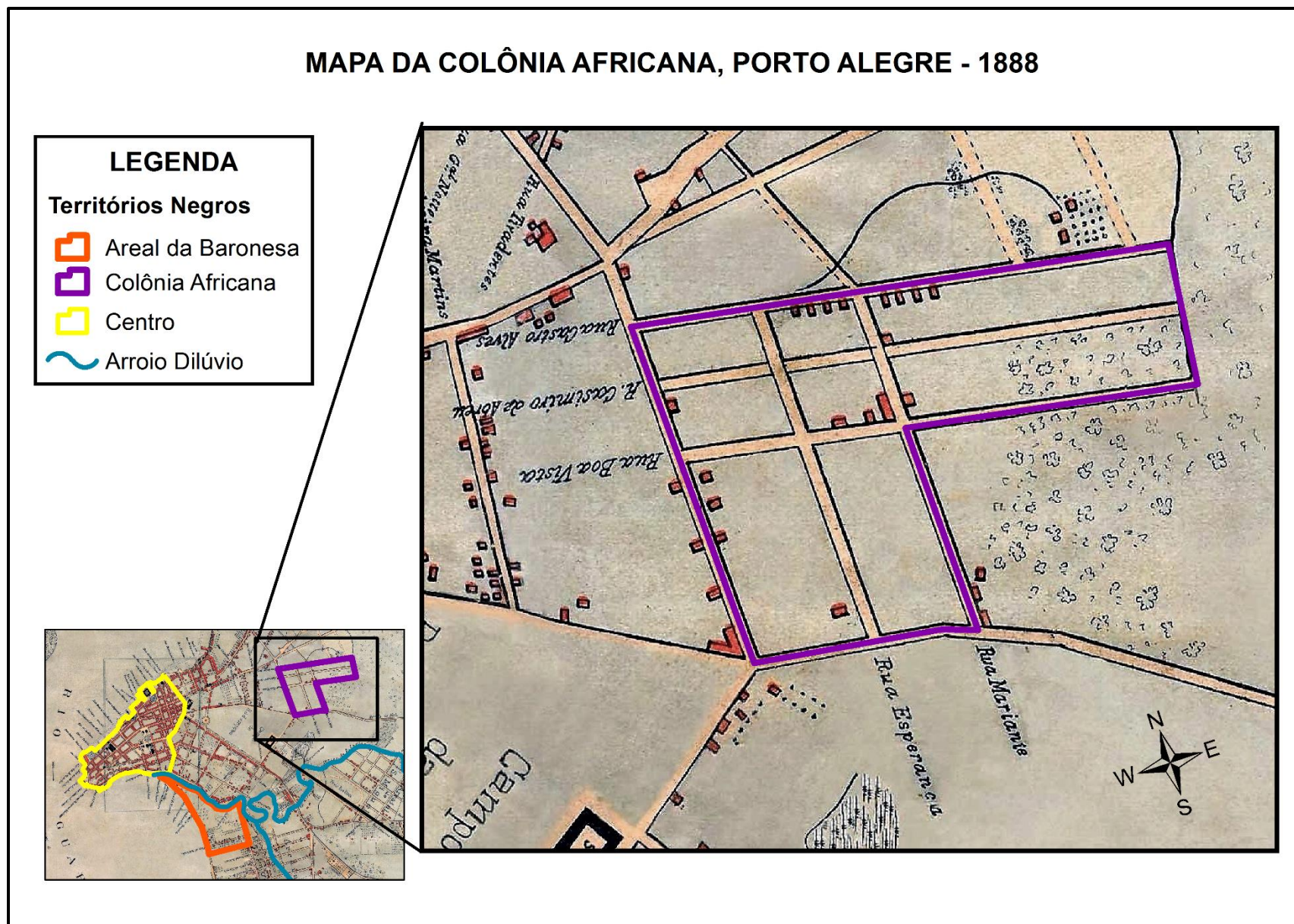
Segundo o pesquisador Sérgio da Costa Franco, a Colônia Africana foi uma

Área da cidade em que se estabeleceram, em torno da época da Abolição, numerosas famílias negras. Compreendia os altos do atual Bairro Rio Branco, ou, mais precisamente, das ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama, Cabral e Liberdade. [...] Na legislação municipal, aparecem referências ao arrabalde da Colônia Africana pelo menos desde 1896 [...]. Na imprensa local, entretanto, desde o princípio da década de 1890, podem ser encontradas referências à "Colônia Africana", e não raro desairosas (2006, p. 114).

Apesar da lacuna em torno da época de ocupação da área, sabe-se que em meados da década de 1890 a Colônia Africana não só já existia, como já estava consagrada com esta denominação, pois notícias de jornais já faziam menção à Colônia Africana. Um dos primeiros registros escritos sobre a Colônia Africana que se tem conhecimento é uma notícia de 1895, veiculada pelo Jornal do Comércio, que narra um incêndio "na Colônia Africana, lá para os lados do Moinhos de Vento" (FRANCO, 2006, p. 114).

A partir desta data, a Colônia Africana passa a ser mencionada com frequência na imprensa, sendo retratada de forma desabonadora, em geral ligada a criminalidade (KERSTING, 1998, p. 118). Diante da falta de outros registros é a este tipo de fonte que nos resta recorrer para tentar localizar a Colônia Africana no tempo.

A primeira vez que a área da Colônia Africana aparece num mapa é em 1888, ano da abolição da escravatura a nível nacional. Este é o primeiro mapa que retrata também os arraiais (zona suburbana), que traz a cidade de forma mais abrangente. Até este momento os mapas retratavam somente o Centro, núcleo urbano principal à época. No mapa de 1888 (figura 51) a Colônia Africana já tinha cinco ruas traçadas: três paralelas (Ruas Castro Alves, Casimiro de Abreu e Boa Vista, atual Rua Cabral) e duas transversais (Ruas Mariante e Esperança).



**Figura 51: Mapa da Colônia Africana, Porto Alegre – 1888**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre, 1888 (IHGRGS, 2005)

Embora não tenha sido reconhecida oficialmente como uma área da cidade, são feitas menções à Colônia Africana na condição de arraial (o equivalente a um bairro) em pelo menos dois documentos do poder público municipal: em 1896 e 1898 (KERSTING, 1998, p. 105). O ato 6 de 9/4/1896 da legislação municipal corrige algumas ruas que tem o mesmo nome, incluindo duas localizadas na Colônia Africana:

Considerando que a existência de oito ruas nesta Capital tendo duas o mesmo nome, traz entre outros inconvenientes o de originar dúvidas que podem embaraçar ou perturbar as relações sociais, decreta

Art. 1º - A rua Boa Vista, na **Colônia Africana**, se denominará Cabral, em comemoração a Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil; conservando o nome de Boa Vista a de igual nome no arraial de S. Miguel.

Art. 2º - A rua Venâncio Aires, **na mesma Colônia Africana**, se denominará Vasco da Gama, em comemoração do descobridor da Índia, digno precursor de Cabral; conservando o nome de Venâncio Aires a de igual nome nesta cidade (...) (Ato n. 6 de 9/4/1896. Legislação Municipal. Porto Alegre, 1896 *apud* KERSTING, 1998, p. 105, **grifo meu**).

O que mais interessa neste trecho não é a alteração dos nomes das ruas em si, mas a referência à Colônia Africana num documento do poder público municipal, inclusive citando as ruas que a compõem, como a Rua Cabral e Rua Vasco da Gama.

Em outro raro momento, a Colônia Africana é novamente citada pelo poder público, desta vez para fins de taxação de impostos. Segundo Kersting, o texto abaixo, no qual a Colônia Africana é mencionada, é reproduzido por anos a fio (de 1898 a 1924) nos relatórios do intendente José Montaury de Aguiar Leitão e nos projetos de leis do orçamento.

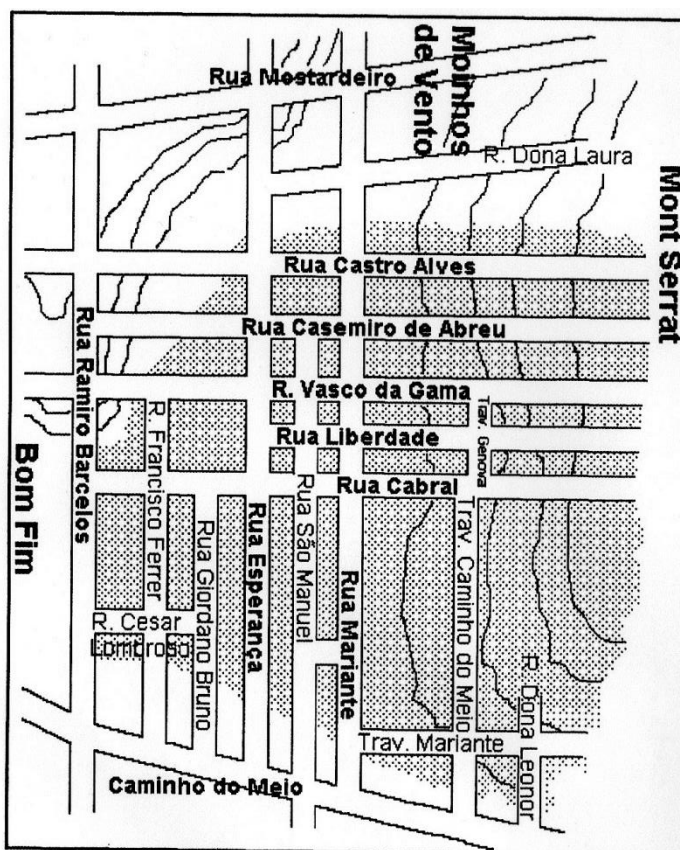
Receita suburbana – Parágrafo 18º – Prédios:

As casas das povoações de Pedras Brancas, Mariana Pimentel, Belém Velho, Belém Novo, Barra, núcleos coloniais e arraiais de São José, São João, Glória, **Colônia Africana**, Gravataí, morro do Cristal e suas adjacências, compreendendo a Praia de Belas, rua Doutor Silveiro e as transversais a esta, pagarão cinco por cento (5%) sobre o valor locativo, ou, quando tratar-se de casas ocupadas pelos respectivos proprietários, cinco por cento (5%) sobre o juro de seis por cento (6%) do capital empregado na construção.

Quando o valor do prédio for inferior a um conto de réis, cobrar-se-a a taxa fixa de \$3000 (Lei n. 23, de 29/5/1898. Legislação Municipal. Porto Alegre, p. 40. IHGRGS *apud* KERSTING, 1998, **grifo meu**)

Franco localiza a Colônia Africana nos “altos do atual Bairro Rio Branco, ou, mais precisamente, [nos altos] das ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama, Cabral e Liberdade” (2006, p. 114). A parta alta destas ruas inicia somente a

leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA (Instituto Porto Alegre)<sup>18</sup>. Assim, o autor está restringindo a Colônia Africana apenas a região à leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA. Isso significaria apenas 1/4 da área atualmente concebida como Colônia Africana. Conforme pode ser verificado no mapa abaixo, a pesquisa feita por Kersting (1998) já havia ampliado a área proposta por Franco, estendendo-a na direção oeste da Rua Mariante até a Av. Ramiro Barcelos e ao Sul da Rua Cabral até quase atingir o Caminho do Meio (atual Av. Protásio Alves).



**Figura 52: Área aproximada da Colônia Africana**

Fonte: Kersting (1998, p. 102)

Contudo, segundo os antigos moradores da Colônia Africana, esta iniciaria na Rua Ramiro Barcelos estendendo-se até a Rua Maria (atual Av. Cel. Lucas de Oliveira) no sentido oeste-leste e da Rua Castro Alves até a Av. Protásio Alves, no sentido norte-sul. As ruas Castro Alves, Casemiro de Abreu, Vasco da Gama e Cabral acompanhavam praticamente toda a extensão deste antigo território negro na direção oeste-leste, pois iniciavam na Rua Ramiro Barcelos, alcançando o Morro do IPA. No sentido norte-sul, o arraial tinha como principais transversais as ruas

<sup>18</sup> Chama-se de Morro do IPA, por ser uma área bastante alta onde está localizado a unidade educacional do Instituto Porto Alegre (IPA).



Esperança (atual Miguel Tostes) e a Rua Mariante, que dividia a Colônia Africana em uma parte baixa, a oeste, e uma parte alta a leste.



**Figura 53: Vista da Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes) para a Av. Independência**  
 Fonte: Acervo Fototeca Sioma Breitman – Museu Joaquim José Felizardo

Kersting afirma que a denominação Colônia Africana parece acompanhar a gradativa expulsão dos negros para a periferia, pois se inicialmente ela se confunde com o bairro Bom Fim, com o passar do tempo ela passa a se mesclar com o bairro o bairro Mont’Serrat, uma zona alta que lhe segue, mais afastada do Centro (KERSTING, 1998, p. 101).

Embora o arraial não tenha sido composto exclusivamente por negros, podemos afirmar que o era majoritariamente, a tal ponto de ter sua denominação vinculada a este grupo étnico-racial. Situação semelhante ocorreu no espaço denominado de Pequena África na cidade do Rio de Janeiro.

Kersting considera que a área começou a se descaracterizar como “essencialmente negra” por volta de 1910, devido a intensa presença de imigrantes, principalmente na parte próxima a Av. Protásio Alves. A partir deste momento a

Colônia Africana, segundo ele, vai “subindo o morro” em direção a parte alta onde está localizado o IPA. Seu Jayme relata que

Foi com a valorização dos terrenos da Colônia Africana que os negros foram expulsos de lá. Quando se instalaram na Ramiro Barcelos e suas travessas [...] ali não tinha saneamento. Ninguém queria. Sobrou para os pretos. A Colônia ia da Ramiro até a Lucas de Oliveira, lá em cima. Depois começava o Mont’Serrat. Para baixo, ela ia até a rua Leopoldo Bier, que já é o bairro Santana.

Todo mundo que tinha a posse dos terrenos começou a vender e foi subindo o morro do IPA em direção a Petrópolis, Mont’Serrat (SANTOS I, 2010a, p. 110).

Uma possibilidade para este deslocamento é o aumento de impostos da parte “baixa” entre a Rua Ramiro Barcelos e a Rua Mariante, que desde 1898 passou a se localizar dentro da zona urbana, sendo o lado leste da Rua Mariante em direção ao Morro do IPA ainda considerado como zona suburbana, que tem uma taxação menor do que a zona urbana. Enquanto os imóveis localizados na zona urbana tinham uma taxação de 10%, os imóveis localizados na zona suburbana pagavam uma taxa de 5%.

Em 1913 a área passa a ser denominada oficialmente de bairro Rio Branco em homenagem ao Barão do Rio Branco. Contudo parece que a nova denominação não consegue emplacar, pois num relatório da Intendência Municipal de 1918 a área é citada como “Bairro Rio Branco (antiga Colônia Africana)”. O fato de ainda ser necessário colocar entre parênteses o antigo nome – Colônia Africana – denota que esta nomenclatura ainda era amplamente utilizada para se referir a área, sendo a denominação Bairro Rio Branco ainda pouco conhecida. Colabora para isso a narrativa do Padre Matias Wagner, que chegou a área em 1916 quando passou a ser pároco da Igreja Nossa Senhora da Piedade. Numa época posterior a 1916 ele faz uma descrição da área, iniciando com a seguinte frase: “o bairro Rio Branco, mais conhecido por Colônia Africana”.

Sobre o fim da Colônia Africana, sabe-se que aos poucos as famílias negras foram vendendo seus terrenos e a área não só foi se transformando, mas deixando de ser caracteristicamente negra. Embora em 1918 ela já seja referida como “antiga Colônia Africana”, há indícios de que tenha resistido por pelo menos mais duas décadas, pois em 1940 notícias sobre o carnaval retratam a festa na Colônia Africana, fazendo menção ao Salão do Ruy (situado na Rua Esperança) como “salão dos pretos”. Tal informação nos permite inferir: i. que o Salão do Ruy ainda era

bastante freqüentado pelos negros; ii. que a presença negra na Colônia Africana ainda era relevante.

### **O Carnaval em Todos os Recantos...**

Saindo da algazarra dos foliões na Avenida Borges e na Rua da Praia, nosso repórter “perdeu a linha” e decidiu-se a ir buscar nos recantos mais longínquos da cidade para misturar com outros, os mais pitorescos e interessantes detalhes sociais-carnavalescos deste ano.

**Na Colônia Africana, numa esquina da Rua Esperança, há uma das sociedades mais movimentadas de Porto Alegre. Trata-se do “Ruy” [...] a sociedade de pretos da Rua Esperança.** (Revista do Globo, 17/02/1940, p. 45, grifo meu)

#### **3.2.3.1. Sociabilidades**

A Prof. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que tem a família residindo na Colônia Africana desde o início do século XX, relata um pouco do cotidiano da área. O chalé de madeira de seus bisavós, localizado na Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), fora edificado ainda no raio do século XX.

A Colônia Africana resultou de um loteamento. Negros que viviam em áreas distantes do centro da cidade foram adquirindo seus terrenos e construindo seus sólidos chalés, casas de madeira. Assim o fizeram meus bisavós Carolina e Benedito Oliveira. A casa deles, situada à rua Esperança, foi edificada em 1902, e demolida, por conta da destruição feita pelos cupins, em 1994. Ela era uma negra mina, exímia doceira, ele um preto alto, forte, exercia a profissão de pedreiro (SANTOS I, 2010a, p. 12).

Petronilha ainda guarda o documento enviado, em 1905, por sua bisavó, Carolina de Oliveira, solicitando à Intendência autorização para a construção de sua residência – um chalet. Uma verdadeira relíquia, o documento diz o seguinte:

Ilmo Sr. Dr. Intendente

A abaixo firmada, possuidora de um terreno sito à Rua Esperança (Colônia Africana) querendo agora mandar edificar um Chalet de taboas dentro do referido terreno para sua moradia, com 15 palmos de frente por 38 de fundos, vem respeitosamente pedir a vossa licença para tal fim. Juntamente a planta, conforme preceitua nossa Lei Municipal, o que espera favorável deferimento.

Saúde e fraternidade

Porto Alegre, setembro de 1905.

Carolina de Oliveira



Em busca da ascensão social e financeira, “compartilhar progressos e benefícios era quase uma norma” entre os moradores da Colônia Africana, ressalta Petronilha (2010a, p. 13).

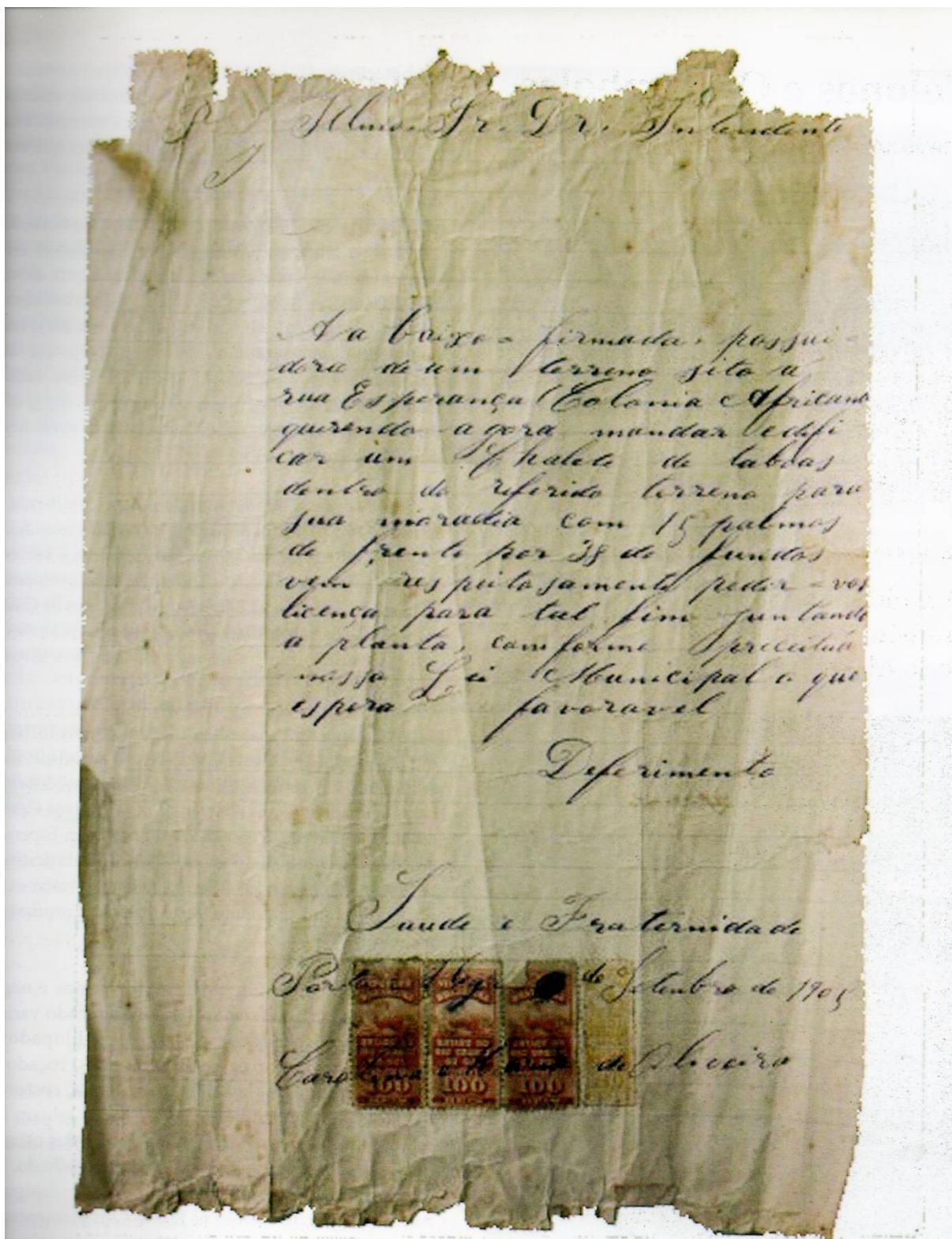


Figura 54: Solicitação à Intendência de autorização para construção de um chalet na Colônia Africana - 1905.

Fonte: Acervo pessoal Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (SANTOS I, 2010a, p. 11)



### 3.2.3.2. Religiosidades

Sanhudo percebe a Colônia Africana como um "lugar que fugiu à tradição" pois não se desenvolveu ao redor da capela local, a Igreja de Nossa Senhora da Piedade, localizada nos altos da Rua Cabral. Apesar de sua construção ter iniciado em 1889, a "igrejinha foi permanecendo esquecida" sendo inaugurada apenas em 1913, levando mais três anos para receber um padre (SANHUDO, 1975, p. 113). Assim conforme Franco "a religião católica entrou tarde na Colônia Africana. [...] Terá concorrido para isso a força dos cultos afro-brasileiros" (2006, p. 114).

Uma das narrativas presente no livro *Colonos e Quilombolas* relata que "as Casas de Nação sempre existiram na Colônia e nos outros lugares todos onde viviam os pretos" (SANTOS I, 2010a, p. 116). A presença dos cultos afro-brasileiros na Colônia Africana é destacada em diversas fontes, desde a fala de Seu Jayme Moreira da Silva, passando pela narrativa do Padre Mathias Wagner, até as crônicas de Sanhudo.

Seu Jayme, nascido e criado na Colônia Africana, relata a presença dos cultos de matriz africana no bairro. Nas suas falas ele destaca a presença de Mãe Chininha, importante figura religiosa que residiu na Colônia Africana, referindo-se à antiga Pedreira do Morro da Piedade como local de oferendas.

A Rua Cabral, com início na Rua Ramiro Barcelos, ia até a Igreja Nossa Senhora da Piedade. [...]. No centro da rua iniciava uma pedreira de lindas pedras azuis. Ao lado da pedreira tinha uma estrada estreita, junto à divisa da instituição que ia ao topo do morro. Este relato de meu avô Abel, feito em uma madrugada quando chegava de seu serviço. Lembro-me de tudo! Era uma noite com uma tempestade cheia de relâmpagos e trovões! Ele me disse: Meu neto olha lá fora. Clareava a noite, até as sete pedras de Xangô, do Morro da Piedade. Quem conhecia bem as sete pedras do Xangô era Mãe Chininha, mãe de Santo que residia nas imediações. Ela que com seus filhos de santo ali fazia suas oferendas [...]. Naquele tempo, os negros se reuniam para piqueniques junto às sete pedras de Xangô para agradecer pelo atendimento de seus pedidos. Em certas noites do ano, da casa do meu avô, avistavam-se as velas acesas no topo do morro. Era uma vista linda! Quando ia amanhecendo, muitos frequentadores dos bailes do Salão do Rui ou Salão Modelo dirigiam-se ao Morro da Piedade para seus pedidos de amor (SILVA, 2005, p. 33).

O relato de seu Jayme traz uma série de elementos sobre a sociabilidade negra na Colônia Africana. A questão da religiosidade negra de matriz africana como algo natural, não estigmatizado, mesmo para frequentadores de outros cultos, visto que seu Jayme era católico. Outra questão é a relação de Xangô à pedreira, visto

que os símbolos deste orixá são a machadinha (da justiça), as pedreiras e as cachoeiras. Este orixá também é senhor dos raios e dos trovões, elementos presentes na narrativa visto que era uma noite de temporal.

Segundo seu Jayme, da primavera até a quaresma, a Colônia Africana era só festa (SILVA, 2005, p. 21). No mês de setembro iniciavam as comemorações em louvor a Nossa Senhora da Piedade. O autor relata que mesmo os negros adeptos ao catolicismo, não deixavam de frequentar "a religião tradicional africana, de origem de seus avós [...] cultuada em toda a Colônia Africana" (SILVA, 2005, p. 53). Embora os festejos católicos fossem frequentados por pessoas brancas e negras, as comemorações feitas pelas famílias negras se davam de forma diferenciada, seguindo o "ritual africano" com piqueniques, música, comidas típicas, apresentações de dança e participação de mães de santo (SILVA, 2005, pp. 53-54). Assim ele descreve as comemorações ao "ritual africano":

- Primeiro domingo: piquenique no morro da Piedade na subida da rua Cabral [...]. Ali exista um grande gramado de uma beleza encantadora! As solenidades iniciavam com palestra feita por mãe Chininha, com muito amor e respeito e os pedidos de cura e paz para os familiares que residiam na cidade. Encerrado estas cerimônias começavam com o som das músicas pelos trios, conjuntos oriundos de diversas orquestras da cidade! Vinha gente de todos os bairros: Menino Deus, Areal da Baronesa, Navegantes e iniciavam os comes e os bebes e danças. Após o meio dia eram servidas comidas típicas africanas nas quais nossos avós eram peritos: galinhas e carnes na farofa, caldo africano com pirão, cabrito assado. Na sobremesa doce de coco, rapaduras, batata doce assada na brasa, muitos aperitivos de Santo Antônio da Patrulha, muitos sucos fermentados ao estilo africano: abacaxi, laranja e gengibre. A partir das 14:00 horas apresentavam-se bailarinas e bailarinos, pretas lindas, era um amor, bem vestidas, com cores cintilantes, saias rodadas, bem justas a cintura e turbantes ao estilo africano. As festividades iam até o fim da tarde. No final, mãe Chininha encerrava com oração e pedidos de proteção (SILVA, 2005, pp. 53-54)

A festa continuava pelos próximos dois domingos. O ritual era igual ao primeiro dia e ao final "as pretas velhas batuqueiras de todas as nações africanas, ali reunidas, pediam proteção da santinha da subida do Morro da Piedade" (SILVA, 2005, pp. 54-55). Podemos perceber que a relação com o catolicismo não impedia que os negros continuassem a cultivar hábitos relacionados aos seus antepassados. E ao final da festa, seguia-se em direção ao "Salão Modelo onde era lançado o grito de carnaval para o próximo ano" (SILVA, 2005, p. 55). Ou seja, ao final da festa religiosa, comemorada com diversos elementos do batuque, se abria o carnaval, mostrando a relação entre diversos signos, que a princípio, são contrastantes.

Nos relatos feitos pelo Padre Matias Wagner no seu livro de memórias são feitas menções à presença da religiosidade de matriz africana na Colônia. Porém o

religioso faz menção aos cultos africanos de forma pejorativa, debochada e desrespeitosa. Ele narra um episódio em que uma mulher negra adepta do batuque não aceitou receber a benção dele, pois não queria nada que viesse da Igreja, nem no leito de morte. A negação da senhora em aceitar a presença da Igreja, mesmo diante da morte, pode estar relacionada a ataques, diretos ou indiretos, da Igreja católica local às religiões de matriz africana e seus praticantes. Muitos negros forneciam ajuda (financeira e braçal) para as Igrejas, mas mesmo assim não eram acolhidos pelos padres. Essa diferenciação de tratamento está presente em uma narrativa:

Tinha também muito preto de Irmandade que era batuqueiro. Preto católico, temente a Deus, que comprava tijolos para construir as igrejas e o padre nunca tinha tempo para batizar os filhos deles. No batuque eles tinham vez, eram gente. Nas irmandades também. Ser irmão era uma maneira de um negro apoiar o outro, ajudar a arrumar emprego, acolher quando vinha do interior, já no cais do porto, na Praça da Harmonia (SANTOS I, 2010a, p. 117).

A entrevistada então afirma que seu pai dizia que o segredo era um negro apoiar o outro, independente da religiosidade ou de outras ideologias. Essa necessidade de apoio mútuo entre os negros é uma fala recorrente em diversas narrativas negras sendo retratada na expressão "nós por nós". Assim revela a entrevistada: "O pai que não era de Nação, nem de Batuque, nem de Irmandade, dizia que o segredo era manter tudo isso vivo. Era um negro apoiar o outro, sempre. Porque ninguém faria pela gente" (SANTOS I, 2010a, p. 117).

### 3.2.3.3. Carnaval

Dona Dolzira Padilha, nascida em 1910, foi moradora da Rua Esperança (atual Miguel Tostes) na Colônia Africana até pelos menos 1935. Seu marido, Euclides Padilha, era carnavalesco e saía no cordão "Divertidos e Atravessados" pertencente à Cidade Baixa. Ele era músico e tocava diversos instrumentos: violino, trombone, bandolim.

Dona Dolzira, que na época da entrevista morava na Av. Cel. Lucas de Oliveira, relata que antigamente esta rua se chamava Av. Maria em menção à Maria Mostardeiro, que foi vendendo a área em lotes.

[...]esta rua aqui, que vocês estão aqui, não era Lucas de Oliveira, era Av. Maria. A dona disto aqui era Maria Mostardeiro, vendia pros pobre [...] aproveitamos a oportunidade pra compra esta casinha aqui. [...] E depois então foi que botaram Lucas de Oliveira, mas muita gente ainda procura Av. Maria (PADILHA, 1991, p. 1).

Na primavera iniciavam as festas de preparação para o carnaval na Colônia Africana. Segundo Seu Jayme, estas festas angariavam fundos para o carnaval, que durou até aproximadamente 1945 (SILVA, 2005, p. 57). Diversos cordões, blocos e grupos carnavalescos animavam a festa na Colônia.

Nesta época a Colônia Africana era só festa! Ali reinava harmonia, paz e muito amor. Isto era na primavera! Negras lindas, bem vestidas e os rapazes com suas roupas bem alinhadas nos bailes da primavera. Ali iniciavam os preparativos para o carnaval, os blocos da Colônia Africana eram os seguintes: o bloco denominado os fazendeiros, da rua Giordano Bruno, sob a direção de Ulisses Martins; Cordão Carnavalesco Os Prediletos, sob a direção de Flávio Correia e Ademir Martins. Após veio o Bloco os Turunas sob a direção de Alípio Dias [...] (SILVA, 2005, p. 34).

Os blocos de carnaval mais importantes eram “Os Prediletos” e “Os Turunas”, que se revezavam nos primeiros lugares dos concursos. Dona Dolzira relembra esta época

[...] eu estou contando de 28, mas já era antes de 28. Então esse “Prediletos” tirava campeão. [...] tinha um moço que era de cor também e ele formou-se médico [...] o Veridiano... E então ele é desses Prediletos, iii, ele era fanático. Todo mundo conhecia o Veridiano<sup>19</sup>. [...] e tinha também os “Turunas” dessa minha grande amiga Horacina Correa, que eu falo com ela assim com uma dorzinha, porque ela era da Difusora, ela era da Farroupilha, ela era da Gaúcha, que foi de todas essas (PADILHA, 1991, p. 2).

A Horacina Correa era solista dos Turunas. Ela também cantava em diversas rádios. Sua carreira ganhou amplitude nacional e internacional, indo morar no Rio de Janeiro e fazendo turnê pela Argentina.

Além de amiga, Dona Dolzira era uma grande fã de Horacina. Ela conta que por causa do trabalho tinha que acordar muito cedo e não conseguia sair para ver o bloco dos Turunas. Mas quando o bloco voltava, ela ouvia a voz de Horacina e não se aguentava. Levantava da cama e ia para o portão ver a Horacina e os Turunas passarem.

E eu morava na Rua Esperança, mas eu não podia ver o cordão, esse Turuna saí, porque eu trabalhava numa fábrica de vime e a gente tinha que chegar na hora, quer dizer, eu tinha que me deitar cedo, né. O marido saía pro bloco e eu ia me deitá. Mas quando era seis horas eu não resistia, não resistia porque o cordão vinha de volta, né 6h, 4h, da madrugada. Então quando ela vinha, uma voz que era assunto muito sério, sabe? A voz dela. Então ela cantava assim, como é que eu vou canta...: “Ei-la seu coisada enfeza na batucada,

<sup>19</sup> Veridiano Farias: 1º médico negro da UFRGS e 2º do Rio Grande do Sul.



Ei-la seu coisada enfeza na batucada,  
Pimenta do reino é preta, mas faz um pirão gostoso...”

Ai, quando essa mulher gritava isso, eu tinha que me levantá, ah eu tinha que me levantá, tinha que vê ela passá. Então ela passou muito bonita um ano, foi em 31, isso eu me lembro bem, ela toda de cossaco, era cor de rosa e branco a fantasia deles e essa mulher vinha cantando, mas então era um sucesso, agarravam ela numa cadeira, traziam ela na cadeira [...] ela era Horacina Correa. E eu era louca por ela, eu ficava no portão [...] (PADILHA, 1991, p. 2)

As cavernas eram casas com pátio que serviam como sede dos blocos, nas quais eles ensaiavam e se reuniam quando necessário. A caverna dos Prediletos ficava na Rua Francisco Ferrer, na Colônia Africana, conforme trecho da entrevista de Dona Dolzira: “[...] tinha também outro bloco que eu gostava muito, chamava-se “Os Prediletos”, então **esse era na Colônia, na rua Francisco Ferrer**” (PADILHA, 1991, p. 1, **grifo meu**).

Os concursos eram realizados nos cinemas e nos cine-teatros, como o Baltimore. A fala de Dona Dolzira nos traz um pouco da ambiência de um concurso realizado no Cinema Baltimore em 1931. Este cinema ficava localizado na Av. Osvaldo Aranha, em frente ao Parque da Redenção.

Em 31 [...] eu fui pra lá muito bonita [...]. Aí quando gente subia né, lá pra galeria, tinha que fica lá. Quando, quando chegava qualquer bloco eu pensava: “Daqui a pouquinho vem meu marido, né, eu vô descê, vou sambá”. [...] quando era daqui a pouquinho chegava o bloco do meu marido. Aí quando chegava eu ficava tão louca, tão louca, tão louca (risos). [...] Então a gente descia e eu dava graças a Deus quando via meu marido sortá o trombone que é prá gente pulá, né. Aí então a gente pulava, aí já chegava outro bloco: pré, pré, Predileto! pré, pré, Predileto! (PADILHA, 1991, p. 7).

Nas muambas era comum os homens saírem vestidos de mulher. Dona Dolzira relata que enfeitava o seu marido para a muamba.

[...] então nesse cordão do meu marido eu vesti ele tão bonito, ele botou um vestido meu que tinha uns babado sabe, e um chapéu bem grande com umas cerejas do lado, sabe saiu bonito, botou uns chinelinhos, saiu bonito que nem sei. [...] eu pintava ele, [...] botava perfumezinho [...] (PADILHA, 1991, p. 14)

Uma notícia do jornal Correio do Povo de 1940 retrata esse pré-carnaval que visava antecipar o que seria o carnaval daquele ano e ao mesmo tempo angariar fundos para os dias da folia do momo:

Muito cedo os morenos desceram os morros, desembocaram da Colônia Africana e acordaram os sisudos paralelepípedos da Rua da Praia com o ruído de seus tamborins, o matraquear de suas tamancas e a estridência de suas cornetas. As latinhas correram de mão em mão, enchendo-se de níqueis e as passeatas foram-se repetindo nas noites de sábado, até que o povo se lembrou de que o carnaval estava perto (Correio do Povo, 27/01/1940).

Não se sabe se nesta época o carnaval da Colônia Africana ainda era um dos mais destacados na cidade. Ou melhor, não se sabe se nesta época a Colônia Africana, que já se chamava Rio Branco há quase três décadas (desde 1913), ainda tinha uma população negra significativa. Mas podemos apontar que o nome Colônia Africana ainda era utilizado, principalmente para fazer menção a uma prática cultural que neste momento estava caracterizada como negra – a festa carnavalesca.

Era comum os blocos saírem de seus locais de origem e se dirigirem a coretos localizados em outras partes da cidade, em outros territórios negros. O público ia atrás, percorrendo vários quilômetros a pé pela cidade.

É, andava por uma porção de lugares sabe, andavam por muito lugar porque eles andavam. Eles passavam na Rua Esperança [...] passavam na frente do Baltimore. Todo mundo gostava de passar pelo Baltimore e era muito bonito também quando vinha bloco, então um bloco se encontrava com o outro, então cantavam ali as marchinhas [...] (PADILHA, 1991, p. 14)

O carnaval na Colônia Africana durou até pelo menos 1940, pois neste ano ainda é possível encontrar referências na imprensa a um baile de carnaval no Salão do Ruy, localizado na Colônia Africana. Na notícia o Salão do Ruy é descrito como “a sociedade de pretos da Rua Esperança”, confirmando os depoimentos de antigos moradores que destacam este salão como um importante ponto de encontro e sociabilidade negra.

Estas duas fotos de baixo foram tomadas **no “Ruy”, a sociedade de pretos da Rua Esperança**. Quando chegamos, esparramava-se parafina no salão, enquanto se aguardava a chegada do cordão em passeata pela Rua da Praia. Dentro em pouco, explode uma voz no salão: “Cavalheiros e senhoritas: está na porta o ‘Bloco dos Aristocratas’. Pedimos o obséquio de abrirem alas para a entrada do nosso cordão”. E os Aristocratas surgem “fulgurantes” (à esquerda), o remeleixo em grande pompa, requebrando ao som da marchinha “Vai haver confusão na cidade, este ano vamos ter carnaval de verdade...”

**Os bailes carnavalescos da Sociedade Ruy Barbosa são sucesso na certa. É de lá que se ouve, na cidade, o primeiro toque de chamada para o carnaval, e é lá que se faz o Carnaval mais tipicamente brasileiro de Porto Alegre** (Revista do Globo, 17/02/1940, p. 45, grifo meu).



**Figura 55: Carnaval no “Ruy”, sociedade de pretos, na Colônia Africana, em 1940**

Fonte: Revista do Globo, 17/02/1940, nº 269, p. 45

Se em 1940 era noticiado um carnaval na Colônia Africana, mesmo a área já estando oficialmente denominada de bairro Rio Branco, é sinal que ela ainda existia e que sua denominação resistia, pelo menos na memória.

#### **3.2.4. Bacia do Mont’Serrat**

Segundo Sérgio da Costa Franco, o Mont'Serrat

Trata-se de bairro que nasceu em torno de 1910. Em 1913, a Cia. Predial e Agrícola anunciava terrenos à venda na Rua Dr. Freire Alemão. No ano de 1915, publicidade de imprensa já aludia à "pedreira de Mont'Serrat". E a planta municipal de 1916 apresenta o traçado inicial do bairro, o quadrilátero entre as ruas Anita Garibaldi e Eudoro Berlink, a Av. Maryland e a Rua Arthur Rocha (2006, p. 279).

O autor não faz nenhuma menção à presença de famílias negras ou empobrecidas, como faz para os demais territórios negros, ainda que este bairro seja constantemente referenciado como um dos territórios negros existente na cidade de Porto Alegre na primeira metade do século XX. As menções a que me

refiro advém não apenas das narrativas dos moradores ou de frequentadores deste bairro, mas também das crônicas de Sanhudo (1975) e das reportagens sobre carnaval da década de 1940.

Na crônica intitulada "A Bacia do Mont'Serrat", Sanhudo relata a existência de moradores na área ainda antes de 1910, ano em que se consideraria o início oficial do bairro marcado pela construção da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, localizada na Rua 24 de Outubro, oficialmente dentro das limites do Bairro Auxiliadora.

O bairro, ou melhor, o arraial, começou realmente com a construção da igreja de Nossa Senhora da Auxiliadora, aí pelo ano de 1910 [...]. Mas é verdade que antes disso já havia moradores aí nesses valões da antiga rua Álvaro Chaves, hoje Arthur Rocha (SANHUDO, 1975, p. 111).

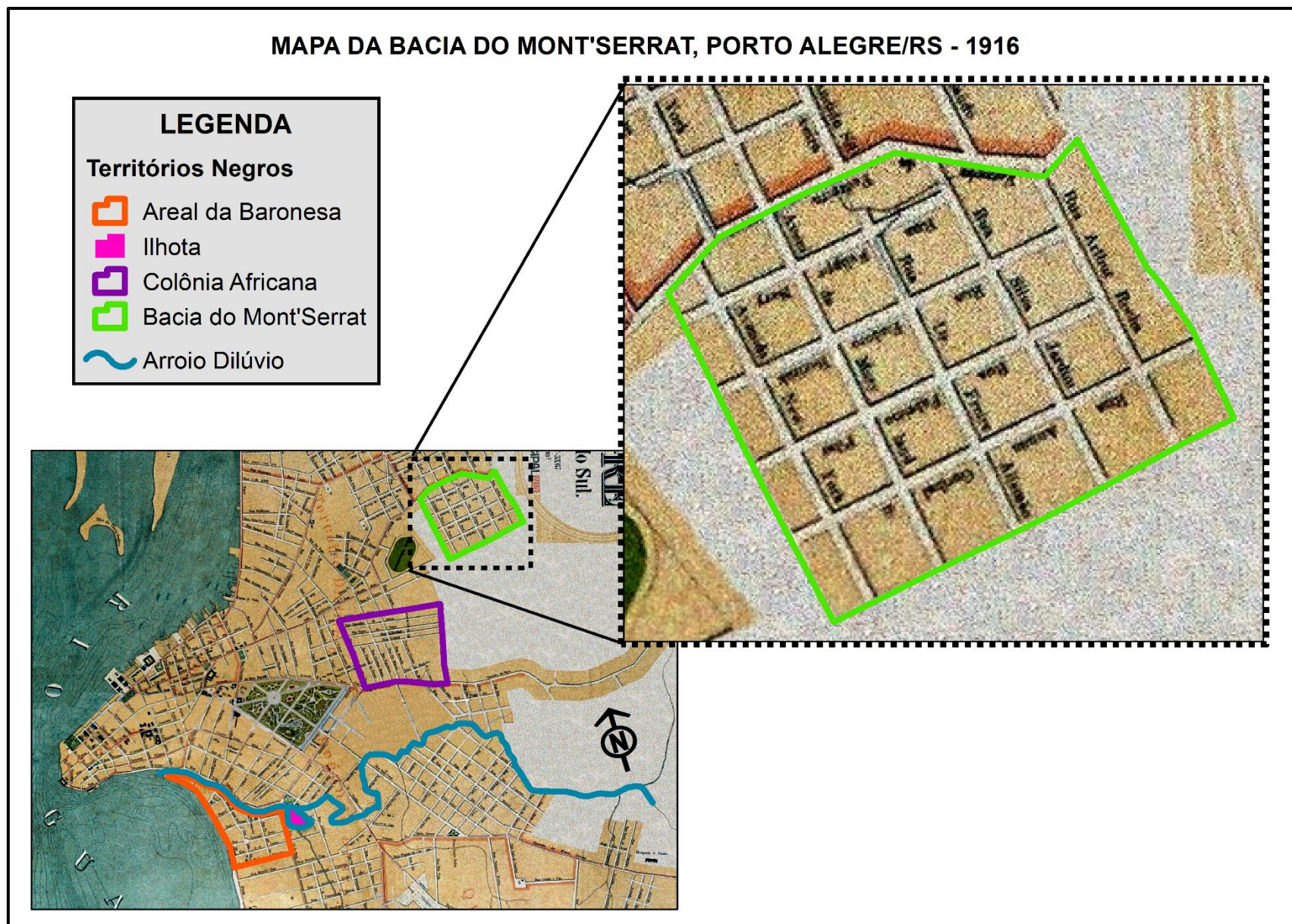
Apesar disso, a área do que conhecemos como bairro Mont'Serrat só vai aparecer pela primeira vez numa planta em 1916. Contudo o bairro Auxiliadora, localizado no limite norte do bairro Mont'Serrat, já tem algumas ruas traçadas na planta de 1906. Sanhudo relata a ligação entre os bairros Auxiliadora e Mont'Serrat, os quais são adjacentes

O arrabalde foi se desenvolvendo em torno da paróquia local, tanto que atualmente temos, por lei, o bairro Auxiliadora e o bairro Mont'Serrat, que englobamos sob a epígrafe de "bacia do Mont'Serrat". Um [o bairro Auxiliadora] nasceu e se criou ao lado da igreja, e o outro [o bairro Mont'Serrat], na bacia propriamente dita [...] (SANHUDO, 1975, pp. 111-112).

No trecho acima podemos verificar que o autor explicita a localização do bairro Mont'Serrat como "na bacia propriamente dita". O termo "bacia" se refere ao relevo da área, formado por uma parte baixa em seu centro, ladeado por partes altas tanto no sentido sul-norte, quanto no sentido leste-oeste, apresentando o formato semelhante ao de uma "bacia". Assim, devido a forma côncava do relevo, a área foi popularmente batizada de "Bacia do Mont'Serrat", conforme apontado pelo cronista Sanhudo, que referindo-se a nomenclatura do bairro explicita que "o interessante é que aqui se notabilizou justamente pela depressão ao norte do cerro, popularizando-se como bacia do Mont'Serrat" (SANHUDO, 1975, p. 112). A denominação da área está relacionada ao relevo.

Na dissertação de Rech a designação "bacia" está relacionada ao pertencimento das casas de religião do bairro a uma mesma matriz/linha religiosa (2012, p. 31). Ou seja, tem uma origem espiritual comum, assim como um espaço geográfico de referência, que também lhe é comum. Deste modo, pertencem a uma mesma "bacia".



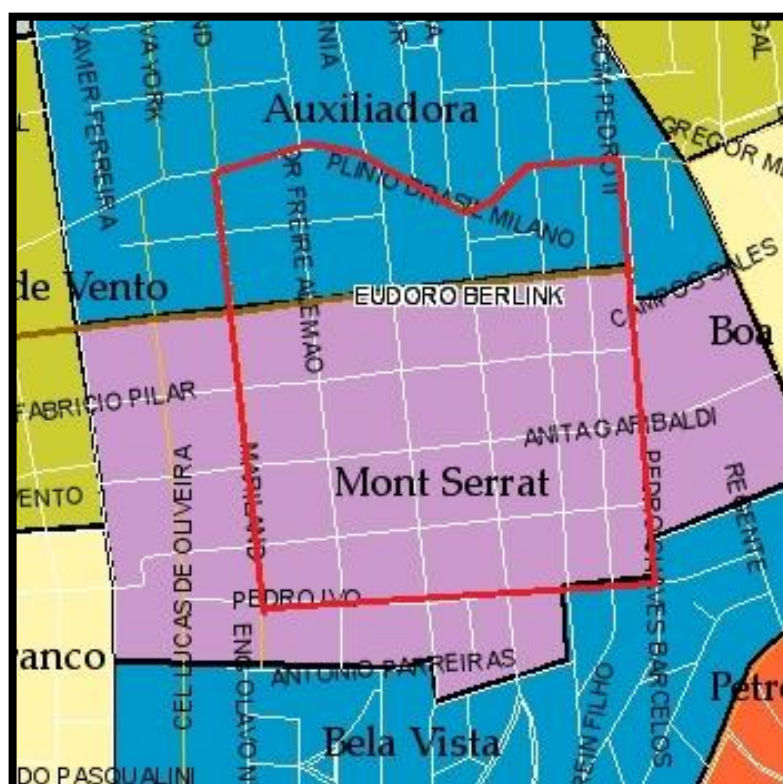


**Figura 56: Mapa da Bacia do Mont'Serrat, Porto Alegre – 1916**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre o Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005)

Para fins de distinção entre o bairro e o território negro, quando nos referirmos ao bairro oficial, usaremos o termo Mont'Serrat e quando formos nos referir ao território negro, utilizaremos a nomenclatura popularmente atribuída a ele "Bacia do Mont'Serrat" ou simplesmente "Bacia".

O bairro Mont'Serrat tem como limites oficiais a área formada pelas ruas Cel. Bordini, Eudoro Berlink, Campos Salles até a Av. Carlos Gomes, retornando pela Rua Furriel Luiz Antônio de Vargas até a Rua Pedro Chaves Barcelos. Segue pela Rua Pedro Ivo até encontrar a Rua Carlos Trein Filho e por esta até encontrar a Rua Farnese. Segue a Rua Silva Jardim, continuando pela Rua Antônio Parreiras até encontrar a Avenida Mariland. Continua na Rua Pedro Ivo em direção a Avenida Cel. Lucas de Oliveira até a Rua Tito Lívio Zambecari e por esta até retornar ao ponto inicial da esquina da Rua Cel. Bordini com a Rua Eudoro Berlink, conforme mostra a figura 57.



**Figura 57: Limites da Bacia do Mont'Serrat**

Fonte: Procempa, Bairros oficiais

A área do território negro Bacia do Mont'Serrat, marcada em vermelho no mapa, se aproxima da área oficial do bairro. A localização dos marcadores territoriais negros na área, como as casas de religião de matriz africana, os salões de baile e

os coretos de carnaval é que nos permitiu traçar a área aproximada deste território negro. Assim, a Bacia do Mont'Serrat tem como limites aproximados, no sentido norte-sul, da Av. Plínio Brasil Milano até Rua Pedro Ivo (já na parte alta do bairro, ou nas bordas da Bacia); e na direção leste-oeste, da Rua Pedro Chaves Barcelos até a Rua Mariland. Assim como a Rua Pedro Ivo, estas duas últimas ruas também podem ser consideradas como “bordas” da Bacia por estarem em um plano elevado em relação a sua área interna.

Diferentemente do bairro Mont'Serrat, a área ocupada pela Bacia se estende até ao segmento formado pela Rua 24 de Outubro e pela Av. Plínio Brasil Milano. Na prática, esta era uma situação esperada, visto que a ruptura entre o bairro Auxiliadora e o Mont'Serrat ocorre a partir desta via, pois embora o bairro Mont'Serrat tenha como limite norte a Rua Eudoro Berlink, as demais ruas prosseguem por mais uma quadra, finalizando apenas no segmento formado pela Av. Plínio Brasil Milano e pela Rua 24 de Outubro. Para o lado norte desta via, iniciam ruas do Bairro Auxiliadora que, com exceção da Av. Mariland, não são continuidades nem prolongamentos das vias existentes no bairro Mont'Serrat.

No que se refere a presença negra na área, se Franco não faz nenhuma menção, o cronista Sanhudo o faz, de forma extremamente desabonadora, como de hábito. Ele não só explicita a marcante ocupação negra da região, como também a localiza na área da Bacia do Mont'Serrat.

Vi, assim, naquela parte em que se originou o nome da bacia [depressão], muitos e sorridentes filhos de Cam que, em grupos, despreocupadamente, estirados ao longo dos barrancos das suas desprotegidas ruas, conversavam, escutavam futebol pelo rádio, ou então, o que é mais próprio deles, reunidos num improvisado conjunto orquestral, ensaiavam os característicos instrumentos tão nossos familiares, entoando as lamúrias da música de Lupicínio. Era a alma do samba que estava vibrando no meio daquela gente alegre! (SANHUDO, 1975, p. 112).

Eu considero a presença negra na área como algo “marcante” [irônico] para o autor pelo fato deste ter feito menção apenas a este grupo racial, detendo-se a detalhar o que chamou, em tom jocoso, de uma “paisagem *sui generis*”, ou seja, única, característica daquele gênero. Assim, nas palavras do autor: “se o leitor se der ao trabalho de percorrer as ruas ainda em estado primitivo desse bairro da cidade, verá uma paisagem *sui generis*” (SANHUDO, 1975, p. 112).

O autor descreve a paisagem, acrescentando a narrativa características como “despreocupados”, “estirados”, as quais são representações de ociosidade, que julgou própria dos habitantes daquele espaço. Além disso, o termo “sorridente”



associado à pessoa negra remete a um estereotipo racista e inferiorizante, que produz uma imagem de negro como “dócil”, “alegre” (quase um bobo alegre) e “subserviente”, freqüentemente representado com uma enorme boca que sobressai ao rosto.

É importante ressaltar, que embora as crônicas de Sanhudo apresentem de forma tendenciosa e pejorativa os espaços ocupados pelos negros, assim como os próprios negros que neles residem, estes são praticamente os únicos registros escritos da época com relação a estes espaços, que se tem conhecimento. Assim, embora tenhamos muitas críticas, acabamos por utilizá-los como “prova” de que estes espaços se caracterizavam de fato pela relevante presença negra. Estas crônicas são também complementadas e contrastadas com as narrativas orais.

Sanhudo também descreve a paisagem da Bacia, depois de ter “palmilhado” “esses logradouros da famigerada Bacia do Mont’Serrat”. Em tom paternalista relata a presença dos “humildes moradores” com suas “modestas casinhas”, ressaltando, contudo, a presença de “boas e encantadoras residências”. Assim, relata: “é um lugar de aspecto alegre. O grande número de modestas casinhas, atestando os seus humildes moradores, mostram, por si só, a vida do bairro. É verdade, todavia, que já há boas e encantadoras residências” (SANHUDO, 1975, p. 112).

As imagens abaixo ilustram o que seria a paisagem da Colônia Africana e da Bacia do Mont’Serrat na primeira metade do século XX. A primeira imagem retrata um chalet da Colônia Africana em 1910 e a segunda, uma construção semelhante observada em saída de campo no início de 2015.



**Figura 59: Chalet na Colônia Africana em 1910**  
Fonte: Acervo Jayme Moreira da Silva  
(SANTOS I, 2010a, p. 12)



**Figura 58: Casa de madeira na Rua Anita Garibaldi (Bairro Mont’Serrat), em 2015.**  
Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo 23/01/2015



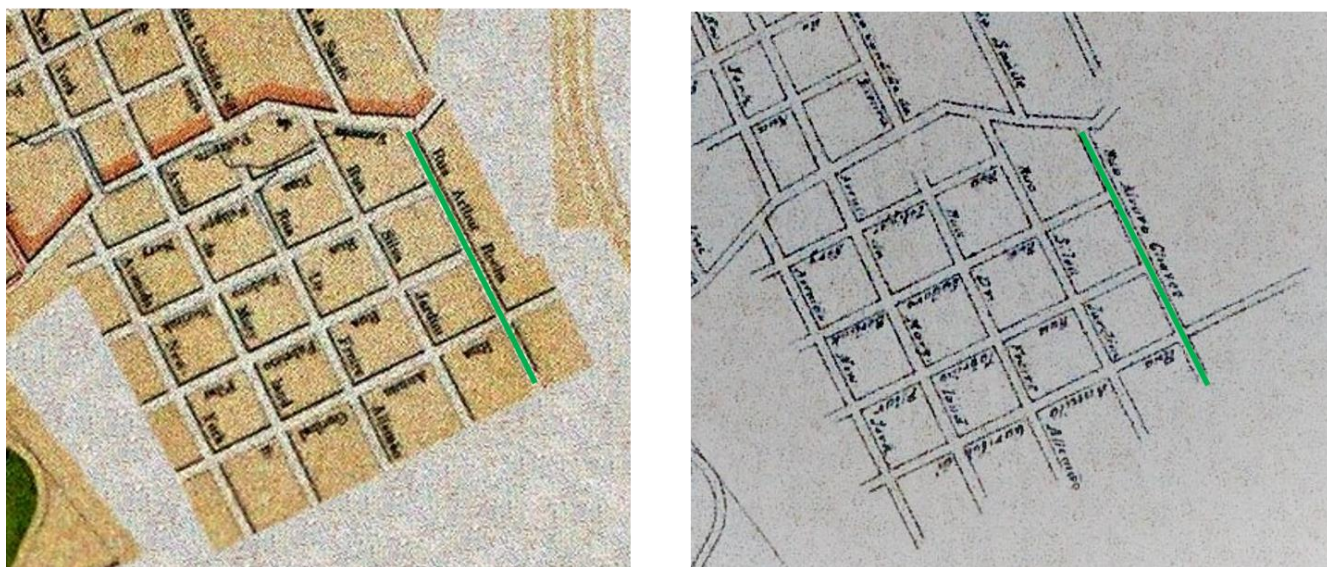
O território negro Bacia do Mont'Serrat ao qual nos referimos já não existe mais, devido, em boa medida, a grande transformação do bairro nas últimas décadas. Mas ainda há uma presença negra que resiste a vertiginosa verticalização e elitização do bairro. Na atualidade o bairro é um dos mais "nobres" da cidade de Porto Alegre. Um dado que chama a atenção e que ressalta a drástica transformação e elitização do bairro é o rendimento médio dos responsáveis por domicílio ser de 12,50 salários mínimos, segundo dados do Observa Poa.

#### 3.2.4.1. Rua Arthur Rocha

Segundo o cronista Sanhudo, a Rua Arthur Rocha fora o primeiro espaço a ser ocupado na região que hoje conhecemos como bairro Mont'Serrat. Contudo, nessa época ela ainda se chamaria Rua Álvaro Chaves, descrita pelo cronista como "valões" indicando a precariedade de infraestrutura do espaço, relacionadas a declividade e a acumulação de umidade. Essa primeira ocupação teria ocorrido ainda antes de 1910, data considerada como início da ocupação do bairro. Segundo o autor

O bairro, ou melhor, o arraial, começou realmente com a construção da igreja de Nossa Senhora da Auxiliadora, aí pelo ano de 1910 [...]. Mas é verdade que antes disso já havia moradores aí nesses valões da antiga rua Álvaro Chaves, hoje Arthur Rocha (SANHUDO, 1975, p. 111).

Apesar disso, a área do que conhecemos como bairro Mont'Serrat só vai aparecer pela primeira vez num mapa em 1916. Nesse mapa, a Rua Arthur Rocha é o limite leste do bairro (figura 60-a). Mas o que chama a atenção é que em outro mapa, também de 1916, a Rua Arthur Rocha ainda aparece com o seu antigo nome: Rua Álvaro Chaves (figura 60-b), confirmando a citação de Sanhudo sobre esta ser a antiga nomenclatura desta via. Assim, temos dois mapas de 1916, um oficial (colorido) com a via já denominada Arthur Rocha, e outro preto e branco, talvez um mapa base da versão final, no qual a via ainda está denominada Rua Álvaro Chaves (figuras 60a e 60b).



**Figura 60: a. Rua Arthur Rocha – Mapa 1916 (colorido) e b. Rua Álvaro Chaves – Mapa 1916 (preto e branco).**

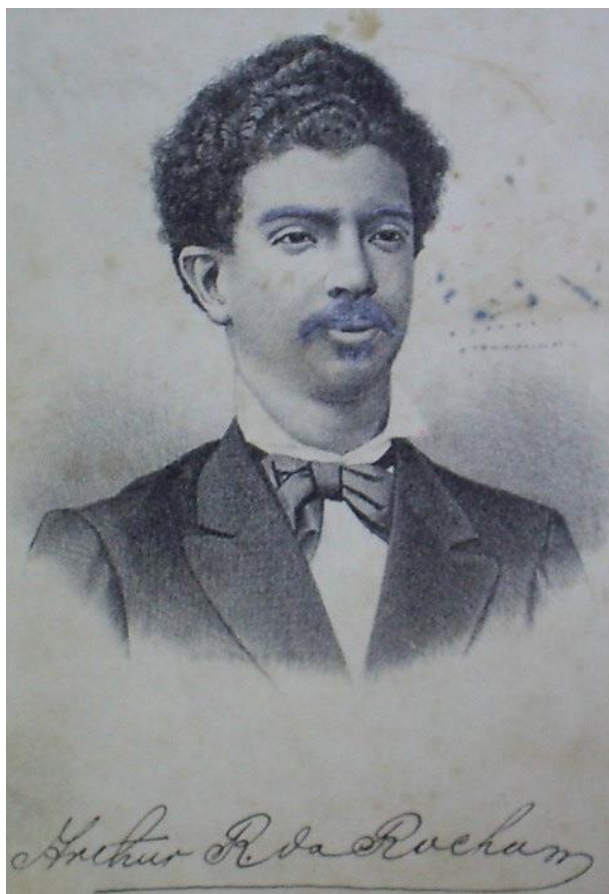
Fonte: Marcação de Daniele Machado Vieira sobre Mapa de Porto Alegre, 1916 (IHGRGS, 2005)

O historiador Sérgio da Costa Franco, faz construção semelhante a nossa, analisando a evolução da via nos mapas da cidade, confirmando a informação de que este logradouro “homenageia o poeta, dramaturgo e jornalista Artur Rodrigues da Rocha, nascido e falecido em Rio Grande (1859-1888)” (2006, p. 41). Essa via seria só mais um dos muitos espaços da cidade que imortalizaram intelectuais, não fosse o fato de Arthur Rocha ser um intelectual negro, gaúcho; e do bairro Mont’Serrat, inicialmente, ter se caracterizado pela marcante presença negra. Nesse contexto, a informação de Franco se torna extremamente valiosa, pois confirma a nossa premissa de que aquela que fora a primeira via do Arraial do Mont’Serrat, território negro reconhecido como “Bacia do Mont’Serrat”, tem sua denominação relacionada a uma importante figura negra da época: o dramaturgo riograndino Arthur Rodrigues da Rocha ou simplesmente Arthur Rocha.

Franco não faz nenhuma menção ao fato de Arthur Rocha ser negro, quiçá por desconhecimento, o que faria essa via passar despercebida por nós. Isso só não ocorreu porque o dramaturgo negro é citado no artigo que trata das comemorações de liberdade da comunidade negra em Porto Alegre escrito por Zubaran (2008, p. 177).

Não sabemos o motivo da alteração da nomenclatura do logradouro de Álvaro Chaves para Arthur Rocha, mas poderíamos especular que fora uma solicitação da comunidade negra residente no local ou uma referência a ela, como no caso do Parque da Redenção. Fato é que faz todo sentido que este logradouro, inicialmente

ocupado pela população negra, tenha sido denominado Arthur Rocha, visto que era comum, e ainda é, legar aos espaços denominações relacionadas a personagens marcantes para determinado grupo.



**Figura 61: Dramaturgo negro Arthur Rodrigues da Rocha**

Fonte: Isabel Silveira dos Santos (2009, p. 49)

Arthur Rodrigues da Rocha, ou simplesmente Arthur Rocha, como se auto-denominava era um intelectual negro cultuado pela comunidade negra portoalegrense no final do século XIX e início do século XX. Nascido na cidade de Rio Grande, aos 13 anos já residia em Porto Alegre. Apesar da sua curta existência (1859-1888) este poliintelectual – dramaturgo, ator, jornalista, contista, ativista político – produziu 14 peças teatrais (entre 1875 e 1884), estando sete delas publicadas em três volumes intitulados “Teatro de Arthur Rocha” (SANTOS IS, 2009, p. 56).

Reverenciado pela comunidade negra, Arthur Rocha, já falecido, tinha suas peças encenadas como parte das comemorações de liberdade ocorridas nas datas de 28 de setembro e 13 de maio, nos primeiros anos do século XX (ZUBARAN,

2008). O convite abaixo, publicado no jornal “O Exemplo”, evidencia a encenação da peça “A Filha da Escrava” nas comemorações do 28 de setembro de 1904, ocorridas na Sociedade Floresta Aurora. Na celebração do 13 de maio deste mesmo ano, fora encenada a peça “O Filho Bastardo”, também do autor.



**Figura 62: Anúncio-convite para as comemorações do 28 de Setembro de 1904.**  
 Fonte: Acervo on-line coleções jornal “O Exemplo” - <http://afro.culturadigital.br/>

Isabel Silveira dos Santos, pesquisadora da obra de Arthur Rocha, identifica uma narrativa pedagógica nas peças do autor, destacando a presença do discurso abolicionista; a valorização da instrução, do letramento e do trabalho, produzindo desta forma outros significados do que significava ser negro:

Arthur Rocha pedagogicamente produz significados alternativos sobre o que significava ser negro(a), pardo(a), ao construir, nas suas narrativas teatrais, **personagens negras cultas, elegantes e bem sucedidas**, como é o caso dos personagens José e Sérvulo naquela época, constituindo exemplos que poderiam ser seguidos pela comunidade negra (SANTOS IS, 2010, p. 13, **grifo meu**).

Parte do distinto grupo de intelectuais negros livres do final do século XIX, Arthur Rocha fora elevado, merecidamente, a um lugar de destaque no panteão dos homens negros ilustres, creio que em grande medida por ser um representante da terra. É olhando a partir desse lugar de destaque a que fora alçado, que consideramos que a escolha de Arthur Rocha para aquele logradouro não fora aleatória, estivera relacionada a vontade de marcar a presença negra naquele espaço a partir de um de seus ícones.



### 3.2.4.2. Sociabilidades

O Mont'Serrat era conhecido como um bairro de lavadeiras. Os antigos moradores relatam a existência de diversas bicas d'água espalhadas pelas ruas do bairro. Próximo as bicas, acumulavam-se as tinas de lavar roupas, nas quais as mulheres exerciam o ofício, passado de geração em geração.

Dona Shirlei, neta e filha de lavadeiras da Bacia do Mont'Serrat, relembra o ofício das mulheres da sua família. Além de lavadeiras, os saberes das mulheres abrangiam a costura, o cozinhar, o preparo de doces.

Na rua Fabrício Pilar tinha uma bica d'água. Ali onde hoje tem uma casa de religião tinha uma bica e tinha umas trinta, quarenta tinas para lavar roupa. O Mont'Serrat era um bairro de lavadeiras e as mulheres da minha família exerciam o ofício. Tínhamos também tias costureiras e cozinheiras, especialistas em doces: de côco, de batata, quindim, fios de ovos. Eram trouxas e mais trouxas de roupa, tudo anotado pela mãe em cadernos velhos, sobras do ano letivo dos filhos, com aquelas garatujas de mulher pouco letrada. Ela tomava nota de tudo que recebia por semana, da quantidade de sabão enviada pelas patroas, o estoque de anil, as datas dos pagamentos. [...] (SANTOS I, 2010a, p. 110).

A entrevistada, que ainda hoje reside no bairro Mont'Serrat, detalha a técnica de lavagem que cresceu vendo sua mãe e sua avó fazerem diariamente:

Para a lavagem da roupa não havia detergente ou sabão em pó, só era usado o sabão grosso, em barra, que a mãe cortava com a faca [...]. Depois de separadas roupas brancas e roupas de cor, as peças eram fervidas e ensaboadas numa tina de madeira cheia de água. [...]. As peças todas eram bem esfregadas [...] e então as peças brancas iam para o quaradouro. Passavam umas horas descansando ao sol para clarear, enquanto eram borrifadas com água.

Os quaradouros eram quadrados de madeira feitos com pauzinhos. Dentro do quadrado tinha grama ou areia grossa, tábuas ou pedras, para as roupas não tocarem o chão. Depois de quaradas as peças eram levadas à outra tina, enxaguadas e torcidas até a água ficar limpa e cristalina, também sem cheiro de sabão (SANTOS I, 2010a, pp. 110-111).

Apesar de conhecer minuciosamente o processo de lavagem de roupas, Dona Shirley não se tornou lavadeira. Não herdou a profissão passada de geração em geração. Ela relata que, intencionalmente, sua mãe não a ensinou o ofício das mulheres da família, pois ela iria estudar! A busca pela cidadania, emancipação e ascensão social através da escolarização/educação formal é uma constante nas narrativas de diversas famílias negras.

**A mãe não me ensinou nada disso**, eu aprendi vendo, ouvindo, acompanhando e até lavando peças pequenas [...]. A vó ensinou as lições do ofício para a mãe que seria lavadeira, como ela. **Eu ia bem na escola**,

**tinha esperança de futuro**, jeito para professora, para advogada. A mãe sabia (SANTOS I, 2010a, p. 111, **grifo meu**).

Este relato é importante, pois narra a ruptura do ofício manual herdado dos antecessores. Destaco aqui o ofício manual, não no sentido de desvalorizá-lo, porque sim, estes são saberes, visto que não são todas que sabem lavar, cozinhar, costurar; mas no sentido que marcar que este é o tipo de trabalho que, desde a época da escravização, continua sendo relegado a nós, negros. E não é que não sejamos capazes de desenvolver atividades "intelectuais", como a docência ou a advocacia, mas faltam oportunidades ou mesmo perspectiva.

Com as transformações ocorridas no bairro, as bicas, assim como as lavadeiras foram desaparecendo. Mas ainda é possível encontrar um remanescente na Rua Carlos Trein Filho, nas proximidades da Av. Plínio Brasil Milano. Em frente a uma antiga e bem conservada casa de madeira, uma bica resiste; rugosamente, destoa, junto com a casa de madeira, da paisagem ao seu redor.



**Figura 63: Bica d'água na Bacia do Mont'Serrat**

Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo 23/01/2015.

### 3.2.4.3. Religiosidades

As drásticas transformações ocorridas no bairro nas últimas décadas tiveram um grande impacto sobre os moradores negros e suas práticas. O desaparecimento das casas de religião foi uma delas. A grande presença de casas de religião de matriz africana é uma característica sempre destacada nas narrativas sobre as áreas que estamos chamando de territórios negros. O Mont'Serrat não foge à regra, sendo referenciado como lugar de batuqueiro forte.

A antropóloga Jacqueline Britto Pólvora que teve sua pesquisa situada na casa de Mãe Laudelina do Bará, já nos anos 1990, época da pesquisa, retrata o processo de transformação pelo qual passara o Mont'Serrat:

Atualmente, o Mont'Serrat, bem como os arredores que compunham a Colônia Africana, é um misto de populações divididas entre carros importados e casas velhas de madeira, comidas por cupins. Entre os negros que resistiram à selvageria dos interesses imobiliários encontra-se Mãe Laudelina do Bará, 81 anos, dos quais 53 como Mãe de Santo, cultuando a tradição que em Porto Alegre é conhecida como *lado de oió* (PÓLVORA, 1996, p. 164, *grifo da autora*).

Mãe Laudelina do Bará, antiga mãe de santo da Bacia do Mont'Serrat, com casa de religião situada na Rua Freire Alemão. Mãe Laudelina, compõe a terceira geração de uma família de santo<sup>20</sup> da Bacia do Mont'Serrat. Se pai de santo, Joãozinho do Bará, é constante referenciado como uma importante figura do batuque do Rio Grande do Sul. É neste sentido que Pólvora afirma que

O Mont'Serrat também passa a ser território importante para os batuqueiros quando estes se referem ao bairro *como lugar de batuqueiro forte*, uma menção as antigas casas de religião [de matriz africana] que por lá existiram. A própria família de Santo de Mãe Laudelina do Bará (sua Mãe e avô de Santo) foram moradores do Mont'Serrat (1996, p. 165).

Engana-se quem pensa que a casa de mãe Laudelina do Bará era uma exceção. Além desta, existiram muitas outras casas de religião no bairro. Tal afirmação está presente não apenas na pesquisa de Polvóra, mas também na de Rech e nas narrativas do livro de memórias Colonos e Quilombolas.

Muitas outras casas de religião existiram nesse território, e pode-se dizer que atualmente são poucas as que restam, já que muitos moradores foram reterritorializados para bairros mais novos e/ou para pequenas cidades que compõem a região metropolitana [...] (PÓLVORA, 1996, p. 165).

---

<sup>20</sup> Família de Santo, casa de religião, batuque (diferenciar da Umbanda): explicar o que é cada um.

A grande quantidade de terreiros no bairro e sua ligação com nomes importantes do batuque no Estado são pontos constantes nas narrativas sobre a Bacia do Mont'Serrat. Uma das narrativas colhidas pela Irene Santos revela a presença de sete casas de religião em uma única rua da Bacia do Mont'Serrat, sendo uma delas a casa de Joãozinho do Bará, iniciador de mãe Laudelina. “Na Rua Comendador Rheingantz havia sete casas de religião, de orixás fortes. Na frente da casa dos meus pais morava o Pai Joãozinho do Bará, muito conhecido na cidade” (SANTOS I, 2010a, p. 116). Agora é feita menção à Bacia como lugar de orixás fortes, antes já referida como lugar de batuqueiros fortes. Na prática tem o mesmo sentido, porque o orixá é o dono da cabeça do batuqueiro.

As entrevistas feitas por Tiago Bassani Rech apontam outras casas de religião e suas localizações dentro da Bacia do Mont'Serrat (2012). Seu João, nascido na Colônia Africana no final da década de 1940, relata que frequentava batuques no Mont'Serrat, ratificando a existência de diversas casas de religião e indicando a localização de algumas delas nas ruas Pedro Ivo, Tito Lívio Zambecari, Comendador Rheingantz e Felipe Neri.

Então a gente dizia: Ah! **Vamos lá na bacia, que era o Mont'Serrat**, que era junto com o Rio Branco. Mas **ali tinha várias casas**. Tinha o Joãozinho do Bará. Eu cansei de ir em batuque nas festas dele lá, né. Tinha **a Antonieta** também **lá em cima na Pedro Ivo**. Quem tocava para ela era a Evinha de Xangô, falecida [...] [...] tinha **o seu Manoel** que era do Xapanã **lá em cima na Tito Lívio**. [...] tinha **na Felipe Nery. O Joãozinho era da Reinghantz** (entrevista seu João *apud* RECH, 2012, p. 40-41, **grifo meu**)

Outro entrevistado de Rech, Pai Luiz Antônio de Xangô, atualmente com terreiro na Rua Barão do Amazonas, também faz referência a Mãe Laudelina do Bará, nesta época já falecida, relatando que seu primeiro contato com a religião de matriz africana foi aos 12 anos de idade, na casa desta mãe de santo (2012, p. 108).

Mas a religiosidade dos negros da Bacia do Mont'Serrat não ficava restrita aos cultos afro-brasileiros, sendo bem comum a opção pelo catolicismo, talvez por ser melhor aceito socialmente. Contudo, o fato de seguir o catolicismo não impedia o respeito e, quando necessário, a visita a um terreiro. “Meus pais eram católicos e frequentávamos as Casas de Batuque quando era preciso, por motivo de alguma doença” (SANTOS I, 2010a, p. 116).

Pólvora ressalta que é bastante comum a relação do batuque com o catolicismo. Aqui em Porto Alegre, principalmente nas comemorações à Nossa



Senhora dos Navegantes e à São Jorge, que são entendidos como a versão católica dos orixás Iemanjá e Ogum.

Ainda hoje, andando pelas ruas do bairro é possível encontrar casas de religião que são desta época. Uma delas é a Sociedade Espírita de Umbanda Jandira Miriam, fundada na década de 1950, situada na Rua Mariland.



**Figura 64: Sociedade Espírita de Umbanda Jandira Mirim – Fundação 03/11/1953.**  
Fonte: Daniele Machado Vieira. Trabalho de Campo 23/01/2015.

#### 3.2.4.4. Salões de Baile

A diversão dos negros da Bacia do Mont'Serrat ficava por conta dos Salões de Baile, nos quais aconteciam festas frequentes. Havia três salões de baile: o Salão do Natal, o Salão do Licurgo e o Salão do Bioga.

O Salão do Natal era comandado por Orfelina Martins Bento, popularmente conhecida como Dona Negrinha (SANTOS I, 2010a, p. 96). Natural de Montenegro, ela passou a residir no Mont'Serrat no início dos anos 1930. Localizado na Rua

Pedro Chaves Barcelos, nº 182, ficava nas proximidades da Av. Plínio Brasil Milano. Osvaldo Ferreira dos Reis, advogado e pesquisador da Porto Alegre Negra (para parafrasear a Profª Petronilha) nos conta que “no mesmo local onde era o salão e a casa de Dona Negrinha ainda residem seus netos com suas famílias, preservando a memória de seus antepassados” (SANTOS I, 2010a, p. 96). Já o Salão do Licurgo ficava na própria Av. Plínio Brasil Milano, ao lado da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora (idem, p. 96).

#### 4. DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO

O quadro e a imagem abaixo são uma síntese do processo de deslocamento dos territórios negros no espaço urbano da cidade de Porto Alegre (figuras 65 e 66). Verificou-se que os momentos em que ocorreram o deslocamento dos territórios negros dentro da cidade estão relacionados a momentos de ruptura. Esses momentos de ruptura marcam o início de uma nova fase do espaço urbano.

A cada momento de existência dos territórios negros, corresponde uma localização dentro da cidade e conseqüentemente, um período temporal (figura 66). Os períodos temporais delimitam as diferentes fases do urbano. Cada fase do espaço urbano está relacionada a um contexto de cidade, com uma série de características próprias, correspondendo a um período de tempo. As fases do espaço urbano são demarcadas por um evento, que provoca uma ruptura, dando início a uma outra fase.

São três os momentos de localização dos territórios negros dentro do espaço urbano: 1º momento: Centro (meados do século XVIII – final século XIX), 2º momento: entorno do Centro (final do século XIX – 1960/70) e 3º momento: periferia (anos 1940/70 em diante).

##### 4.1. 1º MOMENTO: TERRITORIALIDADES NEGRAS NO CENTRO

Num primeiro momento os territórios negros estavam concentrados no espaço central ou nas suas bordas. Isso ocorre durante o período colonial, que vai desde fundação da cidade (meados de 1700) até o final do século XIX (+-1890).

Este primeiro momento se caracteriza pela existência de diversos tipos de territorialidades negras, não necessariamente articuladas entre si, concentradas no espaço central, representadas no mapa das “Territorialidades negras em Porto Alegre - século XIX” (figura 33). Nesta época, as territorialidades negras caracterizam-se pelas negras minas quitandeiras, pelos ervateiros, pelos diversos batuques, pela Irmandade do Rosário e suas atividades, pelos trabalhadores que exerciam ofícios diversos, essenciais ao funcionamento da cidade.

DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO E FASES DO URBANO								
Fases TN	LOCALIZAÇÃO TN	FASE URBANO	PERÍODO TEMPORAL	CARACTERÍSTICAS	EVENTOS	RUPTURA	MECANISMOS DE DESLOCAMENTOS	AGENTES – Produção do Urbano
1º MOMENTO TN: concentração Centro	Centro e suas bordas	Cidade Colonial	Meados séc. XVIII – Final Séc. XIX	<ul style="list-style-type: none"> <li>Compartilhamento do espaço</li> <li>Arquitetura colonial</li> <li>Urbanização incipiente</li> <li>Estruturação dos territórios negros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abolição (1888)</li> <li>República (1889)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Abolição (1888)</li> <li>República (1889)</li> <li>1ª modernização (serviços básicos)</li> </ul>	Alteração nas relações sociais <ol style="list-style-type: none"> <li>Abolição</li> <li>República (ideário de modernidade – separação de classes)</li> </ol>	-
2º MOMENTO TERRITÓRIOS NEGROS: Consolidação TN entorno Centro – arco negro	Entorno do Centro e Centro (transição)	Inauguração da Modernidade Urbana	1897 – 1923	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorias dos Serviços Básicos</li> <li>Modernizações restritas ao perímetro central</li> <li>Empréstimos</li> <li>Aumento impostos</li> <li>Desejo de embelezamento do Centro</li> <li>Consolidação dos TN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação dos territórios negros</li> <li>Ideário de modernidade</li> <li>Rechaço ao passado colonial – atraso</li> </ul>	Bota-abixo e remodelação do Centro <ol style="list-style-type: none"> <li>Demolição de becos</li> <li>Abertura e alargamento de avenidas</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Impostos</li> <li>Novas regras de construções</li> <li>Taxação dos cortiços</li> </ol>	Intendência:  José Montaury de Aguiar Leitão (1897 – 1924)
	Entorno do Centro	Bota-abixo e Remodelação Centro	1924 – 1937	<ul style="list-style-type: none"> <li>Demolições de becos (eliminação, extinção)</li> <li>Abertura e alargamento de vias</li> <li>Transformações restritas ao perímetro central</li> <li>Empréstimos</li> <li>Modernização da “sala de visitas” – o Centro               <ul style="list-style-type: none"> <li>Grandes avenidas</li> <li>Viaduto Otávio Rocha</li> </ul> </li> </ul>		Obras entorno Centro <ol style="list-style-type: none"> <li>Urbanização Eixo Sul               <ol style="list-style-type: none"> <li>Desvio e canalização do Arroio Dilúvio</li> <li>Aterro Orla Praia de Belas</li> </ol> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Demolições</li> <li>Atualização padrões construções (novo código 1926)</li> </ol>	Intendência:  1º Otávio Rocha (1924 – 1928)  2º Alberto Bins (1928 – 1937)

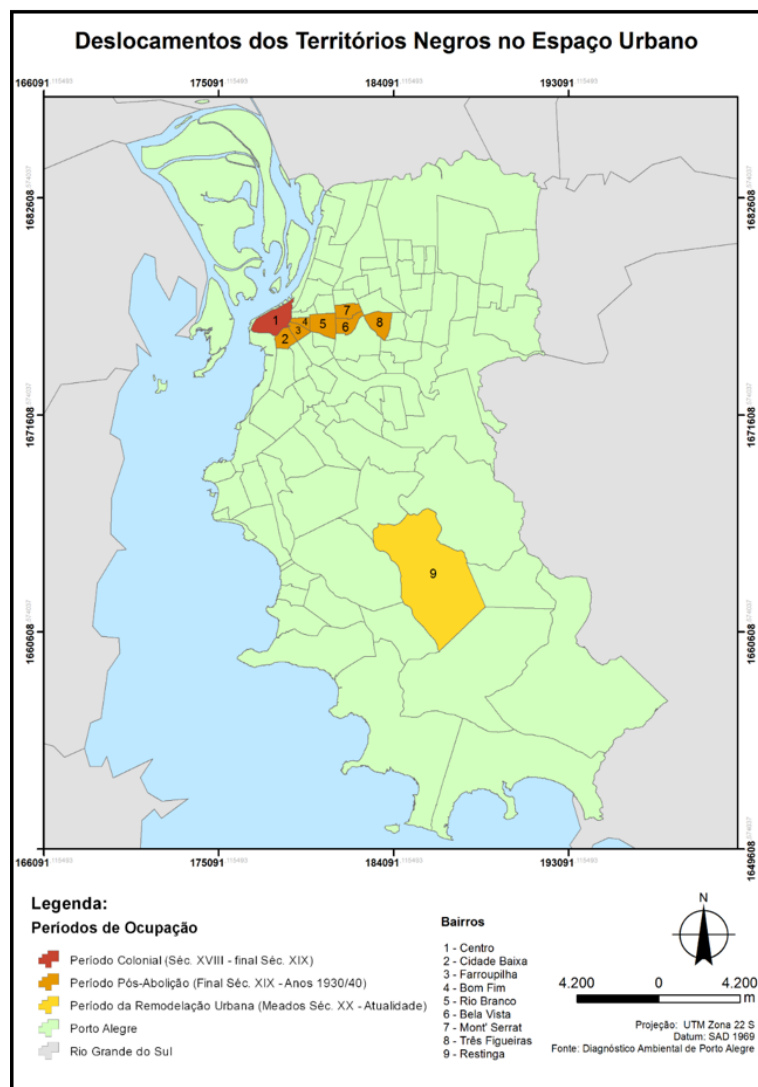


3º MOMENTO TERRITÓRIOS NEGROS: Periferização	Entorno do Centro	Urbanização dos Arrabaldes	1941 – 1970	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Extensas obras de saneamento e urbanização eixo sul</li> <li>2. Retificação e canalização Arroio Dilúvio</li> <li>3. Aterro da Orla da Praia de Belas</li> <li>4. Incorporação antigas margens Arroio Dilúvio ao tecido urbano (TN: Areal Baronesa e Ilhota)</li> <li>5. Desmantelamento TN</li> </ol>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmantelamento TN</li> <li>• Periferização: construção de grandes conjuntos habitacionais na longínqua periferia.</li> </ul>	-	<p>Urbanização da Ilhota e do Areal da Baronesa</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Remoções Ilhota</li> <li>• Aumento de impostos</li> <li>• Mercantilização do solo</li> </ul>	<p>Intendência:</p> <p>Loureiro da Silva (1937 – 1943)</p>
---	-------------------	----------------------------	-------------	--	--	---	---	--

**Figura 65: Quadro com a síntese dos três momentos dos territórios negros no espaço urbano**

Fonte: Elaboração Daniele Machado Vieira

## DESLOCAMENTO DOS TERRITÓRIOS NEGROS NO ESPAÇO URBANO PORTO ALEGRE – SÉCULO XIX A 1970



### 1º momento

- Localização: espaço central;
- Período Colonial (séc. XVIII – final séc. XIX);
- Ruptura: Abolição, República e início da modernização da área central – arrumando a "sala de visitas" (BAKOS, 1994).

### 2º momento

- Localização: entorno do espaço central; cinturão negro ao redor do Centro (PESAVENTO, 1995);
- Período do Pós-abolição (final séc. XIX – 1930/40);
- Ruptura: grandes obras de remodelação do espaço central: bota-abaixo e desfiguração da cidade colonial.

### 3º momento

- Localização: periferação das camadas de baixa renda;
- Período: 1940-1970 (meados séc. XX);
- Ruptura: urbanização do entorno da área central, grandes obras de remodelação urbana (canalização Dilúvio, Perimetral, Aterro Praia de Belas).

**Figura 66: Síntese do Deslocamento dos Territórios Negros no Espaço Urbano de Porto Alegre – século XIX até 1970**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira

Identificamos neste período, um momento de estruturação da população negra, que culminou com a criação de diversas instituições negras, principalmente entre a última década do século XIX e primeiras décadas do século XX. Neste período, foi identificada a criação de 72 entidades negras (MÜLLER, 2009). Entende-se como entidade negra, aquela que foi criada por negros e que tinha entre seus fins, objetivos relacionados a população negra. Entre estas instituições podemos citar algumas que, além de vida longa, tiveram grande reconhecimento: Irmandade do Rosário (1786 – início século XX), Sociedade Floresta Aurora (1872 – atualidade), jornal “O Exemplo” (1892 – 1930).

Este primeiro momento dos territórios negros dentro do espaço urbano está relacionado a fase do urbano denominada, neste trabalho, cidade colonial, cujas características são a utilização do mesmo espaço urbano pelas diversas camadas sociais e raciais (todos concentrados no Centro, apesar de já haverem espaços ocupados de acordo com a camada social, com a Fonte dos Pobres, na Rua do Arvoredo, indicando quem morava ali), a fisionomia colonial (tanto das construções, quanto do traçado da cidade) e a urbanização incipiente.

No final do século XIX ocorre a abolição da escravidão (1888) e, no ano seguinte, a proclamação da República (1889). Esses eventos geram uma ruptura na organização do espaço urbano, pois provocam uma reorganização política e social, que incide também no espaço. Neste momento de transição, tem início uma política de modernização do espaço central, com a modernização dos serviços básicos (água, esgotos, transportes e iluminação). Esta política de modernização do núcleo urbano principal, o Centro, é uma espécie de arrumação da “sala de visitas”, forma como os políticos se referiam aquele espaço à época (BAKOS, 1994).

Neste contexto, há um grande deslocamento da população empobrecida, em sua maioria negra, para o entorno do espaço central, dando origem, num primeiro momento, aos arraiais Areal da Baronesa (década de 1880) e Colônia Africana (década de 1880), os quais já aparecem no mapa oficial da cidade, de 1888 (figura 67).







Os mecanismos que impeliram a saída de parte da população negra e pobre do núcleo central em direção aos arraiais, áreas de características semi-rurais localizadas nas cercanias da cidade, foram as alterações nas relações sociais decorrentes da nova ordem social e política do final do século XIX, com uma política deliberativa de separação das classes sociais no espaço. Um dos mecanismos utilizados neste contexto é a maior taxação de impostos sobre os cortiços, moradias populares.

#### 4.2. 2º MOMENTO: ARCO NEGRO AO REDOR DO CENTRO

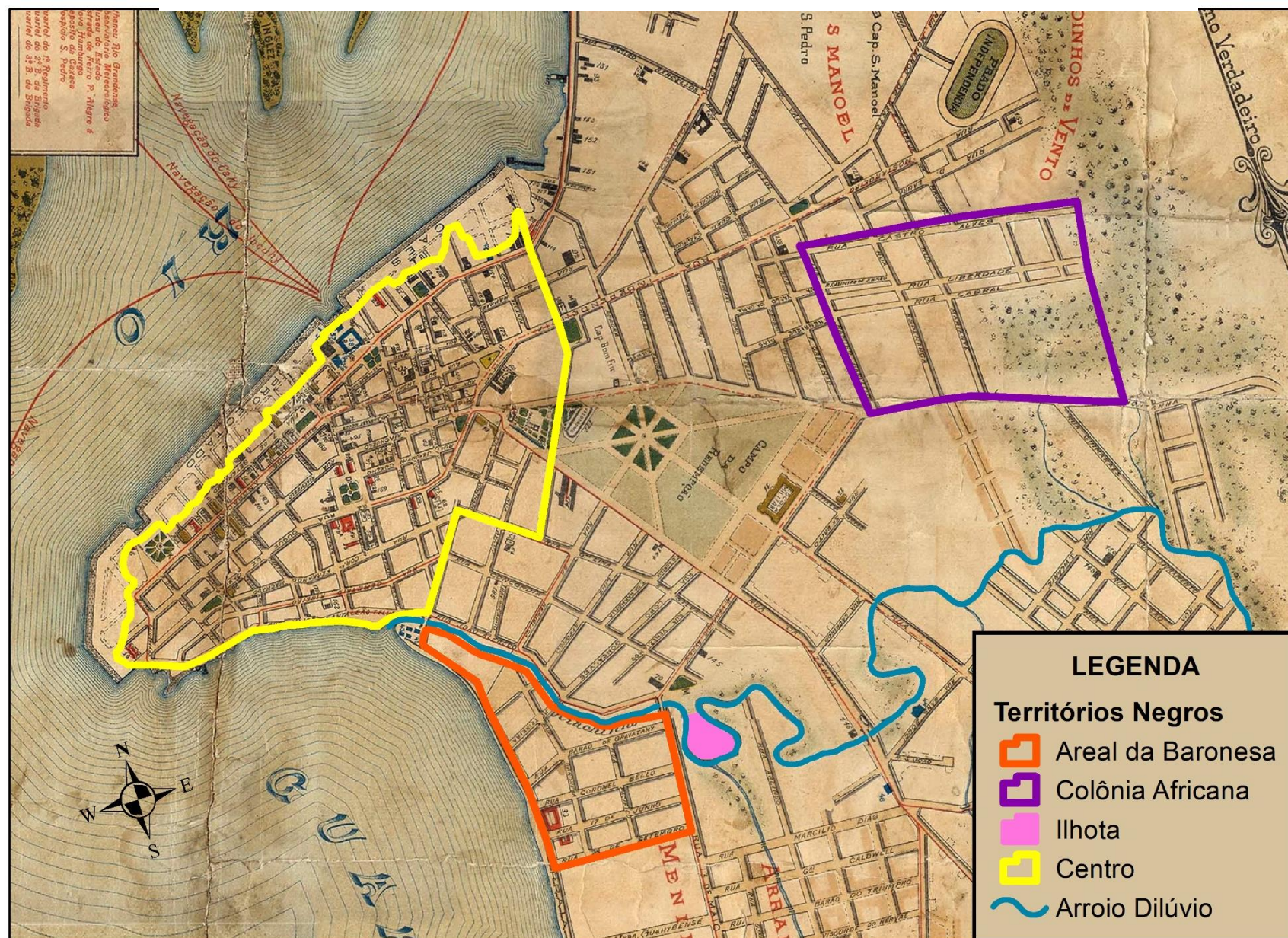
Neste segundo momento, compreendido entre o final do século XIX e os anos 1940, os territórios negros estão localizados no entorno do espaço central. Suas localizações, a sul e a leste, formam uma espécie de arco negro ao redor do Centro (figura 68), aquilo que a historiadora Sandra Pesavento chamou de cinturão negro (1995, p. 84).

Na virada do século XIX para o século XX, já existem dois territórios negros – o Areal da Baronesa e a Colônia Africana – localizados no entorno do espaço central, ambos com diversas ruas traçadas no mapa de 1906 (figura 68). Na primeira década do século XX irão surgir outros dois arraiais negros: a Ilhota (1905), contígua ao Areal da Baronesa, e a Bacia do Mont’Serrat (1910), considerada uma espécie de segunda fase da Colônia Africana, conforme pode ser visualizado no mapa de 1916 (figura 69). Esta é a primeira vez que todos os territórios negros aparecem traçados no mapa da cidade.

Verifica-se nesta fase um processo de consolidação dos territórios negros, aqui entendidos como os quatro núcleos habitacionais principais: Areal da Baronesa, Ilhota, Colônia Africana e Bacia do Mont’Serrat. Estes territórios caracterizam-se pela relevante presença de famílias negras e pelas práticas culturais ligadas ao seu passado africano, como o batuque, e aos ofícios aprendidos com seus antepassados, como a lavagem de roupas, a quituteria.



## MAPA TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE – 1906

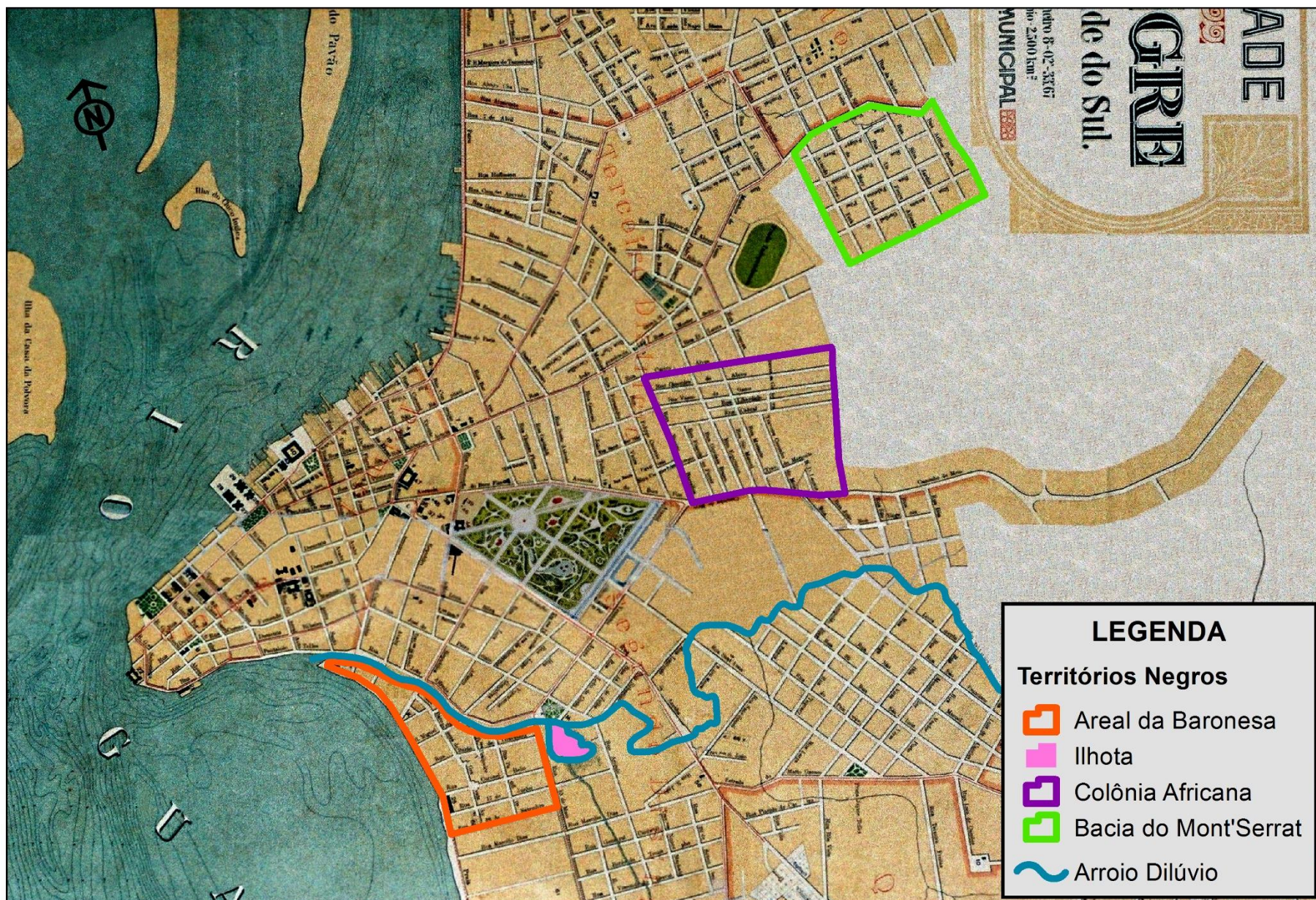


**Figura 68: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre – 1906**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre o Mapa de Porto Alegre de 1906 (IHGRGS, 2005)



## MAPA DOS TERRITÓRIOS NEGROS EM PORTO ALEGRE - 1916



**Figura 69: Mapa dos territórios negros, Porto Alegre – 1916**

Fonte: Elaboração de Daniele Machado Vieira sobre o Mapa de Porto Alegre de 1916 (IHGRGS, 2005)



Este segundo momento dos territórios negros no espaço urbano está relacionado, de um modo geral, ao período do pós-abolição, que vai dos anos seguintes à abolição da escravidão (1888) até a década de 1930/40. No contexto da cidade de Porto Alegre, este período compreende duas fases do urbano, uma relacionada a gestão do intendente José Montaury (1897–1924) e outra relacionada aos 13 anos seguintes, marcados pelos mandatos de Otávio Rocha (1924–1928) e Alberto Bins (1928–1937).

A fase do urbano relacionada ao mandato de José Montaury caracteriza-se pelo início do processo de modernização, sendo por isso aqui denominada de “inauguração da modernidade urbana” (KERSTING, 1998). As características desta fase do urbano são a melhoria dos serviços básicos, estando estas benfeitorias restritas ao perímetro central, espaço alvo do processo de embelezamento. A realização destas melhorias implicou na realização de empréstimos e no aumento de impostos.

Este é um momento de transição em que, devido a uma série de medidas, a população negra passa a deslocar seus locais de habitação para os arraiais imediatos ao espaço central, buscando manter a proximidade do trabalho em geral localizado no Centro. Os mecanismos identificados como impulsionadores do deslocamento da população pobre e negra foram o aumento de impostos na zona urbana, nesta época, o perímetro central, as novas regras para construções (que proibia casas de madeira e térreas, por exemplo) e a crescente taxação dos cortiços, visando extinguir estas habitações coletivas daquele espaço.

Porém, o rechaço ao passado colonial e a ideologia do progresso, fomentadores do ideário de “modernização” da cidade, não conseguiram transformar Porto Alegre na moderna capital que se desejava. Isso só irá acontecer com a eleição de Otávio Rocha à Intendência Municipal em 1924, o qual se colocará como remodelador da cidade, dando início a um processo conhecido como *bota-abaixo*, rompendo com a lenta modernização e iniciando uma nova fase do processo de transformação urbana.

Esta nova fase do espaço urbano, aqui denominada de “*bota-abaixo e remodelação urbana*” ocorrerá entre o mandato de Otávio Rocha (1924–1928) e de seu sucessor, Alberto Bins (1928–1937), o qual dará continuidade as obras. Esse período caracteriza-se por um intenso processo de remodelação do espaço central, pautado pela demolição de becos e do casario colonial – o *bota-abaixo*, que acabará

por desfigurar o Centro enquanto cidade colonial (a exemplo de outras capitais, como o Rio de Janeiro). As demolições dos becos serão para o alargamento das vias existentes ou construção de novas e largas avenidas, como a Av. Borges de Madeiros, a Av. Júlio de Castilhos e a Av. Otávio Rocha, construída sobre o antigo Beco do Rosário.



**Figura 70: Demolição do Beco do Rosário, final da década de 1920.**

Fonte: Fototeca Museu Hipólito José da Costa (KOEHLER, 2015, p. 177)

A tão desejada modernidade, relacionada em boa medida a transformação estrutural e arquitetônica do espaço, transformará o Centro num canteiro de obras permanente e soterrará boa parte do passado da cidade, sendo aplaudida por uns e criticada por outros. As críticas estão relacionadas ao desprezo pela memória presente nas feições da Porto Alegre antiga.

Além da transformação arquitetônica, as demolições resolveriam outro problema: as sociabilidades indesejadas, como os batuques e as tavernas do Beco do Poço, e os indesejáveis moradores e bodegas do Beco do Rosário. A edição de 17/01/1926 do jornal *Correio do Povo* ilustra isso:

**A demolição do antigo Beco do Poço expulsou a gentinha ali habitante** – que, afinal, devia encaixar-se em alguma parte. A mesma gentinha, entretanto, aprecia e prefere o centro da cidade: não as artérias principais –



o que, então, seria o cúmulo! – mas as transversais, que são precisamente a caterva de becos que infestam o coração da “urbs”.

Assim, e não existindo disposição municipal moralizadora alguma, **o “pessoal” afugentado procurou acomodar-se numa espécie, assim, de sucursal: o antigo Beco do Rosário.** E com o inseparável acréscimo: os tumultuários “habitués”, que formam a fina flor da capadoçagem portoalegrense.

Revela notar que **as vielas transversais vão, todas, desembocar ou nascer ou, ainda, encravar-se nas ruas principais do centro**, de movimento cotidiano forçado em todas as horas e de habitação familiar. Pois as desordens, os deboches, **todas as inconveniências revoltantes da ralé estão a atormentar pavorosamente os transeuntes e os moradores próximos do famigerado Beco do Rosário.** A coisa tem proporções: desenvolve-se da Rua Vigário José Inácio à Senhor dos Passos, quase todo o perímetro da má afamada e mal cheirosa Rua 24 de Maio.

O sarilho é constante: diária e nocturnamente. **De permeio, quitandas asquerosas ou bodegas ignóbeis a empestear a atmosfera.** E, a coroar tudo, os ajuntamentos repulsivos, quadros de miséria e de revoltas, os outros, as outras... Ora, a polícia **se não pode eliminar** aquilo, pode, ao menos, atenuá-lo um pouco.

Este é o **pedido**, não muito exigente, **de algumas famílias das imediações** e endereçado, por nosso intermédio, a quem de direito (KOEHLER, 2015, **grifo meu**).

Diante do exposto, é possível afirmar que se o aumento de impostos haviam sido um mecanismo indireto de deslocamento da população empobrecida, as demolições foram um modo direto de remover do Centro os últimos resquícios de população empobrecida, em boa parte, negra. O processo de isolamento do Centro para desfrute da burguesia, iniciado por Montaury, foi concluído por Otávio Rocha, de uma forma direta e explícita.

A ruptura desta fase do urbano ocorre o estendimento da modernização para o entorno do perímetro central. Em especial, para o eixo sul que até este momento estava a margem dos melhoramentos urbanos.

#### 4.3. 3º MOMENTO: DISPERSÃO PERIFÉRICA

Este terceiro momento se caracteriza pelo dismantelamento dos territórios negros e a dispersão de seus moradores em direção à periferia e aos municípios da região metropolitana, vizinhos a Porto Alegre. O processo de dismantelamento dos territórios negros inicia quando os melhoramentos urbanos chegam àqueles espaços.

Na Colônia Africana, área íngreme, localizada a leste do espaço central (figura 69), os melhoramentos chegaram nas décadas de 1910 e 1920. Neste momento, os impostos passam a ficar mais altos e provavelmente um novo padrão de moradia e de morador se estabelece. A população negra e com menor renda ali residente começa a migrar. Nem todos migram. Há aqueles que eram proprietários de seus terrenos e que conseguiram manterem-se mesmo com o aumento dos impostos. É o caso dos bisavós da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que permaneceram com sua residência na Rua Esperança (atual Rua Miguel Tostes), a qual foi mantida por seus descendentes até pelo menos o final do século XX (SILVA, 2010, p. 14).

Os melhoramentos urbanos demoraram mais vinte anos para chegar ao eixo sul, onde estavam localizados o Areal da Baronesa e a Ilhota. O direcionamento das atenções da Intendência para a remodelação do espaço central, o alto investimento necessário à canalização do Arroio Dilúvio e a indefinição de um projeto para o eixo sul foram os principais fatores que fizeram o eixo sul ter sua urbanização preterida. Os territórios localizados às margens do Arroio Dilúvio permaneceram um longo tempo sujeitos a constantes alagamentos e com parca urbanização, mesmo estando contíguos ao espaço central.

Antes de iniciar a urbanização do eixo sul, era necessário encontrar uma solução para o Arroio Dilúvio, que passava por dentro do bairro Cidade Baixa, isolando duas partes dele, o Areal da Baronesa e a Ilhota, da cidade (figura 69). A indefinição de projetos para esta área da cidade e a falta de verbas foram postergando as intervenções. Mas a grande enchente de 1941 (figura 71), que assolou a cidade, tornou a intervenção na área inadiável. No mesmo ano são iniciadas as obras de desvio do curso e canalização do Arroio Dilúvio, que perde o seu traçado meândrico, fazendo desaparecer o traçado da Ilhota e os limites do Areal da Baronesa do espaço da cidade.

Assim, esta terceira fase do urbano, que provoca o deslocamento dos territórios negros rumo a periferia, caracteriza-se pela urbanização dos arrabaldes localizados no entorno do espaço central. A cidade expandia-se, alargando-se sobre o seu entorno imediato, onde estavam localizados os territórios negros. Primeiramente atinge a Colônia Africana, nos anos 1920. Mas apesar disso, nos anos 1940 ainda vamos encontrar fortes indícios da existência deste território negro.

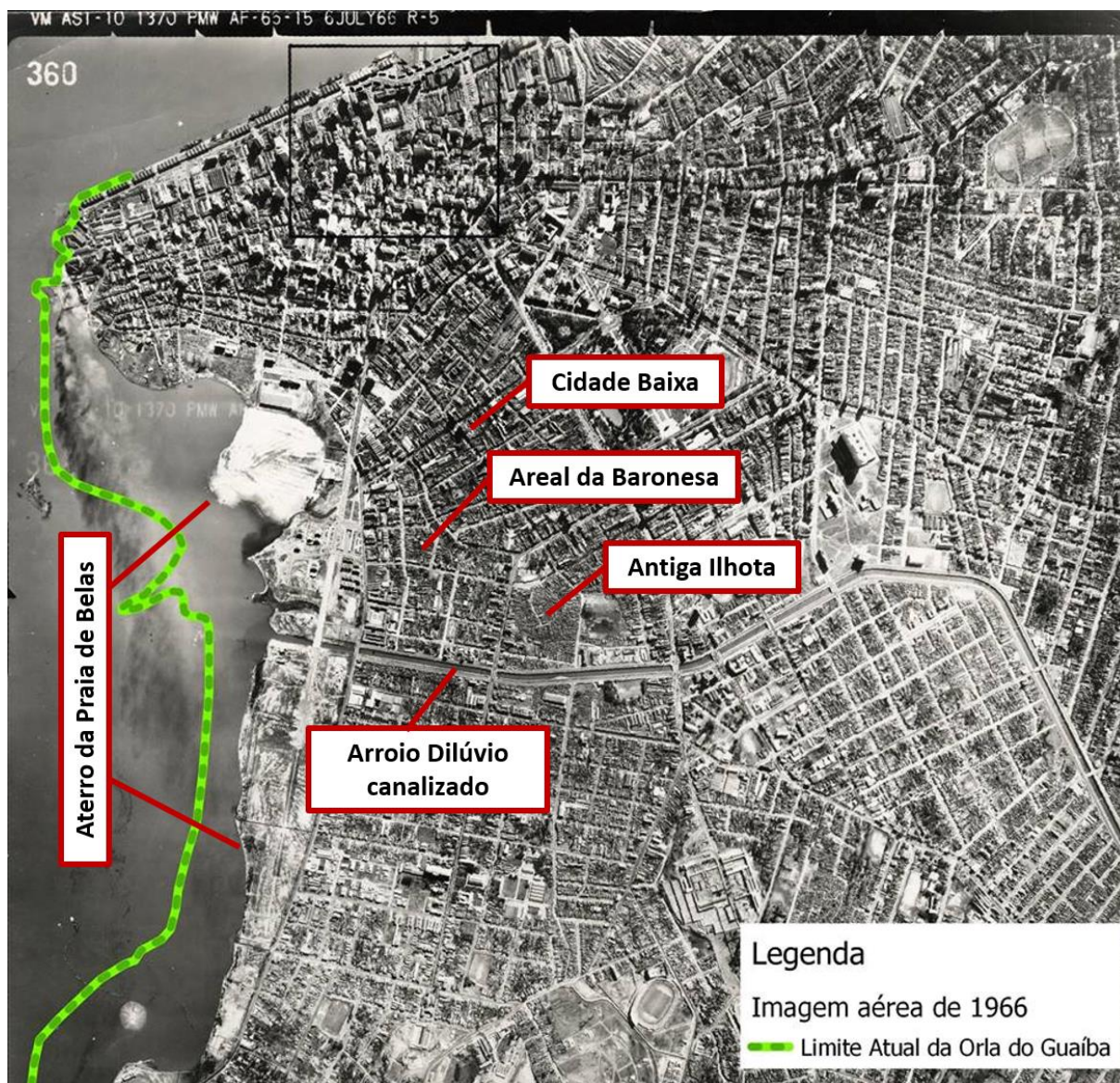
Entre os anos 1940 e 1970, as obras de urbanização do eixo sul irão atingir drasticamente os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota.



**Figura 71: Mapa da área da cidade de Porto Alegre inundada pela enchente de 1941**  
Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Viação



A urbanização do eixo sul ocorrida entre os anos 1940 e 1970 (figura 72), inicia com o saneamento do Arroio Dilúvio, em 1941, que passa a ter o seu trecho final retilíneo, deixando de passar por dentro da Cidade Baixa. Em meados dos anos 1950, tem início outra grande obra na região: o aterro da orla da Praia de Belas, que irá ampliar a cidade a oeste e distanciar as margens do Guaíba do território do Areal da Baronesa. Essas duas grandiosas obras, foram também extensas no tempo. Porém, os territórios localizados no entorno, o Areal da Baronesa e a Ilhota, não receberam nenhum tipo de tratamento urbanístico.



**Figura 72: Imagem aérea Aterro da orla da Praia de Belas, Porto Alegre – 1966**

Fonte: METROPLAN

Com o desvio do curso e a canalização do Arroio Dilúvio, os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota foram incorporados ao tecido urbano (figuras 72 e 73).



Logo, estas áreas podiam ser urbanizadas e consequentemente inseridas no processo de mercantilização do solo. No Areal da Baronesa, isso provocou a migração de muitos moradores, seja pelo aumento dos aluguéis ou pelo temor do desalojamento, principalmente por parte daqueles que alugavam peças nas muitas avenidas existentes naquele espaço. Já a Ilhota sofreu uma remoção forçada no final da década de 1960, tendo seus moradores deslocados para a Restinga, uma área localizada a 26 km do Centro da cidade e sem nenhum tipo de urbanização na época (GAMALHO, 2009). Ao final do processo de remoção da Ilhota, a imagem era de terra arrasada (figura 73). Ironicamente, o novo projeto pensado para aquele espaço chamava-se Renascença.



**Figura 73: Imagem aérea do Areal da Baronesa e da Ilhota, Porto Alegre – 1975**

Fonte: Acervo Henri. Prati Fotos Antigas

Nesta segunda metade do século XX, entre os anos 1950 e 1970, é um momento em que são construídos diversos conjuntos habitacionais na longínqua periferia (Rubem Berta, a Restinga, etc.), em sua maior parte carente de infraestrutura. Isso faz parte de uma política nacional de habitação para as camadas

de baixa renda, que requer a sua periferização. Hoje existem diversos bairros da periferia de Porto Alegre que foram formados a partir do processo de expansão da cidade e periferização urbana e que tem uma grande concentração de população negra. Alguns deles são bastante conhecidos: o Bom Jesus (a Bonja), a Restinga (a Tinga), o Partenon, a Lomba do Pinheiro, a Cruzeiro, o Rubem Berta, a Vila Maria da Conceição, entre outros.

O desvio do curso do Arroio Dilúvio alterou o mapa da cidade, fazendo desaparecer a Ilhota e incorporando este território, assim como o território do Areal da Baronesa à cidade. Apagou também do mapa, a Rua 28 de Setembro, sobre a qual foi aberta a Av. Ipiranga, construída para correr paralela ao Arroio Dilúvio.

O aterro da orla da Av. Praia de Belas ampliou o limite da cidade sobre o Guaíba, alterando profundamente o espaço físico do Areal da Baronesa, as relações e as práticas ali existentes. O Areal da Baronesa, até então um espaço de vida simples, com fortes relações de vizinhança, passa a ser cortado pela grande Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, que tomba uma parte da Rua Miguel Teixeira e da Av. João Alfredo. O Guaíba não está mais as margens, acabou a lavagem de roupa para as residências da zona central.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a fundação da cidade de Porto Alegre, a presença negra é identificável em diversas funções e espaços. Apesar disso, pouco está presente nas narrativas sobre a cidade. Vários fatores contribuem para isso, entre eles, a ausência nos registros oficiais, as remodelações do espaço ocorridas ao longo do século XX e o deslocamento dos territórios negros rumo à periferia.

Ao longo do século XIX diversas territorialidades negras compõem a vida cotidiana da cidade, nesta época localizada no Centro. Muitas delas, inclusive, são necessárias ao seu funcionamento, como as negras minas quitadeiras, os vendedores de ervas, os cangueiros (carregadores) e uma série de outros trabalhadores e trabalhadoras. Neste contexto, a religiosidade ganha destaque, seja pelos batuques e danças de pretos, seja pelas pomposas procissões da Irmandade do Rosário. Diversas são as fontes que comprovam essa significativa presença negra na constituição da cidade, havendo muitas outras à espera de pesquisas.

No final do século XIX, ocorre a formação dos primeiros territórios negros no entorno do espaço central: o Areal da Baronesa e Colônia Africana. Estes territórios localizavam-se em dois eixos de expansão da cidade, respectivamente, o eixo sul e o eixo leste. Na primeira década do século XX surgem dois outros territórios negros: a Ilhota, contígua ao Areal da Baronesa, e a Bacia do Mont'Serrat, nas proximidades da Colônia Africana. O pós-abolição é um período de estruturação e consolidação destes territórios negros, assim denominados pela densidade de famílias negras residentes e pelas práticas ali desenvolvidas. São recorrentes e marcantes os relatos sobre a grande presença de casas de religião de matriz africana e a intensa atividade carnavalesca e festiva, em todos estes territórios. Estas sociabilidades tinham um valor simbólico muito forte para estes territórios.

No mapa de 1916 é possível observar que o Areal da Baronesa e a Ilhota formavam uma grande área ao sul do Centro, que, através da Rua Cabo Rocha (atual Av. Prof. Freitas e Castro), ligava-se ao território da Colônia Africana, formando um grande arco negro ao redor do Centro.

Inicialmente localizados na área Central, os territórios negros foram sofrendo, ao longo do tempo, um paulatino deslocamento para as bordas da cidade. A cada fase do urbano corresponde uma localização dos territórios negros dentro do espaço

da cidade. Na primeira fase do urbano, denominada de cidade colonial (século XVIII – século XIX) os territórios negros estão localizados majoritariamente no Centro e nas suas bordas. Na segunda fase considerada “inauguração da modernidade urbana” (1897–1923), parte da população negra já está localizada no entorno do espaço central, formando os territórios negros do Areal da Baronesa, Colônia Africana, Ilhota e Bacia do Mont’Serrat, e outra parte da população empobrecida e negra, neste período, se desloca para estes territórios. Na fase seguinte, do bota abaixo e da remodelação urbana (1924–1937), as demolições dos becos terminaram de remover as populações negras que ainda resistiam no espaço central. Neste período os territórios negros já estão localizados fora do espaço central, consolidando-se no seu entorno. A última fase do espaço urbano trabalhada por nós é denominada “urbanização dos arraiais” (1941-1970), que irá incidir diretamente sobre os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota, deslocando toda a Ilhota e parte do Areal da Baronesa para a longínqua periferia.

O desmantelamento e o deslocamento dos territórios negros estiveram relacionados a momentos de profundas transformações do espaço urbano. De uma forma geral, o primeiro deslocamento está relacionado ao início da modernização do espaço central (virada do século XIX para o XX). O segundo está relacionado à remodelação do Centro (1924-1940) e o último à canalização do Arroio Dilúvio e aterro da Praia de Belas (1941-1970). A cada vez que os melhoramentos urbanos chegavam ou incidiam sobre um espaço, a população empobrecida ali residente se deslocava. Conforme a cidade se expandia, o espaço urbano se alargava, incidindo sobre os territórios que estavam no caminho, apossando-se deles e empurrando parte dos que ali estavam em direção as bordas da cidade. Ao longo do tempo, diversos foram os mecanismos utilizados para o deslocamento da população negra: aumento dos impostos, novas normas de construções, demolições, remoções.

Mas os momentos de desmantelamento e deslocamento dos territórios negros não são concomitantes, pois a urbanização e a modernidade não chegam a todos os espaços ao mesmo tempo. Se nos anos 1940/50, a urbanização vai se voltar para os territórios do Areal da Baronesa e da Ilhota, visando incorporar estes espaços ao tecido urbano, para que a cidade possa se expandir sobre eles, na Colônia Africana isso ocorre já nas décadas de 1910/20. Os fatores que impactaram estes territórios de diferentes formas são: o aumento dos aluguéis; a alteração das normas de construções das residências; o desmantelamento das habitações coletivas (cortiços



e avenidas) em prol das moradias individuais; a valorização das áreas que receberam melhoramentos urbanos e a inserção daquele espaço no circuito de mercantilização do solo; códigos de conduta, com repressão e controle às práticas culturais, como a venda de quitandas, o batuque, os quicumbis, o carnaval; e a invisibilização de ofícios, como a lavagem de roupas nas margens do Guaíba junto a Av. Praia de Belas.

A realização das práticas culturais promove a coesão dos grupos e seu vínculo com o espaço, tornando-o território. O cerceamento das práticas culturais desestrutura e desmantela os territórios negros, provocando a desterritorialização, mesmo que sem deslocamento físico. Essa desterritorialização está relacionada a perda de vínculos com o espaço, decorrente da ruptura dos significados simbólicos atrelados a ele, ocasionados pelo rompimento da prática cultural, que é também espacial. Por outro lado, a descaracterização física do espaço também provoca desterritorialização, mesmo que não haja deslocamento, pois o indivíduo não se reconhece mais naquele espaço, rompendo sua ligação com o território.

A cada um dos momentos de rupturas estiveram relacionadas não apenas transformações materiais do espaço, mas também questões ideológicas direcionadas aos espaços de moradia da população negra. No final do século XIX, foi o ideário de modernidade e a perseguição aos becos e cortiços, que seguiu até o momento de demolição destes locais de moradia das classes populares, na segunda metade da década de 1920. Nos anos 1940/50, os discursos moralizadores e sanitaristas, que incidiram sobre os becos nas primeiras décadas do século XX, agora se direcionam para a Ilhota e outros espaços de moradia das classes populares.

Não se pretendeu aqui reafirmar a visão do negro enquanto grupo excluído e segregado social e territorialmente. Buscou-se mostrar a atuação destes grupos nos espaços por ele ocupado ao longo do tempo na cidade de Porto Alegre.

O longo período de tempo abordado implicou em inevitáveis generalizações e lacunas. Porém, permitiu visualizar o deslocamento dos territórios negros em direção as bordas da cidade consolidada e sua relação com a expansão da cidade sobre estes espaços, sendo a chegada dos melhoramentos urbanos, marcos dos deslocamentos.

As profundas transformações do espaço urbano, ocorridas a partir da década de 1920, apagaram espaços da paisagem e do mapa da cidade, apagando também

marcas da presença negra no espaço. Estas transformações foram tão profundas que, na atualidade, se torna difícil compreender a antiga ocupação, a funcionalidade e os sentidos de alguns espaços. Para entender a dinâmica espacial destes antigos territórios negros foi necessário voltar a uma Porto Alegre do passado, existente antes do desvio do curso e da canalização do Arroio Dilúvio, e do grande aterro da Praia de Belas. A reconstituição geográfica da Porto Alegre antiga, que hoje não existe mais, foi propiciada pelos mapas históricos. A sequência de mapas nos permitiram acompanhar a expansão da cidade, reconstituir seu traçado, verificar quais eram os limites da cidade e dos nossos territórios negros em cada momento do espaço urbano. Foi aqui realizado um minucioso trabalho de acompanhamento da expansão e transformação da cidade, tendo como fio condutor os territórios negros.

As obras de remodelação da cidade fizeram desaparecer formas, suas histórias e significados, os quais fazem parte da história e da antiga geografia da cidade, mas que hoje pouco estão presentes da memória de Porto Alegre. As perdas são inúmeras: os antigos becos do Centro foram apagados da paisagem, a Rua 28 de Setembro e a maior parte da Rua Avaí foram soterradas pelas monumentais Avenidas Ipiranga e Loureiro da Silva.

Alguns espaços de sociabilidade reconhecidos pela presença negra, como a Ilhota, o Beco do Poço, a Rua 28 de Setembro (antiga Rua dos Pretos Forros) foram definitivamente eliminados da paisagem urbana e do mapa da cidade. Outros, como o Parque da Redenção, permanecem na paisagem, mas quase não são lembrados como lugares de uso da população negra.

Foram identificadas a existência de diversas toponímias, as quais faziam menção a relevante população negra nos espaços. São emblemáticas a Rua 28 de Setembro e a Rua 13 de Maio, limites do Areal da Baronesa; e a Rua Arthur Rocha, primeira via a ser ocupada na Bacia do Mont'Serrat. As datas de 28 de setembro e 13 de maio referem-se a marcos no processo de libertação da população negra e o Arthur Rocha, um intelectual e poeta negro gaúcho, ícone de representatividade na virada do século XX. Estas toponímias nos ajudam a rememorar a significativa presença negra nestes espaços. A alteração e o desaparecimento de algumas destas toponímias ou a perda de ligação com a população negra (como a Rua Arthur Rocha), implicam em grande prejuízo, pois enfraquece a memória da relação destes espaços com a população negra outrora ali residente.

O bairro Mont'Serrat, por exemplo, quase nunca é referido como antigo território negro. O historiador Sérgio da Costa Franco não faz menção a presença negra quando cita o bairro; as demais pesquisas raramente o fazem. Talvez porque o território negro "Bacia do Mont'Serrat" seja constantemente descrito como Colônia Africana. Porém são dois espaços geográficos diferentes, que embora tivessem ligação, não são o mesmo território.

Verificou-se a existência de uma comunidade negra fortemente estruturada e circunscrita a determinados espaços da cidade. A presença do grupo negro e de suas práticas eram tão relevantes que estes espaços passaram a ser identificados a partir dessa presença, como o Ruy "a sociedade de pretos da Rua Esperança".

Assim, os nossos territórios negros são num primeiro momento espaços físicos habitados por pessoas negras. Mas, mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes.

Para além de espaço físico e apenas funcional – de moradia, de trabalho – estes espaços ganham significados a partir das relações que neles se estabelecem. Conformam-se assim, também, enquanto espaços simbólicos. As mulheres e homens negros que os habitam, imprimem neles práticas e relações, sobre eles constroem laços entre si, laços de pertença com o espaço, com as instituições ali presentes – terreiros, sociedades negras, escolas, salões de baile, clubes de futebol, blocos e entidades carnavalescas – e com as práticas nelas desenvolvidas. O simbolismo está relacionado aos significados e sentidos que homens e mulheres negras constroem sobre estes espaços.

É nesta perspectiva, que reafirmamos o território negro enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros, cuja significação é construída a partir da presença negra e/ou das atividades desenvolvidas por estes.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Sobre a memória das cidades. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 27-54.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. In: FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (Orgs). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 421-450.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Porto Alegre e seus eternos intendent**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BOHRER, Maria Dalila. **O aterro Praia de Belas e o aterro do Flamengo**. 237 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

BOREL, Mestre (Walter Calixto Ferreira). **Mestre Borel: a ancestralidade negra em Porto Alegre**. Direção Anelise Gutterres. Porto Alegre: Ocusfocus Imagens, 2010. 54 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ftjdoUEC4b0>. Acesso: 12/10/2016.

BUARQUE, Chico. Essa moça tá diferente. In: Chico Buarque de Hollanda – Volume 4. Rio de Janeiro, Roma: Philips Records, 1970.

BURIN, Carolina Wolff. **Canalização do Arroio Dilúvio em Porto Alegre: ambiente projetado x ambiente construído**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

CORREA, Mario Roberto Weyne. **Quilombos urbanos em Porto Alegre: uma abordagem histórica da titulação do quilombo da família Silva (2003-2007)**. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

CORUJA, Antônio Alvares Pereira. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1983 [1881].



DIAS, Glauco Marcelo Aguiar. **Batuques de negros forros em Porto Alegre**: um estudo sobre as práticas religiosas de origem africana na década de 1850. 69 f. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DOBAL, Winnie Ludmila Mathias. **Narrativas espaciais do Quilombo dos Alpes - Porto Alegre/RS**: instrumento de encrespamento do ensino de Geografia, na busca de uma educação territorial antirracista. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

DORFMAN, Adriana (Org.). As origens de Porto Alegre e da Região Metropolitana. In: \_\_\_\_\_. **Territórios e Lugares da Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora Letra 1, Instituto de Geociências/UFRGS, 2015. p. 23-32.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – considerações. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 29-39, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/114/111>. Acesso em: 18/02/2015.

FELIZARDO, Zoleva Carvalho; VILLANOVA, Isolda Michelena. **O que ler para conhecer Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, Ed. UFRGS, 1991.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Poemas da minha cidade**. 2ª Ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. 4ª ed. (1ª ed. 1988). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia**: das representações do espaço ao espaço de representação no bairro Restinga – Porto Alegre/RS. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GERMANO, Iris Graciela. **Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia**: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 19-36.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades enredadas: formação das territorialidades nacionais e regionais, e problemas decorrentes da integração socioespacial global. In: \_\_\_\_\_ et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 241-256.

IHGRGS. **Cartografia Virtual Histórica-Urbana de Porto Alegre: século XIX e início do XX**. Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2005. CD.

KERSTING, Eduardo e de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890 – 1920)**. 221 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

KOEHLER, Ana Luiza Goulart. **Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível**. 272 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KRAWCZYK, Flávio. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

LAITANO, Gisele Santos. **Os jovens do Quilombo dos Alpes no duelo ético-estético: identidades, territórios e o lugar**. 2 v. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. Territórios de negros em área rural e urbana: algumas questões. **Textos e Debates: núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas**, Florianópolis, ano 1, n. 2, p. 39-46, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 28/01/2017.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 33-53.

LIMA, Alexandre Peres de. **Como funciona o pleito quilombola**: etnografia da comunidade Família Fidélis (Porto Alegre/RS) em sua emergência como remanescentes de quilombo. 111 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012

LINDÓN, Alícia. **Las narrativas de vida espaciales**: uma expresión del pensamiento geográfico humanista y constructivista. Sem data. p. 13-32.

MACALÉ, Alfredo Raimundo. **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1991. Entrevistadora: Iris Graciela Germano e Wilson Azambuja Vieira Filho.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal**: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Sobre raízes e redes**: territorialidade, memórias e identidades entre populações negras em cidades contemporâneas no sul do Brasil. 389 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

MATTOS, Jane Rocha de. **Que arraial que nada, aquilo lá é um areal**: O Areal da Baronesa: imaginário e história (1879-1921). 158 f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MAUCH, Claudia. História de Porto Alegre: processo de ocupação e urbanização. In: PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal. **Porto Alegre: memória e identidade**. Porto Alegre: SMED, SMC, 1992. p. 30-49.

MAUCH, Claudia. Saneamento moral em Porto Alegre. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo: Ed. UFRGS, Ed. ULBRA, Ed. UNISINOS, 1994. p. 9-24.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e modernidade – a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

MONTEIRO, Charles. A invenção da história de Porto Alegre. In: KRAWCZYK, Flávio (Org.). **Da necessidade do moderno: o futuro da Porto Alegre do século passado**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre e suas escritas: história e memórias da cidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

MÜLLER, Liane Susan. As contas do meu rosário são balas de artilharia. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (Orgs.). **RS NEGRO: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 262-271. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>. Acesso em: 23/01/2017.

MÜLLER, Liane Susan. **As contas do meu rosário são balas de artilharia**. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

OLIVEIRA, Adão Alves de (Seu Lelé). **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 21/02/1991. Entrevistadora: Zita Rosane Possamai.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 13-32.

PADILHA, Dolzira. **Entrevistas sobre os carnavais de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 13/02/1991. Entrevistadores: Flávio Krawczyk e Wilson Azambuja Vieira Filho.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord). **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Ed. UFRGS; PMPA, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os excluídos da cidade. In: SEFFNER, Fernando (Org.). **Presença Negra no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1995. p. 80-89.



PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Porto Alegre – meados do século XIX: a cidade negra. In: Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, 10, 1990, Curitiba. **Anais X Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica**. Curitiba: SBPH, 1991. p. 41-47.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. Na encruzilhada: impressões da socialidade batuqueira no meio urbano de Porto Alegre/RS. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. p. 159-175.

PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA – Unidade Editorial, 1994.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? In: \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 2011. p. 128-146.

RECH, Tiago Bassani. **Casas de religião de matriz africana em Porto Alegre: territorialidades étnicas e/ou culturais a partir da antiga Colônia Africana**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

REGO, Nelson. Existência e territorialidade, cruzamento para o pensamento complexo. Prefácio. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. (Org.). **A Emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. p. 9-11.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Disponível em: <https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>. Acesso em: 11/12/2016.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930-1940**. 237 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

SACK, Robert David. O significado de territorialidade. In: DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (Org.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. p. 63-89.

SALAINI, Cristian Jobi; GRAEFF, Lucas. A respeito da materialidade do patrimônio imaterial: o caso do INRC Porongos. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 36, p. 171-195, jul/dez. 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832011000200008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832011000200008). Acesso em: 23/01/2017.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Edições Sulina, 1961. 1 v.

SANHUDO, Ary Veiga. **Porto Alegre**: crônicas da minha cidade. Porto Alegre: Editora Movimento; Instituto Estadual do Livro, 1975. 2 v.

SANTOS, Irene (Org.). **Negro em Preto e Branco**: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2005.

SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Colonos e Quilombolas**: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2010a.

SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Sinopse Projeto Colonos e Quilombolas**: memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2010b.

SANTOS, Irene (Coord.). **Outros Carnavais**: memória do carnaval de rua de Porto Alegre – 1930/1969. Disponível: <http://www.outroscarnavais.com.br/index.htm>. Acesso: 10/10/2016.

SANTOS, Isabel Silveira dos. **Abram-se as cortinas**: Representações étnico-raciais e pedagogias do palco no teatro de Arthur Rocha. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2009. Disponível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM103.pdf>. Acesso em: 27/03/2017

SANTOS, Isabel Silveira dos. Arthur Rocha: um intelectual negro no “mundo dos brancos”. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, X, Santa Maria. **Anais X**

**Encontro Estadual de História.** Santa Maria: UFSM, 2010, p. 1-16. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279496410\\_ARQUIVO\\_arthurrochaumintelectualnegronomundodosbrancos.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279496410_ARQUIVO_arthurrochaumintelectualnegronomundodosbrancos.pdf). Acesso em: 10/02/2015.

SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: \_\_\_\_\_. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Gutenberg, 2009. p. 21-40.

SANTOS, Renato Emerson dos. Ensino de Geografia e Currículo: questões a partir da Lei 10.639. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 26, v.1, n. 34, p. 141-160, jan-jun/2010. Disponível em: [http://www.agb.org.br/files/TL\\_N34.pdf](http://www.agb.org.br/files/TL_N34.pdf). Acesso em: 16/10/2014.

SILVA, Daniela Santos da. **A luta dos moradores do Quilombo da família Fidélis (Porto Alegre/RS) pela regularização fundiária.** 154 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Jayme Moreira da. **Colônia Africana.** Porto Alegre: do autor, 2005.

SILVA, Josiane Abrunhosa da. **Bambas da Orgia:** um estudo sobre o carnaval de rua de Porto Alegre, seus carnavalescos e os territórios negros. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Colonos e Quilombolas, todos negros! In: SANTOS, Irene (Coord.) et al. **Colonos e Quilombolas:** memória fotográfica das colônias africanas de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2010.

SILVA, Taís de Medeiros. **Trajetórias de desterritorializações e reterritorializações – estudo de caso:** comunidade quilombola da Família Fidélis – Porto Alegre/RS. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SILVEIRA, Oliveira; AUGUSTO, Ronald (org.). **Oliveira Silveira: obra reunida.** Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: CORAG, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

STUMVOLL, Denise; MENEZES, Naida (Orgs.). **Memória Visual de Porto Alegre 1880 – 1960**: acesso às imagens do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Porto Alegre: Pallotti, 2007.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Terra**: feições ilustradas. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

VIEIRA, Daniele Machado. **Percursos Negros em Porto Alegre**: estratégias geográficas para educação. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WAGNER, Mathias. Paróquia Nossa Senhora da Piedade de Porto Alegre. Porto Alegre: s.ed.

ZUBARAN, Maria Angélica. Comemorações da liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 161-187, jul. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/viewFile/6743/4045>. Acesso em: 06/02/2017.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 6, n. 3, p. 1-16, jul.ago.set 2009. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO\\_3\\_DOSSIE\\_Maria\\_Angelica\\_Zubaran\\_FENIX\\_JUL\\_AGO\\_SET\\_2009.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_3_DOSSIE_Maria_Angelica_Zubaran_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf). Acesso em: 06/02/2017.